

revista

indi scip lina r

v.4, n.2
dezembro/2018

v . 4 , n . 2
d e z e m b r o / 2 0 1 8

r e v i s t a
indi
scip
lina
r

**A revista Indisciplinar é uma publicação do grupo de
pesquisa Indisciplinar (EA-UFMG / CNPq),
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil**

COORDENAÇÃO EDITORIAL Daniel Medeiros de Freitas

EDITORES Daniel Medeiros de Freitas, Marcela Silviano Brandão Lopes, Marcelo Reis Maia, Natacha Rena

CONSELHO EDITORIAL Alemar S. A. Rena, Andreia Moassab, Breno Silva, Eduardo Jesus, Fernanda Dusse, Giselle Beiguelman, Karine Carneiro, Lucas Bambozzi, Monique Sanches, Myriam Ávila, Rene Lommez, Roberta Romagnoli, Samy Lansky, Simone Tostes, Thais Portela

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO Lucca Mezzacappa

ILUSTRAÇÕES Cintya Ornelas (artigos 4 e 5), Lucca Mezzacappa (entrevistas e artigos 2 e 3) e Marília Pimenta (artigos 1 e 6).

ENDEREÇO PARA CONTATO Escola de Arquitetura da UFMG, rua Paraíba, 697, sala 500. CEP 30130-141.

TELEFONE 31 34098834 / 31 34098835 / 31 34098845

CAPA Lucca Mezzacappa

A revista Indisciplinar está disponível para download em indisciplinar.com

Editora Fluxos, Belo Horizonte, Dez. de 2018
editora.fluxos.org

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Indisciplinar / EA-UFMG. – Belo Horizonte (MG): Fluxos, 2015 –.

V
Semestral.
v.4, n.2 (2018).

ISSN: 2525-3263

1. Conhecimento científico – Difusão – Periódicos. 2. Cultura – Periódicos. 3. Periódicos científicos. I. Escola de Arquitetura. II. Universidade Federal de Minas Gerais. III. Título.

Editorial

O sétimo número da Revista Indisciplinar trata do tema da Geopolítica. As contribuições recebidas e autores convidados discutem o tema com ênfase nas tensões decorrentes da relação entre espaço e poder no mundo contemporâneo e seu diálogo com o contexto nacional. Diante da menor quantidade de submissões, em grande parte decorrente da coincidência entre o período de envio de artigos e o período eleitoral, o corpo editorial optou pela ampliação da seção Entrevistas e, também, pelo republicação e encomenda de material específico sobre o tema.

O número abre com o ensaio fotográfico do jornalista **Pepe Escobar** sobre a Rota da Seda, ambicioso projeto de infra estrutura voltado para a integração territorial da Eurásia, sinalizando potenciais impactos na geopolítica global.

A seção Entrevista apresenta três falas. A primeira, a republicação da entrevista “O Brasil é alvo de guerra híbrida”, visão do analista político **Andrew Korybko**, autor do livro “Guerra Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes”. A entrevista foi realizada por **Eleonora e Rodolfo Lucena** e originalmente publicada no site Tutaméia (disponível em <https://tutameia.jor.br>). Na segunda entrevista por **Natacha Rena e Paula Guimarães, Joceli Andrioli**, coordenador nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), fala sobre o tema da soberania energética e das perspectivas de enfrentamento das contradições e ameaças do atual modelo adotado no setor. Fechando o ciclo de entrevistas, apresentamos o registro “Sobre um projeto nacional de afirmação da soberania”, elaborado por **Patrus Ananias**, no qual o autor apresenta eixos centrais para a construção de um Estado orientado pela redução da desigualdade social e fortalecimento da educação e do trabalho.

Na seção Artigos, **Fábio Tozi** abre a discussão com o artigo “Geopolítica, soberania e hegemonia: o Brasil e a centralidade do território nos processos de globalização”, recuperando autores centrais da Geografia Política e da Geopolítica com o objetivo de evidenciar a relação entre espaço e poder, debater a noção de soberania apoiada no Estado territorial e discutir a integração externa do Brasil. No artigo seguinte, “Geopolítica da crise do capital: dez considerações sobre o golpe e a inflexão ultra neoliberal na periferia capitalista”, **Thiago Canettieri** e **Bernardo Neves** apresentam uma rica panorâmica sobre o tema da geopolítica, passando pelo papel da urbanização e da construção civil na crise que decorre do processo de dissolução das bases sociais

pelas quais ocorrem as mediações sociais resultantes dos conflitos internos do capitalismo, sobretudo na China, Rússia, Índia e Brasil. Em seguida, a política de setor energético da Rússia é discutida por *Igor Fuser* e *Túlio Bunder* no artigo “Políticas energéticas na Rússia: da terapia do choque à renacionalização parcial (1991-2008)”, reafirmando a centralidade das discussões sobre soberania e geopolítica. O artigo de *David Figueiredo* “Arquipélago carcerário e a sociedade do espetáculo: a cultura midiática do medo como agente da promoção de políticas de segurança ostensiva na Pós Metrópole latino-americana” e o artigo de *Liebert Pinto*, “A guerra do Rio (ou como a ocupação policial-militar de favelas cariocas foi representada nos mapas do jornal O Globo)” trazem o debate para o agravamento de questões sociais locais. Por fim, *Letícia Gonçalves* discute a “Reprodução humana na gestão populacional: útero e biopolítica” articulando a disputa pela legislação concernente ao aborto com compreensão da questão populacional e a noção de saúde global, ampliando a discussão em relação aos embates morais de autonomia e inviolabilidade da vida em direção à problematização da reprodução humana, gestão demográfica e suas implicações biopolíticas.

Na última seção da Revista, dedicada à publicação de reflexões do *Grupo de Pesquisa Indisciplinar*, apresentamos o artigo “Estrangeirização: a dimensão geopolítica, imperial e neoliberal do Golpe que eclodiu em 2016 no Brasil” por *Natacha Rena, Maíra Ramirez, Danilo Caporalli* e *Henrique Porto*, reflexão sobre as potenciais articulações entre o cenário político local e a geopolítica. Em seguida, também produção do Grupo Indisciplinar, apresentamos o andamento da pesquisa Plataforma Cartografias do Rio Doce.

Para acessar a todos os números da Revista Indisciplinar:

<http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Revista>

Sumário

ensaio

I2 Rota da Seda
por Pepe Escobar

entrevistas

36 O Brasil é alvo de guerra híbrida
por Eleonora Lucena e Rodolfo Lucena

46 Soberania energética
com Joceli Andreoli (MAB)
por Natacha Rena e Paula Guimarães

68 Sobre um Projeto Nacional de Afirmação da Soberania
por Patrus Ananias

artigos

80 Geopolítica, soberania e hegemonia: o Brasil e a centralidade do território nos processos de globalização
por Fábio Tozi

102 Geopolítica da crise do capital: dez considerações sobre o golpe e a inflexão ultraneoliberal na periferia capitalista
por Thiago Canettieri e Bernardo Neves

138 Políticas energéticas na Rússica: Da terapia do choque à renacionalização parcial (1991-2008)
por Igor Fuser e Túlio Cesar de Oliveira Bunder

152 Arquipélago Carcerário e a Sociedade do Espetáculo: A cultura midiática do medo como agente da promoção de políticas de segurança ostensiva na Pós-metrópole latino-americana.
por Davi Figueiredo

indisciplinar

202 Plataforma Cartografias do Rio Doce

210 Estrangeirização: a dimensão geopolítica, imperial e neoliberal do Golpe que eclodiu em 2016 no Brasil

por Natacha Rena, Maira Ramirez, Danilo Barbosa e Henrique Porto

e

n

s

a

i

o

l

Rota

Seda

por Pepe Escobar*

*Pepe Escobar é correspondente itinerante/Editor-at-large do Asia Times/Hong Kong, e colunista da Consortium News. Seu último livro é “2030”, publicado por Nimble Books em 2015.

O ensaio fotográfico apresenta o registro de viagem do jornalista Pepe Escobar ao local por onde passa o principal elo da nova Rota da Seda, o trecho conhecido como Corredor China-Paquistão. As fotografias de novembro de 2018 mostram um corredor ainda no início de sua operação, mas que resulta em uma experiência que deve orientar a maior parte dos investimentos da China no sul global. A previsão

é de que a documentação ainda em curso da Rota da Seda por Pepe Escobar integre um livro sobre a integração da Eurásia previsto para final de 2020. Os fragmentos que acompanham as fotos foram retirados das reportagens “The new Great Game on the Roof of the World” e “On the road in the Karakoram”, ambas publicadas pela Asian Times em 20 e 22 de dezembro de 2018 respectivamente.

** Above: Balu Port in the west of Xinjiang, associated with the Hazir Khan (1891-1908).

*** Above: Kashi, Xinjiang, China, 2018.

**** Above: Kashgar, Xinjiang, China, 2018.



A nova Karakoram, o rio Hunza, as montanhas - e no meio, o cabo de fibra ótica servindo todo o norte do Paquistão.

Estrategicamente, esse é um dos principais tópicos no planeta, um protagonista do Grande Jogo original entre a Grã-Bretanha imperial e a Rússia. Portanto, é mais do que apropriado que exatamente aqui seja onde um protagonista do Novo Grande Jogo, o Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC), o principal projeto das Novas Rota da Seda, ou Iniciativa Faixa e Estrada (BRI) se inicie, conectando Xinjiang do oeste da China para as áreas do norte através da passagem de Khunjerab.

Strategically, this is one of the top spots on the planet, a protagonist of the original Great Game between imperial Britain and Russia. So it's more than appropriate that here is exactly where a protagonist of the New Great Game, the China-Pakistan Economic Corridor (CPEC), the flagship project of the New Silk Roads, or Belt and Road Initiative (BRI), actually starts, linking western China's Xinjiang to the Northern Areas across the Khunjerab Pass

A Rodovia Karakoram foi originalmente concebida nos anos 1970 como um ambicioso projeto político-estratégico capaz de influenciar o equilíbrio geopolítico no subcontinente, expandindo o alcance do Islamabad à fronteiras previamente inacessíveis. Atualmente ele é o coração do corredor comercial e de energia que vai da fronteira do China-Pak se estendendo na direção ao sul até Gwadar, o porto no Baluchistão no mar da Arábia, a poucos passos do Golfo Pérsico. Gwadar parece ser um trampolim crucial para a China se tornar uma potência naval-ativa do Oceano Índico ao Golfo Pérsico e apontando para o Mediterrâneo, enquanto o CPEC, lenta mas certamente, tem como meta mudar a estrutura social e econômica do Paquistão

The Karakoram Highway was originally conceived in the 1970s as an ambitious political-strategic project able to influence the geopolitical balance in the subcontinent, by expanding Islamabad's reach into previously inaccessible frontiers. Now it's at the heart of a trade and energy corridor from the China-Pak border all the way south to Gwadar, the port in Balochistan in the Arabian Sea a stone's throw from the Persian Gulf. Gwadar looks likely to be a crucial springboard to China becoming a naval power – active from the Indian Ocean to the Persian Gulf and on to the Mediterranean, while CPEC, slowly but surely, aims to change the social and economic structure of Pakistan

O Nanga Parbat, “montanha nua” em Kashmiri, ou “montanha matadora” na lenda por ser dificílimo de escalar (e impossível no inverno), em um raro momento de visibilidade na Karakoram highway.



Para que o CPEC funcione, Pequim precisa de três coisas: uma solução política para o Afeganistão, solução essa que já vem sendo trabalhada dentro da SCO, com o envolvimento direto da China, Rússia, Índia, Paquistão e do Irã (como observador); relações estáveis entre a Índia e o Paquistão; e segurança garantida em todo o Paquistão

For CPEC to work, Beijing needs three things: a political solution for Afghanistan, which is already being worked out inside the SCO, with China, Russia, India, Pakistan and Iran (as an observer) directly involved; stable relations between India and Pakistan; and certified security across Pakistan



Os caminhões-containers de carga chineses desafiam o passo de Khunjerab, muitos deles sem correntes nos pneus.



Checkpoint cool a paquistanesa.

O coração da Nova Rota da Seda, ou os projetos de infraestrutura do Belt and Road Initiative (BRI) são as linhas rodoviárias e ferroviárias. Estes projetos não custam uma fortuna por si mesmo; a maior despesa está nos custos de construção de pontes e túneis.

The heart of the New Silk Roads, or Belt and Road Initiative (BRI) infrastructure projects are road and railway lines. These do not cost a fortune per se; the expense is in the construction costs for bridges and tunnels



A geleira de Passu - em retração - contornada pela Karakoram highway.

A Rodovia Karakoram é mais que uma estrada; é um sinuoso emblema gráfico do abraço geopolítico China-Paquistão, superando todo tipo de barreiras econômicas, culturais, geológicas e de segurança ao longo de décadas, em benefício de um objetivo estratégico. E o objetivo estratégico agora é o CPEC como o principal projeto BRI

The Karakoram Highway is much more than a road; it's a rolling, graphic emblem of the China-Pakistan geopolitical embrace, surmounting all manner of economic, cultural, geological and security barriers over decades to the benefit of a strategic objective. And the strategic objective now is CPEC as the flagship BRI project



A fronteira China-Paquistão. Ao fundo, o posto de controle/customs chinês.

De agora em diante, o extremo oeste e o sul da China – Xinjiang e Yunnan – precisam se tornar os principais impulsionadores da economia chinesa. Melhorar a infra-estrutura rodoviária, ferroviária e energética e ligá-los estreitamente ao Sul da Ásia e Sudeste Asiático é essencial para a China continuar crescendo – tudo isso impulsionado pela conectividade crucial de energia através de um gasoduto do Turcomenistão, um oleoduto do Cáspio no Cazaquistão, embarques maciços de gás da Sibéria, e, mais adiante na estrada, um possível gasoduto do porto de Gwadar para Xinjiang paralelo ao Karakoram. Será que dará certo? O Karakoram, o Hindu Kush e o Himalaia viram tudo chegar e passar por vários milênios. Então, por que não? A modernização da maior viagem geológica e geopolítica da Terra é um começo

From now on, China's far west and south – Xinjiang and Yunnan – have to become the top drivers of the Chinese economy. Upgrading their road, rail and energy infrastructure and closely linking them to South Asia and Southeast Asia is essential for China to keep growing – all that boosted by crucial energy connectivity via a gas pipeline from Turkmenistan, an oil pipeline from the Caspian in Kazakhstan, further massive gas shipments from Siberia, and, further down the road, a possible gas pipeline from Gwadar port to Xinjiang parallel to the Karakoram. Will it work? The Karakoram, Hindu Kush and Himalayas have seen it all come and all go over multiple millennia. So why not? The upgrading of the greatest geological and geopolitical road trip on earth is a start

Isso implica, geopoliticamente e economicamente, em uma aliança China-Paquistão ainda mais forte, trans-regional, em contraposição à Índia e Washington. A reação dos EUA ao BRI em 2018 foi desencadear uma campanha de rumores para tentar desacreditá-lo. Pequim, por sua vez, espera que a Índia e o Paquistão discutam ao menos suas diferenças políticas dentro da Organização de Cooperação de Xangai

This implies, geopolitically and economically, an even stronger, trans-regional, China-Pakistan alliance in contraposition to India and Washington. The US reaction to BRI in 2018 was to unleash a whispering campaign to try to discredit it. Beijing, for its part, expects India and Pakistan to at least discuss their political differences inside the Shanghai Cooperation Organization



Rei da estrada, versão Paki.



Karim Shah, o homem que sabe tudo das diversas civilizações e da história de Gilgit-Baltistan, em sua caverna de maravilhas em Gilgit.



A geleira - em retração - ao lado do vale de Hopper.



O vale de Hunza - do alto do Forte
de Baltit, em Karimabad.



A curva na Karakoram de onde
vemos o encontro da Karakoram,
Hindu Kush e Himalayas, na
confluência dos rios Gilgit e Indus.



A Rota da Seda, a original - tracks restauradas pela Fundacao Aga Khan, paralelas a Karakoram highway.



Nosso homem na fronteira.



Vida cotidiana em Gilgit.



Vale de Hunza.



Karakoram.

environnemental

Brasil é alvo

de Guerra



Brasil é alvo de Guerra Híbrida, diz analista

Há uma Guerra Híbrida muito intensa sendo travada no Brasil neste momento e afeta todas os aspectos da vida de cada cidadão. Ao longo dos últimos dois anos, agentes externos vêm tentando muito sutilmente condicionar a população para voltá-la contra o Partido dos Trabalhadores, usando instrumentos como a Operação Lava Jato, apoiada pela NSA [agência norte-americana de inteligência],” afirma o analista político norte-americano Andre Korybko, autor de “Guerras Híbridas – Das Revoluções Coloridas aos Golpes”, recém-lançado no Brasil pela Expressão Popular.

Em entrevista por e-mail ao TUTAMÉIA, Korybko, que vive em Moscou e se dedica ao estudo das estratégias do Estados Unidos na África e Eurásia, afirmou que os EUA são os principais propulsores desses movimentos, que consistem em desestabilizar governos a partir de grandes manifestações de massa. São “a fagulha que incendeia uma situação de conflito interno”, como diz a apresentação do livro. Podem se transformar em golpe ou mesmo guerras não convencionais –daí a expressão guerra híbrida.

Conselheiro do Institute for Strategic Studies and Predictions e jornalista na “Sputnik News”, ele também comentou a ascensão da candidatura de Jair Bolsonaro. Diz que os mentores externos da guerra híbrida no Brasil vinham há muito tempo moldando as condições sócio-políticas do país para facilitar o surgimento de um azarão que pudesse chegar ao poder e destruir tudo o que fora construído nos governos do Partido dos Trabalhadores.

*Entrevista do analista político norte-americano Andre Korybko realizada por Eleonora de Lucena e Rodolfo Lucena, originalmente publicada no site Tutaméia em 19 de outubro de 2018.
Publicação original disponível em: [HTTPS://TUTAMEIA.JOR.BR/BRASIL-E-ALVO-DE-GUERRA-HIBRIDA](https://TUTAMEIA.JOR.BR/BRASIL-E-ALVO-DE-GUERRA-HIBRIDA).

O que são guerras híbridas?

Desde o lançamento de meu livro, em 2015, ampliei minha definição para incluir o seguinte:

“As Guerras Híbridas são conflitos identitários provocados por agentes externos, que exploram diferenças históricas, étnicas, religiosas, socioeconômicas e geográficas em países de importância geopolítica por meio da transição gradual das revoluções coloridas para a guerra não convencional, a fim de desestabilizar, controlar ou influenciar projetos de infraestrutura multipolares por meio de enfraquecimento do regime, troca do regime ou reorganização do regime.” Em suma, isso significa que países como os EUA se aproveitam de problemas identitários em um Estado-alvo a fim de mobilizar uma, algumas ou todas as questões identitárias mais comuns para provocar grandes movimentos de protesto, que podem então ser cooptados ou dirigidos por eles para atingir seus objetivos políticos. O eventual fracasso desses movimentos pode fazer com que alguns de seus participantes recorram ao terrorismo, à insurgência, à guerrilha e a outras formas de conflito não convencional contra o Estado. Na maioria das vezes, pelo menos no Hemisfério Oriental, esses fenômenos fabricados têm o efeito de dificultar a viabilização de projetos da China de implantação da nova Rota da Seda, coagindo o Estado-alvo a compromissos políticos ou mudanças de governo ou mesmo a uma secessão –que pode eventualmente levar a uma balcanização. Seu livro descreve as Guerras Híbridas como “caos administrado”. Como isso é construído?

O estudo detalhado da sociedade de um estado-alvo e das tendências gerais da natureza humana (auxiliado por pesquisas antropológicas, sociológicas, psicológicas e outras) permite construir um quadro de como é o funcionamento “natural” daquela sociedade. Armados com esse conhecimento, os praticantes da Guerra Híbrida podem prever com precisão quais “botões apertar” por meio de provocações para obter respostas esperadas de seus alvos, tudo com a intenção de perturbar o status quo por processos locais de desestabilização manipulados por forças externas. Podem ser conflitos étnicos, movimentos de protesto (“Revolução Colorida”) ou a exacerbação de rivalidades regionais. O ponto principal é produzir o maior efeito com o mínimo de esforço e, então, explorar a evolução dos acontecimentos e a incerteza crescente a fim de realizar os planos políticos.

O livro descreve os EUA como propulsores desses movimentos. Por quê?

Por causa de sua hegemonia mundial –ainda que cadente–, os EUA têm interesses globais, e suas décadas de experiência operando em todos os continentes lhe deram uma compreensão profunda da situação doméstica de praticamente todos os países. Não só é, portanto, muito mais fácil para os EUA iniciar Guerras Híbridas como eu as descrevo, mas também –e mais importante—eles têm a motivação

para fazê-lo. Que é o que falta a outras grandes potências em relação a ações em países fora de suas áreas de influência regionais.

O Brasil se tornou alvo da Guerra Híbrida após a descoberta do pré-sal?

Na minha opinião, o Brasil se tornou um alvo desde a eleição de Lula e seu movimento em direção à multipolaridade, mas a subsequente descoberta das reservas de petróleo do pré-sal definitivamente acrescentou um novo ímpeto à Guerra Híbrida dos EUA no Brasil, embora apenas porque esses recursos seriam vendidos para a China. Se Lula tivesse fechado um acordo com os EUA para fornecer acesso irrestrito ao pré-sal e também permitisse que Washington aproveitasse essa vantagem para controlar o acesso da China ao mesmo, então os EUA poderiam não ter motivação para empreender uma Guerra Híbrida no Brasil, ou poderia ser atenuada ou adiada. Porém, por causa da posição independente de Lula sobre os depósitos do pré-sal e muitas outras questões, ele e sua sucessora foram vistos como alvos “legítimos” pelos EUA porque Washington temia que eles acelerassem seu declínio hegemônico no hemisfério se não fossem detidos o mais rapidamente possível.

O fato de o Brasil ter participado ativamente dos BRICS junto com a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul também é uma das razões pelas quais ele foi alvo da Guerra Híbrida?

Sim, mas principalmente por causa do sentido simbólico dessa iniciativa, porque acredito que o movimento BRICS, apesar de ser uma plataforma muito promissora, não foi capaz de atingir seu pleno potencial por causa da rivalidade interna, manipulada pelos EUA, entre a China e a Índia. Isso prejudicou sua eficácia geral, mesmo antes da primeira fase da Guerra Híbrida no Brasil ter sido bem-sucedida em derrubar a presidente Dilma. Sua destituição do cargo e o “golpe constitucional” contra o presidente sul-africano Zuma se combinaram para reduzir o BRICS ao tripartido original do RIC, que está profundamente dividido entre a China e a Índia (apesar das afirmações oficiais em contrário), com a Rússia assumindo papel de mediadora entre os dois. Para todos os efeitos, o BRICS não existe mais, exceto como um grupo que se reúne anualmente para conversar e, para muitos, uma lembrança de sonhos desfeitos.

O livro fala muito sobre os casos da Síria e da Ucrânia e diz que esses modelos podem ser reproduzidos em outros lugares. Este modelo poderia ser reproduzido no Brasil?

Teoricamente sim, mas não acredito que isso seja o mais provável. Isso porque a

dimensão anti-Rota da Seda, que foi a principal motivação daqueles conflitos, é principalmente aplicável ao ambiente operacional único do Hemisfério Oriental (Afro-Eurásia), que é muito mais suscetível a conflitos identitários manipulados externamente desse tipo. Dito isso, a engenharia social, o pré-condicionamento político e as campanhas de guerra psicológica que formam a base das Revoluções Coloridas (a primeira parte das Guerras Híbridas) são definitivamente reproduzíveis em qualquer lugar do mundo, especialmente na era interconectada da mídia social atual.

O livro também trata da “Primavera Árabe”. Analistas também apontaram que o Brasil estava sendo alvo da Guerra Híbrida War desde 2013, quando um estranho movimento começou a surgir no país através da internet. Isso faz sentido?

Sim, claro. A primeira fase organizacional ativa da guerra híbrida Wars hoje começa na internet. Os articuladores dos movimentos buscam na rede informações importantes sobre seus alvos antes de se conectar com eles, direta ou indiretamente, através de campanhas informativas direcionadas que efetivamente atraiam seus interesses ou necessidades, que são cada vez mais descobertas por meio de análises de “Big Data”, como o que a Cambridge Analytica é acusada de fazer. Movimentos sócio-políticos estão começando a aparecer online muito mais do que nas ruas, como costumavam, porque as pessoas ficam mais confortáveis interagindo usando o celular quando bem entendem, em vez de terem de participar de encontros e reuniões físicas. Hoje em dia, tudo o que precisam fazer é conferir as últimas notícias compartilhadas em um grupo do Facebook ou do WhatsApp.

Na campanha eleitoral no Brasil, houve uma avalanche de notícias falsas, especialmente difundidas por grupos do WhatsApp. Estamos sendo vítimas de uma guerra híbrida?

Sim, há uma Guerra Híbrida muito intensa sendo travada no Brasil neste momento e afeta todos os aspectos da vida de cada cidadão, desde o que cada um lê nas mídias sociais (seja informação real, falsa ou manipulada) até o que ouve nas ruas. Ao longo dos últimos dois anos, agentes externos vêm tentando muito sutilmente condicionar a população para voltá-la contra o Partido dos Trabalhadores, usando instrumentos como a Operação Lava Jato, apoiada pela NSA, que tomou vida própria.

Isso forçou o Partido dos Trabalhadores a reagir e defender sua integridade, o que, por sua vez, provocou reação mais feroz daqueles que estavam tentando derrubá-lo. O Brasil está no foco da Guerra Híbrida por tanto tempo que hoje é dado como certo que toda informação que circula está, de um jeito ou de outro, conectada a essa campanha incessante.

Qual é o objetivo desta Guerra Híbrida e quem está por trás disso? Jair Bolsonaro?

Não creio que Bolsonaro tenha sido o progenitor desta Guerra Híbrida, mas sim que seus mentores norte-americanos já tinham há muito tempo um plano para moldar as condições sócio-políticas do país para que o candidato considerado “zebra” pudesse chegar ao poder e, então, desmantelar sistematicamente tudo o que o Partido dos Trabalhadores havia construído em seu governo.

Olhando em retrospectiva e considerando tudo o que hoje se sabe sobre a operação Lava Jato, pode-se considerar que provavelmente a inteligência americana provavelmente concluiu há bastante tempo que Bolsonaro seria o melhor candidato para isso por causa de sua história de pronunciamentos políticos que se alinhavam com os interesses globais dos EUA para o país. Também foi levado em conta que ele não esteve implicado em nenhum dos escândalos anticorrupção dos últimos anos, o que os EUA teriam sabido antecipadamente por causa da participação da NSA na busca “evidências” que então catalisaram a expurgação política do país.

Com o Partido dos Trabalhadores fora do poder e com a comprovação de que muitos dos usurpadores e seus aliados foram igualmente – se não mais – corruptos, o palco estava montado para o “azarão” dos EUA entrar em cena e conquistar o imaginário de muitos que foram pré-condicionados a odiar todos os políticos do establishment (e especialmente do Partido dos Trabalhadores) depois da operação Lava Jato.

Essa população estava também cada vez mais desesperada por medidas drásticas de segurança a serem implementadas para salvá-los da onda de criminalidade ou, pelo menos, dar-lhes uma chance de lutar para se defenderem – o que aconteceria com a prometida liberalização de armas de Bolsonaro. É minha opinião que os EUA trabalharam duro para facilitar a ascensão de Bolsonaro e o estão ajudando em cada passo do caminho. Talvez ele nem tenha percebido isso no início, mas agora, considerando a possibilidade de sua vitória no segundo turno, quase certamente as próprias forças que o apoiaram trataram de lhe dar a informação diretamente.

Qual a diferença entre o uso do WhatsApp e do Facebook no contexto das Guerras Híbridas?

O WhatsApp é mais instantâneo e impulsivo, enquanto o Facebook é mais organizacional e metódico. O primeiro é geralmente usado para enviar informações curtas e rapidamente reunir grandes multidões, enquanto o segundo é mais bem aproveitado para um planejamento organizacional mais profundo e gerenciamento de controle de multidões a longo prazo. Eles são basicamente dois lados da mesma moeda, e andam de mãos dadas quando se trata do aspecto tático de

Revoluçãoes Coloridas.

Seu livro foi lançado em 2015. O que mudou desde a primeira edição?

Desde então, expandi e expliquei mais científicamente a definição de Guerra Híbrida para incluir seis das categorias identitárias que são os alvos mais comuns, bem como os objetivos de ajustes de regime, mudança de regime ou reorientação de regime.

As táticas de engenharia social e pré-condicionamento político das Revoluções Coloridas (a primeira metade da Guerra Híbrida) se tornaram muito mais sofisticadas após a descoberta de como a Cambridge Analytica fazia coleta e análise de dados de usuários de mídia social a fim de obter um conhecimento sobre-humana do que as pessoas nos países-alvo estavam interessadas, suas necessidades e a melhor forma de manipulá-las.

Isso significa que o planejamento da Guerra Híbrida entrou em uma era completamente nova, mas apenas em países onde a maioria da população (ou pelo menos aqueles dentro de qualquer uma das seis categorias identitárias que os EUA desejam atingir) usa a mídia social, o que não é o caso em grandes partes da África que estão gradualmente se tornando campos de batalha da Guerra Híbrida contra os projetos da China de implantação da nova Rota da Seda.

Como é possível responder às Guerras Híbridas?

O Estado pode restringir ou monitorar as mídias sociais, mas a primeira medida pode provocar indignação na população e confirmar as suspeitas das pessoas que o governo está suprimindo seu “direito à liberdade de expressão” porque tem “medo” do povo, o que pode ou pode não ser realmente o caso.

Já o cidadão comum precisa desenvolver seu pensamento crítico para poder diferenciar entre notícias reais, notícias falsas e notícias manipuladas, assim como entre artigos de opinião, análises e simples reportagens jornalísticas.

Quanto aos partidos da oposição, oficiais ou não, eles precisam travar suas próprias Guerras Híbridas, seja ofensivamente ou defensivamente, embora seja sempre melhor para eles ficar do lado da verdade em vez de recorrer a mentiras.

A primeira é muito mais eficaz do que a segunda e ser pego mentindo poderia diminuir a confiança do público-alvo nesses grupos. Da mesma forma, todos os lados da interminável Guerra Híbrida (que está se tornando parte da vida cotidiana) precisam expor as mentiras dos demais.

Você escreveu sobre as ações dos EUA, mas não citou ações similares da Rússia. Eles não ocorrem? As acusações contra a Rússia nessa área (especialmente em relação às eleições nos EUA) são falsas?

Meu livro é sobre o uso de um modelo particular que faz com que Revoluções Coloridas (não violentas) manipuladas por agentes externos passem a movimentos violentos de guerra não convencional. Teve como objetivo provar a existência de um método nunca antes descoberto de desestabilização do Estado pelos EUA para fins geopolíticos.

O livro é sobre a transformação de Revoluções de Cores em Guerras Não Convencionais, sobre a origem de ambas, a fase de transição e o resultado desses ciclos de agitação apoiados por agentes externos. As Guerras Híbridas não são simplesmente operações de gerenciamento de percepção ou infowars, em que todos os países do mundo participam e até mesmo muitas empresas (embora estas últimas não o façam por razões políticas, mas apenas para comercializar seus produtos ou serviços, às vezes no concorrente). despesa). Eles também nem sempre são travados por agentes estatais, ou mesmo agentes não governamentais que realizam determinada atividade contratados por um Estado.

É minha opinião pessoal que as acusações contra a Rússia não são relevantes para o modelo de Guerra Híbrida elaborado em meu livro, porque nunca houve intenção séria de organizar uma Revolução Colorida ou uma Guerra Não Convencional. Além disso, todas as acusações apontam para as atividades mais conhecidas sendo conduzidas por agentes não-estatais, que podem ou não terem agido a pedido de um Estado, mas nenhuma conexão clara com o Kremlin foi confirmada.

Outro ponto importante a ter em mente é que, mesmo se a essência geral dessas acusações for verdadeira, o que duvido, representaria apenas uma forma muito básica de guerra de informação, que é comparativamente mais tosca e tem muito menor em escopo do que a operação que a União Soviética conduziu durante a Guerra Fria, o que mais uma vez sugere que isso poderia ter sido feito por um ator não-estatal independente do Estado russo e suas agências de inteligência.

De qualquer forma, a questão é artificialmente politizada porque já foi provado que ela não teve impacto no resultado da eleição norte-americana, mas está sendo usada pelos oponentes de Trump nas burocracias militares, de inteligência e diplomáticas permanentes (“estado profundo”) e por seus cúmplices públicos (sejam “inocentes úteis” ou colaboradores) na academia, na mídia e em outras comunidades (incluindo cidadãos comuns) para “deslegitimar” sua vitória e pressioná-lo a realizar concessões políticas, mudanças de regime (desistir ou sofrer impeachment), ou reorientação do regime, por reforma do sistema de colégio eleitoral e outras medidas semelhantes. Pode-se dizer, portanto, que as acusações exageradas da chamada “interferência russa” estão sendo feitas como uma importante arma de guerra híbrida contra Trump como parte das ações do “estado profundo” dos EUA, o que é um caso interessante digno de estudo futuro com o uso do modelo de análise que desenvolvi.

Entrevista com Joceli Andrioli

por Natacha Rena e Paula Guimarães



Entrevista completa disponível em: <https://youtu.be/hvNYHNEkh8A>

No dia 6 de novembro de 2018, nós da equipe do Indisciplinar [1] recebemos Joceli Andrioli, da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), na Escola de Arquitetura e Design (UFMG) para realização de uma entrevista que abordaria os temas deste número da Revista Indisciplinar: soberania nacional e popular.

Constantes ameaças e ataques concretizados à soberania brasileira são sinalizados pelas ações de privatização de empresas e recursos naturais e estratégicos, políticas de desinvestimento em bancos e empresas estatais, estrangeirização de empresas nacionais (públicas ou privadas), assim como venda de terras para países e grupos estrangeiros, enfraquecimento das políticas de proteção social e repositionamento geopolítico do país a uma condição subalterna em relação aos países centrais ou hegemônicos. Estes fatores explicitam os interesses e disputas internacionais que, segundo nossa hipótese, desencadearam o Golpe ao Estado Democrático de Direito brasileiro, com evidente ênfase em processos envolvendo o judiciário, o congresso nacional, a mídia hegemônica e pressões explícitas de petroleiras como a anglo-holandesa Royal Dutch Shell.

Sem dúvidas, a construção de alternativas frente ao atual contexto político-econômico suscita como premente o debate sobre geopolítica e soberania nacional nas agendas dos movimentos sociais de escala nacional e internacional, assim como nos grupos acadêmicos de investigação sobre o território.

É nesse sentido que o MAB tem se destacado como um dos principais movimentos populares brasileiros que alavanca fortemente o debate da soberania energética, e por isso, não se abstém da imprescindível leitura geopolítica para compreender e atuar frente à atual conjuntura política nacional e internacional.

Desde a estruturação do movimento na década de 1970 até os anos 2000, as ações do movimento estavam focadas nos confrontos locais em defesa dos direitos dos atingidos por Barragens Hidrelétricas. Posteriormente, o movimento ampliou sua escala de atuação em direção à defesa da soberania energética do país, investigando o funcionamento das empresas do setor, bem como, os regimes de distribuição e concessão da produção.

A luta atual do movimento pró-soberania popular, principalmente do MAB, pode ser sintetizada no mote “Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular”, que puxou o 8º Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens em outubro de 2017, um grande ato em defesa das empresas e recursos naturais nacionais, sediado na cidade do Rio De Janeiro.

1. O roteiro da entrevista, que aborda a crise global do capital, as disputas geopolíticas que circunscrevem o golpe em curso no país e suas conexões com o desastre-crime no Rio Doce, foi proposto pela professora Natacha Rena, líder do grupo de pesquisa Indisciplinar e coordenadora do projeto extensionista Cartografias Emergentes do Rio Doce, e pela doutoranda Paula Guimarães, co-coordenadora do mesmo projeto. A conversa contou com a presença de pesquisadores do grupo da frente de ação Cartografias do Rio Doce e do projeto de pesquisa Geopolítica e Territórios, Danilo Caporalli, Felipe Hardy, Henrique Porto, Maíra Ramirez, Raul Lemos, Lucca Mezzacappa e Susan Lecuona. A transcrição da entrevista foi realizada por Felipe Hardy.

Nos últimos 3 anos, imediatamente após ao rompimento da Barragem de Mineração de propriedade da Samarco (empresa fusão da Vale - mineradora multinacional brasileira e uma das maiores operadoras de logística do país - com a BHP Billiton - mineradora e petrolífera anglo-australiana multinacional na Austrália), a ação do MAB é transversal a toda bacia do Rio Doce, incluindo a realização de denúncias em espaços internacionais. A parceria do MAB com diversos atores que lutam em prol de justiça social tem sido fundamental para a garantia de direitos e conquista de assessoria técnica junto aos atingidos, inclusive com autonomia com relação às empresas para apoiar os atingidos. Foi a partir deste contexto que tecemos a aproximação com o movimento, pois esta é a temática de estudo da pesquisadora Paula Guimarães, desde o mestrado e que prossegue agora no doutorado - NPGAU UFMG - e se articula com os programas de extensão Natureza Política, coordenado pela Professora Marcela Brandão, e ao Participa UFMG, coordenado pela Professora Cláudia Mayorga.

Indisciplinar [2]: A primeira questão que achamos importante dizer, iniciando a entrevista, é que temos muito interesse em compreender as relações entre território e geopolítica. Entendemos que existem múltiplas dimensões que permeiam a noção de território - o território local, território nacional - e também o territórios das lutas, onde os movimentos que nosso grupo é parceiro atuam. Mas para analisarmos estes processos, sabemos que é preciso conhecer o contexto geopolítico no qual as lutas territoriais estão envolvidas. Por isso, é importante conversar com o MAB e com a sua coordenação, porque conhecemos o movimento e sabemos que adota uma posição estratégica diante do contexto global em paralelo e articulada à atuação local, já que o MAB luta em nome da soberania popular, nacional, energética. Gostaríamos de pedir para você começar falando do contexto político mais amplo, que é a crise do capital dos últimos anos.

Joceli: Muito bem! Para nós do MAB é um prazer poder participar do debate com o pouco que nós pudermos contribuir. Nós achamos que é muito importante nesse momento histórico para todos os movimentos sociais, e também para a academia, se colocar frente a esses temas. Primeiro é o tema da atual crise do capitalismo. Na nossa avaliação é uma crise profunda e prolongada. É uma crise no centro do império, do imperialismo norte-americano principalmente, que obviamente, contamina todos os poderosos mundiais, a Europa, Japão, provocando crises em todas as grandes potências econômicas do momento histórico. Tem uma crise no centro do imperialismo, mas ao mesmo tempo, tem uma disputa a partir dessa crise. Tem uma disputa que tá na esfera da disputa intercapitalista, na nossa avaliação. Ou seja, é um momento em que ainda o capitalismo está numa fase que os grupos se matam entre eles para centralizar e concentrar capital, e por sua vez aumenta a crise. Porque ele não resolve o problema central que é do capital inconstante e da sua contradição principal: ao centralizar e concentrar, ele cria mais crise. Então é uma disputa intercapitalista. E isso, obviamente, acirra e traz uma disputa de poder junto com ela.

Mas tem uma terceira disputa que está colocada e que pouco está se discutindo nesse momento... Vamos dizer que, na nossa percepção, não há ainda um conhecimento racional, um estudo sistemático se debruçando sobre o tema. A impressão que nós temos é que nesse terceiro plano da disputa, nós temos atores diferentes, atores diferentes da característica central da crise do imperialismo. E assim, traz para o contexto uma disputa econômica diferente e por sua vez, uma disputa política diferente. Então não necessariamente é uma disputa clássica intercapitalista. Veja bem, aí nesses atores o que que nós vamos encontrar. Nós vamos encontrar uma luta interna nas grandes potências, que têm assumido papéis diferentes. Na Europa, as relações na União Europeia, do envolvimento da Inglaterra, traz esse elemento. Nos Estados Unidos, a briga política que é acirrada nesse momento da crise, trazendo um elemento conservador, que é um elemento diferente na disputa

2. A equipe do Indisciplinar iniciou a entrevista com Joceli Andrioli, da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, se comprometendo a gravar e filmar, mas não publicar o vídeo por hora. A proposta é fazer a transcrição, enviar para o Joceli e para o movimento, para que sugiram edição do que acharem necessário, e devolverem para a equipe do Indisciplinar para que se possa publicar posteriormente.

econômica e política. Mas tem um terceiro pólo que enfrenta essa disputa numa outra perspectiva, que é a perspectiva da resistência frente a essa grande crise. Só que uma resistência que está passando, em nossa opinião, de defensiva para mais ofensiva, que é o papel da China nesse momento histórico.

O que é o fenômeno capitalista na China, né? A China não se configura, na nossa avaliação, da mesma forma como o centro do Império, a partir da concentração e da centralização de capital. O que é o fenômeno da China? Tem uma grande concentração de riqueza pela sua atuação mundial na economia e ela joga as regras do jogo mundial. No entanto, internamente ela descentraliza economicamente. Como ela descentraliza economicamente? Incorporando os pobres da China no modelo econômico e de consumo. Então isso vai fazer o que? Vai fazer com que na China não tenha grandes empresas capitalistas. O Estado controla a economia, e principalmente, controla a economia a partir da direção de um partido comunista. Não parece pouco esses elementos, né? Parece uma coisa estranha frente a um período recente, um passado recente em que nós fomos derrotados na guerra fria, através da vitória para o lado norte-americano sobre os modelos socialistas. Nessa derrota, a gente vê que teve um certo fechar de olhos para fenômenos como o desenvolvimento econômico da China.

Então nós precisamos aprofundar o estudo desses elementos, para entender como a China vem se estruturando internamente e se posicionando na disputa mundial, sob as perspectivas econômica, política e social. O fato é que ela faz a disputa econômica dentro das regras do jogo a nível internacional e começou a ganhar essa briga econômica. Todos os dados indicam que a China já ultrapassa o centro do império. Veja bem, sem criar a mesma crise. Trazendo elementos de incorporação de trabalhadores, de melhoria dos índices de qualidade de vida, melhoria do desenvolvimento econômico e também do grande debate que é o desenvolvimento sócio-cultural e tecnológico, este é um elemento de grande disputa que o capital é um dos calcanhares de Aquiles, né?

Nós avaliamos assim, as saídas clássicas das crises do capitalismo são pautadas por alguns elementos: primeiro, o elemento clássico que é mais exploração da força de trabalho. Então, se definem no mundo um padrão, novos padrões de exploração da força de trabalho. E aí nós já temos um problema mundial muito grande, que é permitido com a desorganização da classe trabalhadora e a derrota estratégica da classe trabalhadora, enquanto instrumentos de luta para superar isso. Então no mundo, uma das saídas clássicas da crise do capital é a maior exploração dos trabalhadores.

Segunda disputa de peso no mundo é a disputa pela organização da produção e o papel do Estado nisso, né? Então nós temos que fazer o estudo aprofundado dos tipos de Estado de como é que os Estados estão organizados na economia de nível mundial e como o capitalismo sempre modificou o papel do Estado nesse momento das crises.

A terceira disputa é sobre as novas tecnologias, que permite a acumulação através

de novas tecnologias, reduzindo o custo de produção e aumentando a eficiência do mercado. Na atualidade, a grande disputa tecnológica se dá em como casar comunicação com produção. Então quem mais concentra nível de informação casada com produção possui maior capacidade de acumulação. Olha, nós estamos vendendo o Uber, por exemplo. O que é o Uber? Um sisteminha de computador que pelo fato de ter ele no mundo todo, pode explorar quantos milhões de trabalhadores no mesmo minuto? Através de um modelinho tecnológico, através de um aparelhinho que a massa possui hoje. A partir disso, por exemplo, se organiza uma informação e toda relação dessa cadeia produtiva no mundo. E assim, várias cadeias produtivas têm se organizado. Inclusive, já existe o debate de inteligência artificial para poder dominar toda cadeia produtiva com vários modelos analíticos de possível crise ou não, ou seja eu debato a tecnologia da comunicação, do nível de informação. E aí cresce a importância de investimento em satélites, da guerra espacial e mapeamento, inclusive de outros planetas, né? Nós estamos vendendo essa guerra se desenvolvendo nesse momento, mesmo não tendo condições de acessar. Mas por que? Porque é vital a disputa da tecnologia de comunicação na produção, de mapeamento e assim por diante.

Quarta saída clássica do capital, a disputa pela base natural estratégica. Nesse momento, as mercadorias da humanidade e as indústrias ou melhor, a cadeia de indústria mundial está organizada por um tipo de mercadoria que é o modo de consumo do povo a nível mundial. Essa que é a grande questão do petróleo a nível mundial, porque o petróleo é a base das mercadorias de massa da atual sociedade. Qual é outro elemento? A mineração. A mineração é o segundo elemento das mercadorias de massa na sociedade. Então esses dois elementos são disputados com muita intensidade e isso tem a ver com os locais onde as bases naturais são mais vantajosas em relação às outras bases. Então quem tem o mapa dos locais onde a base natural é mais estratégica? Quem sabe, por exemplo, sobre o minério de ferro, o índice de aproveitamento maior do que as outras jazidas? Quem tem o mapa e domina isso sai na frente na disputa pela base natural.

Aí podemos citar o principal, o petróleo. Porque o petróleo é a base das mercadorias mundiais e a base principal da energia dos transportes, que é a energia líquida. Não existe na atualidade energia líquida que não seja da fonte do petróleo. E todo sistema de transporte mundial está basicamente ancorado na energia líquida. Então por si só o petróleo é uma matéria fundamental. Aí o pessoal diz "não, vai substituir o petróleo". Vai, mas pelo que? A longo prazo, porque ele ainda é base das mercadorias. Pode vir a substituir do ponto de vista energético, mas do ponto de vista da base de mercadoria vai ter a disputa ainda a longo prazo.

Indisciplinar: 85% de tudo que está aqui é petróleo...

Joceli: ...tem petróleo, ou seja, do ponto de vista energético, qual é a disputa atual que influencia diretamente na disputa da mineração atual, que tem haver com

energia? A disputa da energia solar, uma grande tecnologia em abundância. Qual é o calcanhar de Aquiles da eletricidade? São as baterias. Essa é a chave da questão. Para nós que usamos celulares, já é um stress, descarrega a cada pouco. Tem que carregar, né? Cada um hoje quando vai visitar uma casa já vê onde é a tomada para carregar o celular. Então quem inventar baterias que duram mais tempo, vai sair na frente. Assim é no grande modelo elétrico mundial.

Hoje o desenvolvimento de pesquisa se dá em grandes baterias. A Europa, por exemplo, está investindo em energia solar e está construindo baterias gigantes para acumular energia solar para otimizar as matrizes. No Brasil, nós temos uma base energética nas hidrelétricas, que são grandes baterias naturais. Nós vamos precisar atuar nisso aí. Mas qual é a disputa que existe aqui? Os elementos para construir as baterias. E o elemento para construir essas baterias mais eficientes e que permitem tornar realidade o carro elétrico e várias outras tecnologias, chama-se Lítio. 90% das jazidas de lítio está na Bolívia e grande parte aqui no Brasil, inclusive no vale do Jequitinhonha. Parece que 8% do lítio do Brasil está no vale do Jequitinhonha.

Qual é o outro elemento estratégico na disputa da base natural? Estou falando de tecnologia de ponta, da grande disputa tecnológica atual. O nióbio. O nióbio é a base tanto para a fronteira espacial, como para a grande infraestrutura de energia nuclear no mundo, dos reatores e assim por diante, como da indústria de massa. Essa vai ser a disputa do momento! O nióbio vai ser um elemento incluído na indústria de massa. O que eu quero dizer com isso? Eu vou ter um carro com uma bateria mais eficiente e por si vai girar mais, mas ele vai ser mais leve. E para ser mais leve ele vai continuar com metal e plástico, mas vai ter um novo elemento que permite ele ser durável tanto quanto e ser mais leve. Esse elemento chama-se nióbio. Então, a base natural, ela adquire uma disputa diferente nesse momento nas saídas clássicas do capitalismo, quem se posiciona melhor. Bases naturais estratégicas, com grande capacidade de produção e mais eficiente ganham a disputa, né? Podemos falar isso da água, e aí nós estamos vendendo a adesão a nível mundial e os alimentos que já são nomeados há mais tempo por grandes multinacionais que já controlam mundialmente esses setores.

Então além da base natural, vem um outro elemento que nós não podemos errar na análise. É saída clássica do capitalismo o nível de dominação das massas. Ou seja, a disputa ideológica, então o quinto elemento da saída clássica do capitalismo é como eu faço a disputa ideológica. A disputa ideológica, inclusive, na atualidade se dá no estilo de fazer a guerra. A ideologia era usada para dominar as massas. Depois da escravidão que a violência foi o grande elemento de dominação de massa. O uso do poder coercitivo continua nas polícias, na organização dos estados para garantir a segurança pública através do uso do instrumento da violência, mas o grande instrumento moderno é a ideologia, que se dá em três grandes campos: ideologia nas universidades, ideologia nas escolas como um todo, ideologia nas igrejas, por essa dimensão religiosa. Isso é um tema mundial, inclusive desconhe-

cido pela esquerda, né? A esquerda não disputa isso. É uma grande lacuna porque todo sujeito é um sujeito espiritual, religioso na sua constituição. O problema é quem está por trás dominando... E a tecnologia atual, que é a disputa das massas através dos meios de comunicação. Então esses três elementos são elementos de uma mistura hoje da grande disputa mundial. Podemos ver que na atualidade, a disputa ideológica se dá através de uma organização, que está sendo apelidada de guerra híbrida. Da forma de fazer essa disputa na sociedade. Que é utilizado o mesmo instrumento das guerras. Qual é o instrumento da guerra? Cria uma mentira e massificou ela para poder justificar o esmagamento. E isso se deu em muitos países. Por exemplo, disseram "o Iraque tem bomba nuclear". Eu construo uma mentira que justifica esmaga-lo depois, né? Agora é a vez das famosas fakenews. Essa é a grande estratégia que tem sido utilizada nas políticas a nível mundial. Inclusive, as forças militares dos países discutem na atualidade o quarto comando, que é o comando cibernético, para enfrentamento da atualidade dessa disputa. Porque isso tem sido um fator de peso na disputa. Ou seja, são atualizações das saídas clássicas do capitalismo para esse momento histórico. Então a guerra se insere quase dentro da disputa ideológica. Não, não sou uma pessoa que descarta possibilidade de terceira guerra mundial. É possível. Louco existe bastante no mundo para isso, né? E o acirramento da disputa está cada vez mais agudo. Mas por enquanto ela é usada como elemento regional de disputa. Então todo mundo searma, mas essa grande disputa hoje destruiria o planeta, destruiria a humanidade, então é uma coisa mais complexa. Então qual os elementos da modernidade da atualidade? Esse tipo de guerra híbrida que é a disputa ideológica no princípio principal. Por isso desmoraliza, esmaga e domina. Esse tem sido o método a nível mundial. Bom, essas saídas clássicas, o imperialismo tem usado no mundo todo.

O problema é como vai se enfrentar isso na disputa geopolítica que está sendo pautada nesse momento? Nesses três pólos? O polo do núcleo duro do imperialismo, que tem a sua disputa intercapitalista e ele se divide em dois no mundo EUA e Europa. Com outro polo que tem elementos diferentes que é a China. Primeiro elemento escandaloso: um partido comunista no centro dirigindo. Será que é só pra inglês ver? Talvez eles queiram que os ingleses pensem assim ou todos os descendentes dos ingleses. O que o partido comunista dirige como principalidade? A disputa ideológica, a disputa das massas de seu país. Este é um elemento de estudo. Segundo elemento: o Estado. Nós temos provas disso no Brasil e em vários lugares no mundo: o Estado na economia é mais eficiente do que a iniciativa privada. A iniciativa privada pode ser mais eficiente do ponto de vista das unidades de negócio. Mas enquanto cadeia produtiva o Estado tem um nível de eficiência muito maior, anos-luz na frente da iniciativa privada. O problema é o seguinte, isso foi enfrentado do ponto de vista ideológico pelo neoliberalismo principalmente, no combate ao Estado. Por quê? Porque eles precisavam de se apropriar disso nesse momento da sua forma de saída clássica da crise. Apropria do Estado e fala que é diferente. Vou me apropriar principalmente do que? Não da disputa do Estado na

produção. Da mais valia social do Estado que é a grande disputa do momento. Isso que gera as crises financeiras do Estado é o nosso calcanhar de Aquiles. No Brasil nem tanto, se nós compararmos Brasil com outros países, nós vamos ver que aqui tem muita gordura para queimar. Nós chegamos agora a 50% do orçamento a ser usado para pagamento da dívida. Tem estado que é 100% do compromisso do orçamento com a dívida. Ou seja, tem massa para queimar essa disputa do Estado. Mas o que que isso traz? Traz a disputa do papel do Estado na produção. Na China pelo menos tem um partido Comunista dirigindo um Estado totalmente eficiente que apostou na tecnologia de massa e no desenvolvimento tecnológico incorporando as massas. Quando na iniciativa privada eu vou priorizando poucos para fazer, aqui tem o elemento da quantidade. E agora isso ta em disputa comparativa no mundo. Um elemento da guerra, esse polo não está para brincadeira, não é um polo que só vem disputando pela economia. Ele construiu força militar na sua articulação política a nível internacional e no seu desenvolvimento tecnológico interno. Então não queiram testar o poder de fogo desse terceiro bloco, porque provavelmente será uma catástrofe mundial. Ou seja, esse enfrentamento desses três fenômenos, desses três elementos, configuram a atual geopolítica. Bom, isso tem se chocado aqui na América Latina, os interesses claros desses polos. E tem reconfigurado politicamente a disputa a nível internacional também. Nível de conservadorismo que eu preciso cada vez ter menos ganho social de massa. Então eu preciso aumentar o nível de conservadorismo na sociedade e aí nós vimos resgatado aqui no Brasil esse elemento como principalidade. E quando a gente está numa aparente democracia parece que tá tudo bem. Vai avançando o debate da questão social, vai avançando o debate da questão de gênero, vai avançando o debate da questão LGBTQI's a nível mundial. Criou-se a ilusão de ruptura dos preconceitos do conservadorismo. Nesse momento eles fazem um enfrentamento. E eles fazem um enfrentamento com uma base cultural que não superou ainda essa questão e leva, por que quer a hegemonia. Nós vimos isso no Brasil. Eu sou um idealista, então eu não queria acreditar que era possível se configurar este cenário no Brasil, porque eu não tinha visão correta do que é o nível do conservadorismo nas massas. E quando eles conseguem ter um instrumento de centralização e de disputa do poder nas massas, como o discurso conservador, ganham porque a base é maior. E isso nós vimos agora no Brasil e estamos assistindo no mundo. O que vai dar isso, qual é o tempo que vai durar, não sei. Quando parece que tranquilamente estamos construindo o empoderamento, às vezes não vemos a velocidade necessária nesses momentos de mais acirramento. Os momentos de mais acirramento são momentos decisivos. Portanto, nós temos hoje um contexto mundial que são momentos decisivos do ponto de vista do grande enfrentamento. E aí vem uma questão da conjuntura que é o contexto internacional, está mais favorável ou menos favorável num contexto de esquerda? Muitos vão dizer logo na primeira impressão, está desfavorável o momento para a esquerda para a construção de um projeto de sociedade mais igualitário e de um projeto de desenvol-

vimento integral do ser humano no âmbito mundial. Mas será que é verdade? Nós estamos mais próximos dessa realidade, dessa condição objetiva do que estávamos na saída da guerra fria que foi a derrota dessa perspectiva, do socialismo real no mundo. Então esse é um debate para as esquerdas nesse momento histórico. O momento é de analisar essa disputa na esfera política e como é ela [a esquerda] se posiciona diante desse cenário? Então nós veremos que o senso comum ajuda a quem? Dizer que a China é igual aos Estados Unidos, que é imperialista tanto quanto, que o modelo econômico é capitalista não ajuda nada porque não é real cientificamente. Nós precisamos estudar e aprofundar para ver se esse modelo econômico ele se coloca como uma pauta política. O enfrentamento da crise do capitalismo pelo centro do capitalismo ta colocando esse terceiro pólo a entrar numa briga de uma forma diferente. [O terceiro polo] Vai ter que disputar um projeto político e não só mais um projeto econômico a nível mundial e esse pode ser um elemento da nova conjuntura que poucos tão vendo, né? E que nós precisamos debater e precisamos acumular conhecimento nesse momento histórico. Então, esse é o contexto mundial.

Vamos para o Brasil. O Brasil dentro dessa disputa. Primeiro: O Brasil é um grande território do ponto de vista dos interesses da atual briga, da atual disputa geopolítica e ele apresenta todas as condições favoráveis para dar fôlego às saídas clássicas da crise do capitalismo. Mas ao mesmo tempo ele é base vantajosa e extraordinária para a afirmação de um outro projeto, de um outro projeto possível de desenvolvimento inclusivo. Porque aqui nós temos uma certa organização de Estado. Nós temos uma classe trabalhadora que obteve ganhos no último período. Nós temos uma classe trabalhadora bem formada do ponto de vista do trabalho. Claro que tem um monte de gente que está excluída desse processo e vai lá dando lá seu jeito, se virando dentro do sistema. Mas nós temos uma classe trabalhadora em relação aos outros países muito vantajosa. E neste momento a reforma trabalhista e todas as outras reformas têm um papel importante na saída da crise, para viabilizar mais exploração dessa classe trabalhadora. No Estado, os elementos, a mais valia social que eu já falei, que o grande interesse é a briga dos bancos, com todas as políticas que eles fizeram na atualidade. Já desde o golpe do Temer, articulado com os Estados Unidos, via operação lava-jato, como forma de dominação ideológica e implementação do golpe, ou seja, um exemplo perfeito de guerra híbrida nesse momento. Criou-se uma operação lava-jato, que não vem para fazer justiça ou combater a corrupção. Ela vem para trabalhar as massas, para um projeto, ou seja, virou base do conservadorismo. No Brasil, por que Bolsonaro foi eleito e eles tiveram a capacidade, através desse elemento na disputa da guerra híbrida, principalmente nessa nova ferramenta de comunicação, de roubar a base que o golpe construiu, né? E a direção desse golpe, não necessariamente já era desde o início a direção que se chegou ao poder nesse momento. Ela era provavelmente a estratégia anterior de outros polos de disputa, talvez de um segundo polo de disputa ali da luta intercapitalista, que afinava um tipo de golpe. O grupo

conservador ganhou com a operação lava-jato a base necessária para levar além do conservadorismo estimulado nas massas, a base ideológica anti-corrupção que se traduziu em anti-PT. Ou seja, eles utilizaram esse elemento para fazer a disputa na política, para fazer a disputa ideológica. Voltando para disputa da força de trabalho. Várias reformas estão sendo implementadas para retirar direito. E várias formas de saquear o Estado, né? Aqui é pela base natural vantajosa, principalmente. Escandaloso! Do ponto de vista da atual disputa geopolítica mundial vemos que a energia está no centro dessa disputa. Como eu já falei aqui sobre o petróleo. Nós temos a Venezuela com mais 300 bilhões de barris de petróleo, nossa vizinha. O Brasil com a descoberta do pré-sal com 178 bilhões de barris de petróleo. Mas não é só pela quantidade de petróleo é também pela qualidade de petróleo. Sob domínio de uma estatal que controla o excedente a serviço da sociedade brasileira. Isso não interessa a ninguém esse tipo de Estado, esse tipo de intervenção do Estado para o interesse social. Então veja só: casaram elementos da disputa da base natural com elementos de como o Estado organiza isso. Por isso [para as grandes potências internacionais] é importantíssimo desmontar a Petrobrás e montar um modelo do pré-sal e ter essa riqueza só para eles. Não só a qualidade do pré-sal, a quantidade do pré-sal, a organização do Estado sobre o pré-sal é importante, mas também, a tecnologia que o Estado Brasileiro dominava para a nova fronteira de pré-sal no mundo ou de petróleo em grandes profundidades. Me parece que pelos estudos da geologia mundial vamos ter outros territórios parecidos com o pré-sal brasileiro. A Petrobrás seria a grande referência mundial. Ou seja, o Brasil participaria no centro dos maiores interesses que é a questão energética atual que é o petróleo a nível mundial com condições de empresa pública e Estado e por sua vez o seu credenciamento político no mundo para fazer essa articulação. Então esse é um dos elementos centrais da disputa aqui, né? Vamos baixar a bola desses caras, o golpe vem para isso? Com os interesses econômicos, os interesses políticos e cercar o país e tal.

Vamos lá para a pauta do desafio de resistência nesse momento histórico. Isso envolve o papel dos movimentos populares, no caso eu vou falar do MAB, dos desafios que o MAB tem. Mas que pode servir de exemplo para várias outras forças populares de esquerda. Porque nós temos um dilema no Brasil: nós não ficaremos de fora no próximo período da disputa geopolítica por tudo isso que eu já falei, porque é um território imenso. O papel do Brasil na América do Sul, de articulador regional, de polo regional e aí somados com a Venezuela. A base natural além do petróleo, minério, a mineração da atual disputa tecnológica, a água doce do mundo está nesse canto do mundo, o clima fértil, terras férteis para produção de alimento. As condições naturais que apresenta esse território e as condições políticas que esse território apresentava. Então é isso que está em disputa aqui. "Baixa a bola!". Estas condições dão um fôlego enorme ao terceiro polo de disputa. Com o Brasil, você permite realizar um novo projeto de desenvolvimento econômico internamente à crise do capitalismo. Eu acho que esse talvez seja um dos elementos que

passe despercebido por essa falta de análise da crise do capitalismo e como ele é distribuída no mundo. Porque se esse polo que não concentra e centraliza economicamente, a economia não gera crise, ele é associado a um polo como a América do Sul e o Brasil, como o articulador, é uma coisa extraordinária.

Indisciplinar: E isso é o que você tava falando do Mercosul e do BRICS junto com o Brasil no governo do PT.

Joceli: Sim, tudo junto isso vira uma coisa extraordinária. Eu diria até mesmo, uma certa possibilidade do progressismo a nível mundial. Nós estamos de novo num momento de encruzilhada histórica, como já vivemos em várias situações da conjuntura brasileira num contexto internacional. Mas essa é uma grande encruzilhada histórica. A encruzilhada histórica da soberania nacional. Porque nós estávamos construindo condições para construção de projeto de uma nação. Para isso, nós vamos interferir na disputa do que é uma lacuna histórica nossa, o acerto de contas da revolução nacional, que nós tínhamos que fazer, como dizia Florestan Fernandes. É o acerto de contas com o imperialismo. Essa conjuntura internacional de disputa, o fato de nós estarmos inseridos no centro da disputa. O centro é um pouco de exagero, talvez tenham outras partes que são prioritárias nesse momento. Mas, do ponto de vista de base natural, de condições do Estado e de todas as coisas que eu citei, nós estamos no centro. A Europa não tem água para o planeta como o Brasil tem, a Europa não tem minério como o Brasil tem.

Indisciplinar: Fora a questão do consumo interno, que é a política da parte anticíclica que a Dilma vinha trabalhando.

Joceli: Exatamente, tomar esse mercado interno que é a grande potência e articula todos os mercados internos da América do sul especialmente. Então esse é o momento em que se põe em xeque isso. Porque o que está em questão? A soberania nacional. A soberania nacional está no centro do que vai ser o Brasil. Nós vamos ser como é a propaganda do Bolsonaro? Vinculado aos Estados Unidos, se dando por perdido nisso num momento em que nós estamos interessando para o mundo? E então como é que vai ser essa relação do Brasil? Abre-se aí a chave da possibilidade do debate da soberania nacional. Está colocado nesse momento. Parece contraditório, né? Parece que está mais longe, mas se olhar bem, parece que está mais perto. Então como ter a medida justa e o aprofundamento sobre o tema da soberania nacional.

Indisciplinar: Até com relação à sociedade como um todo. Isso não era um tema. Aparentemente ninguém tava preocupado com a geopolítica. E agora as pessoas, as pessoas comuns inclusive, começam a se alertar para esse tema da soberania.

Joceli: Eu diria que é um segundo elemento de encruzilhada. Eu diria que existem três elementos de encruzilhada: um é a soberania nacional, o segundo é a soberania popular. Nós estamos em um momento histórico no Brasil em que nós vivemos de trinta anos para cá muitas transformações. Primeiro é a oportunidade do povo brasileiro se comunicar, as relações de comunicação avançaram muito no Brasil, de interligação regional, por exemplo. Segundo, a concentração, em pólos regionais nas grandes metrópoles trás uma configuração nova no país, o que vai se chocar com o Brasil rural anterior, disperso e distante. Então nós estamos em um momento de possibilidades quanto ao debate da soberania popular. Nós estamos numa fase de desenvolvimento enquanto povo brasileiro. Tanto que é decisivo para eles, os instrumentos de massa são muito disputados neste momento, porque se isso permite a disputa do poder pelo mal, pode permitir pelo bem também. Então esse é o grande desafio desse momento que está colocado que as condições objetivas de formação, de informação do povo brasileiro, está colocado. Por mais que a base ainda seja conservadora pela nossa herança cultural, nos permite dar um salto nesse momento histórico. Por isso que eles atingem diretamente algumas questões. Primeiro a questão indígena. Claro que eles atacam frontalmente a questão indígena, porque a questão indígena é o primeiro acerto de conta na soberania popular que nós teremos que fazer enquanto processo histórico brasileiro. Segundo é a questão do racismo, um acerto de contas que nós teremos ter com os escravos que foram libertos para um novo tipo de escravidão, que foi a exclusão deles do Brasil. Que é através de todos os mecanismos utilizados na transição para a libertação da escravatura do Brasil e, aí também o acerto sobre a divisão terras e de tudo isso que nós já sabemos. O elemento racismo é estimulado nesse momento, inclusive, por quê? Porque o que está em questão é esse debate, dessa grande potencial cultural brasileiro e afirmação enquanto povo que é da raiz afro-descendente de nosso país. Um terceiro elemento é a nossa herança europeia que é um potencial nesse momento histórico também.

Ou seja, nós estamos num momento, eu diria de grande processo cultural, de potencialidade cultural. O uso do conservadorismo para tentar anular esse nível de potencialidade que nós temos enquanto povo brasileiro, ou seja, a condição de soberania popular. De repente esse povo se achar enquanto povo-nação e ver que é uma potência extraordinária, sentir-se grande, sentir-se poderoso e dizer "e que tal, então, nós fazermos o acerto de contas com a questão política em nosso país".

Indisciplinar: Sim, e poder entrar na universidade, estudar, ser médico, advogado...

Joceli: Exatamente, vem a pauta da democracia. Que diz respeito não só sobre os elementos políticos da democracia, como também sobre os elementos sociais da democracia: a distribuição de renda, de igualdade social, ou seja, de projeto de desenvolvimento comum para esta nação. Então, essas três questões, a soberania nacional, a soberania popular e a soberania democrática do nosso povo brasilei-

ro, estão colocadas na encruzilhada do nosso destino novamente na forma como o contexto internacional se organizou, para mais uma vez, a partir do contexto internacional, intervir aqui. É uma intervenção externa. A avaliação do MAB é que os elementos da crise do capitalismo, os elementos de como isso configura na disputa geopolítica é que dão base ao atual do golpe no nosso país, institucionalizado agora por meio do instrumento da guerra híbrida em vitória eleitoral.

Quais são as contradições que essa condição vai trazer pro país? Chamamos as cenas do próximo capítulo. A Primeira é o cenário internacional. Há um certo conservadorismo e analfabetismo político e econômico mundial quando se diz que “eu vou me associar a parte que é mais forte que é o imperialismo norte-americano”. Quem disse que é a parte mais forte, cara pálida? Será que o exército brasileiro é ignorante a ponto de não ver a correlação de força internacional e a disputa, inclusive na esfera militar? Esse é um primeiro elemento de contradição. Por que? Porque eu não tenho como afirmar um projeto econômico de associação aos Estados Unidos sem criar um problema econômico e político interno.

Indisciplinar: E os Estados Unidos de Trump, né? Das forças conservadoras americanas? E não as forças, vamos dizer, neoliberais progressistas. E se o Trump perder as eleições, por exemplo na próxima eleição? Isso aí está em aberto, ele pode perder a eleição.

Joceli: Que é outra coisa que nós poderíamos avaliar assim: qual é a contradição que o conservadorismo, que esse momento político mundial vai trazer na disputa mundial? Estão aparecendo sinais à esquerda. A Inglaterra, inclusive, tem a possibilidades de ter eleições à esquerda. Num dos pólos da disputa geopolítica, que é dos Estados Unidos, está se colocando, pela primeira vez, um elemento à esquerda. Então aqui no Brasil, quais serão as cenas do próximo capítulo? Tem uma contradição econômica de cara, tem uma contradição política de cara. Porque, veja bem, se eu rompo relações com a China, quem que é o primeiro que perde aqui no Brasil? Mineração e agronegócio. E como é que isso se estrutura como força política no congresso nacional? Se no período eles sempre foram os grandes financiadores dessa campanha eleitoral do Brasil, fazem parte do bloco de poder hoje no atual governo. Como é que vai ser a correlação de força interna nessa disputa? Isso mostra que não é bem assim da forma que a propaganda apresenta. E se for assim, quais são os elementos da contradição? E o que que essa contradição pode retomar de janelas abertas para a retomada da proposta de desenvolvimento econômico integrando o povo brasileiro? Então essa é uma questão central. O papel de uma outra composição em que vários ministérios são formados por militares. Além disso, claramente, tem uma construção nova nas forças armadas no Brasil. Para quem viu a entrevista do Villas Boas, tem um problema na esquerda. A esquerda quando olha para os militares olha de forma cega talvez pelos traumas. Claro, faz parte. Todo mundo que foi traumatizado, carrega o trauma e traz problemas sérios

para uma visão da realidade. Não é menosprezar os traumas e os problemas que eles trouxeram e os acertos de conta com esses traumas, mas às vezes enxergar do ponto de vista do que está se dizendo ou está se organizando nesse momento histórico.

Claramente, duas coisas que foram pautadas nessa fala foram: Qual é o projeto econômico do desenvolvimento do Brasil perante a divisão internacional do trabalho? Não foi com essas palavras, mas é isso que está sendo pautado. Ou seja, qual é a proposta que nós queremos, ou precisamos, ou podemos construir? E nisso tem uma elaboração. Eu imagino que não é só uma palestra, só a fala do general das forças armadas. Eu imagino que esse debate deve estar internalizado nas forças armadas. Um outro debate, que é uma certa avaliação, uma certa autocritica sem dizer, sem juízo de valor, do que foi o papel da guerra fria no Brasil e o papel dos militares a partir da guerra fria e como isso foi sendo estruturado além do atual papel do exército brasileiro. E aí vem uma outra questão. Tem uma posição política frente à realidade brasileira que é falada como um papel interno ao nosso país. O que é mesmo o papel interno das forças armadas nesse momento do país? São coisas que vão se chocar com esse novo governo que vão ser colocadas em questões com a sociedade. Os militares, os participantes de um governo, por mais que existam, não estão participando do governo mas, obviamente, as relações estão claras, compostas aí. Vão aceitar um projeto subordinado de entrega e colocar na lata do lixo a soberania nacional do nosso país?

Indisciplinar: É, eles já se posicionaram contra a venda da Petrobrás, da privatização do complexo da Petrobrás. Mas, até então, se abstêm em relação a venda das refinarias que eles mesmo produziram.

Joceli: Então, mas veja só, que é uma coisa diferente que está se organizando aqui: Está se dando dentro de um governo conservador uma condição de uma afirmação econômica que é uma disputa clássica da crise do capitalismo que não seria permitida pro Brasil. E aí? O que isso vai trazer de elemento novo na conjuntura internacional? Obviamente que é uma análise que nós temos, que a tendência em curto prazo não gera um desenvolvimento econômico e inclusão das massas, então o elemento que tem sido propagado, que eu acho que não é blefe, acho que eles irão tentar fazer, mas não acho que não vão conseguir fazer, é o esmagamento das forças progressistas, que está sendo colocado como foco e prioridade. Tenta-se disputar as massas a partir do conservadorismo e da eliminação da parte progressista, é porque há um medo do que apresenta enquanto projeto de inclusão das massas ou que tem a oferecer. Mas isso não vai resolver esmagando a esquerda. Não vai sustentar pelo conservadorismo a paralisia das massas. Então, tende-se a um momento de muitas tensões sociais e possíveis contradições que nós devemos discutir e nos preparar para esse momento. Por isso é importante debater o papel das organizações populares, da sociedade civil nesse momento histórico.

E, a partir disso, nós vamos ter que fazer um balanço. Um balanço na perspectiva que fomos derrotados estrategicamente anteriormente. Que nós não necessariamente estávamos preparados para fazer uma luta adequada nesse momento histórico. Nós vimos a fragilidade que foi no enfrentamento. Nós fizemos coisas extraordinária em curto espaço de tempo. Nós tivemos a capacidade de construção de unidade, nós tivemos capacidade de construção de novas ferramentas, nós tivemos construção de participar das eleições, inclusive. Não foi uma concessão a questão eleitoral que fazia parte da estratégia. Os elementos de resistência em nosso país, as condições para fazer a resistência estão colocados. Então esse é um desafio importante neste momento histórico que nós não vamos aceitar calados, que vão ter contradições que nos possibilitam fazer um balanço e ver quais foram as lacunas enquanto projeto possível para o Brasil nesse momento. Esse projeto que casa os interesses da soberania nacional, da soberania popular, da soberania democrática do nosso país. Isso tem que virar base de um projeto. A esquerda tem que ter capacidade, as organizações populares sociais, se indicarem, ou seja, as forças vivas da sociedade tem que ter a capacidade de fazer um balanço do ponto de vista do que apresenta enquanto projeto de desenvolvimento econômico. Isso é quase uma coisa inexistente na esquerda. Nós, pela questão energética - o MAB discute a questão energética - várias vezes nós falamos nos vários encontros que nós precisamos discutir qual é a proposta de política industrial da esquerda. Não tem. Há uma cegueira como se isso tudo fosse um negócio de técnicos, fosse um negócio de assessores, ou seja, não é incorporado. Qual é a proposta de desenvolvimento industrial da esquerda? Então esse é um balanço que nós precisamos fazer. Dessa forma, nós víhamos construindo lampejos desse projeto num ciclo anterior, eu diria. O modelo do pré-sal cutucou a onça com a vara curta. É um lampejo do potencial que tem o Brasil de se colocar no projeto de desenvolvimento econômico no mundo hoje. E as condições que permitem isso? A atual geopolítica e a atual contradição. Se não ele vai ver que tem direito, vai ver que tem as condições para avançar. Então esse é um tema do balanço. Segundo tema do balanço: não basta ter o projeto e o colocar como objetivo. Por si só isso já é uma grande questão. Nós temos feito pouco isso. Qual é a afirmação do projeto, mesmo? E como nós afirmamos ele como objetivo. Não em um programa, em um papel, em um documento. Documento não resolve nada. É enquanto força política na sociedade para colocar esse projeto.

E aí vem um outro balanço fundamental. No Brasil, nós estamos em dúvida do ponto de vista das esquerdas da América Latina que teve uma grande derrota do socialismo real de qual o papel da resistência na América Latina, nas revoluções da América Latina que continuava acontecendo muito latentes. E aí teve um elemento de afirmação, principalmente como Cuba se afirmou no mundo. Era fundamental atualizar a forma de fazer a luta, disputando o poder político através das eleições, mas com foco central em tomar o poder político. Essa é a grande lacuna. Porque tomar poder político não é decisão política só. É fundamental ter decisão política

e tomar o poder político, a questão é como construir as forças para isso e aí nós vamos ver a grande lacuna. Por que que as massas não compareceram agora? Foi grande a vitória eleitoral nossa do ponto de vista de ter em torno de 47 milhões de votos. É uma massa extraordinária. E isso porque uma boa parte não votou. Então dizer que todo mundo é direita é errado, uns cinquenta e poucos milhões não são. Até porque muitos, se fosse o Lula candidato, votariam no Lula com certeza. Então, direita e esquerda não diz nada do ponto de vista das massas. É como que se construía a força social para a implementação desse projeto através de um trabalho enraizado nas massas. Isso não tem mais no nosso país. É quase uma coisa inexistente. Que é o trabalho da relação das organizações, sociais, políticas, civis com as massas. Com o tal do trabalho de base. O que é o trabalho de base? Não é eu ir lá no meio da favela conversar com o povo. Isso é passeio. Eu posso até atrapalhar a lógica deles lá. Então o trabalho de base é quando eu vou lá afirmar o meu projeto, eu vou disputar o cidadão comum lá da favela para o que está acontecendo no Brasil e qual a possibilidade do projeto e como esse projeto lida com seu interesse imediato. É a minha casa, é o meu emprego, é a minha escola do meu filho, é meu posto de saúde... Ou seja, então nós votamos enquanto esquerda mesmo não tendo projeto. Ele tá difuso e ele tá como programa de governo. Então ele já não vem assim, o interesse da autonomia popular. Ele não se firma como força social na sociedade. Então esse é um balanço que nós precisamos fazer. Ou seja, vai vir a estratégia de organização social ou política dos sujeitos históricos desse momento. Que é um outro balanço que nós temos que fazer. As organizações estão despreparadas para na atual forma institucional de como se organiza para essa tarefa. De ter o projeto e de ter a intencionalidade sobre as massas. Para isso falta organização. Inclusive institucional. Enquanto que do lado de lá, quanto aos elementos estratégicos de poder do imperialismo, do conservadorismo, do próprio capitalismo, está muito clara essa disputa. Um debate que nós temos que enfrentar é como essa disputa se dá na sociedade. Parece que todo mundo é totalmente do bem. Mas não é bem assim. Tem atores que estão sendo dirigidos por uma estratégia bem, de fato disputar ideologicamente e não permitir a incorporação de um projeto mais ousado de trabalho de base nas massas. Isso hoje aparece muito nas ONGs como forma do grande império atuar e vêm atuando assim desde o momento da derrota estratégica a nível internacional do socialismo real, da América Latina quando se afirma a disputa meramente eleitoral, não pelo um poder político, vamos ver que não é só opção dos partidos. Na sociedade isso vai ser disputado, vai ser organizado com novos atores sociais que se organizam para desmobilizar, para desorganizar, para não permitir a unidade de um projeto comum.

Indisciplinar: E talvez até em um conceito que a gente está tentando começar a estudar que é a questão da dissidência controlada. Que você controla essa dissidência, essa insatisfação.

Joceli: Exatamente. Nós estudamos no MAB que as grandes empresas utilizam contra nós as técnicas de resolução de conflito. Essas técnicas de resolução de conflito não são para resolver o conflito. São para resolver do ponto de vista da empresa, ou seja, não permitir que o atingido se organize, se mobilize, porque isso traz um conflito que eu vou ter que gastar se ele se organizar para ter o seu direito. Então o que as empresas fazem? Constroem técnicas de resolução de conflito. Essas técnicas são embasadas em instrumentos elaborados na universidades, inclusive, para resolver isso. Com mecanismos de psicólogos, antropólogos e de várias ciências humanas para disputar isso. E isso também se afirma no financiamento de ONGs, para ter interlocução, ou seja, roubar a interlocução do movimento social de construir uma força própria capaz de reivindicar o seu direito. A Amazônia que o diga, né? Quantas mil ONGs encontramos na Amazônia nesse momento? A pergunta é: fazendo o que, para que, com que projeto político? Com isso eu não estou querendo riscar o papel das ONGs da possibilidade de uma construção unitária de um projeto. A questão é, num balanço geral dos instrumentos de organização social, como distinguir quem são os que estão atuando ao nosso lado e que precisam recuperar a sua organização e quem são os que precisam ser combatidos nesse momento histórico?

Indisciplinar: A própria saída que foi dada para a recuperação da bacia do Rio Doce, ela vem através da criação de uma fundação. De uma fundação privada, a Renova. Ela contribui também para esse controle das empresas sobre o território atingido e de alguma forma isso ameaça também a soberania nacional, já que é uma empresa transnacional controlando o território, a partir do uso dessas estratégias.

Joceli: Sim. Esse debate foi feito aquela vez lá no Sexta Valente no balanço de um ano, né? Além de fazer o balanço de um ano, nós tentamos identificar as estratégias que estavam por trás dessa disputa e se foi de fato um crime. É um crime porque não foi avisado à população que ia romper e eles sabiam ou teve um possível planejamento em relação à lógica produtiva ali? Existe também uma disputa inclusive entre as duas empresas. São duas das maiores multinacionais da mineração do mundo. Inclusive tem que estudar isso como configura essa relação política entre elas. Uma locada no centro de um polo da disputa intercapitalista mundial, que é o papel da Inglaterra e a forma que ela se organiza no mundo. A Inglaterra enquanto um pôlo de disputa casada, associada às outras elites. Na postura da guerra, aqui no Brasil e na forma que ela vem fazer a disputa geopolítica aqui e o grupo Vale, como ele se configura nessa disputa. O fato e o óbvio é o seguinte: a base natural minerária está sendo disputada e o Brasil vai ser ator principal no próximo período. Quem tiver as empresas aqui, estruturadas aqui, ou associadas a ela é que vai ganhar essa disputa. Então a Vale se torna extraordinariamente estratégica nessa disputa internacional. A pergunta é: como esse crime

acirra ou não essa disputa? Até onde se junta ao plano de interesse econômico e imediato sobre aquela base produtiva e até onde esse crime é usado nessa disputa geopolítica. Porque que até hoje a Samarco não botou o pé lá? A pergunta é: a Samarco não tem poder político para ter voltado a operar depois de três anos ou faz parte um plano intencional? E ela tem ganhando dinheiro parada. Que é uma das grandes questões. Algumas perguntas podem nos esclarecer isso. Primeiro, onde é que está indo o contrato de energia que a Samarco tem com a Cemig? Para quem eles tão vendendo energia e a que preço? E quanto que isso gera sem nenhum trabalhador? Um computador e um contrato que eu passo direto para o outro, comercializando ele e ganhando bilhões na atual preço de energia. Especialmente para eles que geralmente comercializam no mercado de curto prazo. Mecanismo que eles usaram inclusive quando estavam com uso ativo de energia. Foram 400 e poucos milhões na venda da sobra de energia. Parado é interessante para elas, que ganham dinheiro do seguro de uma das grandes seguradoras internacionais. Mas tem uma outra questão, a disputa pelo território. A Vale considera que “isso aqui eu já tenho, não tô disputando. Se a minha parceria que fortalece meu inimigo, por que que eu não paraliso e potencializo onde é só meu?”.

E as minas do Pará são muito mais produtivas que as de Mariana. Agora, enquanto projeto econômico é extremamente rentável porque possui uma estrutura organizacional perfeita. A mina é menos eficiente que a do Pará, mas tem um sistema logístico estruturado, ou seja, bem montadinho, com a fábrica, contrato de energia, com a logística construída que permite por anos ser o extrativista de matéria prima. Então, por que essa briga em torno da retomada da operação?

Nem apresentou um projeto logístico para voltar a operar. Quando é que vai ser? Em três anos não apresentou qual é a nova alternativa para depositar o rejeito.

Está apresentando uma medida paliativa que vai durar dois, três anos. E por que não apresentou uma medida estrutural se a mina no atual ritmo que vinha extraindo ainda tem mais 112 anos de exploração? Ou seja, tem uma exploração a longo prazo, tem uma estrutura consolidada que precisa ser otimizada o mais rápido possível, então pode fazer funcionar essa unidade de negócio. Por que ainda não apresentou uma lógica estrutural sobre o rejeito de minério? Está esperando não ter germano para apresentar a forma definitiva? Ou está fazendo briga “de tempo” com o adversário mundial na disputa geopolítica nesse momento? Tudo é possível. Provavelmente daqui um tempo nós vamos saber melhor disso.

Tirando a disputa entre eles e a disputa pelo grande capital, vem como elas [as empresas] vão pagar essa conta. Isso fica claro nos métodos e nos mecanismos estabelecidos pela Vale, pela BHP que são responsáveis do crime através da Samarco e montaram a fundação Renova como uma das estratégias. “Eu tiro o meu CNPJ, boto um outro CNPJ para responder a partir de um acordo que eu faço pelo meu poder, do meu CNPJ, né? Junto com as instâncias do poder do Estado. Eu afirmo determinada coisa que me interessa, coloco uma nova fundação a gestar esse acordo e a partir dessa [fundação] estabeleço uma relação de disputa pelo

território, disputa de poder no território que no Rio Doce coincide com o transporte do sistema de logística da Vale". E aí a gente vê claro: primeiro, as técnicas de resolução de conflito; segundo, a terceirização do crime; e terceiro, o uso do crime como uma oportunidade de negócio afirmando uma força social no território através da computação de várias entidades, de várias instituições para esse trabalho. Ou seja, capitalizam o crime, constroem a base de sua atuação a partir das técnicas de resolução de conflito para inibir qualquer organização autônoma dos atingidos que, obviamente, tendo uma organização autônoma confrontam "quais os motivos do crime? O que de fato está sendo explorado aqui? Isso aqui é de quem? Serve para quem? Para que esse tipo de projeto? Questionam economicamente o negócio e, mais do que isso, se reconhecem no território como um sujeito de direitos e um sujeito de direitos não só corporativos. Corporativo dos interesses econômicos de como é que vai solucionar o problema do passivo socioeconômico, mas do grande e presencial ator de visão e eu diria assim, de protetor do meio ambiente. Por que? Porque o crime ambiental é de tamanhas proporções, que talvez se um dia tivesse uma medida real econômica para solucionar o passivo ambiental criado pelo rompimento da barragem, talvez não viabilizasse o próprio negócio mais.

Então elas [as empresas] precisam ter uma força no território que não permite a manifestação dessa noção ambiental por uma força popular na sociedade, porque o povo vai cobrar. O povo é sensível, só que ele tem uma contradição. As famílias daquele território sofrem tentativas de manipulação pelos vários esquemas que estão sendo construídos. Mas o fato delas serem contaminadas ambientalmente - isso está se provando e se desdobrando ainda do crime -, não tem como tem como tirá-las da situação de olhar para questão ambiental. Os problemas da saúde começaram a acontecer.

Da mesma forma, tem o problema das atividades econômicas que não tem como retomar enquanto não resolver a contaminação, a exemplo da cadeia da pesca. Então esse é um entrave que faz a empresa admitir gastar bilhões, mas ao mesmo tempo, combater a lógica de empoderamento do sujeito de direitos, e eu diria, também combater o olhar sobre a questão ambiental, porque a vida desses atingidos está em risco nesse momento.

Então essa é a briguinha que nós estamos acompanhando e que, a maioria não tá vendendo, a maioria está vendendo uma oportunidade de negócio. É só olhar para nossas organizações, né? Em um período de crise em que vivenciamos um golpe e vários projetos de governo, muitas organizações estavam com sua base colocada ali, dependentes de um projeto de governo e aí aparece, de repente, num momento de crise uma oportunidade de negócios.

A partir de um computador, eles constroem um projetinho baseado na lógica do consenso e partem para o território e fazem coisas absurdas, sendo alicerce desse capital aí que tá destruindo tudo e todos, e sendo base para uma disputa muito maior que a gente possa achar que se apresenta nesse momento histórico. Então, essa é uma lacuna: o papel da organização nesse momento histórico.

Então a luta, na qual a gente firma a resistência corre dois riscos graves nesse momento nesse conjunto. Primeiro é o risco de não fazer o balanço necessário da realidade. Crise ideológica para isso não falta, para não enxergar a realidade como ela é. Segundo é que não tenha proposta política cabível ao momento histórico.

Então a gente pode cometer equívocos: um é, como eles estão ameaçando me exterminar, é eu fugir, me esconder, nem existir mais enquanto organização. Isso não vai trazer nada em contribuição, porque a luta espontânea, as tensões sociais dentro desse plano não vão levar o Brasil a lugar nenhum, sem a afirmação de um projeto de poder, de força social, de atuar nas contradições. Segundo é o voluntarismo. Então agora vou radicalizar assim como eles querem e vou cair na arapuca. Vou ser esmagado por inconsequência. Porque eu não tenho o apoio da sociedade para ações inconsequentes. O povo não é bôbo, e por isso não se coloca em risco. Especialmente o Brasil que tem sua formação muito inteligente, eu diria. As massas sabem sobreviver num país em um dos momentos mais difíceis da conjuntura. O problema é que esse voluntarismo se isola das massas. Então vai ser provavelmente esmagado.

Qual é a tarefa? É construir o projeto, fazer o balanço e adequar a estratégia de resistência nesse momento histórico. A gente fala inclusive, que tem que estudar e apropriar de quais são as formas de resistências que foram construídas a nível mundial. Quais as possibilidades da articulação internacional? Como é que eu me relaciono a nível mundial? Como é que eu me posicione nessa questão?

Então a questão internacional é estratégica nesse momento. A questão de fortalecer as convicções e a inteligência coletiva, o debate com a sociedade é fundamental. Eu tenho que fazer o debate com a sociedade, né? Então esse é o momento que afirma o papel dos movimentos. Não só pensar no empírico. Se minha categoria está sendo agora exterminada porque vão privatizar o setor de saúde, por exemplo, está sendo exterminada porque tem um projeto político, tem a disputa internacional e que se a gente não tiver construído um projeto político e esse projeto político não se estruturar nas massas, a gente não vai fazer disputa real. Aliás, não vai nem participar da disputa. É pior. Nem terá a chance de participar dessa disputa. Então esse é o desafio da construção das forças nesse momento histórico, diante do contexto internacional e conscientes do papel que o Brasil exerce nesse cenário internacional. Ou seja, nós temos uma responsabilidade muito grande no momento histórico do nosso país enquanto classe trabalhadora, enquanto instituições que sonham ainda que um Brasil soberano, democrático e popular seja possível.

Sobre um Projeto Nacional de Afirmação da Soberania

About a National Project on Sovereignty Endorsement

Patrus Ananias de Sousa*

Resumo

O texto aborda um breve histórico sobre o conceito de Soberania e de Estado, de Aristóteles aos Contratualistas, e traz reflexões sobre os elementos essenciais à construção de um Projeto Nacional de afirmação da Soberania no atual contexto brasileiro e mundial. Partindo da premissa que os seres humanos se desenvolvem em comunidade ressalta a importância do Estado nacional, cuja força está no exercício pleno de sua soberania. As integrações regionais e globais são extremamente importantes, mas não diminuem a necessidade de um Estado com identidade própria, economia forte e sustentável, que acolha seu povo promovendo o seu bem-estar de forma ampla e integrada. O texto aborda então eixos centrais para a construção do mencionado Projeto Nacional, reforçando que as políticas públicas de redução da desigualdade social e, sobretudo, de fortalecimento da educação e do trabalho (inclusive nas suas novas formas), são primordiais para o estabelecimento de um Estado soberano.

Palavras-chave: soberania, Brasil, projeto nacional.

Abstract

The text addresses a brief history of the concept of Sovereignty and State, from Aristotle to the Contractualists, and brings insights about the essential elements to the construction of a so-called “National Project of affirmation of Sovereignty” in the current Brazilian and world context. Starting from the premise that the human beings develop in community, emphasizes the importance of the National State, which strength is in the full exercise of its sovereignty. Regional and global integrations are extremely important, but they do not set aside the need for a State with its own identity, a strong and sustainable economy, that welcomes its people by promoting their well-being broadly and in an integrated way. The text then addresses central axes for the construction of the aforementioned National Project, reinforcing that public policies to reduce social inequality and, above all, to strengthen education and work (including their new forms), are essential for the establishment of a State sovereign.

Keywords: sovereignty, Brazil, national project.

Breve histórico do conceito de Soberania

Na conceituação trazida pelo dicionário Houaiss (HOUAISS, 2001, p. 2854) para Soberania verificam-se alguns elementos, a saber: “qualidade ou condição de soberano”; “território de um monarca soberano (rei, príncipe, sultão, etc)”; “poder político supremo do Estado como afirmação de sua personalidade independente, de sua autoridade plena e governo próprio, dentro do território nacional e em sua relação com outros Estados”; “conjunto de poderes que constituem um Estado politicamente organizado”. E destaca-se a conceituação de soberania popular como “doutrina política que atribui ao povo o poder soberano”.

Soberania não é um fato, mas um conceito construído historicamente. Cumpre observar que os seres humanos não se submetem exatamente à soberania, mas ao poder. Poder das armas, poder econômico, poder do povo. No período conhecido como Idade Média no Ocidente, o poder maior encontrava-se com a Igreja Católica. Em uma esfera intermediária estavam os senhores feudais e as corporações. Neste momento da história os poderes dos reis estavam mais enfraquecidos, atenuados.



Já no início da Idade Moderna, Jean Bodin (apud MARITAIN, 1966), teórico do absolutismo, preconiza que os princípios soberanos são estabelecidos por Deus. Com os filósofos da Teoria Contratualista a partir do século XVI com Thomas Hobbes e chegando ao século XVIII com Jean-Jacques Rousseau constrói-se poderosa ficção histórica da teoria do contrato social do Estado.

Thomas Hobbes (HOBBES, 1983) sustenta não mais a soberania como vinda de Deus, mas dos homens. Reconhecendo toda a fragilidade dos homens – que em estado de natureza viveriam em estado permanente de guerra de todos contra todos, em total insegurança, atribuem a alguém a responsabilidade de organizar o Estado. O poder então é atribuído ao rei pelos homens, desde que sejam respeitados três pilares: a vida, os contratos e a propriedade.

Na teoria de John Locke (LOCKE, 1983) há uma ampliação das condições para o exercício do poder pelo rei. Constrói-se a ideia de parlamento, de garantia de liberdades básicas como a de pensamento, mantendo-se sempre o respeito à propriedade.

Jean-Jacques Rousseau (ROUSSEAU, 1983) já traz novos elementos ao contrato social ao tratar de uma vontade geral que incorpora e transcende as vontades individuais, na perspectiva do bem comum. No pacto social de Rousseau as pessoas não abrem mão de sua liberdade; a soma das liberdades individuais promove a soberania da coletividade.

A soberania é expressão desta vontade geral. Com Rousseau nasce também a ideia de corpo político que distingue da de soberania por ser menos estável e permanente. Em síntese, com Rousseau emerge a ideia de soberania popular, que não se transfere.

Soberania e o Brasil

Após essa breve digressão histórica da construção do conceito de soberania, vemos atualmente este conceito sendo questionado, como se fosse um conceito em decadência. O conceito de Estado também estaria vivendo o seu declínio? Não haveria mais sentido na existência de Estados Nacionais na era da globalização?

Diante destas questões divergimos de Vladimir Safatle (SAFATLE, 2016) para quem a soberania é, no máximo, um pacto temporário. Entendemos que o Estado não é um meio, mas sim um fim que possibilita a vida comunitária. E recorrendo a Aristóteles (ARISTÓTELES, 2009), para quem, a pessoa humana fora da comunidade ou é um deus, ou é um monstro,

buscamos a dimensão societária e comunitária do ser humano.

Entendemos que somos essencialmente seres comunitários, suplicantes do olhar do outro, do reconhecimento do outro. Nenhum de nós dá conta de viver sozinho, somos dependentes uns dos outros. Se para Aristóteles no princípio era a comunidade, com os contratualistas passa a ser o indivíduo. Ocorre que reconhecer a individualidade de cada ser humano e defender que cada um possa desenvolver suas potencialidades não esvazia a dimensão comunitária da nossa existência.

Discordamos da compreensão de que a globalização – que entendemos ser articulada prioritariamente em torno da concentração do dinheiro – esvaziaria o sentido da existência dos Estados Nacionais. Não podemos abrir mão dos Estados Nacionais que refletem a identidade e a forma de organização dos povos.

A humanidade avança a partir da contribuição das comunidades e das culturas nacionais. As pessoas se mobilizando em torno de um passado, de uma cultura e história comuns, constituem uma comunidade nacional. E a comunidade se organiza no Estado, que é a sociedade politicamente organizada.

Mas podemos então afirmar que o Brasil é hoje um país soberano?
Plenamente soberano?

Temos uma questão extremamente delicada no Brasil: a nossa independência. Nos tornamos independentes de Portugal através da proclamação feita pelo príncipe herdeiro, que em seguida se tornou imperador do Brasil. Para tal proclamação pagamos uma fortuna a Portugal, que transferiu os recursos para a Inglaterra.

É necessário confrontar as nossas travas históricas, a começar pelo processo de independência do Brasil, que é um processo inconcluso.

Após a independência, tivemos nossa própria monarquia escravocrata. E o processo de abolição, apesar de ser uma conquista do movimento abolicionista, foi feito sem nenhuma reparação ou compensação financeira aos negros libertos (ALONSO, 2015). A liberdade veio acompanhada de precariedade e miséria.

No período da República Velha tem-se o Estado brasileiro completamente privatizado, na verdadeira República dos Coronéis. A eleição era “a bico de pena”, com o total controle dos caciques políticos sobre os eleitores (cuja boa parte encontrava-se inclusive no cemitério e era especialmente “ressuscitada” para a ocasião).

A década de 1920, por sua vez, tem sua importância ao refletir um momento que o Brasil tenta se encontrar como nação soberana. No ano de 1922 temos diversos acontecimentos relevantes: início do Movimento Tenentista (Revolta do Forte de Copacabana), a Semana de Arte Moderna e o início do modernismo na literatura brasileira, a fundação do Partido Comunista Brasileiro e a retomada da Igreja Católica como militante política (fundação do Centro Dom Vital e a revista “A Ordem”). Continuando o Movimento Tenentista, em 1924 houve a Revolução de São Paulo que se desdobrou na Coluna Prestes.

Não se pode ignorar que o período do governo Arthur Bernardes (1922 a 1926) foi extremamente conturbado, tendo sido decretado estado de sítio inúmeras vezes, face às mobilizações da época. O país estava vivo, inquieto, insatisfeito com as oligarquias tradicionais.

A Revolução de 1930 trouxe consigo avanços, mas também problemas, impossibilidades. Se por um lado não tocou na questão agrária, a Revolução de 1930 deu um passo à frente para reafirmar a soberania nacional, o Estado brasileiro, mesmo com todas as contradições, inclusive a ditadura do Estado Novo.

A partir dos anos 1950, com o advento da chamada Guerra Fria, mais uma vez retrocedemos, e vemos o Brasil se tornar uma grande área de influência dos EUA. Como sabemos hoje e muitos já intuíam na época, o Golpe de 1964 foi fomentado pelos EUA quando nos movimentávamos para o desalinhamento com os seus interesses e discutíamos questões nacionais.

Após o período da ditadura vivemos a retomada do Processo Democrático, que tem seu ponto alto a promulgação da Constituição da República de 1988, e seus desdobramentos através de leis possibilitadoras do exercício dos direitos sociais que encontrariam seus momentos de maior expansão nos nossos governos progressistas de Lula e Dilma. Desde a Constituição de 1988 o Brasil trilhou avanços crescentes no que tange à sua soberania, culminando na esplêndida política externa desenvolvida pelo chanceler Celso Amorim no governo Lula.

Mudamos a nossa postura perante o mundo. Como ressaltou Chico Buarque, passamos a falar grosso com os EUA e com delicadeza com a Bolívia. Desenvolvemos importantes relações com os países da África e da América Latina, seja por questões históricas ou geopolíticas. Além disso, passamos a investir em infraestrutura, em desenvolvimento de tecnologia (sendo a descoberta do pré-sal a evidência maior desses

investimentos), além de investir na redução da desigualdade social.

Mas este importante processo de avanço em relação a nossa plena independência e à soberania nacional ficou travado com o Golpe e seus desdobramentos. São evidentes os retrocessos do momento histórico que estamos vivendo. Eles se refletem não só em todos os dados econômicos e de aumento da miséria, mas também quando passamos a ser pautados pela intolerância e pelo ódio ao outro, ao diferente.

A História testemunha que parcela poderosa, possivelmente hegemônica, da burguesia brasileira é apátrida. Quem nunca gostou dos nossos povos originários e tradicionais, de quem descendemos, como vai gostar do Brasil? O discurso das classes dominantes para justificar a opressão sempre foi no sentido de inferiorizar negros e índios, bem como mulheres e homossexuais, assim como gostam de disseminar a ideia de que o povo brasileiro é incapaz de construir uma grande sociedade.

Precisamos pensar um país verdadeiramente soberano, dono da sua história, titular do seu destino; economicamente forte, socialmente justo; um país acolhedor, saudável do ponto de vista ambiental, que preserva os seus recursos naturais, as suas riquezas para gerações futuras. Para construir tudo isso temos que pensar um Projeto Nacional para o Brasil.

Sobre o Projeto Nacional

Diante de tantos retrocessos, desde de 2016 há uma movimentação maior de frentes, movimentos e partidos no sentido de pensar um Projeto Nacional ao Brasil. Neste contexto inclusive que em 2017 criamos no Congresso Nacional a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional.

Trago para reflexão em síntese os principais eixos que deveriam nortear o Projeto Nacional.

Como pano de fundo, reafirmamos o compromisso histórico com a construção de um socialismo democrático no Brasil, sabendo dos desafios que temos para discutir exatamente sobre o que isso seria. Mantendo então o socialismo democrático no horizonte, temos o desafio de no curto e médio prazo disciplinarmos e normatizarmos o capitalismo.

A despeito de todos os avanços e conquistas que tivemos nos nossos governos, não conseguimos nos desvencilhar de um capitalismo selvagem que na verdade tem se colocado cada vez mais hegemônico em grande

parte do mundo. Para a tarefa de “domesticar” e normatizar o capitalismo seria necessário:

a) Afirmar o princípio da comunidade e do bem comum em oposição ao poder do dinheiro, do mercado. Devem ser estabelecidos limites à livre iniciativa e à propriedade privada que devem estar subordinados às exigências superiores de um projeto de nação, do direito à vida, do bem comum e da convivência comunitária. Quem vive e explora os recursos de uma comunidade, deve compensar o ônus a essa mesma comunidade, até para possibilitar que todos da comunidade tenham os mesmos direitos e oportunidades;

b) Enfrentar o grave problema da violência. No Brasil temos estatísticas assustadoras – 60 mil homicídios/ano e 50 mil mortes no trânsito/ano (dado que não é devidamente discutido por causa dos interesses da indústria automobilística). Ou seja, mais de 110 mil mortes violentas no país a cada ano, o que supera o número de mortes de países que vivem declaradamente uma guerra civil. No combate à violência, além das necessárias medidas e políticas de segurança pública é necessária a afirmação do primado da vida; afirmar tudo aquilo que garante a vida, as políticas públicas sociais que garantem a vida – saúde, educação, segurança alimentar, saneamento básico e moradia. Carecemos com urgência no Brasil estabelecer no nível das leis e das práticas convivenciais o primado da vida;

c) Afirmar o princípio constitucional da função social da propriedade e das riquezas. Esse princípio implica em realizar três reformas estruturais que ainda não conseguimos fazer: Agrária, Urbana e Tributária. Não é razoável que em pleno século XXI a especulação imobiliária prevaleça sobre o direito de moradia, sobre os espaços públicos, sobre a produção de alimentos saudáveis. Temos que enfrentar que o nosso sistema tributário é basicamente regressivo, onerando desproporcionalmente o trabalhador assalariado na sua renda e no seu consumo, enquanto desonera dividendos, grandes fortunas, doação e transmissão causa mortis;

d) Afirmar a soberania popular através do exercício efetivo dos deveres e direitos da cidadania, da democracia participativa. Neste ponto consideramos nos nossos governos poderíamos ter dado continuidade e aperfeiçoado o orçamento e planejamento participativo. Também na esfera federal o povo deve participar da definição das prioridades e execução dos orçamentos públicos. Esta, inclusive, é uma forma efetiva de combate à corrupção! Em um país de dimensões continentais como o

Brasil, a execução desta proposta se alia ao desafio do desenvolvimento regional e territorial;

e) Defesa das riquezas do país – além do pré-sal (em grande parte já entregues a empresas estrangeiras que nada investiram na pesquisa e agora terão acesso à exploração deste bem nacional) e das riquezas do subsolo que podem gerar renda e proporcionar uma revolução nas áreas de educação e saúde, não podemos admitir a venda irrestrita de terras a estrangeiros. É preciso defender as nossas águas, seja direta ou indiretamente (como na ameaça que se coloca com a proposta de privatização da Eletrobrás). Trata-se de um compromisso mínimo nosso com as gerações futuras;

f) Retomada da política externa voltada para fora do eixo exclusivo EUA-UE, abrangendo África, América Latina, Ásia e países árabes;

g) Integração das políticas públicas que são interdependentes – a educação depende da saúde (para que as pessoas tenham plenas condições de estudar), que, por sua vez, depende da nutrição e da segurança alimentar, assim como depende do saneamento básico, da moradia digna etc. Mas entre as políticas públicas, duas se destacam como fundamentais para o Projeto Nacional:

1) Educação, como um projeto pedagógico para o Brasil a fomentar a reflexão, e como projeto de desenvolvimento tecnológico e cultura, essenciais ao desenvolvimento da soberania

2) Trabalho, como um direito pessoal e um bem fundamental para o país, através do qual o país de constrói. Importante também perceber o trabalho dentro do contexto de novas formas de produção e de economia (economia solidária, cooperativismo).

Conclusão

Consideramos então os seres humanos como seres sociais, que se desenvolvem em comunidade. A partir daí as comunidades devem ser fortalecidas no Estado nacional, cuja força está no exercício pleno de sua soberania. As integrações regionais e globais são extremamente importantes, mas não diminuem a necessidade de um Estado com identidade própria, economia forte e sustentável, que acolha seu povo promovendo o seu bem-estar de forma ampla e integrada. Por isso as políticas públicas de redução da desigualdade social e, sobretudo, de

fortalecimento da educação e do trabalho (inclusive nas suas novas formas) são primordiais para o estabelecimento de um Estado soberano.

Referências

- ALONSO, Angela. Flores, votos e balas – o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Cia. Das Letras, 2015
- ARISTÓTELES. Política. (Trad. Nestor Silveira Chaves, São Paulo: Edipro, 2009
- BODIN, Jean, apud MARITAIN, Jacques. O Homem e o Estado. (Trad. Alceu Amoroso Lima), São Paulo: Agir, 1966.
- HOBBS, Thomas. Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. (Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Lizza da Silva). São Paulo: Ed. Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1983
- LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o governo. (Trad. Anoar Aiex e E. Jaci Monteiro). São Paulo: Ed. Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1983
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. (Trad. Lurdes Santos Machado). São Paulo: Ed. Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1983
- SAFATLE, Vladimir. O circuito dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo, Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

***Patrus Ananias de Sousa** é Deputado Federal, lecionou nas Faculdades de Direito e de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais a cadeira de Direito do Trabalho, depois a cadeira de Introdução ao Estado de Direito; Dirigiu a Editora PUCMinas e o Instituto Jacques Maritain. Pesquisador da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e lecionou na Escola do Legislativo. Participou do processo de construção do Partido dos Trabalhadores foi eleito vereador em Belo Horizonte em 1988, eleito prefeito da mesma cidade em 1992; eleito deputado federal em 2002, foi convidado pelo presidente Lula para implantar o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Foi eleito novamente deputado federal em 2014 e assumiu no 2º governo da presidente Dilma Rousseff, o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em 2018, foi reeleito Deputado Federal por Minas Gerais. Integra a Academia Mineira de Letras e o Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade. Tem vários trabalhos publicados.

a

r

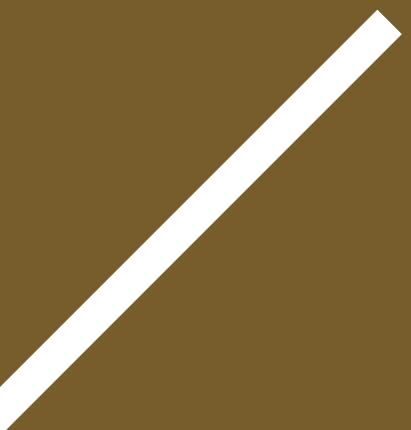
i

g

o

s

t





Geopolítica, soberania e hegemonia: o Brasil e a centralidade do território nos processos de globalização

Geopolitics, sovereignty, hegemony: Brazil and the centrality of the territory in the globalization processes.

Fábio Tozi*

Resumo

Este artigo busca, inicialmente, recuperar alguns autores centrais da Geografia Política e da Geopolítica, mostrando a pertinência e atualidade de suas ideias. O objetivo desta reconstrução teórica é apresentar a relação entre espaço e poder a partir de diferentes leituras. Em um segundo momento, procura-se debater a noção clássica de soberania, apoiada no Estado territorial, e sua definição contemporânea. No período atual, no qual os processos de globalização impõem visões cosmopolitas sobre as visões isolacionistas, soberania e hegemonia são exercidas por Estados e corporações para além de suas fronteiras nacionais. Nessa direção, novas cooperações e ações estratégicas, como BRICS, Belt and Road Initiative (BRI) e o “renascimento” da Eurásia via União Econômica Européia (UEE), são centrais. Por fim, na terceira parte do artigo, o território brasileiro é trazido para o centro do debate geopolítico, nas suas dimensões interna e internacionais, revelando as tensões contemporâneas da integração externa do país, particularmente a partir das descobertas de petróleo na camada do pré-sal, nas águas da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileira, conhecida como Amazônia Azul.

Palavras-chave: Geopolitics; Territorial sovereignty; Global hegemony; Pre-salt oil; Blue Amazon; Brazilian territory.

Abstract

This article initially seeks to show the current ideas pertinence of some central authors of Political Geography and Geopolitics. This theoretical review aims to presenting the relationship between space and power from different points of view. Then we debate the classic notion of sovereignty, supported by the territorial State, and its contemporary definition. Currently the globalization processes impose cosmopolitan over isolationist visions, which leads the states and corporations to exercise the sovereignty and hegemony beyond national boundaries. In this sense, new cooperation, such as BRICS, Belt and Road Initiative (BRI), and the “rebirth” of the Eurasia via the Eurasian Economic Union (EEU), are crucial. Finally, in the third part of the article, we bring the Brazilian territory to the core of the geopolitical debate in its internal and international dimensions. We finally analyse the tensions of the country's international integration from the oil discoveries in the pre-salt layers, that is part of the Brazilian Exclusive Economic Zone (EEZ), known as Blue Amazon.

Keywords: Geopolitics; Territorial sovereignty; Global hegemony; Pre-salt oil; Blue Amazon; Brazilian territory.

Introdução: espaço e poder; espaço é poder.

Parece não haver dúvidas acerca da pertinência da Geografia Política e da Geopolítica para um país de dimensões continentais dinamicamente inserido no mundo da chamada globalização. Sendo este o caso do Brasil, por que, então, essas duas palavras se tornaram exóticas no debate científico e público nacionais? Aliás, não é incomum que a geopolítica seja tratada como sinônimo de “teoria da conspiração”, com observa Defarges (1994).

Em sua distinção mais corrente (BECKER, 1988; COSTA, 1991; DEFARGES, 1994; CASTRO, 2005; BORON, 2014), a Geografia Política apresenta-se como um ramo da disciplina Geográfica, logo, trata-se de um ato reflexivo, um pensar amparado em métodos científicos buscando uma coerência explicativa baseada em categorias analíticas. Friedrich Ratzel cunhou o termo Politische Geographie em 1897, com a publicação de sua obra homônima. A Geopolítica, por sua vez, pode ser compreendida tanto como a ação política conjuntural a partir do espaço, quanto a sua leitura e interpretação. Trata-se, portanto, de compreender a ação agindo nas suas leituras, em dinâmicas que se redefinem constantemente sob o peso das ideologias e do pragmatismo dos agentes envolvidos. A referência ao termo faz menção à contribuição de Rudolf Kjellen, a partir da publicação de sua obra *O Estado* como forma de vida, em 1916.

Todavia, recuperar a observação de Bertha Becker (1988) é fundamental. Para a autora, as distinções formais entre Geografia Política e Geopolítica devem ser repensadas considerando: i) a velocidade espantosa de transformação do planeta desde a Segunda Guerra; ii) a crise das ciências sociais, nem sempre capazes de compreender o movimento da sociedade, as novas estruturas de poder e sua capacidade propositiva em relação ao futuro. Nesse sentido, fazemos eco à proposta da autora, defendendo a importância de retomar e atualizar o caráter explicativo das relações híbridas entre Geografia Política e Geopolítica, e não insistir em novas distinções formais entre ambas, que pouco permitiriam avançar no debate da relação entre espaço, política e poder.

No contexto geográfico do século XXI, constata-se a decantação de um novo período histórico, denominado, por Milton Santos (1996), período técnico-científico-informacional. No Brasil, esse período assume feições geográficas, também chamadas de meios geográficos, representativos da alta seletividade racial da ação política, traduzida em abissais desigualdades socioespaciais no que diz respeito ao território nacional e à sua integração internacional. De fato, desde a década de

1930, passando pela ditadura empresarial-militar (1964-1985), e de maneira mais veloz a partir do final do século passado, o país passa por um violento processo de modernização, que pode ser traduzido como uma forma de Ocidentalização do Brasil, compondo, todavia, com as estruturas arcaicas da sociedade, ainda baseadas em relações de base escravista, conforme propõe Souza (2017), e suas feições regionais.

Portanto, dentro das limitações e ambições deste texto, escolheu-se iniciar a discussão recuperando um conjunto de autores considerados centrais para o debate entre espaço, poder e soberania, com as demais categorias analíticas e noções que as circundam. Não se trata, portanto, de exaustiva reconstituição da história das ideias, mas de recuperar algumas, entre elas, que consideramos centrais nas relações geopolíticas contemporâneas. Nesse sentido, o texto traz a noção clássica de soberania apoiada no Estado territorial e suas fronteiras para contrapô-la ao seu oposto-complementar contemporâneo: a hegemonia.

Em um segundo momento, a noção de hegemonia como exercício efetivo do poder a partir do espaço é valorizada a partir de estratégias de cooperação como a Nova Rota da Seda e a União Econômica Eurasiática, o que nos exige recuperar o debate, tão caro ao século XX, acerca de um pivot geográfico da história. O Brasil ganhará destaque analítico à medida em que o texto avança, pois defende-se que grandes temas do debate geopolítico mundial atravessam, de uma forma ou de outra, o território nacional, como as situações envolvendo as descobertas de petróleo na camada do pré-sal, as espionagens praticadas pela NSA (National Security Agency dos Estados Unidos da América) sobre o Governo brasileiro e os documentos revelando a relação entre a mudança da Lei da Partilha do petróleo e o lobbying de corporações globais no país, objeto de interesse da terceira e última parte do texto.

1. Das relações entre política e espaço: poder, fronteiras nacionais, soberania.

Muitos foram, e ainda são, os sistemas políticos que o engenho humano criou e cada um deles apresenta usos do território particulares e distintos. Em seu trabalho germinal, Ratzel (1982 [1898-1899]) já destacava que o território era fundamental mesmo para as populações nômades, às quais não se atribuía “ligação vital” com o “solo”. Entretanto, a relação contemporânea estabelecida entre política e espaço possui grande influência do processo de Ocidentalização do mundo em suas etapas de unificação dos Estados nacionais como Estados territoriais, e na expansão dessa Geografia Política, seja pela colonização, imperialismo ou globalização.

No berço das civilizações Ocidentais, o debate sobre a unificação do território

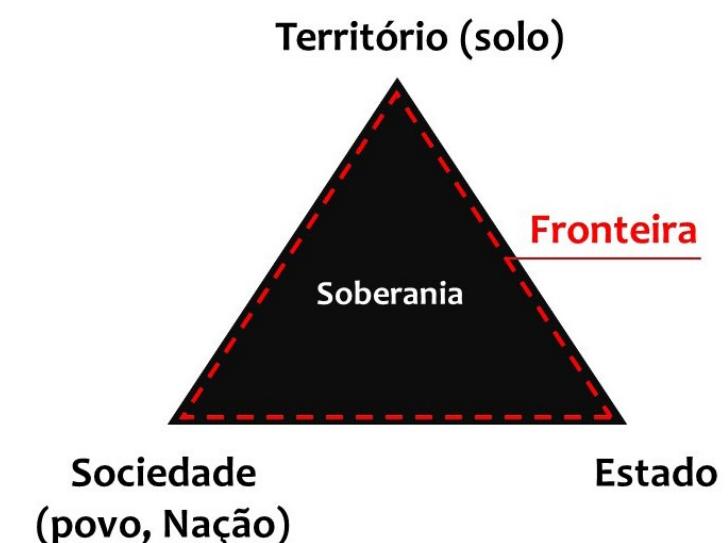
acompanha o debate sobre a unificação do poder na figura do soberano, isto é, aquele que poderia exercer um poder maior que os demais poderes em disputa. A tradução dessa ideia na imagem imponente e violenta do Leviatã, por Thomas Hobbes, em 1651, é fundamental no processo histórico de legitimação de centralização do poder (especialmente como poder do Estado) que acompanhará os séculos seguintes.

Antes, todavia, Nicolau Maquiavel, em *O Príncipe* (2000 [1513]), apresentou sua preocupação com a unificação do território italiano. O autor, como observa Ribeiro (2014 [2002]), tornar-se-ia central na reflexão racional sobre a ação política, isto é, a estratégia. A soberania, nesse sentido, seria exercida pelo soberano, que assumiria a figura político-abstrata do Príncipe: aquele que unificaria territorialmente a Itália fragmentada, sobre cujos pedaços, invadidos e dominados, imperavam o moralismo católico e o mercantilismo^[1]. O espaço, na sua forma historicamente concreta, ou seja, como território, torna-se um elemento inalienável da soberania e do poder.

Outro autor italiano fundamental da ação política, Antonio Gramsci, dedicou atenção analítica ao território, particularmente aos processos pelo qual passava o território italiano, entorno daquilo que ele denominou como a Questão Meridional (2004 [1926]). Ao seu tempo, a fragmentação da sociedade italiana coincide como uma cisão territorial Norte-Sul. Ribeiro (2014 [2002]), destaca, nesse sentido, que a Itália, católica e industrializada, vivendo a experiência do fascismo, passava por processos de Ocidentalização ao mesmo tempo em que a sua porção Sul se mantinha arcaica. A autora define, em consequência, o Príncipe moderno gramsciano como a ação política despessoalizada do soberano ele-mesmo e levada à experiência coletiva. Assumia, assim, a forma do partido político ou do próprio Estado, em relação com o conjunto da sociedade civil.

Recuperemos, todavia, alguns elementos em Ratzel (1982 [1898-1899]), para quem o espaço passa a ser considerado um dado ativo da política, aparecendo como a “conexão natural” entre uma sociedade (povo ou nação) e seu Estado (Imagem 01). A fronteira seria, em consequência, a “extensão natural”, como forma de diferenciação e proteção, da relação entre Território-Sociedade-Estado. A soberania define-se como o poder do Estado voltado para dentro das suas fronteiras. Ratzel, ao empregar o termo Geografia Política, dá um novo estatuto aos estudos geográficos da política, mas, simultaneamente, dá à política uma dimensão que, desde então, não poderá mais ser ignorada. Pode-se dizer que a partir deste momento o espaço passa a ser considerado uma estrutura analítica, isto é, uma categoria da crítica política. Porém, não se pode ignorar a crítica de Raffestin (1993 [1980]), a partir de seus es-

Fig. 1. Uma leitura da Geografia Política ratzeliana.
Fonte: elaboração do autor, a partir de Ratzel 1982 [1898-1899].



tudos sobre a genealogia do poder em Michel Foucault, segundo a qual a Geografia Política de Ratzel apresentava-se mais como uma Geografia Política do Estado, ou unidimensional, isto é, tinha o Estado como única fonte de poder, fato historicamente inexistente. Assim, o autor diferencia analiticamente o Poder como manifestação visível da soberania do Estado no controle dos recursos, da população e do território, e o poder, multidimensional, pois exercido por todos os agentes sociais, e, segundo o autor, o mais “perigoso”, pois invisível. Costa (1991), também cobra uma atualização teórico-metodológica da Geografia Política em direção a um movimento de sua desestatização, pois esta tende a fazer “tábula rasa” da teoria do Estado, tratando-o como ente ora natural, ora abstrato e, portanto, ignorando as suas contradições internas e o seu movimento histórico. Para o autor, é válido lembrar, a Geopolítica está mais diretamente associada à ação do Estado no espaço. Todavia, como debatemos adiante, o Estado continua sendo um agente central dos usos do território e sua ação política, embora não seja exclusiva, é frequentemente insubstituível.

Finalmente, com Gottmann (1975) podemos avançar, diferenciando uma era da soberania territorial, ou da soberania “voltada para dentro”, entre os séculos XV e XX (uma periodização cujos marcos são, grosso modo, as navegações, os acordos da Paz de Vestfália e o fim da Segunda Guerra), de uma nova era, na qual o território não seria mais o porto seguro absoluto, uma vez que a economia, a cultura e a tecnologia conectam o distante e o próximo. Essa seria uma era da soberania “voltada para fora”. De fato, o cosmopolitismo, como abertura para o mundo, superou

os debates isolacionistas [2]. Mesmo a China, apesar de décadas de políticas voltadas “para dentro”, caminha rapidamente nessa direção, como veremos adiante. Por outro lado, o isolamento, no mundo que toma forma desde o pós-Segunda Guerra Mundial, é normalmente traduzido na figura jurídica, diplomática e comercial do embargo. Logo, o isolamento, em sociedades cosmopolitas, é uma punição aplicada a Estados nacionais.

A essa expansão em direção ao exterior, para além do depositório histórico formado pelas fronteiras nacionais, propomos, neste texto, tratar como projetos e/ou exercício de hegemonia, isto é, como um projeto de uso de territórios ao redor do planeta para suprir uma condição cosmopolita, esta, por sua vez, apoiada na cooperação contemporânea entre Estado e corporações. Para tanto, discutiremos, a seguir, a disputa por hegemonia no mundo atual, entre uma concepção Ocidental, liderada pelos Estados Unidos da América em face aos avanços dos projetos de hegemonia não-Ocidentais.

2. A soberania voltada para além-fronteiras nacionais: as novas hegemonias e o retorno ao pivot geográfico da história

O apogeu da hegemonia estadunidense no chamado mundo da globalização é inequívoco. Os EUA são agentes globais, por meio de uma presença material (bases militares, tecnologia, embaixadas, corporações) ou imaterial (acordos econômicos, empréstimos, trocas, bens culturais, ideologia) em parcela considerável dos países existentes. Todavia, a hegemonia nunca é total e, portanto, não poderia, também, ser eterna. Alguns autores (AMIN, 2004; ESCOBAR, 2013; BORON, 2014; ATTALI, 2017), recorrendo às noções de geopolítica e imperialismo, debatem a mudança da hegemonia no mundo, com a passagem histórica que levaria os Estados Unidos da América a não mais desempenhar seu papel central nas relações geo-econômicas, em evidência desde o final da Segunda Guerra Mundial. Para boa parte dessa literatura, tal transição estaria em curso.

Por outro lado, ocorre igualmente um movimento de resistência dos EUA, que se impõem ao mundo como um estado de exceção em escala global (ESCOBAR, 2016), ou, como defende Žižek (2018), a partir de um novo complexo cognitivo-militar apoiado nas redes telemáticas, superando o complexo militar-industrial que se cria com a Segunda Guerra. Como se verá a seguir, a espionagem do Brasil pela NSA (National Security Agency) seria, concretamente, a inserção do Brasil nesse complexo cognitivo-militar.

Mantendo a devida cautela analítica, pois o processo histórico não é previsível, faremos, a seguir, uma sistematização de algumas das variáveis ascendentes desse

2. Não se deve confundir isolacionismo com protecionismo.

3. O projeto é estratégico, logo secreto na sua maior parte. Além disso, as ideias Ocidentais de transparência e publicidade de dados não fazem sentido à China. Um terceiro elemento importante é a barreira linguística para acesso aos documentos. Assim, nossas principais fontes consultadas para as informações apresentadas foram:

SIMPENDORFER (2012); ASTARITA, DAMIANI (2016) DETROY (2017); FOUCHÈRE (2017); INTERNATIONAL CRISIS GROUP (2017); além dos sítios oficiais do Governo Chinês: Xinhua Silk Road Information Service (<http://en.silkroad.news.cn/>); Xinhua Belt and Road Initiative (<http://www.xinhuanet.com/silkroad/english/index.htm>); China Daily Belt and Road Forum for International Cooperation (<http://www.chinadaily.com.cn/beltandroadinitiative/index.html>), entre outras que serão trazidas adiante.

momento da história. Entre os grandes movimentos geopolíticos que se apresentam como ações de disputa de hegemonia em face aos EUA e ao Ocidente, destacamos três, por serem correlatos às relações geopolíticas estabelecidas pelo Brasil: os BRICS (Bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) a União Econômica Eurasiática (UEE) e a Nova Rota da Seda, que será nosso objeto de análise mais detalhado, trazendo os demais em relação a ela.

A Nova Rota da Seda foi lançada como programa em 2013, na emblemática cidade de Astana, Capital do Cazaquistão, verdadeiro hub geográfico da ligação entre China com Moscou e a península europeia (vide Imagem 02). Renomeada posteriormente como One Belt, One Road (OBOR, para Um Cinturão, Uma Rota), e, finalmente, Belt and Road Initiative, trata-se de uma leitura, à luz do presente, do ancestral sistema de redes de trocas que o geógrafo Ferdinand von Richthofen nomeou, em 1877, como Rota da Seda (Die Seidenstrassen). Essa questão léxica não é residual, uma vez que traz para o centro do debate um ambicioso projeto que, se lograr sucesso, certamente modificará o exercício da hegemonia estadunidense, tal como hoje se apresenta, em benefício da China.

Busca-se, aqui, sistematizar algumas informações que permitam compreender a dimensão central do espaço e do Estado como sustentáculos da ação política, mesmo que muitos dados não estejam disponíveis [3]. Especula-se que os investimentos previstos até 2049, ano do centenário da criação da República Popular da China, sejam da ordem de centenas a milhares de bilhões de dólares, envolvendo cerca de 70 países, que hoje representam mais da metade do PIB (Produto Interno Bruto) e 70% da população mundiais.

O projeto recupera um princípio fundamental da geopolítica: o controle das rotas e sistemas de circulação (ferroviário, rodoviário, aéreo ou marítimo) como elemento de ação e de hegemonia, a partir do controle dos sistemas técnicos territoriais e das etapas do processo produtivo: produção, distribuição, circulação e consumo. Ao mesmo tempo, ocorre o estreitamento de alianças estratégicas entre países e agentes privados, a partir de sua conexão ao conjunto de redes e sistemas. Logo, trata-se de um plano polimórfico, visando cooperações voltadas a otimizar a divisão territorial e internacional do trabalho, incluindo, evidentemente, as competências técnicas, os recursos energéticos, minerais e populacionais.

Como exemplos concretos das mudanças em curso, com a entrada em funcionamento da linha férrea ligando Xi'an a Moscou, em 2016, a viagem entre as duas cidades passou a ser feita em 11 dias. Anteriormente, a rota tradicional demorava 45 dias, incluindo trechos em terra e mar. Já a viagem partindo de Xiamen, também

Intégrations régionales

- Membres de l'Union économique eurasiatique
- Membres de l'Organisation de coopération de Shanghai (OCS), excepté l'Arménie
- Membres observateurs de l'OCS
- Membres de l'Union européenne (UE)

Route maritime nord

- Accès permanent
- Accès en été

Projet de nouvelles « routes de la soie » lancé par la Chine

Réseau ferré

- existant
- en projet ou en cours de construction

Corridors économiques

- Route eurasiatique
- Asie méridionale et du Sud-Est
- Route maritime

Investissements chinois dans des ports commerciaux

- existants
- en projet ou en cours de construction

Principaux pipelines eurasiatiques (pétrole et gaz)

Sources : Mercator Institute for China Studies, mars 2017 ; Courrierinternational.com ; Scmp.com ; Energy Information Administration (EIA).



tendo como destino Moscou, percorrendo 10.920Km, é hoje feita entre 13 e 14 dias, ante os 25 dias anteriormente necessários. Em uma viagem rodeada de simbolismos [4], o primeiro trem - e seus 32 contêineres - , ligando Londres a Yiwu em abril de 2017, passou por nove países em 18 dias, parte da CR Express (China-Europe freight service) [5]. Essa rede férrea, que forma a nova Rota Norte da Seda, permite uma notável aceleração das etapas do processo produtivo, realizando a mercadoria, por meio do seu consumo, em velocidades significativamente maiores. A criação de futuras linhas de trens de alta velocidade significará, caso venha a se realizar, um novo impulso a esse ritmo das trocas.

Outro elemento fundamental é o enorme aporte financeiro chinês que viabiliza que as estatais chinesas construam, literalmente, a Rota e o Cinturão, com expertise e capacidade construtiva a baixos custos. Porém, o financiamento via empréstimos pode ser um Cavalo de Tróia ao criar uma dívida aos países aparentemente “beneficiários”. No mais, no hall de empresas chinesas, para além dos ramos tradicionais, multiplicam-se aquelas de vanguarda tecnológica, com destaque para as tecnologias da informação, entre as quais já se desenvolvem os primeiros experimentos concretos relativos à Internet quântica.

4. Em uma animação divulgada quando da viagem inaugural, uma garrafa de whisky narra sua viagem de trem até a China. Bon Voyage, Whisky! China Daily, 12/05/2017. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/>

Fig. 2. As Novas Rotas da Seda, ou Belt and Road Initiative (2017).
Fonte: Elaboração cartográfica: Agnès Stienne. Les ambitions de Pékin sur mer et sur terre. Le Monde Diplomatique, Setembro, 2017.
Disponível em: <https://www.monde-diplomatique.fr/cartes/routes-de-la-soie>.
Acesso em 30/10/2018.

5. De acordo com informações disponíveis em: Xi'an launches freight train service to Moscow. Xinhua. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2016-12/06/c_135885107.htm; China opens new freight train service to Moscow. Xinhua. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2017-04/21/c_136226189.htm; First China-bound direct freight train leaves London. Xinhua. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2017-04/11/c_136197697.htm. Acessos em 13/03/2018.

Ao mesmo tempo, é preciso compreender a conjunção entre pragmatismo e parcimônia, destreza e dedicação que definem a civilização chinesa, conforme nos lembra Mamigonian (2008). Vivendo uma experiência milenar de centralização do poder político em um vasto território – lembremos que a China se encontra no ano 4716 -, o país há séculos planifica o conjunto das forças produtivas nacionais, constrói infraestruturas e mantém uma classe dominante, burocrática, sob a coordenação do Estado, conforme a análise de Tragtenberg (1971). O comando pelo Partido Comunista Chinês (PCC), atualiza essa condição histórica para além da polêmica, todavia pertinente, entre um capitalismo de Estado ou um socialismo de mercado, criando, como destacam Jabbour e Paula (2018), uma formação econômica particular.

Certamente, a China enfrentará, nas próximas décadas, uma questão demográfica: redução da população jovem e escassez relativa de força de trabalho, além de questões ligadas ao acesso a recursos e aos mercados consumidores já hoje abastecidos por ela enquanto grande “fábrica do mundo”. A consequência esperada desse processo é uma redução das taxas de acumulação, afinal, uma supercapacidade produtiva exige equivalentes mercados consumidores de mercadorias. Concretamente, se considerarmos a economia como economia política, fazer trocas é fazer um certo tipo de diplomacia, para além dos seus meios tradicionais. Portanto, a estratégia, via mercado, antecede a diplomacia, fazendo valer uma tradição do Império do Meio que as sociedades Ocidentais nem sempre conseguem ou desejam compreender.

Passemos a uma pequena palavra sobre a União Econômica Eurasiática (Imagem 02), a título mais introdutório do que conclusivo: liderada pela Rússia, e em vigor desde primeiro de janeiro de 2015, baseia-se nas heranças solidárias das antigas Repúblicas Soviéticas, recuperando, igualmente, o centralismo político e econômico em direção a Moscou para criar um espaço econômico único com livre circulação de pessoas, mercadorias, capitais e serviços. A posição de vizinhança e os laços culturais da ex-URSS são, portanto, reorientados, e reúnem, até o momento, Rússia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão e Armênia. Com avanços concretos, não se encontra, contudo, o mesmo ritmo entre a UEE e a Nova Rota da Seda, especialmente pela diferença nos fundos financeiros disponíveis entre as duas iniciativas. Sigrillo (2016), recuperando o debate acerca do “neoeurasianismo”, revela que a ideia remonta a 1994, por iniciativa do Presidente Nursultan Nazarbaiev (Presidente do Cazaquistão desde 1991), que já propunha o que seria uma “União Eurasiana”, fazendo eco, igualmente, a um debate acadêmico sobre o tema e, mesmo, levando à criação de um Partido Eurásia.

Como nossa proposta é recuperar o debate da relação entre espaço e poder, desbrava-se entre a Nova Rota da Seda e a União Eurasiática um elemento geopolítico de convergência histórica, mesmo que os projetos estratégicos não sejam convergentes. Ambos remetem, de maneira direta, ao debate acerca de um Pivot geográfico da

história, na definição de Mackinder (2004 [1904]), ou seja, à existência de um “centro de gravidade” geopolítico do mundo (Imagem 03).

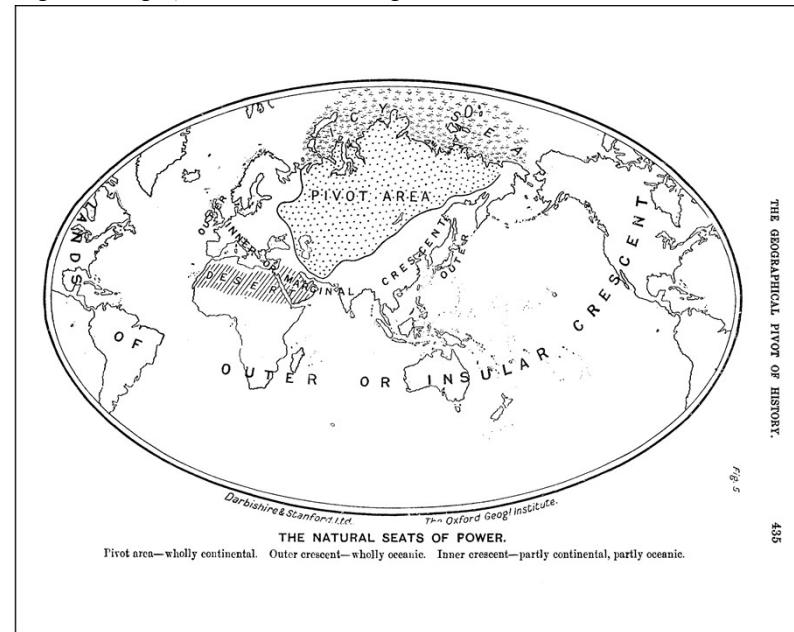


Fig. 3. Heartland: o Pivot Geográfico de História, segundo Mackinder (1904).

Fonte: Mackinder (2004 [1904], p. 435).

Em sua proposta original, Mackinder (2004 [1904], p. 435) apresentava a área core (heartland) como sendo o pivot geográfico da história, isto é, aquela porção do planeta para onde convergiria o processo histórico, tornando-se um centro das relações sociais e das conexões geográficas em diversos momentos. Por isso, o controle dessa área geográfica significaria, segundo o autor, uma vantagem geopolítica em relação ao movimento de trocas mundiais. Além disso, o autor definia uma área circundante (inner ou marginal crescent) e uma terceira área (outer ou insular crescent), periféricas. É importante observar que não se trata de mero determinismo geográfico sobre a história, mas de uma constatação historicamente empírica da importância geográfica dessa área na consolidação das sociedades que, posteriormente, viriam a definir o que se denomina Ocidente e Oriente.

Dessa maneira, algumas categorias clássicas da Geografia Política e da Geopolítica são essenciais na definição e compreensão contemporânea da zona denominada Ásia Central como um pivot geográfico na globalização: i) tamanho (a dimensão dos países, a disponibilidade de terras e de pessoas, entendidas como recursos disponíveis); ii) situação (a localização em termos dos movimentos sociais e das trocas entre países e povos); iii) forma (o recorte político do espaço por meio de fronteiras que facilitariam ou dificultariam a existência de rotas e sistemas de trocas). Esse debate, misto entre análise científica e ação política no espaço, será atualizado com a ideia

6. As heranças dessa ação geopolítica se fazem ainda presentes. Veja-se, por exemplo, o que ocorre com o Arquipélago de Chagos, um território britânico no Oceano Índico cedido ao uso dos EUA em 1966 para servir de base de contenção, na sua face marítima, justamente à expansão da então potência controladora do Heartland: a União Soviética. A soberania sobre as ilhas é hoje motivo de disputa, sendo reivindicada internacionalmente pelas Ilhas Maurício.

7. Por serem definições geopolíticas, não há uma delimitação territorial rígida e precisa dessas ações. Em linhas gerais, o limite territorial é dado pelas parcerias e acordos vigentes e em negociação.

de Rimland, proposta por Spykman (1942, p. 153 e seguintes), valorizando exatamente o controle geopolítico da área periférica ao pivot geográfico, especialmente no que dizia respeito à geopolítica estadunidense, preocupação central do autor, que pensava a diplomacia de seu país [6].

Ora, todo o debate atual acerca das estratégias de cooperação Eurasíatica, a Nova Rota da Seda [7] e, em certa medida, os BRICS, são ações geopolíticas que revalorizam tanto o pivot quanto a sua periferia mais ou menos próxima. Na estratégia chinesa, observa-se um avanço constante em direção às suas periferias: o continente africano, a Ásia Central, a península europeia, chegando a Londres, e à América Latina. Isso não exclui, todavia, os movimentos de reaproximação com o Japão, tampouco a dimensão digital da Rota, além da sua expansão para o subsolo ou para o espaço sideral.

Uma segunda convergência geopolítica encontra sua pertinência no Brasil, ou melhor dizendo, nos BRICS. Como noção geopolítica, sua existência deve ser compreendida dentro da aproximação de estratégias dos países envolvidos, por isso seu caráter ideológico ou pragmático é seu elemento de definição. Embora existam possíveis leituras dos BRICS traduzindo-os a partir das ideias de Global South ou nas aproximações Sul-Sul, defende-se que a coerência geopolítica dos seus países membros não é mero acaso, e sua compreensão não sucumbe das condições geopolíticas clássicas já mencionadas. Outra interpretação fundamental é aquela de países-monstros, isto é, aqueles países cujos territórios são continentais e a população gigantesca. Não se trata, contudo, de simples soma aritmética, mas da interação vivente entre gente e espaço, e o extremo grau de heterogeneidade e complexidade daí decorrentes. Tal proposta, tributária a Kennan (1993) e recuperada, para pensar a integração externa e a desintegração interna do Brasil, por Ricúpero (2000), encontra na configuração dos BRICS a sua realização como cooperação geopolítica global, mesmo que tenha sido pensada, originalmente, para dentro das fronteiras nacionais de tais países-monstros.

Relendo, igualmente, o modelo ratzeliano anteriormente apresentado (Imagem 01), a partir da formação socioespacial brasileira, constata-se que no Brasil o território unificado se impõe como dado fundador da ação política, antes mesmo da colonização de fato, com os tratados que separavam as terras entre Portugal e Espanha. Nesse sentido, a expansão da linha original de Tordesilhas em direção ao Oeste antecede a formação do Estado nacional-territorial e de certa maneira, a própria nação, por mais genérica que seja, até os dias atuais, a ideia de “povo brasileiro”.

3. Qual a soberania brasileira concreta no período da globalização? Algumas questões à guisa de considerações finais

Como apresentamos, a leitura clássica sobre o conceito histórico de soberania tem sido atualizada, já que a ação hegemônica de alguns Estados não encontra nas fronteiras nacionais um limite a priori. É preciso ressaltar, ainda, que as corporações se tornaram, de fato, os grandes agentes globais desse período histórico, usando e abusando dos territórios como relais de circuitos econômicos globais. Nesse domínio, o território nacional se torna novamente sensível, particularmente no que tange à chamada “economia do compartilhamento” e suas empresas “disruptivas”, ou seja, aquelas que lideram o paradigma da digitalização da sociedade e do território. Veja-se o exemplo das corporações que atuam nas plataformas de transporte compartilhado por aplicativos: três empresas são hegemônicas no território brasileiro, e nenhuma delas é brasileira: Uber (EUA), Cabify (ES) e 99 (CH). Esta última, originalmente uma start-up brasileira, foi comprada pela chinesa Didi Chuxing em 2018. Dessa maneira, atualmente, as decisões sobre os deslocamentos de milhões de brasileiros - logo, sobre as novas formas de urbanização - , deixaram de ser uma questão de política do Estado, com destaque para os entes federados municipais, mesmo que eles nunca tenham sido totalmente eficientes e democráticos. Em um fato socioespacial que velozmente se espalha pelo Brasil, as decisões sobre tarifas, percursos, número e localização de motoristas e veículos são tomadas fora do país, via algoritmos, revelando uma face concreta do complexo cognitivo-corporativo do capitalismo atual. Como já discutimos em outra ocasião (TOZI, 2018), essas corporações globais estão à parte de todos os controles sociais e estatais que se desenvolveram ao longo do último século. Logo, a soberania estatal é solapada pela hegemonia corporativa.

Retomemos, aliás, o território em face de suas relações internacionais. Nesse caminho, destacam-se, acreditamos, dois fatos contemporâneos essenciais: i) as práticas de espionagem perpetradas pela NSA contra a Presidência da República e empresas brasileiras; ii) a expansão territorial do Brasil em direção à Amazônia Azul e as descobertas de petróleo nas camadas do pré-sal. Mesmo que não exista conexão direta entre ambos os acontecimentos, soberania e hegemonia são fios condutores comuns, como pretendemos apresentar a seguir.

O evento de espionagem pela NSA traz ao conhecimento público uma prática que sempre existiu, mas que assume novos meios, mais sutis e eficientes. A partir de informações e documentos secretos divulgados por um de seus ex-funcionários, Edward Snowden, soube-se de um sistema informático de espionagem que envolveria a colaboração ou a interferência em redes de telecomunicações de empresas privadas (e-mails, conversas, chamadas telefônicas ou de voz, uso de redes sociais, entre outros) de cidadãos, empresas, diplomatas e Presidentes em vários países, como Alemanha, França, México e Brasil, que teria sido um dos países mais espio-

8. As informações sobre as espionagens praticadas pela NSA carecem de investigações aprofundadas e, especialmente, acesso aos dados e informações que são considerados sigilosos. Provém, especialmente, das informações que Edward Snowden forneceu, em 2013, ao jornalista Glenn Greenwald, à época colunista do jornal britânico The Guardian, hoje morando no Brasil. Inicialmente, divulgou-se uma série de reportagens e, posteriormente, ele escreve um livro sobre o assunto (GREENWALD, 2014). O dossier está disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/national-security-agency-surveillance> e <https://theintercept.com/snowden-sidetoday/?orderBy=publishedTime&orderDirection=desc#archive>. Acessos em 04/09/2018.

9. Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act (USA Patriot Act), Public Law 107-56, OCT. 26, 2001. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/107th-congress/house-bill/03162>. Acesso em 04/09/2018.

nados, em volume de interceptações, logo após os Estados Unidos. Particularmente, teriam sido investigadas a Presidenta Dilma Rousseff (PT), seus assessores, e empresas, especialmente a Petrobras [8].

O fato novo trazido pela NSA é que antes de sua existência, nos EUA, os dados de uma pessoa ou instituição específica passavam a ser coletados após esta ser identificada como suspeita. A NSA, apoiada na arquitetura invisível da Internet, com seus cabos e satélites, realiza a coleta prévia e irrestrita de dados, sob o pretexto da segurança nacional e proteger-se do “terrorismo” ao identificar, preventivamente, novos “alvos de ataques por inimigos”. Portanto, desde o Patriot Act [9] (de 26/10/2001), os princípios de privacidade dos cidadãos estadunidenses, como definidos na Quarta Emenda à Constituição, não se aplicam mais. Todavia, a espionagem se dá, igualmente, para fora dos limites clássicos da soberania definida em relação às fronteiras nacionais. Em consequência, qualquer país é passível dessa ação de espionagem, que se configura em um didático exercício de poder invisível, como tratado anteriormente. Concretamente, é a ingerência de um país dentro do espaço soberano de outro, sem ser notado. Tecnicamente, a criação de uma rede de satélites em órbita no espaço sideral e do seu correlato cotidiano, a Internet, são as bases de tal controle remoto. Nesses casos, a rede é o desenho do poder, conforme Raffestin (1993 [1980]) e o já mencionado complexo cognitivo-militar revela outras de suas capacidades. É valido lembrar, ainda, que se não existe soberania possível sobre o espaço sideral (como definido no Tratado sobre princípios reguladores das atividades dos estados na exploração e uso do espaço cósmico, inclusive a lua e demais corpos celestes, de 1967), tal definição apenas jurídica já não basta, uma vez que o satélite, enquanto objeto técnico, dá ao seu controlador um poder que subverte o debate sobre a soberania e seus limites internacionais definidos por fronteiras, como sintetiza Siqueira (2016).

Nesse processo, o revide brasileiro foi dedicar recursos para restaurar a sua “soberania digital”, essa palavra que nos ajuda a incorporar, na ausência de outra melhor, o conteúdo do presente ao conceito clássico. Acelera-se, em consequência, a construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC), o primeiro satélite integralmente controlado pelo Estado brasileiro, lançado no dia 04 de maio de 2017 pela base espacial de Korou, na Guiana Francesa. Entende-se, nesse sentido, que a retomada da soberania passaria por ter a hegemonia sobre o funcionamento do objeto técnico. No mais, o SGDC, além dos seus canais exclusivos para a comunicação militar, teria como objetivos prover acesso à Internet de alta velocidade às porções do território não atendidas pelos provedores privados, no escopo do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), lançado pela Presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2010, que, nesse interim, sofre um processo de impeachment. Se, como debatemos anteriormente, faz-se necessária a démarche teórica rumo à desestatização da Geografia Política, pesa, no sentido oposto, o fato de que o Estado

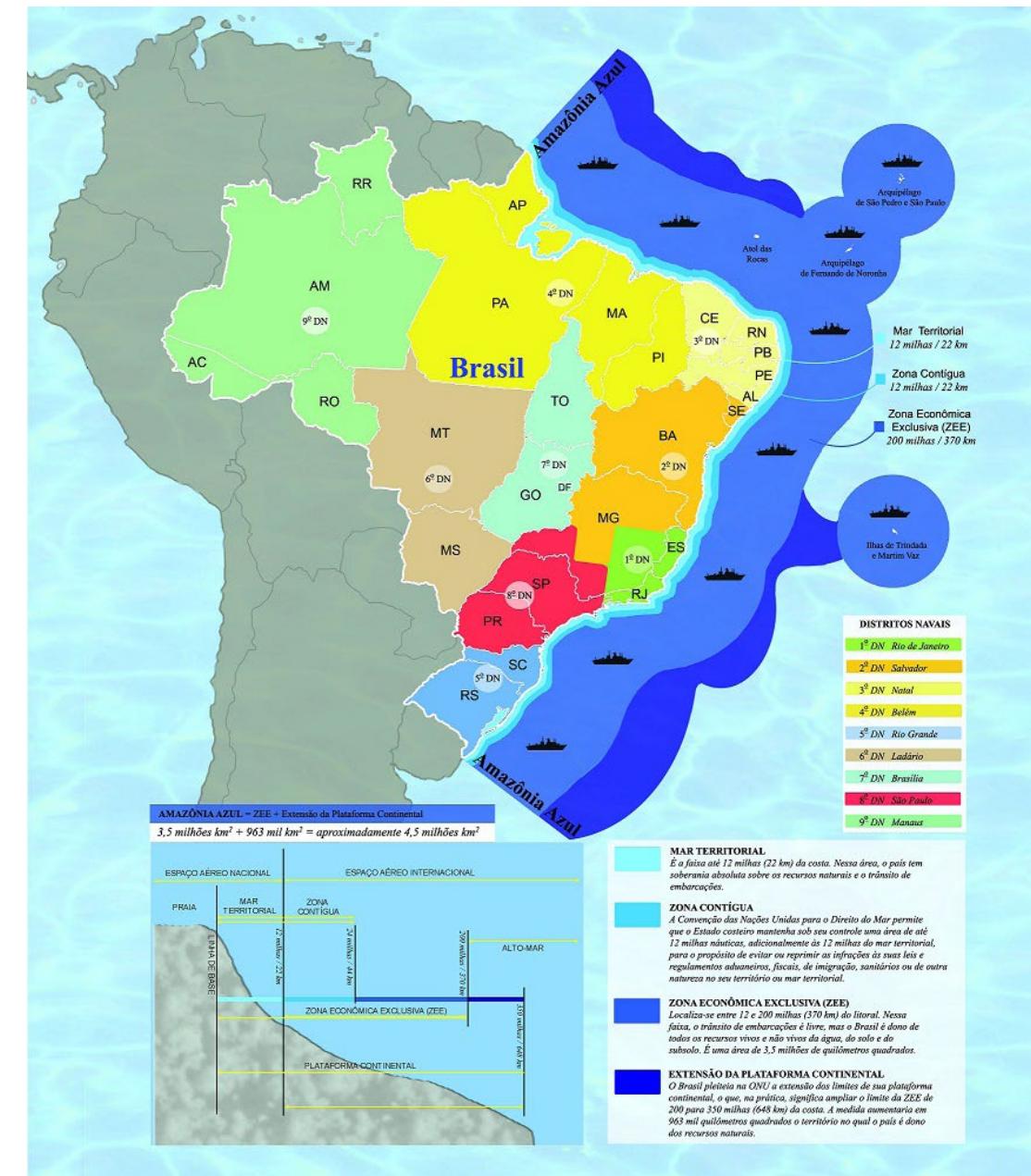
continua sendo um agente central da coordenação do território nacional em um país de dimensões continentais e desigualdades socioespaciais abismais, como o Brasil. Assim, entramos no segundo fato contemporâneo que julgamos essencial para pensar a soberania em contextos de globalização, criador de um novo mapa político do Brasil, o qual a cartografia bidimensional nem sempre representa: os usos estatais e corporativos do território avançam, no século XXI, em direção ao espaço sideral, via satélites, e ao oceano, a partir do pré-sal e da Amazônia Azul, essa porção de território tão grande quanto a Floresta Amazônica e menos conhecida do que ela.

Recuperemos, rapidamente, o que está estipulado pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM, de 1982, ratificada pelo Decreto N° 1.530, de 22/06/1995): a soberania se exerce, em seu sentido clássico, nas 12 milhas marítimas que conformam o Mar Territorial do país; há uma Zona Contígua (12 milhas marítimas), como área de proteção extra ao Mar Territorial; e, finalmente, as 200 milhas marítimas seguintes formam a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), área na qual qualquer Estado goza do direito de navegação e sobrevoo, bem como a colocação de cabos e dutos, mas na qual o Brasil é soberano sobre todos os recursos vivos e não vivos da água, do solo e do subsolo (Imagem 04).

Todavia, como prevê a CNUDM, o Brasil pleiteou à Comissão para os Limites da Plataforma Continental da Organização das Nações Unidas (CLPC-ONU), em 2004, amparado em estudos técnico-científicos sobre a sua Plataforma Continental, a ampliação de sua Zona Econômica Exclusiva de 200 para 350 milhas. Não se trata aqui da defesa de qualquer “determinismo geográfico”, mas a ampliação da ZEE brasileira é uma ação geopolítica amparada na geologia, pois é a própria Convenção da ONU quem define que a Plataforma Continental é a extensão política do prolongamento natural do território terrestre de um país. Caso o pleito brasileiro obtenha sucesso, o país será o primeiro a ampliar seus limites territoriais por esses meios.

Em uma análise do debate sobre o tema, evidencia-se diretamente tal necessidade de expansão à defesa das descobertas de petróleo na camada do pré-sal, notadamente vinculando uma concepção militar de soberania e proteção do território. Esse viés é explícito no artigo de Carvalho (2004), que torna público o nome e o debate sobre a “Amazônia Azul”. Estudos acadêmicos posteriores, como o de Mendes (2006), e as análises geopolíticas realizadas dentro da Escola Superior de Guerra (MIGUEL, 2013) e da Escola de Guerra Naval (JUDICE & PIÑON, 2015), se dedicarão a pensar estratégias de proteção desse novo território brasileiro. Mesmo ainda não aprovada na CNUDM, à “Amazônia Verde”, acrescentou-se a Amazônia Azul, uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileira sobre a qual os investimentos financeiros, militares e científicos do país já se direcionam, revelando uma estratégia geopolítica expansionista em relação à hegemonia do país em domínios tecnológicos de ponta, como o caso da exploração do petróleo em águas profundas e a construção de submarinos à

propulsão nuclear.



O debate sobre a soberania estatal e a hegemonia das corporações no Brasil teve na Amazônia Azul um outro evento recente que exige ser destacado. Como já tratamos em outra oportunidade (TOZI, 2015), a Lei Ordinária 13365/2016 [10], originária do PL Nº 131, de 2015, de autoria do Senador José Serra (PSDB/SP, eleito em 2014), revogou a participação obrigatória da Petrobras no modelo de exploração de partilha de produção, assim como a sua participação mínima obrigatória (ao menos 30%) na exploração e produção de petróleo do pré-sal, em cada licitação. Todavia, telegramas confidenciais enviados pelo Consulado dos EUA no Rio de Janeiro a Washington em 2009 e divulgados pelo site WikiLeaks permitem vislumbrar elementos até então inacessíveis dos processos então em curso, particularmente o telegrama intitulado “A indústria de petróleo vai conseguir combater a lei do pré-sal? [11]”. Aqui, assim como no caso da espionagem da Petrobras e do Gabinete da Presidência pela NSA, a tecnologia cumpre um papel central na ação geopolítica.

Ainda em 2009, os debates do Projeto de Lei que previam a Petrobras como Operadora principal nos leilões de campos do pré-sal [12] foram considerados prejudiciais às petroleiras estrangeiras que desejavam atuar nos campos do pré-sal (conforme o item 6 do referido telegrama). Relatando o insucesso das indústrias estrangeiras instaladas no Brasil em impedir, junto à Câmara dos Deputados, as mudanças que o PL trazia, e que transformariam “as companhias de petróleo em meros órgãos de financiamento” de acordo com o que teria dito a então Diretora de Relações Internacionais da Exxon Mobile no Brasil, Carla Lacerda. Em 2015, o PL 131, de autoria do Senador Serra reitera o que, de acordo com os telegramas divulgados pelo WikiLeaks (item 3), ele teria dito a Patrícia Maria Bacchin Pradal, então Gerente de Desenvolvimento de Negócios e Relações Governamentais da Chevron: o PT (Partido dos Trabalhadores) poderia votar a lei que desejasse, nós a mudaremos de volta.

Faz-se necessário ressaltar que, até o momento, essas informações são apenas argumentos que subsidiam hipóteses de que houve conversas e acordos entre um político (posteriormente Senador da República) e as grandes petroleiras internacionais. Os próximos anos e décadas, certamente, nos oferecerão novas informações e argumentos a respeito desse momento histórico e da ação desses agentes sociais. Será possível, então, elaborar, com maiores detalhes, as diferentes concepções acerca do papel do Estado e das corporações globais no uso do território nacional e de seus recursos estratégicos, particularmente o pré-sal e seus pacotes tecnológicos e expertise inéditos. No que tange à geopolítica internacional, todavia, podemos já observar que no momento em que a inovação torna-se o imperativo da alardeada “competitividade global”, a empresa brasileira de fato mais inovadora, a Petrobras, passa por sucessivos processos de desestruturação, que, todavia, não se restringem a ela [13].

Portanto, e buscando finalizar as ideias aqui trazidas, a questão colocada por Cataia

10. Anteriormente Projeto de Lei 4567/2016 e Projeto de Lei do Senado Nº 131, de 2015. Disponível em <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=162135&tp=1> e <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/>

11. ID referência: 09RIOJANEIRO369. Data e hora: 02/12/2009 21:12. Classificação: Confidencial. Origem: Consulado do Rio De Janeiro; Embaixada de Brasília (com passagem pelo Consulado de Recife). Classificado por: Dennis W. Hearne, Oficial Principal. Disponível em: <http://wikileaks.ch/>

12. Que tornou-se a Lei Nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que “Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos

fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12351.htm. Acesso em 20/09/2018.

13. A Petrobras é a empresa brasileira que historicamente mais desenvolve patentes, enquanto a ex-estatal Embraer, comprada pela Boeing em 2018, é uma das empresas aeronáuticas mais importantes na categoria de jatos regionais e militares. Ambas concretizam a presença geopolítica brasileira de destaque em dois ramos mundialmente oligopolizados.

(2013) parece central ao futuro do país: quem tem medo das fronteiras no período da globalização? Logo, o papel do Estado como agente coordenador do conjunto das forças produtivas nacionais é essencial, ao mesmo tempo em que o debate sobre as desigualdades regionais urge ser retomado. O país, em sua totalidade, se apresenta como um grande recurso a ser usado em benefício de um projeto societário visando formas concretas de democracia. O tamanho do território, afirmava Gottmann (1975) é um fator que influencia as decisões que seu povo pode tomar sobre seu uso. A ideia, traduzida em metáfora, de que uma “locomotiva”, São Paulo, levaria ao progresso de todo o país sempre foi um equívoco, tanto teórico quanto histórico, pois ignora o princípio republicano de solidariedade que deveria guiar o pacto federativo expresso na Constituição Federal de 1988, mesmo que nunca verdadeiramente constituído. Por fim, internacionalmente, a questão geopolítica central desse período histórico tem sido a disputa geográfica por hegemonia, mesmo que se fale em relações “multipolarizadas”. Afinal, o fato de que muitos agentes disputem o poder e, logo, resistam a ele, significa uma disputa de projetos de hegemonia. Recuperando a analogia mackinderiana do pivot geográfico da história, pode-se observar que se este pivot esteve rotacionando em torno aos EUA desde a Segunda Guerra Mundial, ele é cada vez mais rotacionado por China, com a cooperação, mesmo conflituosa, de Rússia, Índia e Irã.

O expansionismo chinês relatado na primeira parte do texto leva, todavia, a reações orquestradas em Bruxelas, sede da União Europeia, assim como nos EUA, manifestas nos inflamados discursos e tweets do seu Presidente, Donald Trump (Partido Republicano), e nas sanções e taxações contra a China que estão sendo discutidas e implementadas no momento em que esse artigo era escrito. O Brasil não está, entretanto, isolado em face a esses processos. As eleições brasileiras de 2018, se criam incertezas e inseguranças internas, já reverberaram em posicionamentos explícitos dos EUA e do governo chinês. Este último manifestou-se por meio de um Editorial no qual questiona se o novo presidente, alcunhado “Trump Tropical”, romperia com os princípios da política externa sino-brasileira [14].

Finalmente, é essencial lembrar de Badie (2016), para quem, em sua leitura atenta, teríamos chegado a um momento histórico no qual o “sindicato dos excluídos” diz aos Ocidentais: vocês não estão mais sozinhos no mundo! Nesse “sindicato”, o autor destaca o papel dos BRICS como um caldo de cultura da criação de um mundo novo. Em uma proposta mais sofisticada, Santos (2000) já havia vislumbrado o nascimento de um novo período histórico, Período Demográfico-Popular, que, todavia, ainda carece ser incorporado como categoria analítica de uma Geografia Política para o século XXI. Nesse longo século, os BRICS podem ser transitórios, mas o novo sentido da história se consolida, e nele o Brasil, de uma forma ou de outra, é um território central da política.

Referências bibliográficas

AMIN, Samir. Geopolítica do imperialismo contemporâneo. In: BORON, Atílio A. (org.). Nova hegemonia mundial. Alternativas de mudança e movimentos sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

ASTARITA, Claudia; DAMIANI, Isabella. Géopolitique de la nouvelle route de la soie. Géoéconomie, 2016/2 (Nº 79), p. 57-94. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-geoeconomie-2016-2-page-57.htm>. Acesso em 03/07/2018.

ATTALI, Jacques. Une brève histoire de l'avenir. Paris : Fayard, 2017.

BADIE, Bertrand. Nous ne sommes plus seuls au monde. Un autre regard sur l' « ordre international ». Paris: La Découverte, 2016.

BECKER, Bertha K. A Geografia e o resgate da Geopolítica. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 50, n. especial 1-2, 1988.

BORON, Atílio. El retorno de la geopolítica y sus razones. Disponível em: http://www.atalioboron.com.ar/2014/05/el-retorno-de-la-geopolitica-y-sus_2.html. Acesso em 09/05/2014.

CARVALHO, Roberto de Guimarães. A outra Amazônia. Folha de São Paulo. Tendências e debates, 25/02/2004.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica. São Paulo: Edusp, 1991.

CATAIA, Marcio. Quem tem medo das fronteiras no período da globalização? Terra Livre São Paulo/SP Ano 29, V.1, n.40 p.65-80 Jan-Jun, 2013.

DEFARGES, Moreau. Introduction à la géopolitique. Lonrai : Édition du Seuil, 2009 [1994].

DETROY, Florent. Un atout géopolitique pour la Russie. Le Monde Diplomatique. Setembro, 2017.

ESCOBAR, Pepe. The birth of the 'de-Americanized' world. Asia Times, 15/10/2013. Disponível em <http://www.atimes.com/atimes/World/WOR-02-151013.html>. Acesso em: 20/10/2013.

_____. O Brasil no epicentro da Guerra Híbrida. Outras Palavras, 30/03/2016. Disponível em: <http://outraspalavras.net/brasil/o-brasil-no-epicentro-da-guerra-hibrida/>. Acesso em: 07/08/2018.

FOUCHÈRE, Arthur. Les « routes de la soie » passent par le Kazakhstan. Le Monde Diplomatique. Setembro de 2017.

GRAMSCI, Antonio. Alguns temas da questão Meridional. Escritos Políticos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004 [1926].

GREENWALD, Glenn. No place to hide: Edward Snowden, the NSA, and the U.S. Surveillance State. London: Penguin, 2014.

GOTTMANN; Jean. The evolution of the concept of territory. Social Science Informa-

14. No reason for 'Tropical Trump' to disrupt relations with China. Editorial. China Daily, 29/10/2018. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/a/201810/29/>

tion, v. 14, n. 3, ago. 1975, p. 29-47.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Central Asia's Silk Road Rivalries. Europe and Central Asia Report N°245. Brussels, 27 July 2017. Disponível em: <https://www.crisis-group.org/europe-central-asia/central-asia/245-central-asias-silk-road-rivalries>. Acesso em 07/08/2018.

JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. A china e a socialização do investimento: uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. Revista de Economia Contemporânea, v. 22, p. 1-23, 2018.

JUDICE, Luciano Ponce Carvalho; PIÑON, Charles Pacheco. A defesa do ouro negro da Amazônia Azul. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015.

KENNAN, George Frost. Around the Cragged Hill: a personal and political philosophy. New York, Norton and Company, 1993.

MAQUIAVELLI, Nicolau. O príncipe. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000 [1513].

MACKINDER, Halford John. The Geographical Pivot of History. The Geographical Journal, Vol. 170, No. 4, December 2004, pp. 298-321 (2004 [1904]). Disponível em: https://www.iwp.edu/docLib/20131016_MackinderTheGeographicalJournal.pdf. Acesso em 03/07/2018.

MAMIGONIAN, Armen. As bases naturais e sociais da civilização chinesa. Geografia Econômica. Florianópolis, nº1, julho, 2008.

MIGUEL, Sérgio Luis Costa. Amazônia Azul: novas fronteiras. Monografia / CMG Sérgio Luis Miguel Costa. Rio de Janeiro: ESG, 2013.

MENDES, Andrea Ribeiro. A constituição das fronteiras marítimas brasileiras: do "mar territorial" à "Amazônia Azul". Dissertação (Escola Nacional de Ciências Estatísticas). Rio de Janeiro: A Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2006.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ed. Ática, (1993 [1980]).

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. Revista do Departamento de Geografia. São Paulo, FFLCH-USP, n. 2, 1982 [1898-1899].

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Teorias da Ação. Organização dos originais: Fábio Tozi e Naila Takahashi. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014 [2002].

RICÚPERO, Rubens. Integração externa, sinônimo de desintegração interna? Revista do IEA, n. 14 (40), 2000.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

_____. A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SEGRILLO, Angelo de Oliveira. Europa ou Ásia? a questão da identidade russa nos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas (elementos dos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas e uma aplicação à análise da Rússia atual). Tese (Livre Docência em História). São Paulo, USP: 2016.

SIQUERIA, Leandro. Derivas siderais, ecopolítica e governamentalidade planetária. ecopolítica, 15: mai-ago, 2016.

SIMPFENDORFER, Ben. La nouvelle Route de la soie. *Études*, 2012/5 (Tome 416), p. 595-604. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-etudes-2012-5-page-595.htm>. Acesso em 03/07/2018.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso. Da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
SPYKMAN, Nicholas John. Americas Strategy in World Politics. New York: Harcourt, Brace And Compay, 1942. Disponível em: <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.5673/page/n1>. Acesso em 03/07/2018.

TRAGTENBERG, Maurício. A teoria geral da administração é uma ideologia? *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 11(4), out-dez,1971.

TOZI, Fábio. As conexões globais do circuito espacial produtivo do petróleo, as inovações tecnológicas do pré-sal e as novas divisões territoriais do trabalho da Baixada Santista (SP). *Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE*. Dourados: UFGD Editora, 2015.

_____. As novas tecnologias da informação como suporte à ação territorial das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. *Actas del XV Coloquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2018. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/FabioTozi.pdf>. Acesso em 03/07/2018.

ŽIŽEK, Slavoj. Happiness? No, thanks! The Philosophical Salon, 02/04/2018. Disponível em: <https://thephilosophsalon.com/happiness-no-thanks/>. Acesso em: 07/08/2018.

***Fábio Tozi** é professor Adjunto no Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, UFMG. Graduação em Bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, em 2002), Graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (2007), Mestrado em Geografia (2005) pela Universidade Estadual de Campinas e Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP, em 2013). Realizou aperfeiçoamento em Doutorado em Geografia (Estágio Doutoral - PDEE/CAPES) na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Paris (2011-2012) e Pós-Doutorado junto ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Campinas (Programa de Pós-Doutorado Junior/CNPq, 2014-2016). Experiência na área de Geografia Humana (Geografia Urbana, Geografia Política e Geografia Econômica), experiência profissional em planejamento urbano e territorial, como pesquisador e em docência no ensino superior.



Geopolítica da crise do capital: dez considerações sobre o golpe e a inflexão ultraneoliberal na periferia capitalista

Geopolitics of capital's crisis: ten considerations about the coup de Etat and the ultraneoliberal inflexion on the capitalist periphery

Thiago Canettieri e Bernardo Neves*

Resumo

O presente artigo é uma experimentação de abordagem para a conjuntura contemporânea. Os autores delineiam, a partir da contradição intrínseca à acumulação conforme apresentado por Marx, o seu próprio desdobrar vai colocando em xeque os mecanismos de mediação intersubjetiva construídas por décadas a fio, levando a uma crise interna que, ao mesmo tempo, se converte em forma de governabilidade. Para tanto, uma série de espelhos e fumaças são colocados para tapar o buraco da acumulação, aparecendo a forma mais exteriorizada e fetichizada do capital, o capital fictício, como ator primordial neste momento que implica numa forma específica de gestão pública que se tornou conhecido pela alcunha de neoliberalismo. Entretanto, isto não surtiria efeito se não viesse acompanhado de um determinado tipo de agenciamento dos desejos de cada indivíduo. Essa dupla determinação, sociedade e indivíduo dá origem a formas específicas de guerras: impulso (nem tão) secreto da civilização do capital, que ajuda ser compreendido desde a expansão ultramarinas do século XV que conformaram a geopolítica do mundo séculos depois numa cisão entre colônias e impérios. Esta é, para os autores, a chave para interpretar os golpes que acometem o mundo de hoje. Quando uma crise secular do valor aparece no horizonte, não é de se estranhar que as amarras da acumulação se apertem ainda mais forte.

Palavras-chave: Geopolítica; Crise; Golpe; Limite do Capital

Abstract

The present article is an experimentation of approach for the contemporary conjuncture. The authors delineate, from the intrinsic contradiction to accumulation as presented by Marx, his own unfolding is putting in question the mechanisms of intersubjective mediation built for decades on the wire, leading to an internal crisis that, at the same time, becomes a form of governance. To do this, a series of mirrors and smokes are placed to cover the hole of accumulation, appearing the most externalized and fetishized form of capital, the fictitious capital, as the primary actor at this moment that implies a specific form of public management that became known by the nickname of neoliberalism. However, this would have no effect if it were not accompanied by a certain type of agency of the desires of each individual. This double determination, society and individual, gives rise to specific forms of wars: the (not so) secret thrust of the civilization of capital, which helps to be understood since the overseas expansion of the fifteenth century that shaped the geopolitics of the world centuries later in a split between colonies and empires. This is, for the authors, the key to interpreting the blows that affect the world today. When a secular crisis of value appears on the horizon, it is not surprising that the bonds of accumulation tighten even stronger.

Keywords: Geopolitics; Crisis; Coup; Capital Limits

Contradição

A acumulação de capital é resultado da exploração do tempo de trabalho. Essa é uma tese fundamental que aparece no *O Capital*, de Karl Marx (2013). Ou seja, o lucro do detentor dos meios de produção vem do fato de que o custo da reprodução daqueles pobres diabos despossuídos dos seus meios de sobrevivência e que, portanto, não tem outra opção do que vender sua força de trabalho, dispêndio de cérebro, nervos e músculos, é menor do quanto de valor colocam nas mercadorias. Por determinações alheias a eles próprios – o direito moderno, por exemplo –, seu contrato obriga-os a trabalhar por mais tempo. Esse tempo de trabalho excedente, Marx, chamou de mais-valor, se deriva o lucro. Marx, descobria assim, o que os mais bem-intencionados dos economistas liberais nunca puderam ver, ofuscados pela expressão fenomênica mais superficial das trocas.

Mas, Marx vai mais longe, desdobrando esse processo sobre ele mesmo a fim de escavar a determinação lógica que a subjaz.

Ao fazer isso, o alemão vai descrevendo a tendência ensandecida da acumulação de acumular mais em nome de mais acumular. Marx (2011), nos seus rascunhos de nove anos antes de publicar *O Capital*, já sabia da tendência “sempre expansível do capital”. Tautologia bruta e cega que movimenta esse sujeito automático ao organizar todo o nexo social.

Ora, mas como alcançar tal objetivo redundante no mundo concreto? Marx descreve duas formas que possuem consequências derradeiramente diferentes. A primeira se refere ao mais-valor absoluto. Ele é simplesmente o aumento do tempo excedente do dispêndio de força de trabalho, seja reduzindo o custo da força de trabalho, seja aumentando o expediente. Entretanto, essa “estratégia” é limitada pela luta de classes – a organização dos trabalhadores, ao longo da história, se opôs a redução dos salários e ao aumento do expediente. Mesmo que essa prerrogativa não fosse verdadeira, seria impossível aumentar o mais-valor absoluto para além das vinte e quatro horas de um dia – isso se fosse possível uma produção direta ao longo de todo o dia, sabemos que o ser humano ainda precisa de tempo de descanso e de satisfazer determinadas necessidades fisiológicas – ainda, uma vez que o mercado, tanto de bebidas energéticas como de cocaína cresceram nestas duas décadas do século XXI.

Para contornar, não sem contradições, tal situação, outro estrategema foi lançado mão. Marx chamou-o de mais-valia relativa. Isso, porque, o ganho de aumento do mais-valor não vem diretamente pelo tempo excedente do trabalhador dispendido, mas de um aumento de produtividade. O aumento de produtividade faz com que o trabalhador produza mais mercadorias no mesmo tempo, o que reduz a massa de

valor mobilizada em cada mercadoria individualmente, mas que, pelo volume da produção, é compensada.

Aí está a forma pela qual acontece a verdadeira universalização do capital: existiria, portanto, uma tendência interna ao desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, da progressiva automação do processo de produção. Pressionados pela lei coercitiva da concorrência entre os capitais individuais que se digladiam pela sobrevivência, o investimento no ganho de produtividade é inevitável.

Essa tendência de automação Marx denominou como o processo secular de aumento da composição orgânica, em que os capitais individuais passam a ter um gasto cada vez menor com o trabalho vivo. Em contrapartida, o investimento nas áreas de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) entre 1985 e 2010 mais do que dobraria nos Estados Unidos e, nos outros países do G7 têm um crescimento superior a 50% do que era investido no ano-base. Estes, juntamente com as empresas de tecnologia, se tornaram os principais setores da economia.

Todo este processo escancara uma contradição: a economia do capital se baseia numa redução do emprego do trabalho vivo – ou, se preferir, o termo marxiano é uma tendência de elevação da composição orgânica do capital.

A preocupação com essa tendência acomete até a grande imprensa que parece não cansar de martelar nas suas manchetes. Seja na capa da revista Time, de 24 de Fevereiro de 1981 (*The automation jobless*) ou no caderno de economia do jornal O Globo, de 18 de Janeiro de 2017 (*Tecnologia ameaça 63% das vagas de trabalho do mundo*).

Não seria de se surpreender que, neste cenário, alguns setores bem diferentes do carro-chefe da quarta revolução industrial não atenuassem o crescimento – ou, pelo contrário, até conseguissem marcar alguns pontos no crescimento. No mesmo impulso que se investe mais e mais nos ganhos de produtividade pela automação, é preciso ter em conta toda uma gama de setores de baixa composição orgânica que sustentam a circulação do capital total com mais-valor excedente. Se de um lado temos uma dronetização da economia, por outro, a superexploração da força de trabalho não saiu da ordem do dia.

Dentre estes, parece-nos destacar a construção civil. A atividade do setor da construção civil – mesmo com o impulso da revolução tecnológica e da microeletrônica – ainda perpetua como um setor trabalho intensivo. Ou seja, é um setor que absorve muito trabalho vivo. O arquiteto Sérgio Ferro (2008) em diversas ocasiões ressaltou o caráter quase manufatureiro da construção civil que obriga a ampla contratação de empregados. Isso, segundo ele, é o que permitia o escoamento da mais-valia global, extraída nesse setor, irrigar todos os outros. Mais recentemente, esse argumento aparece de maneira mais desenvolvida na obra de David Harvey

(1989).

Não se trata apenas de uma constatação teórica. Basta ver o otimismo no qual permeia o crescimento da urbanização no mundo como salvaguarda – a produção do ambiente construído é uma prática que emprega muita mão de obra, mobiliza muitos recursos e com altos períodos de amortização. A empresa Turner & Townsend, uma transnacional da construção, vê o futuro da economia alicerçado na construção civil – o forecast publicado em 2017 da empresa prevê um aquecimento deste setor, com crescimento por volta de 3% ao ano. Dentre esses crescimentos seria um disparate esquecer de ressaltar a China. Um país com dezenas de megalópoles costeiras que ultrapassam o patamar de dez milhões de habitantes. Isso justifica o fato da importância do setor da construção civil no país – a Companhia Estatal de Construção e Engenharia da China teve um crescimento de 27% só em 2010 (ano de crise generalizada no mundo, lembremo-nos) e hoje mantém atuação em dezenas de países. Desde 2009, a China tem consumido próximo de 50% do cimento produzido no mundo. É um monstro urbanizador – assentado no emprego de ampla mão de obra.

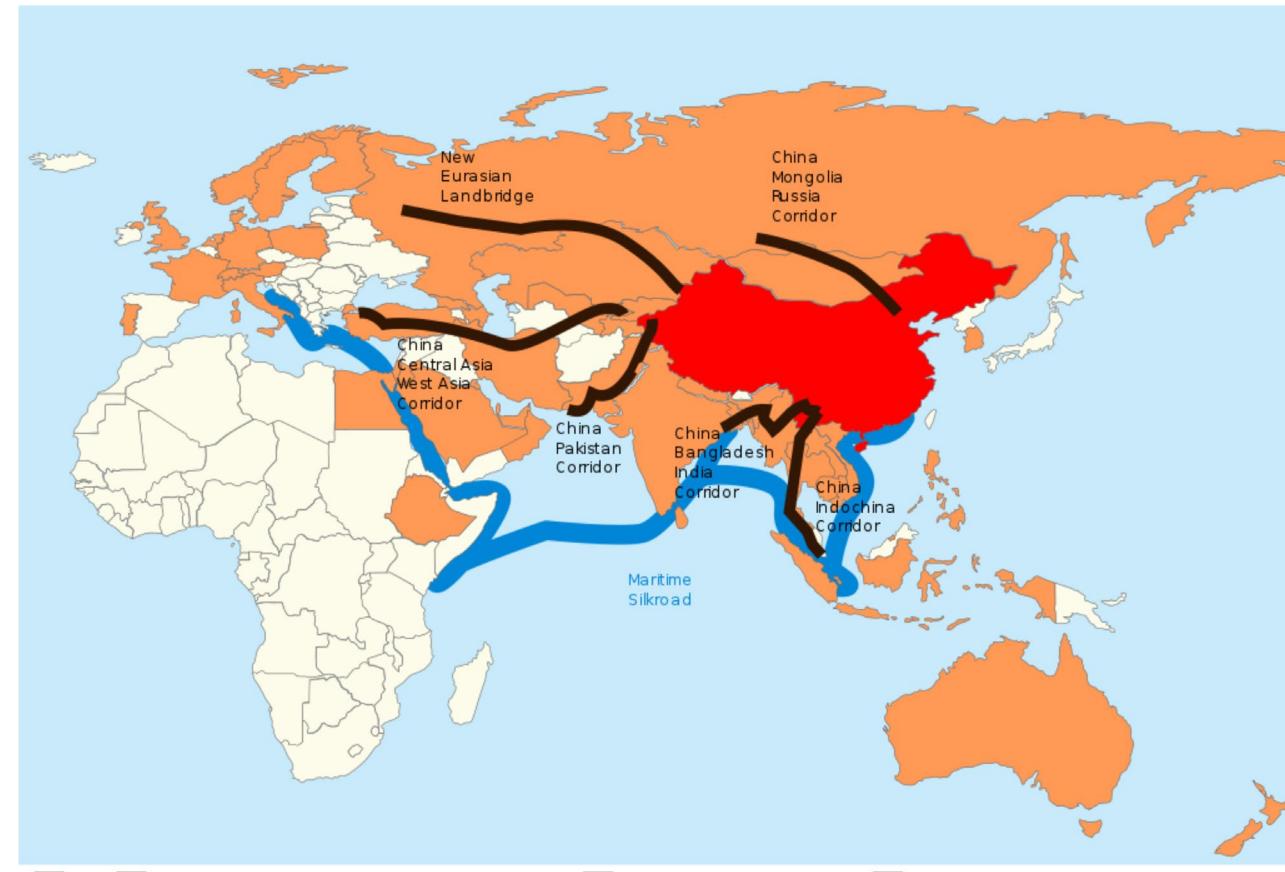
Uma rápida conferida no mapa-mundi ajuda a entender esta dinâmica: China, a maior população do mundo, rumo aos 1,4 bilhão de habitantes, possui - no final do ano de 2017 – taxa de urbanização de 58,5%. Ou seja, ainda há muito espaço para onde puxar a urbanização. Não obstante seu potencial interno, os chineses vêm investindo em obras de transporte, energia e telecomunicações em pontos estratégicos ao longo de toda a Nova Rota da Seda [1]. Por mais que a China seja a atual campeã da urbanização mundial, outros países a acompanharam na última década: Rússia, Índia e Brasil. Todas economias emergentes dos chamados BRICS. A pesquisa de Perobelli, Cardoso, Campos e Vale (2016) referente a avaliação do setor da construção civil nas principais economias mundo constatam o seguinte: embora as economias de Brasil, Rússia, Índia e China não tenham a mesma integração constante termos de aquisição de insumos, como a de venda de bens dos países desenvolvidos, entre 1996 e 2009, esses foram os países que mais conseguiram ampliar o setor da construção civil. O crescimento econômico destes países é sinal de que a extração de mais-valor excedente de setores de baixa composição orgânica, especificamente da urbanização, ainda se sustenta como linha de fuga de produção de valor de economias emergentes.

Entretanto, em um mundo finito, chegará o tempo em que tal tática se esgotará. O avançado estágio de urbanização dos países desenvolvidos, 80% em média, somado à queda de suas taxas de natalidade, são fatores constituintes de uma gradativa queda das taxas de urbanização proporcionalmente acompanhadas da queda das taxas de crescimento econômico. Mecanismos paliativos que visam adiar o colapso – que beiram o surrealismo, como a construção de ilhas artificiais

Fig 1. The Belt and Road Initiative (BRI).
Fonte: en.wikipedia.org/wiki/Belt_and_Road_Initiative

1. Ainda não há um consenso quanto à tradução do nome. Em inglês as duas principais denominações são The Belt and Road Initiative (BRI), ou a sua versão mais próxima do chinês, One Belt One Road (OBOR).

2. Jornal oficial do Partido Comunista da China. O Diário do Povo disponibiliza conteúdo em 16 idiomas, e desde 2015 difunde conteúdos em português.



com casas de veraneios para super-ricos – não são suficientes para dar continuidade ao ciclo de urbanização mundial. Embora a China ainda seja o oásis mundial da urbanização, sua produção está a todo vapor e logo resfriará. Segundo o portal Diário do Povo [2] (2018) a população urbana da China atingiu no ano passado a marca dos 813,47 milhões de habitantes urbanos, o crescimento no ano de 2017 foi análogo à população da Região Metropolitana de São Paulo, 20,5 milhões de chineses migraram de zonas rurais para cidades, 1,17% da população em apenas um ano. O próximo oásis mundial da urbanização será naturalmente a Índia, com um potencial de urbanização de aproximadamente 65% de sua população.

Esta conjuntura força as potências ocidentais a um impasse. Se partirmos do pressuposto de que o motor da economia é a grande indústria e o destino da grande indústria é a urbanização - e aqui é necessário deixar claro que urbanização

não significa simplesmente amontoar pessoas em unidades habitacionais em alta densidade, a urbanização passa pela eletrificação da vida cotidiana, saneamento, tratamento de água, acesso a toda sorte de equipamentos urbanos como escolas, hospitais, etc., em última instância, implica no aumento dos índices de educação, expectativa de vida, queda das taxas de mortalidade infantil, acesso a empregos melhores, à maior oferta de produtos e informações, e por aí vai –, logo veremos que, se os capitais otancentrados pretendem continuar seu ciclo de expansão financeira no presente século, em um ritmo pelo menos comparável ao que tiveram nos séculos XIX e XX, terão de levar seu aparato produtivo para o mundo não-todo urbano, a saber, a África.

Dissolução

A sociedade do capital já se debate diante dos limites que apontam no horizonte. Se não há urbanização, não há grande indústria, consequentemente não há empregos, pelo menos não como os que conhecemos. Entra em curso a dissolução, numa dialética transtornada que da paisagem ruíniforme do velho não se desprende nada de novo.

Seja o limite de espaço do mundo finito em que vivemos (e aí, toda sorte de imaginação interestelar da vazão para os sonhos de colonizar outros mundos) ou seja o limite da racionalidade do capital, que se empenha em aumentar – mesmo irracionalmente – a produtividade por meio de automação até mesmo de setores como da construção civil.

Ironia refinada que seja a China e o Brasil que estão encabeçando a nova onda de automação da construção civil: Na reportagem do The Guardian, de 29 de abril de 2014, são apresentados aos jornalistas o protótipo da primeira construção feita 100% automatizada, em que até 10 casas-padrão podem ser “impressas” em um dia – o custo, entretanto, àquela época eram altíssimos. Agora, no Brasil, tal iniciativa é comandada pela empresária paulistana, de 25 anos, Anielle Guedes. Conforme veiculado na revista do mês de Julho de 2018 da companhia aérea Gol, ela comanda uma startup que pretende construir habitações usando impressão 3D e outras tecnologias. O objetivo já é possível deduzir: reduzir os custos da construção civil em 80%.

Fica às claras como o capital carrega uma contradição interna e irremediável que obriga-o, a cada novo desenvolvimento das forças produtivas, aumentar a produtividade ao custo de solapar a substância do valor, o trabalho. A automação da produção que se eleva historicamente realiza, na prática, o que Marx antecipou teoricamente: a generalização do desemprego.

A sociedade capitalista organizada a partir da mais-valia relativa, na verdade, é uma sociedade que generaliza o desemprego. Desde meados dos anos 1970 já se observa um “ciclo independente de desemprego em massa, que tem crescido de forma quase autônoma em relação aos ciclos conjunturais” (KURZ, 2018, p.61). Não se trata mais de uma superpopulação relativa, como uma vez referiu Marx, mas uma massa insolável de “não-mais-empregáveis”: uma superpopulação absoluta.

Desde o final do século XX os economistas já debatiam o avanço do desemprego. O trabalho de Bean, Layard e Nickell (1986), mostram como as economias avançadas europeias já indicavam essa tendência devido, exatamente, as alterações no sistema produtivo e a implementação do regime de acumulação flexível. Hoje, trés décadas depois, o fantasma do desemprego não foi exorcizado, mas acabou aumentando assombrosamente. Hoje o desemprego dos jovens cresce a ritmos galopantes (em algumas nações, o número já chegou a 50%) e, em especial, o desemprego cresce principalmente entre os de maiores níveis educacionais. Os pobres sem educação formal são sujeitos a toda sorte de trabalho precário, informal, de alta periculosidade ou, até mesmo trabalho escravo. Até a Organização Internacional do Trabalho (OIT) compartilha da preocupação.

Algumas consequências imediatas podem ser extraídas: i) o processo de dessubstancialização do valor, que se torna cada vez mais fictício; ii) o impacto no poder de compra da população, que implode o pacto fordista e, em seu lugar, coloca uma sociedade securitária endividada até o último fio de cabelo; iii) realiza o que Marx teorizou como a Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro, que se torna evidente a cada passo à frente; iv) uma experiência subjetiva danificada, em que os indivíduos que foram sociabilizados pela forma do emprego já não o encontram. A resultante desta crescente inversão de expectativas em um cotidiano de mal-estar e angústias que se generalizam é a popularização da ansiedade e suas insôniias, da depressão, e desta que talvez seja a mais devastadora das passagens ao ato: o suicídio.

Diante disso tudo, não restam dúvidas que a sociedade ocidental está em crise.

Crise

Crise. Uma palavra quase mágica que infesta discursos políticos – mais ainda em épocas de eleição –, report técnicos e manchetes de jornal, além de, é claro, estar na boca do povo. Muita coisa se refere a crise econômica e cada um, dentro do amplo espectro político, tem uma solução para testar.

A crise é indubitável. Ela já está aí e se faz sentir na esfera cotidiana. E já está

desde muito tempo, afinal, Marx já havia formulado que o modo de produção do capital é um sistema crítico. Na verdade, crise e normalidade se confundem. “[...] estado de crise que se normaliza, [...] durável como estado normal” – diz-nos Henri Lefebvre (1978, p.214).

A crise, a nosso ver, tem que ver com este processo de dissolução das bases sociais pelas quais ocorrem as mediações sociais no capitalismo, resultante dos conflitos internos dessa forma social. Portanto, não seria errado afirmar que a crise é uma parte imanente do capital. O conceito daquele está pressuposto no conceito deste. Assim, em um nível mais fundamental, a crise estaria ligada às contradições do desdobramento da forma do capital, não correspondendo imediatamente aos momentos extraordinários em que o capital se desvia da sua linha de crescimento. Crise, aqui, deve ser entendida, como a expressão das contradições do capital. Na verdade, Marx (2017, p.316), no livro III d'O Capital, já se referia como o único e verdadeiro obstáculo à produção e reprodução do capital é o próprio capital. Adotando tal perspectiva, Robert Kurz via este movimento como contraditório do capital fadado a esbarrar num limite interno. E não lhe faltavam evidências de que isso já estava ocorrendo. A análise de Kurz sobre as alterações nos processos produtivos e seus impactos na dinâmica do capital são fundamentais, muito embora sejam, evidentemente por demais otimistas: Kurz achava que o capital já estava moribundo. Parece-nos que não é bem verdade.

Diante da experiência que o século XXI propiciou, cremos ser mais seguro pensar em um limite infinito do capital que já não se preocupa com sua própria dessubstancialização ou com os frangalhos que a sociedade do trabalho se tornou. Essa é a infinidade espúria do capital.

Assim, é muito mais digno da tremenda dificuldade de entender o tempo presente entender a crise como algo que veio para ficar. Mais ainda, a crise passa a ser uma forma de gerência do próprio colapso que, por conta dela, é justificada todo tipo de medida. Crise, propomos, não se circunscreve apenas a um fato econômico isolado – ela é, sob o capitalismo tardio uma técnica de governo biopolítico. No ensaio de ironia refinada o coletivo Comitê Invisível (2016, p.19) diz: “a crise intervém como método político de gestão das populações”. Um dos métodos mais eficientes já que obriga a todas e todos ao indigno trabalho do Sísifo contemporâneo, sustentar, com o próprio corpo a crise que, dia após dia, não cessa de não acabar.

Ficção

Diante da crise sempre presente, da contínua dessubstancialização do valor do capital e da deterioração da capacidade de compra, algumas estratégias são convocadas para permitir a acumulação ocorrer. Dentre elas está a ascensão e a

consolidação da hegemonia da dominância do capital portador de juros como força primordial deste momento do capital. É interessante notar que isso já havia sido antevisto pelo próprio Marx (2017) que, no livro III, descreveu essa tendência.

Não haveria outra forma de não ser. A constante dessubstancialização do capital encaminha para uma forma de riqueza que Marx chamou de fictícia, expressão mais exteriorizada e fetichista da riqueza, em que a expressão fenomenica realiza o sonho do capital: dinheiro que se transforma em mais dinheiro automaticamente, a expressão sublime e divina D-D'; que se deixa prescindir do termo que medeia os dois polos qualitativamente iguais, mas quantitativamente diferentes.

Daí o sonho utópico do capital de operar em um universo espacial desprovido de atritos (alcançado em larga medida com a mobilidade do dinheiro virtual). Isso não torna irrelevante o papel das diferenças geográficas, e sim aguça sua importância pois agora o capital-dinheiro pode se deslocar sem custo para explorar todos os espaços (HARVEY, 2018, p.132).

Marx acreditava que essa acumulação era uma ficção pois insistia na posição de que a substância do valor é o trabalho humano e que, portanto, acumulações fora do circuito da produção não poderiam se sustentar por muito tempo, por se tratar de capital dessubstancializado, carente de sentido. Em outras palavras, gigantes com os pés de barro. Há alguma verdade nisso, senão não haveria ocorrido crises do setor financeiro cada vez mais intensas e mais próximas uma das outras (para citar apenas aquelas reconhecidamente como crises gigantescas, ficamos com os exemplos do século XX e XXI: 1929, 1970, 2001, 2009). Entretanto, Marx nem desconfiava do grau de fetichismo que a sociedade capitalista podia se enveredar.

A nossa situação hoje é uma reedição dos arcaísmos mais primitivos, embora esteja toda ela transvestida de ciência econômica. Os seus clérigos, não usam vestimentas espalhafatosas, mas terno e gravata. Não usam facas sacrificiais, mas um laptop. O mundo só se sustenta ainda hoje, a despeito das crises, por conta desta ficção, do capital que se autovaloriza automaticamente: eis, assim, o conteúdo mais profundo de uma sociedade do espetáculo, como Guy Debord (1997) já, intuitivamente, descrevia nos final dos anos 1960.

Hoje o capital portador de juros, a versão mais fetichista e exteriorizada do capital, comanda o mundo. O grau de autonomização do dinheiro, provavelmente, surpreenderia até mesmo Marx. Isso significou um reescalonamento de suas categorias para captar este momento em específico. A hegemonia do capital portador de juros domina o mundo todo. Do setor produtivo à vida cotidiana, passando, é claro, pelos Estados-nacionais, estão tudo subsumidos à esta forma específica que melhor

representa o poder dos endinheirados financeiros internacionais, dos grandes banqueiros e dos especuladores.

Vale reter que não há nada de excepcional disso. Marx, desde o final do século XIX, já conseguia intuir os rumos que a reprodução ampliada deveria tomar em sua irracionalidade contraditória característica: o capital portador de juros aparece no livro III como uma das metamorfoses finais do capital. Ou seja, não há qualquer erro no processo. Conforme nos diz Robert Kurz (2003, s.p.), destacando a ingenuidade da “ideia que poderia haver uma rápida prosperidade do “trabalho produtivo” honesto sem o “vampiresco” capital que rende juros é pura ideologia baseada na mentalidade de pequena empresa.” Entretanto, restou demonstrado desde Marx que a forma fictícia do capital é uma necessidade, um desdobramento lógico.

Essa hegemonia foi sendo construída historicamente, ao longo do próprio desdobra das formas sociais do capital. Por exemplo, o que comentamos anteriormente, do aumento de produtividade que reduz os postos de trabalho formais em todo o mundo provoca, concomitante, o endividamento dos indivíduos. Estando cada vez mais precarizados e recebendo uma participação decrescente da renda produzida, o endividamento tem sido a única saída possível para a reprodução da vida. Este é, segundo Lazzarato (2017), o instrumento mais avançado para o exercício da dominação social. Mas, como processo contraditório que é, mesmo sua forma mais avançada de dominação não deixa de apresentar riscos à acumulação fictícia, preocupando até mesmo o FMI.

Assim, o percurso não é outro senão o endividamento de tudo e todos. Dos estados, das empresas e dos indivíduos.

Austeridade

Dado o endividamento e o contexto de crise sempre iminente, parece não haver outra forma de governabilidade que não a austeridade. E aí, até o mais liberal se rende ao poder do Estado austero de “distribuir” no conjunto da sociedade os custos desta fanfarra da acumulação fictícia.

Torna-se cada vez mais comum entre os políticos – e os think tanks midiáticos que os apoiam – a vocalização das ideias de um ajuste fiscal, o controle das contas públicas e a redução dos custos. Entretanto, como toda a história até aqui, a história da austeridade também é talhada pela luta de classes.

A defesa da contenção das despesas é, evidentemente, muito bem arranjada na mídia e no discurso para colar entre a população. Este discurso foi construído paulatinamente com o lançamento das bases para o neoliberalismo que lança mão

de arrocho sobre a maioria da população para preservar a apropriação privada das riquezas produzidas por uns poucos. Assim, foi, talvez, com o governo Carter que essa dimensão ganhou corpo quando rejeitou uma estratégia que envolvia ampliar o controle público sobre os mercados de capitais para adotar uma postura de austeridade – que favoreceu o oligopólio financeiro de Wall Street (BASTOS, 2015; ANDERSON, 1995).

O chamado Consenso de Washington tratou de internacionalizar o modelo desenvolvido por Reagan e Thatcher do neoliberalismo, atendendo aos interesses de burguesias que seriam favorecidas pelo corte de impostos e pela privatização de empresas públicas. E nos lugares que houvesse qualquer dificuldade em sua imposição, a ditadura como a de Pinochet foi a solução. O mesmo programa foi rapidamente implementado nos países em transição do socialismo real por meio de terapias de choque que provocaram grande deslocamento social e enorme crise econômica. Depois da crise de 1997, as reformas neoliberais foram finalmente impostas aos países da Ásia em desenvolvimento, tendo avançado lentamente nessa região até então. Região após região, a crise financeira é a parteira do neoliberalismo e de sua extensão globalizante. Em seguida, o próprio programa neoliberal produz novas crises financeiras e, com elas, novas pressões contra a intervenção e o gasto público, em um círculo vicioso que pode estar nos levando, hoje, a um estado de austeridade permanente de caráter global (BASTOS, 2015).

Neste sentido, vale citar as palavras de Robert Kurz (2012, s.p.):

O “sucesso” da revolução neoliberal consistiu, como é sabido, na criação de bolhas financeiras sem precedentes, que alimentaram conjunturas globais de déficit durante mais de uma década.

Quando o crash financeiro de 2008 pôs fim a essa época a ressaca foi grande. Os governos europeus, com a grande coligação alemã à frente, deleitaram-se descaradamente a passar as culpas aos EUA e à doutrina neoliberal, como se eles próprios não tivessem imposto essa política. Durante algum tempo parecia haver agora dos dois lados do Atlântico uma viragem para o modelo europeu, com pacotes de resgate públicos e programas de estímulo económico. Mas rapidamente se revelaram os limites do financiamento estatal na forma de crises de dívida soberana. A velha disputa volta a entrar em ebulação, mas agora com os papéis trocados: pelo menos na aparência, os EUA e a sua elite económica preferem apostar no estímulo estatal, a Europa liderada por Merkel prefere apostar em brutais programas de austeridade.

É este o modelo que aprofunda e acentua a desigualdade no mundo. Não é preciso ser adepto da teoria marxiana para perceber, basta ver como o economista Piketty (2014) chega a seus resultados para esclarecer que estamos num abismo de reconfiguração do mapeamento social – em níveis de regressão da desigualdade que a própria modernidade ocidental sempre pregou acabar. Seja nos Estados Unidos ou seja no Brasil.

Os mecanismos de austeridade apregoam a máxima neoliberal: o mercado é mais eficiente que o Estado. O resultado são sucessivas rodadas de de-re-regulação do Estado que se torna cada vez mais um comitê gestor da burguesia, como se referiu uma vez Marx e Engels. Quando não os próprios burguesas ocupam os cargos políticos, práticas que se tornaram comum na contemporaneidade.

Assim, não é de estranhar a rapinagem empregada para dilapidar o que resta de oportunidades de investimento para capitais sobreacumulados, por meio das privatizações e da dívida pública. Eis, a face mais tremenda do turbocapitalismo de rapina (KURZ, 2003).

São várias as estratégias para “permitir a transferência de recursos dos mais pobres para os mais ricos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.38). Isso dissemina-se em todo o mundo. Para citar alguns textbook examples seria impossível não remeter ao caso da Grécia, que acabou quebrada com a crise de 2008/2009, se viu coagida pelo restante da união europeia, em especial a Alemanha de Merkel, a aprovar um pacote de austeridade contra a sua população e soberania nacional. Evidente que a solução nunca veio, pois a austeridade é uma forma de enriquecimento de poucos – mesmo depois de quinze pacotes com medidas de austeridades impostas pelos credores internacionais. O mesmo caminho observa-se em outros países europeus, que levou, conforme Robert Kurz (2010), a “eurolândia ser reduzida às cinzas”.

Até mesmo a ciência médica chegou a estudar os impactos da austeridade. A pesquisa coordenada por Karanikolos et. all. (2013) examina como a política de cortes fiscais afetou a saúde pública na Europa. Mais especificamente, na Grécia, Espanha e Portugal, países em que a resposta foi das mais rígidas. A cartilha da Troika orientou que o governo grego cortasse todo investimento em saúde acima de 6% do PIB levando ao fechamento de 370 unidades de saúde, a eliminação de 2 mil leitos públicos, nenhum novo médico contratado entre 2010 e 2013 além de cortes de até 40% no orçamento dos hospitais. Com isso, explodiu novamente a morte por situações consideradas exclusivas de países de terceiro mundo, como infecções hospitalares. Além disso, observou-se também na Espanha e Portugal, o aumento significante do suicídio associado ao desemprego. Também cresceu o número de transmissão do vírus HIV entre usuários de drogas injetáveis.

Aqui, desde o ponto de observação periférico no Brasil, a austeridade parece ser ainda mais intensa. As estratégias para isso são várias: Se dá isenção fiscal e perdão para dívida das grandes empresas, uma completa ausência de tributação de lucros e dividendos ou de grandes fortunas, até o imposto de renda é uma espécie de austeridade perpétua: desde os governos militares as alíquotas máximas de imposto de renda, que já atingiram 65%, foram reduzidas até o patamar atual de 27,5%. Na Alemanha a alíquota chega a 45%, na Suécia 56,7%, na Turquia 35% e no México 30%.

Neste sentido, vale conferir o que Bastos (2015, p.14) já adiantava sobre o destino nesta crise infinita do capital:

Nova rodada de abertura de mercados, novas desregulamentações, novas privatizações, novos cortes de direitos e programas sociais, nova flexibilização de direitos trabalhistas.

Quem tem o dólar, manda. Ciclo após ciclo, novas rodadas de austeridade cortam aquilo que a crise anterior não cortara. Ao invés da utopia da harmonia mercantil, a distopia da austeridade permanente é o destino maníaco do capitalismo neoliberal.

O regime de governabilidade baseado na austeridade neoliberal é melhor representada pela expressão de Paulo Arantes (2014, p.441): “um colapso administrado”. Essa administração baseada na razão puramente econômica – calcada nos discursos demagogos – é, bem como argumenta David Harvey (2009) um processo de reorganização das geometrias de poder na sociedade, que passam, novamente, para as mãos da burguesia (agora, não mais a industrial, como do século XIX, mas a financeira, propriamente do século XXI).

Desejos

Uma das formas de dominação instaurada diante deste colapso administrado está na conformação de uma determinada subjetividade alinhada com os próprios preceitos da debacle da civilização moderna ocidental. Uma vez que as salvaguardas ideológicas do capitalismo deram em água, rifadas rapidamente frente a iminência da crise, este modo historicamente específico de mediação social teve que se metamorfosear para continuar existindo – a mutação, entretanto, indica exatamente a força deste “sujeito automático” que Marx mencionará nos Grundrisse.

Muita tinta já foi gasta quanto a isso, mas talvez um dos estudos mais completos sobre a dinâmica de subjetivação no capitalismo tardio tenha sido empreendida pela dupla de pensadores franceses Dardot e Laval (2016). Em um arguto livro, a dobradinha se empenhou em reconfigurar uma teoria capaz de dar conta

do capitalismo tardio que se desenhava no horizonte dos anos 1970. Essa “novidade” não poderia, evidentemente, abrir mão do nível fundacional desta forma de mediação, a mercadoria – incluindo aí o trabalho – tampouco seus agentes se movimentam em impedir a acumulação de riquezas, o que aconteceu, portanto, nas palavras de Dardot e Laval, foi a conformação de uma determinada subjetividade: a norma da subjetividade é a empresa.

As implicações são várias, mas a primeira que salta aos olhos é como essa solução, construída ao longo de muito tempo – e cuidadosamente demonstrado pelos franceses –, foi capaz de dar conta exatamente do ponto em questão nas tramas da acumulação. Com a dissolução da forma fordista que acontecia o metabolismo social até a primeira metade do século XX, muito por conta dos saltos tecnológicos que foram alcançados que liberaram trabalho vivo dos circuitos produtivos e levaram a financeirização da economia e da vida, era preciso criar algo que pudesse servir como amálgama social e que continuamente interpelasse os indivíduos colocando-os para trabalhar nesta sociedade sacrificial secular: se não há mais emprego para todos, como fazer para manter a girar as engrenagens da acumulação? Uma das opções foi a criação de todo o regime da ditadura da dívida que configurou o homem endividado (LAZZARATO, 2017). Entretanto, uma série de processos são co-atuantes e levam a “fábrica do sujeito neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016, p.321). O sujeito produtivo das sociedades industriais, do fordismo, da sociedade burocrática do consumo dirigido, já não é suficiente para designar a nova forma subjetividade em curso no mundo. Uma outra dinâmica de subjetivação está em curso.

Neste sentido, Dardot e Laval (2016) argumentam que se trata de um dispositivo de desempenho e de gozo que configura a experiência cotidiana dos indivíduos. Assim, dando um passo além da conformação do homem endividado apresentado por Lazzarato, que, com certeza, configura uma senda de dominação efetiva, Dardot e Laval argumentam que o homem neoliberal é, em última instância, um homem competitivo. Na medida em que a sociedade é modelada pela forma-empresa, a vida subjetiva dos indivíduos também passa a ser gerida por essa força social de conformação.

O momento neoliberal caracteriza-se por uma homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa. Essa nova figura do sujeito opera uma unificação sem precedentes das formas plurais da subjetividade que a democracia liberal permitiu que se conservassem e das quais sabia aproveitar-se para perpetuar sua existência. (DARDOT, LAVAL, 2016, p.326).

Não se trata, portanto, das formas pretéritas de disciplinamento do corpo, pela

coerção que tratava de adestrar os corpos e torná-los, para dialogar com Michel Foucault, dóceis. Trata-se, por outro lado, de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente mobilizada e envolvida numa atividade que é exigida – sabe-se lá por quem – para que se cumpra. E esta atividade que se exige não é outra coisa senão o trabalho.

Não é contraditório afirmar isso com o diagnóstico anterior dos circuitos de automação da esfera produtiva. O que acontece é uma reconfiguração deste metabolismo social que sai das fábricas, dos empregos de características propriamente fordistas, para uma nova forma de relação social que é, via de regra, sob a égide do neoliberalismo, mais precarizada. Como então colocar os enormes exércitos de precarizados para continuarem trabalhando, mesmo que precariamente? Criar uma identidade que cole completamente a subjetividade com a empresa que, no final, é impossível distinguir uma coisa da outra. Assim, a ideia de empreendedor se torna a força motriz por trás da sociedade neoliberal do capitalismo em crise. O homem já não trabalha para a empresa, ou para um chefe, mas trabalha para si mesmo. Todo o discurso do empreendedor, do colaborador, do selfmade men e seus correlatos elimina a distância entre indivíduo e empresa e coloca como único critério de sucesso – mesmo que estatisticamente seja irrelevante o sucesso como discurso legitimador: a sociedade meritocrática do empoderamento individual é, na verdade, a vitória deste poder abstrato.

A máxima de Margaret Thatcher, “não há sociedade, somente indivíduos”, é talvez a melhor síntese deste movimento. Afinal, nem mesmo há companhia empresarial, somente indivíduos que trabalham e concorrem entre si como o mais eficiente e a melhor “empresa de si”. Um parêntese: mérito do Brasil ter uma revista de empreendedorismo chamada Você S/A – de fato, parece haver, como diz Paulo Arantes (2004), uma fratura brasileira do mundo, que indica o porvir de todo o resto do planeta.

Toda a vida de cada pessoa, portanto, é colocada em movimento animada pelo imperativo da competição – vejamos, o mesmo imperativo que solapa a condição de possibilidade para a acumulação de capital ocorrer uma vez que pressiona os capitais individuais a desenvolver estratégias de ganho de produtividade. Mas se trata agora do nível mais íntimo do sujeito, que deve se manter na disputa, a custa de toda parafernália tecnológica e substâncias estimulantes – das lícitas até, é claro, as ilícitas. O ponto alto desta irracionalidade da administração tardia das populações talvez tenha sido melhor representado pela ficção de Costa-Gravas no filme Le Couperet, de 2005. O engenheiro químico Bruno Davert (José Garcia) perde seu emprego por motivos de flexibilização da produção. Dois anos depois e ainda desempregado, ele descobre a solução para eliminar a concorrência no mercado de trabalho, na guerra entre os homens empresa de si: matando, literalmente, seus

rivais.

Metáfora à parte, é exatamente esse mesmo processo em curso no mundo de hoje que conforma os indivíduos ao nível de seu desejo: “A gestão neoliberal” – diz-nos Dardot e Laval (2016, p.327) – “é um governo lacaniano: o desejo do sujeito é o desejo do outro”. Diante disso, tem-se toda sorte de aprimoramento desta empresa que é o seu próprio ser – basta uma rápida olhada nas estantes das livrarias nas seções de auto-ajuda ou de orientação profissional. A empresa de si mesmo mobiliza um ethos da autovalorização que toma a todos num nível de não-reflexividade no qual a única resposta possível é aderir a esse funcionamento com “energia, iniciativa, ambição, cálculo, responsabilidade pessoal. Trata-se de um indivíduo competente e competitivo, que procura maximizar seu capital humano em todos os campos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.333).

O neoliberalismo se dá como um estado avançado da acumulação primitiva sobre territórios não mais geográficos, mas afetivos, uma colonização do desejo. Colonizar o desejo, aqui, significa automatizar o comportamento sacrificial e competitivo. Emanas das (des)estruturas do neoliberalismo um sentimento ambíguo de simultaneidade entre derrota e vitória na execução das tarefas mais triviais da vida cotidiana. Esse parece ser o ponto crucial do mais-de-gozar específico do neoliberalismo, uma constante possibilidade de pôr tudo a perder ou tudo a ganhar. Ser homem empresa de si é, no fim do dia, habitar uma extrusora na qual o medo comprime contra a parede vazada do gozo. Wendy Brown (2018) ainda nos chama atenção para este que não é um detalhe, mas que poderia passar despercebido: este comportamento empreendedor diligente e responsável não é recompensado. Daí que o mal-estar da não recompensado há que ser operacionalizado uma e outra vez pelo capital neoimperial para que este não se torne fonte de revoltas contra suas próprias estruturas.

Guerras

As transformações nas formas de acumulação de riqueza e de dominação social também indicam uma forma nova do padrão de relacionamento entre os estados-nacionais que formam o sistema-mundo no capitalismo tardio. Talvez, para compreender a própria sobrevivência do capital como mediação social hegemônica, seja necessário compreender os rumos dessa travessia.

As chagas sanguinolentas do colonialismo dos séculos XV até XVIII e o imperialismo violento do século XIX e início do XX foram formas historicamente determinadas de relação entre as nações que atendiam ao imperativo de pujança de expansão externa derivada do próprio funcionamento interno do capital - Marx (2013), nº Capital, já havia exposto uma teoria moderna da colonização. A sobrevivência

deste sistema só era possível mediante a tomada violenta de novos territórios que seriam integrados as raízes da acumulação (como reservas de matéria-primas, de força de trabalho e, em algumas situações, como mercados consumidores de bens industrializados), bem como nas tramas do poder e dominação da modernidade (LENIN, 2011).

Marcados nos anais da história à ferro e fogo, os capítulos do colonialismo e imperialismos são fundamentais para se compreender a formação da globalização. É exatamente a partir dessa forma pretérita de globalização que os territórios colonizados passaram a integrar o sistema-mundo capitalista de maneira subalterna, dependente e periférica (HOBSBAWM, 2015). Tal cenário, por consequência, determinou como cada um destes países passou a integrar a globalização capitalista, sujeitos ao poder de exploração e os interesses das potências coloniais e que configurou o próprio desenvolvimento de um capitalismo periférico (MARINI, 2005; FRANK, 1966).

Entretanto, o padrão do relacionamento entre as nações começou a se alterar a partir da segunda metade do século XX em que a força dominadora a mercadoria já havia se estendido para todo o mundo. Não havia mais para onde expandir o modo de produção do capital o que coloca cada estado-nação numa situação beligerante, promovendo uma expansão territorial dos próprios estados e de suas áreas de influência. Toda a Segunda Guerra Mundial (1939-1946) já estaria, de alguma forma, neste registro. Tanto é que seu fim foi uma espécie de continuidade deste mesmo princípio, em uma série de conflitos violentos mas que nunca chegou a esquentar num conflito direto entre as duas potências do mundo bipolar durante a Guerra Fria: a URSS e o EUA.

A tecnologia, todavia, alterou também a forma de se guerrear. A indústria bélica é uma das que viu, durante o século XX, o desenvolvimento mais acelerado. Do uso da aviação, dos mísseis teleguiados e da química como elementos importantes nos conflitos do início do século XX, as bombas nucleares se tornaram a tecnologia bélica decisiva: elas são usadas como instrumentos de barganha e negociação – em várias escalas, pois o uso efetivo inviabilizaria o território que fossem adotadas como tática militar. A doutrina M.A.D [Mutually Assured Destruction] era uma das poucas certezas do fechamento do século XX. Com isso, um novo padrão de exercício da geopolítica foi sendo gestado no coração do capitalismo:

Após a segunda guerra mundial, um pacto tácito entre as nações perdedoras e a vencedora modificou o teor da disputa militar, de forma intensiva. Novos papéis foram criados para a continuidade do jogo de dominação capitalista mundial, centrada agora na hegemonia dos Estados Unidos sobre o resto do mundo.

A Organização das Nações Unidas (ONU), espaço concreto de construção geopolítica da nova configuração hegemônica mundial, será um dos meios de propaganda ideológica mais enfáticos sobre a nova era da “paz” sob o domínio hegemônico americano. As instituições criadas pelo acordo de Bretton Woods na década de 1940, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BIRD), são outros exemplos de mecanismos criados para renovar a dependência dos países tecnologicamente menos desenvolvidos mundialmente (TRESPADINI; BUENO, 2014, p.199)

Há uma evolução da guerra que assustaria Maquiavel, Kant ou Sun-Tzu: Do campo de batalha à guerra de trincheiras, da guerra de trincheiras à blietzkrieg, da blietzkrieg aos drones - esse dispositivo unilateral, em que apenas um lado do campo de batalha sofre baixas (CHAMAYOU, 2015). Mas hoje, Trespadini e Bueno (2014, p.201) chamam atenção, a guerra dá mais um passo: chega em “todos os espaços civis”. A nova forma de dominação geopolítica é a conexão ao mercado mundial. Há, de uma certa maneira, uma passagem de uma geopolítica do poder matar para uma geopolítica do poder comprar - evidente que a última não suprime por completo a primeira, mas lhe atribui uma nova função. O que se evidencia na atual guerra comercial travada entre os Estados Unidos e a China. Por detrás dos cortes, sanções e boicotes, Kishore Mahbubani (2018) não deixa passar despercebida a disparidade dos gastos com defesa nacional das duas potências. Enquanto os EUA gastaram 3,3% do seu PIB em defesa nacional, no ano de 2015, a China gastou apenas 1,9%. É como se os EUA, prevendo a derrota na presente guerra, já se preparasse para a próxima.

Essa é a natureza do Novo imperialismo que David Harvey (2006) comenta. Embora as guerras, em sua expressão de conflitos militares direto, nunca tenham saído do horizonte da acumulação, este novo imperialismo tem uma natureza mais difusa que realiza seu objetivo de uma maneira tão eficiente quanto: agindo sobre os territórios de países que possuem posições estratégicas no globo ou atrás de recursos minerais, o poder da dominação hoje é exercido de outras maneiras além do emprego militar da força - embora a própria manutenção dessa força seja sempre a condição de possibilidade para o exercício sem seu emprego direto. Seria interessante nota que este novo imperialismo, na verdade, indica uma mutação em sua forma de realizar a influência imperial, mas não em seus objetivos. Basta ver a atualidade do que escreveu em 1916, Lenin (2011, p.288):

A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos todas as fontes de matérias-

primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas se esforçam por retirar ao adversário toda a possibilidade de concorrência, por adquirir, por exemplo, as terras que contêm minério de ferro, os jazigos de petróleo, etc.

Se se concorda que os objetivos do novo imperialismo continuam, ao menos, muito parecidos com o imperialismo do final do século XIX, seria necessário entender em que se alterou. Como acontece este novo imperialismo, em que a guerra aberta, com emprego de coluna de tanques e um esquadrão de bombardeiros B-52, não é mais largamente apresentado como uma opção imediata. Parece ainda ser necessário entender como essa transformação ocorre. É este o esforço de Korybko (2018) em seu livro Guerra Híbrida: das revoluções coloridas aos golpes.

Embora o termo não seja uma criação de Korybko [3], foi o analista político russo que desenvolveu-o como uma categoria analítica importante para compreender fenômenos da geopolítica do mundo presente.

Segundo o autor, guerra híbrida é uma nova tática político-militar de quinta coluna empregada por agentes externos [4]. Este agente externo incita conflitos identitários no Estado-alvo, que visam fragilizar ou até mesmo substituir governos que não estão alinhados à sua política e que não atendem seus interesses. O alvo prioritário das práticas da guerra híbrida seriam os países que das duas umas: i) ou o alinhamento direto poderia fortalecer o poder das potências neoimperiais; ii) ou as práticas destes países ameaçam a hegemonia geopolítica das potências neoimperiais. Na atual conjuntura, isso pode ser traduzido no ataque norte-americano ao alinhamento das forças político-econômicas afro-eurasiáticas em torno das Novas Rotas da Seda e dos BRICS.

No alvorecer do século XXI, há uma mudança no emprego da estratégia norte-americana. Ao invés de invadir militarmente os Estados-alvo ou de apoiar golpes e ditaduras militares como fez em toda a América Latina no último século, a nova configuração do sistema-mundo, repleta de aparato militar de alta sofisticação e poder destrutivo, torna cada manobra militar uma operação de alto risco estratégico, o que exige modelos de guerra indireta. As tradicionais operações militares dão lugar a operações de incitação de levantes civis, as chamadas revoluções coloridas. O processo se dá segundo um método muito bem descrito pelo autor. Resumidamente, tudo se inicia pela internet, com a circulação de ideologias liberais incompatíveis com a conjuntura do Estado-alvo. Este material ideológico é produzido e difundido por ONGs e think tanks estrangeiros. A assertividade psicológica desse material se dá através de delicados mapeamentos via mining data, como os que a Cambridge Analytica recentemente executou nas últimas eleições, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Somado à este

material ideológico de ampla circulação nas redes, ativistas locais são treinados e se tornam influentes difusores de táticas não-violentas e revolucionárias de rua. Tudo isso é azeitado com dinheiro internacional. A intenção é clara: a produção de um movimento local orgânico - e aparentemente espontâneo - antagônico ao governo local.

A assertividade dos treinamentos gera no movimento local certo automatismo tático, o que fortalece seu caráter supostamente espontâneo. Quando o movimento está suficientemente coeso um evento é acionado. Este evento funciona como gatilho para que o movimento descarregue toda a energia acumulada, indo com força total para o espaço público – geralmente a praça principal da capital – a fim de destituir o governo local em nome de uma ideologia libertária e ocidentalizada. A resultante é o enfraquecimento do governo ou a sua eventual troca por outro mais alinhado aos interesses neoimperiais. A combinação ruas e redes, em que residiam muitas das apostas progressistas à época da primavera árabe, deve ser entendida como um traço fundamental da guerra híbrida. Não é de se estranhar, portanto, a afirmação de Korybko, de que os soldados desta guerra não são mais soldados propriamente ditos, mas são protagonistas desvinculados do Estado e civis que atuam na linha de frente desta guerra.

Essa tática é, ao mesmo tempo, menos sensíveis do ponto de vista das reações políticas e militares, tanto no interior do Estado-alvo quanto da política internacional. Isso porque, uma vez que os ataques são desferidos pela própria população civil, o Estado-alvo se vê em uma situação muito delicada, cuja reação dificilmente consegue acompanhar o timing das revoluções coloridas.

Entretanto, a revolução colorida é apenas a primeira etapa da guerra híbrida. Caso a revolução colorida não seja suficiente para lograr os objetivos do ataque, será acionado um segundo mecanismo, a saber, a guerra não convencional. Guerra não convencional, como o nome sugere, deve ser entendido como qualquer outro mecanismo de combate perpetrado contra o Estado-alvo que não seja a guerra clássica entre forças armadas inimigas. Um tipo de vale tudo, onde a violência física generalizada desenlaça - mesmo que por um período relativamente curto - todos os vínculos entre a sociedade e o governo.

“A economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma”. Ninguém poderia supor que os rumos dos corações e almas neoliberais se tornassem tão literalmente sacrificiais. O ensaio do fotógrafo inglês Tom Jamieson, intitulado *Tools of a revolution*, é um registro das armas portadas pelos insurgentes dos protestos de Maidan, Ucrânia, em fevereiro de 2014. Este ensaio nos dá uma amostra da barbárie que pode atingir um conflito entre insurgentes e tropas - policiais ou militares.

Fig 2. Tools of a revolution de Tom Jamieson.
Fonte: tom-jamieson.com/weapons

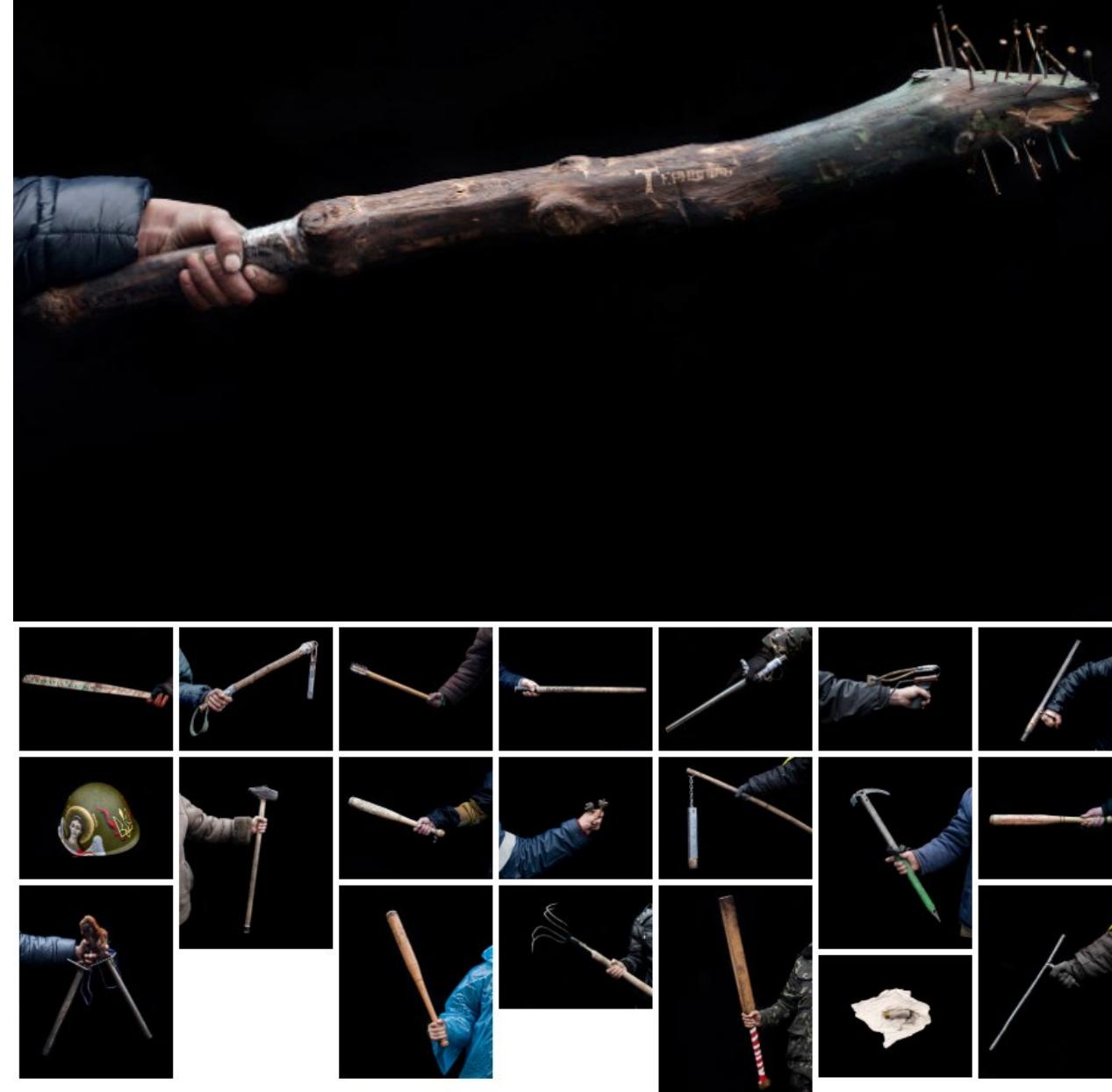


Fig 3. Tools of a revolution de Tom Jamieson.
Fonte: tom-jamieson.com/weapons

Colônia

Seria impossível entender o cenário geopolítico das movimentações críticas do capital sem entender a posição que cada país ocupa neste mundo globalizado. O passado colonial, como mero campo de exploração de riquezas naturais, é determinante. A forma de inserção das colônias na pretérita globalização no século XVI levou a uma forma de economia “desenvolvida” subalterna e dependente.

Neste sentido, é preciso ter em mente a contribuição à teoria marxiana de Ruy Mauro Marini. Ele foi, talvez, um dos que melhor conseguiu avançar em direção de uma economia da dependência. Seu argumento é que os trabalhadores dos países periféricos e dependentes recebiam abaixo do valor necessário para sua reprodução – o que leva a duas consequências imediatas. Um regime de mais-valia extraordinária que era escondida para irrigar os circuitos internacionais de valorização e uma reprodução da força de trabalho de forma precarizada às custas do próprio trabalhador. À esse fenômeno, Marini chamou de superexploração da força de trabalho.

Essa realidade indicou uma forma de inserção na economia capitalista globalizada que reforçou o caráter colonial. Por este caráter colonial, queremos designar que as economias periféricas estariam sujeitas a atender às demandas colocadas pelas metrópoles. O que significa que seu próprio desenvolvimento é impossível, ou, dito de outra forma – valendo da formulação de Gunder Frank (1966) – o subdesenvolvimento tem sua própria maneira de desenvolver. Toda a história na periferia não é outra coisa senão a história do desenvolvimento dos centros.

Parece haver uma espécie de inércia histórica que encaminha o destino manifesto colonial dos pobres diabos periféricos. A história do Brasil é um tanto ilustrativo disso, conforme narrado por Carvalho e Guerra (2017). Entretanto, interessa-nos entender a inserção - derivada desta situação - contemporânea.

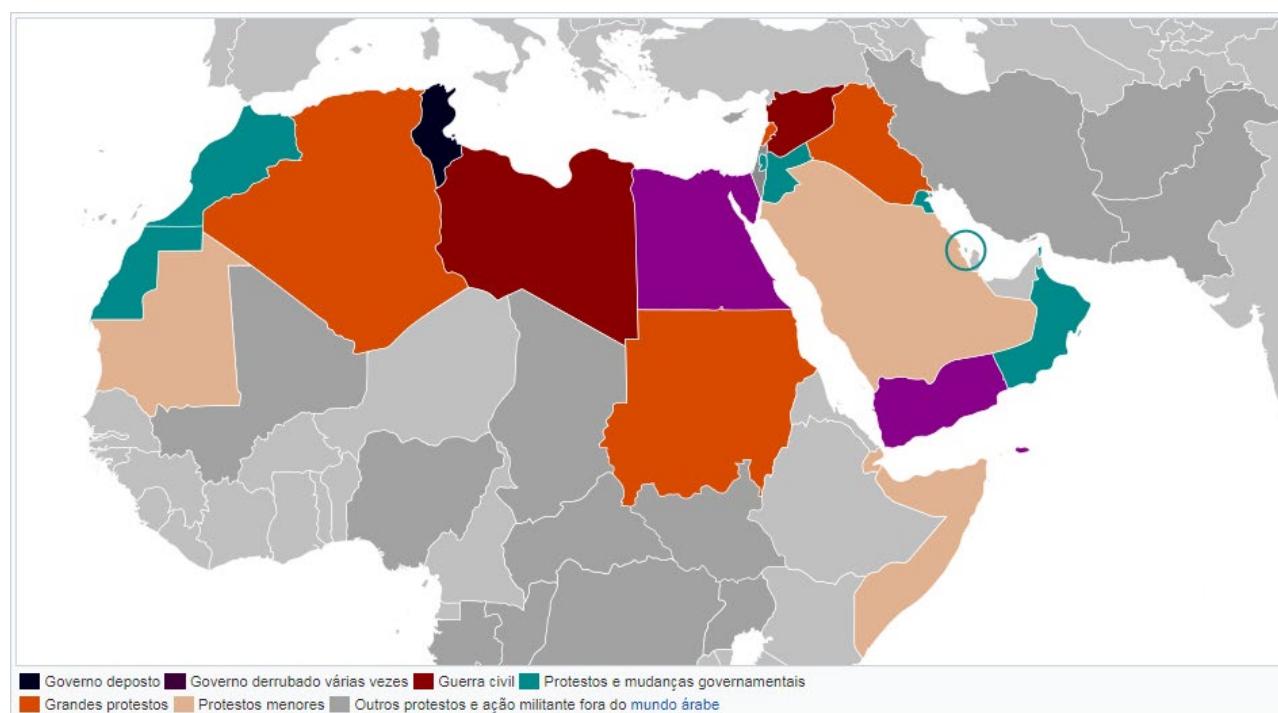
Desde a redemocratização, a vida política interna e a geopolítica internacional do Brasil são marcadas por um efeito balanço que passa de um extremo a outro. Em 1988, com a promulgação da Constituição Cidadã a expectativa que havia era a ampliação do Estado Democrático de Direito com a afirmação e reconhecimento de direitos sociais com a aplicação de políticas públicas de caráter universalizantes. Esse momento foi substituído na década seguinte com uma experiência dependente de ajuste alinhado a política de austeridade do capitalismo financeirizado. Nos anos 2000, em especial a partir de 2005, foi possível, no governo de Luís Inácio, uma certa inclusão e difusão de direitos - embora precariamente sustentada pelo boom das commodities (FIORI, 2007). No momento em que há essa ruptura do ciclo de exportação ocorre um rearranjo das forças

políticas e econômicas do país para direcionar o país rumo ao retorno de uma dependência aos grandes centros, se tornando - ou retornando - a posição de uma plataforma de valorização financeira sob o comando de um capital internacional predatório e violento, ansioso por valorização.

Este modelo de ajuste dos ponteiros do relógio do Brasil com o tempo em aceleração do mundo configura um modelo extremamente sofisticado de renti-extrativismo com uma situação social altamente precária e que, ao que tudo indica, com uma clara tendência de regressão.

Quando o colonialismo otancentrista não está ampliando suas linhas de renti-extrativismo está impedindo a emancipação de países que, a duras penas, emergem lentamente. E aqui se apresentam contradições muito bem exploradas por Kishore Mahbubani (2018). Segundo o autor, hoje, o que os países europeus poderiam fazer de mais sensato é o investimento no desenvolvimento dos países do Norte da África. O que significaria, seguindo o raciocínio do presente texto, tomar frente exatamente dos processos de urbanização, promovendo melhorias das condições gerais de vida nos Estados africanos e ampliar as linhas de extração de mais-valor excedente – cuja escassez é a fonte da queda do crescimento econômico dos países centrais do ocidente. Ao contrário disso, as primaveras árabes – incitadas pelos EUA, membro da OTAN – desestabilizaram os países norte-africanos, que tem como efeito um aumento do processo migratório rumo à Europa. Aqui nota-se uma clara divisão de interesses entre o Leste e o Oeste do Atlântico Norte.

Fig 4. Estados-alvo das primaveras árabes.
Fonte: [pt.wikipedia.org/wik.../Primavera_Arabe](https://pt.wikipedia.org/wiki/Primavera_Arabe)





5. Comando dos Estados Unidos para a África, é um dos nove comandos de combate unificado regionais das Forças Armadas dos Estados Unidos.

Fig 5. Eternity-Painted Terracotta Statue of Heavenly Guardian, de Xu Zhen.

Fonte: frieze.com/event/xu-zhen-store

A burrice otancentrista não para por aí. Ao que tudo indica, quem ficará com os lucros do beneficiamento urbanístico do continente africano será a China. Segundo o jornalista investigativo independente e especialista em análises geopolíticas, Pepe Escobar (2018), no último Fórum sobre Cooperação China-África (FOCAC) em Pequim, o presidente chinês, Xi Jinping, anunciou um pacote de US\$ 60 bilhões, dividido entre doações e empréstimos sem juros, linhas de crédito; financiamento do desenvolvimento africano e de exportações da África para a China. Este montante é um complemento aos outros US\$ 60 bilhões já prometidos na cúpula de 2015. As operações envolvem cerca de 3.300 empresas chinesas investindo em telecomunicações, transporte, geração de energia, parques industriais, abastecimento de água, e aluguel de máquinas para construção, varejo, escolas, hotéis e hospitais. Uma parceria comercial que excede em muito as importações de commodities. A China, que é o principal parceiro comercial da África desde 2009, inicia agora um processo de disputa de território com a AFRICOM [5], que investe em bases e operações militares no território africano e não beneficia em nada os padrões de vida no continente.

A obra *Eternity-Painted Terracotta Statue of Heavenly Guardian*, do escultor chinês Xu Zhen, talvez seja melhor imagem da relação chinesa com o colonialismo. O Guardião Celestial, um monstro guerreiro de terracota, se apodera da abstração moderna ocidental para ostentá-la. Não se trata de uma relação descolonial, mas de uma subversão da colonialidade: apoderar-se das “melhores práticas” ocidentais, sem por isso deixar de ser chinês de terracota.

Mas retornando ao pensamento colonial, este parece reproduzir um padrão que solapa as linhas de horizonte da própria produção do valor. No Brasil não é diferente. O golpe de 2016 não destituiu apenas o governo PT, mas atacou diretamente o maquinário produtivo nacional que concatenava a produção de valor e de IDH. O uso ostensivo de construtoras em operações como o Programa Luz Para Todos, Minha Casa Minha Vida, PAC 1 e 2, Água Para Todos, REUNI, a Transposição do Rio São Francisco, dentre outros, foi capaz de popularizar o acesso aos benefícios da vida urbana e irrigar a economia nacional - e internacional, via mecanismo de dívida - com mais-valor excedente oriundo da construção civil. Este mecanismo foi solapado pela limpeza pretensamente ética da Operação Lava-Jato, que desintegrou as principais empresas de construção pesada do país.

Ao que tudo indica, o desejo do grande capital ocidental de manter povos subalternos localizados em regiões muito específicas do mapa mundi, por vezes parece maior do que o de manter sua atividade principal, a extração de mais-valor.

Golpe

O primeiro semestre de 2016 foi marcado pelos trâmites do impeachment de Dilma Rousseff, presidente eleita do Brasil, muito embora, como lembra Mascaro (2018, p.73), “não restam incólumes as invalidades quanto a processos e casos como o do impeachment de Rousseff ou da dita Operação Lava Jato”. Com pompas de legalidade a avaliação crítica revela que o processo não passou de um golpe jurídico-parlamentar a fim de implementar uma agenda neoliberal (BRANDÃO, 2017). O próprio Michel Temer, em uma reunião com empresários de Nova York em setembro de 2016 – meses após o impedimento de Dilma – afirmou que Dilma Rousseff deixou o poder porque não apoiou o programa lançado por ele, a chamada Ponte para o Futuro. O programa descrito no documento é, antes de tudo, uma adesão às políticas neoliberais que elevam à enésima potência a adoção destas políticas que vem acontecendo com maior ou menor intensidade desde a redemocratização de baixa intensidade. Entretanto, por mais que se possa fazer uma crítica aos governos do PT de Dilma e, antes dela, Lula, o golpe jurídico-parlamentar é a ponta de lança da implementação de uma agenda neoliberal. Significa uma inflexão na forma que, historicamente, o país se inseriu na economia mundo. A intenção do golpe foi só uma: “Ditar um horizonte distinto – derrotado nas urnas de 2014 –, simbolizado pela Ponte para o futuro, de um neoliberalismo pronunciado e regressista” (MASCARO, 2018, p.73). Muito embora essa univocidade do projeto, sua forma de expressão é legião.

Com isso, o cenário que começou a se formar no Brasil representa uma maneira sui generis que os capitais e seus agentes operadores encontraram para conseguir manter taxas de lucro, mesmo que dilapidando conquistas de direitos sociais, aumentando a exploração do trabalho e entregando das riquezas naturais do Brasil.

O golpe anuncia a retomada da agenda da privatização com intensidade não vista desde os Fernandos (Collor de Melo e Henrique Cardoso), lançando, especificamente com a entrega do pré-sal, uma pá de cal sobre o que restava da soberania nacional - adotaremos o script colonial prescrito pelas economias ocidentais. Parte das novas privatizações vêm acompanhadas de certas sofisticações, destaque para o modelo de seguridade que vem sendo aplicado em várias escalas das concessões em Parceria Público-Privada, em que os lucros ficam com as empresas e os prejuízos com o Estado, conferindo ao envelhecido sistema capitalista a virilidade que exige de si no mercado financeiro. Talvez, o maior prejuízo vinculado às privatizações sejam as alterações nos eixos de rigor no interior das relações de produção. Casos como o rompimento da Barragem do Fundão em Mariana-MG (2015), a crise hídrica no Estado de São Paulo (2014), os apagões em escala nacional (2001), estão diretamente ligados à avidez financeira

acampada na operação de serviços vitais ao povo brasileiro. Segundo este rumo pós-golpe parece que atravessaremos um mar de lama que, muito provavelmente, não será apenas uma figura de linguagem. Esta situação ganha contorno semelhante também na Argentina, com a eleição de Maurício Macri, que tomou como uma de suas primeiras medidas um acordo com os fundos abutres, mantidos por investidores internacionais que esperam ganhar cerca de 1600% com o investimento realizado. Não por outro motivo, é claro, ocorreu na Argentina uma jornada de protestos contra essa agenda ultra-neoliberal em meados de 2018.

Ao mesmo tempo, a grande virada a ultraliberalização que o golpe jurídico-parlamentar-midiático contra Dilma Rousseff lançou um novo momento de inflexão na austeridade, com a aprovação da emenda constitucional 95/2016, que ficou famosa sob a alcunha de PEC do Teto, que congela durante 20 anos os investimentos em determinados setores. Esse tipo de medida de austeridade serve para destinar recursos para o pagamento de juros da dívida que, por sinal, nunca é paga.

À vida cotidiana e popular, o golpe anuncia o achatamento das possibilidades de trabalho. Esse estreito horizonte revela apenas a patológica combinação de empreendedorismo, terceirização e austeridade, claramente nociva à saúde da classe trabalhadora, acompanhado da intensificação de acidentes, doenças do trabalho e depressão, que, simultaneos ao declínio do Sistema Único de Saúde, configuram o cenário de um desastre. A acumulação por espoliação (HARVEY, 2006), ou seja, o saque da renda das populações mais vulneráveis, seguirá com a alta dos juros, dos aluguéis e das passagens que subirão (como já o fazem) mais que a inflação, enquanto os salários reais irão encolher ano após ano. O desemprego, cada vez mais, se tornará o fôlego para que, diante de um sistema de assistência social rarefeito, a população precarizada possa se mobilizar e cuidar de si mesma, e quem sabe, de quando em vez, ser financiada pelos mesmos bancos (travestidos de fundações caridosas e o braço ongueiro) responsáveis pelo legado da precarização. Para manter a entoada dada ao longo deste artigo, valeria a pena ater-se um pouco mais as consequências e, claro, as motivações, das implicações da aplicação do corolário do consórcio golpista no mundo do trabalho:

Em 13 de Julho de 2017 foi sancionada pelo atual governo a lei nº 13.467 que flexibiliza relações trabalhistas. Vale lembrar: ao assumir o poder executivo depois deste golpe, Michel Temer, em um de seus primeiros pronunciamentos – além de pedir confiança – pede a colaboração de todos os brasileiros para superar a crise: “não fale em crise, trabalhe!” Parece que o próprio Marx (2012, p.24), ao fazer a Crítica do programa de Gotha, ainda em 1875, já sabia que “os burgueses têm excelentes razões para atribuir ao

trabalho essa força sobrenatural de criação” – a riqueza deles só é possível como resultado da apropriação do trabalho alheio.

Assim, o pedido do pronunciamento de Temer tem que ser lido retrospectivamente com sua proposta de reforma trabalhista: nós daremos todas as condições jurídicas e legais para que vocês possam trabalhar mais (para nós!) (CANETTIERI, 2018, pp.28-29).

A crise de acumulação obriga aos países periféricos dependentes e subalterno um tipo específico de postura: subserviência aos ditames neoimperialistas e o completo compromisso com o provimento dos fluxos de riquezas que devem continuar a irrigar o coração sombrio do capital. Mais exploração direta é o fim desta linha, juntamente, com não outro cenário senão o corte das políticas sociais, a precarização da educação, da saúde e de outros setores, para o enriquecimento de alguns. Mas, como não poderia ser diferente, no mundo do golpe jurídico-parlamentar, o governo brasileiro ilegítimo aprovou o aumento de 16,38% dos salários astronômicos de juízes, os parlamentares se mantiveram fora dos cortes previstos na reforma da previdência e o aumento do repasse das verbas públicas para a Globo.

A oportunidade para capitais estrangeiros em busca de valorização é grande:

Efetivamente, frações do capital brasileiro, como as da construção civil, as de alimentos - carnes, frango, soja – e, incidentalmente, a Petrobras, a Embraer e algumas empresas estatais, como bancos, se fazem mais presentes na concorrência capitalista internacional. Nesse campo, o golpe de 2016 é a busca de um restabelecimento de um modelo anterior. A quebra das empresas nacionais se apresenta como uma inegável oportunidade estratégica de acumulação por parte de capitais competidores externos, seja por meio de espoliação - como no caso da tomada de campos de pré-sal das mãos da Petrobras - , seja por meio da reconquista de espaços comerciais a partir da quebra das construtoras brasileiras e de sua correspondente inação no exterior (MASCARO, 2018, p.89-90).

O significado final desta crise é criar no Brasil – e em outros países periféricos e dependentes – um território para a exploração violenta, nua e crua, direta e intensamente exercida em todo o corpo social. No momento em que há uma crise intrínseca à própria racionalidade “irracional” do capital que solapa suas formas de sobrevivência, esta agora é mantida às custas de corpos periféricos, sujeitos a este poder abstrato. Devemos, portanto, ver este momento inaugurado com o impeachment de 2016 como uma inflexão ultraneoliberal que reforça o

lugar subalterno da economia brasileira no sistema-mundo. O resumo das terras tupiniquim: não passam de reserva de mais-valor absoluto para ser exprimido sem o menor compromisso social, ambiental ou, até mesmo civilizatório.

A acumulação há de ser salva, à custa do prolongamento da jornada de trabalho da mão de obra remanescente, de um crescente aumento de sua intensidade e da drástica redução da proteção ao trabalho. A reestruturação trabalhista, que protege os capitais em detrimento dos trabalhadores, redireciona o horizonte do trabalho a uma estética e política escravagista, principalmente em países periféricos que, devido a sua condição de dependência e subalternidade, se encontram, na divisão do trabalho, como responsáveis pela transferência de valor para os capitais sediados nos países centrais. A condição da classe trabalhadora na periferia global é muito mais precária. O sistema de superexploração coloca homens, mulheres e, não raro, idosos e crianças num regime exaustivo de subemprego precário para garantir a manutenção da produção de mais-valor. É essa a interpretação que temos que ter quando levamos em conta as paisagens precárias e expansivas das favelas, os gigantescos deslocamentos até o trabalho, a violência estrutural e outras mazelas sociais que assolam historicamente esses países. Com a crise do capital, a tendência não pode ser outra que não o aumento estratosférico da expressão dessa condição, para continuar a permanente acumulação.

O golpe, enquanto inflexão econômica e social no Brasil, cumpre algumas funções: 1) econômica, diante da crise nos regimes de acumulação e a passagem para sua forma fictícia, a saída é a intensificação das explorações sistemática como forma de continuar extraíndo e acumulando mais-valor; 2) legislativa, de reformular o Estado como anteparo entreguista e colonial para a estância confortável dos capitais internacionais na nova ordem de acumulação de valor, não mais por produção, mas por espoliação; 3) geopolítica, agravando o processo de recolonização da América Latina, o golpe leva à falência ou à privatização dos setores produtivos nacionais, cumprindo seu papel de posicionar no globo os países falidos e aqueles que ainda serão os remanescentes do setor produtivo, enquanto China e Rússia, mantêm as atividades industriais, o Brasil, junto a toda América do Sul, protagonizarão a falência do setor produtivo; 4) moral, ao solver as estruturas nacionais pela via de uma política reacionária, sexista, racista e violenta, o golpe veste o Estado como frágil e passivo, condiciona a população ao lugar da vergonha e da culpa, produzindo uma nova condição de mal estar na sociedade. “A política no capitalismo” – poderíamos adicionar, na periferia do capitalismo neoliberal globalizado – “é a administração de um frenesi sobre ruínas” (MASCARO, 2018, p.29). Literalmente.

Prospectos

O neoliberalismo como uma forma de transformação da sociedade, com a implementação de certas determinações – sobretudo jurídicas – conformou uma determinada forma de experiência intersubjetiva. Algo intrínseco para seu funcionamento foi suscitar um circuito próprio de afetos que se estrutura baseado no rancor social, das frustrações ou de ressentimentos. A subjetividade concorrencial do homem empresarial conduz, inevitavelmente a este terreno estruturado a partir da competição. Quanto mais a dinâmica de reprodução do capital neste momento se realiza, mais vemos indivíduos serem rifados, deixados à própria sorte e que, quando confrontados com este sentimento de fracasso e frustração, mobilizam as mais destrutivas forças.

O capitalismo neoliberal, conforme apresentado pelo preciso diagnóstico de Mbembe (2017), só pode se realizar plenamente deixando um sem-número de sujeitos completamente destruídos, moídos pelas engrenagens da acumulação e abandonados pelas salvaguardas ideológicas, que passam a se convencer que não existe outro futuro para eles reservado que não seja a contínua violência. A destituição dos sujeitos abre espaço para uma mediação social talhada pelas violências que se tornam difusas e alcançam cada vez mais pessoas. Uma ironia refinada que na sociedade da tecnologia vemos cada vez mais pessoas passando a mais crassa e bruta necessidade.

Diante deste encurtamento de expectativas em relação ao futuro (ARANTES, 2014), as eleições no Brasil de 2018 parecem traduzir com alguma exatidão o momento que se atravessa. Vimos nas campanhas presidenciais, primeiro e segundo turno, um discurso marcado por malabarismos discursivos, fake news e violência. Na primeira semana após o primeiro turno, em que o candidato Jair Bolsonaro abriu uma vantagem de dezenas pontos percentuais do segundo colocado, Fernando Haddad (PT), foram catalogadas mais de 50 agressões de eleitores de Bolsonaro contra indivíduos contrários aos ideais representados pela candidatura do capitão. No sentido oposto, seis agressões foram registradas. “A política se converterá na luta de rua e a razão não importará. Nem os fatos” (MBEMBE, 2017, s.p.).

A violência da esfera política ganha concretude e, cada vez mais, fica evidente que os rumos da política passam por uma série de expedientes infrapolíticos que, com certeza, deveriam ser melhores destrinchados tendo em conta a formação social e histórica do Brasil. No momento de crise do capital, aqui que representou durante ao menos dois séculos a principal forma de mediação social começa a sair de cena e, o que fica em seu lugar? *Barbárie*.

Referências

- ANDERSON, Perry. 1995. O Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ARANTES, Paulo. 2004. Zero a esquerda. São Paulo: Cosac Naify.
- ARANTES, Paulo. 2014. Novo tempo do mundo. São Paulo: Boitempo.
- BASTOS, Pedro Paulo. 2015. Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil. Texto para discussão número 257. Instituto de Economia/UNICAMP: Campinas.
- BEAN, C. R.; LAYARD, P. R. G.; NICKELL, S. J. 1986. The Rise in Unemployment: A mult-country study. *Economica New Series*, v.53, n.210, p.1-22.
- BENANAV, Aaron. 2010. Misery and Debt: On the Logic and History of Surplus Populations and Surplus Capital. *Endnotes*, n.2, p. 21-39.
- BRANDÃO, Carlos. 2017. Crises e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. *Caderno Metrópoles*, v.19, n.38.
- BROWN, Wendy. 2018. Cidadania Sacrificial: Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Rio de Janeiro: Zazie Edições.
- CANETTIERI, Thiago. 2018. Crise do capital e condição periférica. *Revice*, n.4, v.2.
- CARVALHO, Alba Maria; GUERRA, Eliana. 2017. Brasil no século XXI na geopolítica da crise. *Revista de Políticas Públicas*, v.20.
- CHAMAYOU, Grégoire. 2015. Teoria do Drone. São Paulo: Cosac Naify.
- COMITE INVISÍVEL. 2016. Aos nossos amigos: crise e insurreição. São Paulo: n-1 edições.
- CRARY, Jonathan. 2014. 24/7 – Capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Cosac Naify.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. 2016. A nova razão do mundo. São Paulo: Boitempo.
- DEBORD, Guy. 1997. Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo. São Paulo: Paz e Terra.
- Diário do Povo Online. 2018. Taxa de urbanização da China aumenta para 58,52%. Disponível em: portuguese.people.com Acesso em: 20 ago. 2018.
- ESCOBAR, Pepe. 2018. It's Africa's choice: AFRICOM or the New Silk Roads. Disponível em: atimes.com/article/its-africas-choice-africom-or-the-new-silk-roads Acesso em: 4. Set. 2018.
- FERRO, Sérgio. 2008. Arquitetura e Trabalho Livre. São Paulo: Cosac Naify.
- FIORI, José Luis. 2007. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. *IKOS: Revista de economia heterodoxa*, Rio de Janeiro, n. 8, ano 6.
- FRANK, Andre Guder. 1966. The development of subdevelopment. *Monthly Review*.
- GRESPAN, Jorge. 2012. O Negativo do capita. São Paulo: Expressão Popular.
- HARVEY, David. 1989. The urban experience. Baltimore: John Hopkins University Press.
- HARVEY, David. 2006. O novo imperialismo. São Paulo: Editora Loyola.
- HARVEY, David. 2009. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Editora Loyola.
- HARVEY, David. 2018. A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo.
- HOBSBAWM, Eric. 2015. A era dos impérios. São Paulo: Paz e Terra.
- JAMESON, Fredric. 2011. Representing Capital: A Reading of volume one. New York: Verso Books.
- KARANIKOLOS, Marina; MLADOVSKY, Philipa; CYLUS, Jonathan; THOMSON, Sarah; BASU, Sanjay; STUCKLER, David. 2013. Financial crisis, austerity and the health in Europe. *The Lancet*, v.381, p.1323-1331.
- KORYJKO, Andrew. 2018. Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular.
- KURZ, Robert. 2002. Economia política dos direitos do homem. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz110.htm> Acesso em 22 Ago. 2018.
- KURZ, Robert. 2003. As perfídias do capital financeiro. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz159.htm> Acesso em 29 Ago. 2018.
- KURZ, Robert. 2012. O empate dos modelos econômicos. Disponível em: <http://o->

- beco.planetaclix.pt/rkurz401.htm Acesso em 04 Out. 2018.
- KURZ, Robert. 2018. Crise do Valor de Troca. Rio de Janeiro: Editora Consequência.
- LAZZARATO, Mauricio. 2017. O governo do homem endividado. São Paulo: n-1.
- LEAL, Paulo César. 2016. A guerra híbrida: reflexos para o sistema de defesa do Brasil. Doutrina Militar em Revista, jan./jul. 2016.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. 2018. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar
- MAHBUBANI, Kishore. 2018. Has The West Lost It? A Provocation. London: Pinguin.
- MARINI, Ruy Mauro. 2005. Dialética da Dependência. In: TRESPADINI, R. STEDILE, J. (Org.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 2010. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo.
- MARX, Karl. 2011. Grundrisse. São Paulo: Boitempo.
- MARX, Karl. 2013. O Capital, livro I. São Paulo: Boitempo.
- MARX, Karl. 2017. O Capital, livro III. São Paulo: Boitempo.
- MASCARO, Alysson. 2018. Crise e Golpe. São Paulo: Boitempo.
- MBEMBE, Achille. 2017. A era do humanismo está terminando. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando> Acesso em 03 fev. 2017.
- PEROBELLI, Fernando; CARDOSO, Veronica; CAMPOS, Rodger; VALE, Vinicius. 2016. Avaliação do setor da construção civil para as principais economias mundiais: uma análise sistêmica a partir de uma abordagem de insumo-produto para o período de 1995-2009. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.37, n.2, p.331-366.
- PIKETTY, Thomas. 2014. O Capital no século XXI. São Paulo: Intrínseca.
- POSTONE, Moishe. 2014. Tempo, trabalho e dominação social. São Paulo: Boitempo.
- SAFATLE, Vladimir. 2016. O trabalho do impropriário e os afetos da flexibilização. Veritas, Revista de Filosofia da PUCRS, v.60, n.1, p.12-49.
- THOMPSON, Eric. 1967. Time, work-discipline and industrial capitalism. Past & Present, n.38, p.56-97.
- TRESPADINI, Roberta; BUENO, Fábio. 2014. Lenin e a interpretação do imperialismo nos séculos XX e XXI. REBELA: Revista Brasileira de Estudos Latinoamericanos, v.4, n.2.
- TUPINAMBÁ, Gabriel. 2017. The unemployable and the generic. Palgrave communications, n.73, v.3, p.1-17.
- WEBER, Max. 2004. Ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras.
- YAFFE, David. 1972. Why the organic composition of capital must rise with accumulation. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/economy/authors/yaffed/1972/note.htm> Acessado em: 20 ago. 2018.

***Thiago Canettieri** é doutorando em geografia pela UFMG. Pesquisador do Observatório das Metrópoles. Pesquisador do Indisciplinar. Integrante do Grupo de Estudos em Marx & Engels, do Grupo de Estudos em Henri Lefebvre e do Grupo de Estudos sobre Financeirização da UFMG.

***Bernardo Neves** é mestrado em arquitetura e urbanismo pela UFMG. Pesquisador do Indisciplinar. Integrante do Grupo de Estudos em Marx & Engels.



Políticas energéticas na Rússia: da terapia do choque à renacionalização parcial (1991-2008)

Igor Fuser e Túlio Cezar de Oliveira Bunder

Resumo

O posicionamento russo nas questões energéticas é fundamental para a compreensão da geopolítica global. Moscou possui grande amplitude de ação neste campo. Entretanto, um longo processo de transformação e lutas – ao longo das décadas de 1990 e 2000 – foi necessário para o estabelecimento deste poderio. O objetivo deste trabalho é evidenciar brevemente a trajetória do desenvolvimento no setor energético e as principais mudanças que ocorreram na Rússia pós-soviética. Para tal, primeiramente, discute-se o período dirigido por Boris Yeltsin, marcado pela busca de inserção à economia mundial e da implantação de uma economia de mercado plena – através da chamada “terapia do choque”. Em segundo lugar, foram abordados os processos de renacionalização do setor energético pelo governo Putin e suas medidas para centralizar e intensificar o controle do setor pelo Estado. Como resultados, pode-se constar que no período Yeltsin não foram realizadas políticas efetivas para a promoção dos interesses estatais ou da produção nacional de petróleo e gás. Putin, por sua vez, realizou uma série de medidas para o controle do setor, tais como: os embates contra os oligarcas do petróleo, as reformas fiscais, a implementação de um fundo soberano e a renacionalização parcial da indústria do petróleo e do gás.

Palavras-chave: Rússia; Setor Estratégico; Energia; Desenvolvimento.

Abstract

The Russian position in energy sector is fundamental to the understanding of global geopolitics. Moscow has a great range of action in this field. However, a long process of transformation and struggles – throughout the 1990s and 2000s – was necessary for the establishment of this power in a cohesive and summarily directed manner. Thus, the objective of this work is highlight the trajectory of development in the energy sector and its innumerable changes that occurred in post-Soviet Russia. To do so, primarily, the period led by Boris Yeltsin, marked by the country's quest to enter the world economy and to transform itself into a full market economy - through the so-called "Shock Therapy". Secondly, the Putin administration's renationalization of the energy sector and its measures to centralize and intensify sector control by the state were addressed. As a result, could be recorded in the Yeltsin period no effective policies were put in place to promote state interests or national oil and gas production. Putin, in turn, has carried out a series of measures to control the sector, such as: strikes against oil oligarchs, fiscal reforms, the implementation of a sovereign fund and partial renationalization of the sector.

Keywords: Russia Federation; Strategic Sector; Energy; Development.

Introdução

O posicionamento russo nas questões energéticas é fundamental para a compreensão da geopolítica global. Com uma participação de 6% nas reservas mundiais provadas de petróleo e de 17,4% nas de gás natural (BP, 2016), a Rússia é um grande produtor e exportador de energia. O crescimento econômico russo é, em grande parte, impulsionado pelas exportações do seu setor energético, dada a sua alta produção de petróleo e gás natural. As receitas desses dois produtos representaram 43% das receitas do orçamento federal da Rússia em 2015. A Rússia era o maior produtor de petróleo cru do mundo, e o terceiro maior produtor de petróleo e outros líquidos derivados (logo atrás da Arábia Saudita e os Estados Unidos) em 2015, com uma produção líquida média de 11,0 milhões de barris por dia (b/d). O gigante eurasiano, ainda, foi o segundo maior produtor de gás natural em 2015 (atrás apenas dos Estados Unidos), produzindo 22,4 trilhões de pés cúbicos (tpc) (EIA, 2016). A grande amplitude de ação do governo russo neste campo permite inclusive o uso dos recursos energéticos como arma diplomática – para a promoção dos seus interesses externos –, exemplificada pelos cortes de fornecimento na Ucrânia e Geórgia (também denominadas Guerras do Gás) [1] no contexto das chamadas “revoluções coloridas”.

Entretanto, um longo processo de transformação e lutas – ao longo das décadas de 1990 e 2000 – foi necessário para o estabelecimento deste poderio de forma coesa e dirigida essencialmente pelo Estado russo. O objetivo deste trabalho é apresentar brevemente a trajetória do desenvolvimento no setor energético e as suas inúmeras mudanças na Rússia pós-soviética. Para tal, primeiramente, serão discutidos o período inicial após a dissolução soviética, dirigido por Boris Yeltsin, marcado pela busca do país em se inserir à economia mundial e se transformar em uma economia de mercado plena – através da chamada “terapia do choque”. Em seguida serão discutidos os processos de renacionalização (considerável, porém parcial) do setor energético pelo governo Putin e suas medidas para centralizar e intensificar o controle do setor pelo Estado – medidas que definem, em grande base, a política energética russa atual.

Período pós-soviético: da terapia do choque à plutocracia.

Após os inúmeros insucessos de Gorbachev na tentativa de reparar as graves crises sistêmicas e fortíssima retração econômica da URSS – evidenciadas principalmente ao longo da década de 1980 –, o grande bloco socialista dissolveu-se em 1991. Boris Yeltsin, o então governante russo, prometeu como resposta à crise um acelerado processo de transição para o capitalismo, através do livre mercado e da difusão dos valores democráticos. Para tal, foi realizado um conjunto de medidas conhecido como Terapia do Choque, que basicamente compreende uma

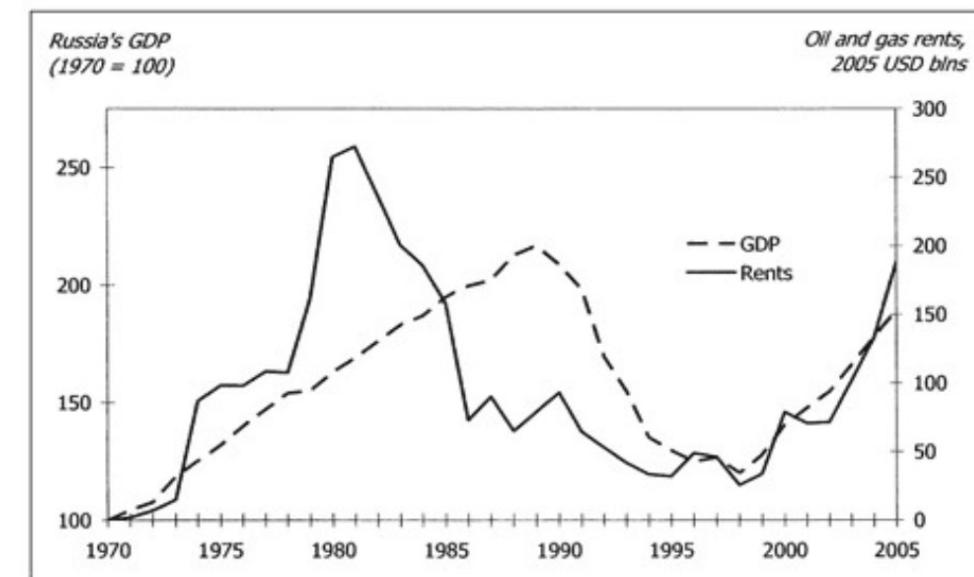
1. Sobre as “Guerras do Gás” e a discussão sobre a utilização dos recursos energéticos como arma de política externa ver: Klare, Michael. Hard Power, Soft Power, and Energy Power: The New Foreign Policy Tool. Foreign Affairs. New York, p. 1-4. 3 mar. 2015; e, NEGÜł, Silviu; NEACSU, Marius Cristian. GAS WAR. Revista Româna de Geografie Politica, Bucharest, v. 11, n. 2, p.176-189, mar. 2009.

Fig 1. PIB da Rússia e Rendas do Petróleo e Gás.
Fonte: COHEN & ERICSON (2009).

ampla e abrupta liberalização da economia, incluindo programas de privatizações, desregulamentação do mercado e a tentativa de atrair o capital e empresas estrangeiras.

Entretanto, as medidas não surtiram efeitos positivos para a economia e muito menos para a sociedade russa. De 1991 a 1998, o PIB russo se retraiu drasticamente. Em 1998, 31,4% da população russa estava abaixo da linha de pobreza. (CARMO, 2010). Como aponta o pesquisador José A. Altahyde Hage, “[a] Rússia foi a única grande potência no século XX, cujo padrão de vida e a expectativa caíram a níveis de subdesenvolvimento” (2010, p. 2003).

Como evidencia Appel, a situação russa ao longo da década de 1990 era desesperadora, a economia era anêmica, o presidente russo era fraco e as instituições financeiras internacionais gozavam da poderosa e autoritária posição frente à Federação Russa. Os cofres federais russos ficaram tão esgotados e o Estado tão empobrecido que as pensões e os salários dos trabalhadores do Estado chegaram a ser interrompidos por alguns meses. Além disso, as altas taxas de inflação erodiram o valor real dos salários de toda a população. (APPEL, 2008) Goldman (2008) evidencia que a CIA, na década de 1980, estimou que o PIB da União Soviética era cerca de metade do PIB estadunidense. Em 1992 a agência de inteligência verificou que o PIB russo girava em torno de 10% do PIB dos EUA. Em 1996, por exemplo, a produção de petróleo, o setor crucial do país, foi de 47% em relação a 1987. Abaixo, através do gráfico se pode observar o processo supracitado:



Em relação ao setor petrolífero, na década de 1990 os movimentos para a privatização dos vários campos petrolíferos, refinarias e oleodutos estava em seu auge e, inevitavelmente, sofreram efeitos igualmente perturbadores. O cenário dos preços internacionais era igualmente desanimador, com os preços – em meados da década de 1990 – pairando em torno de meros US\$ 20 o barril (em preços ajustados de 2005). Não havia, portanto, muito incentivo para capacidade produtiva. Praticamente nenhuma companhia petrolífera russa aumentou a produção entre 1990 e 1999. Com grande parte da indústria petrolífera privatizada, a maioria absoluta dos novos proprietários estava mais interessada em retirar e enviar seus ativos para fora do país. A fuga de capitais do Estado russo foi estimada em US\$ 1 bilhão por mês (GOLDMAN, 2008). Goldman descreve a situação da indústria energética do país naquele período em termos tenebrosos:

Even worse, because of politics, greed, a flawed design, and corrupt implementation, a small number of investors ended up in control of most of the previously state-owned enterprises. One group of these newly rich, so-called oligarchs were former government officials. They simply took over ownership of the state properties that they had been managing as agents of the government. Another group of owners emerged from a seamier stratum of black market operators and money changers. Consequently, when markets and private ownership were legalized and no longer anti-social, these previously underground operators found themselves at a significant advantage. This group stood in marked contrast to the former government bureaucrats who were used to issuing decrees in the rigid world of state ownership, unconcerned by what the consumer might or might not actually want. [2] (GOLDMAN, 2008, P.58)

Especificamente sobre o processo de privatização da Rússia, como destaca Pomeranz (2009), o procedimento implementado por Yeltsin foi realizado em duas fases principais, a privatização por vouchers e a privatização por dinheiro.

A primeira, ocorrida entre 1992 e 1994, consistiu na chamada privatização em massa das empresas médias e grandes (principalmente de bens de consumo), efetivada através de vouchers distribuídos para toda a população, com os quais ela poderia participar dos leilões de privatização das empresas incluídas nesta etapa. Tal medida, foi realizada para obter maior apoio da população no processo de liberalização econômica promovido pelo Estado russo. Todavia, os principais e mais lucrativos empreendimentos – dos setores considerados estratégicos para o desenvolvimento e segurança nacional – foram deixados para a privatização da fase seguinte: a privatização em dinheiro. (POMERANZ, 2009)

2. Pior ainda, por causa da política, ganância, um projeto falho de execução corrupta, um pequeno número de investidores acabou no controle da maioria das empresas anteriormente estatais. Este grupo desses novos ricos, os chamados oligarcas eram ex-funcionários

do governo. Eles simplesmente assumiram a posse das propriedades do estado que haviam administrado como agentes do governo. Outro grupo de proprietários surgiu de um estrato mais marcante de operadores de mercado negro e cambistas. Consequentemente, quando os mercados e a propriedade privada eram legalizados e não eram mais antissociais, estes operadores anteriormente subterrâneos encontravam-se em uma vantagem significativa. Este grupo contrastava com os antigos burocratas do governo que estavam acostumados a emitir decretos no rígido mundo da propriedade estatal, despreocupados com o que o consumidor pode ou não querer (tradução do autor).

A segunda fase das privatizações – das principais empresas –, foi dividida em duas etapas. Primeiramente, a etapa conhecida como “a da nomenclatura”, em que as grandes empresas foram transferidas para os seus diretores/burocratas – que aumentaram sua influência após a perestroika. Já na segunda etapa, realizou-se o processo denominado de loan for shares (emprestimos por ações), “que se revelou como a maior e mais controvérsia transferência de riqueza já vista na história” (GOLDMAN, 2008, p.63). Essa transferência consistiu em um acordo de empréstimos entre o governo e os novos banqueiros – que enriqueceram com atividades clandestinas no período da perestroika –, com garantia de ações das gigantescas empresas do setor de petróleo, metalurgia de ferrosos e não ferrosos. “Como era previsível, o Estado não conseguiu pagar e os leilões eram fraudados de forma que os próprios bancos se tornavam proprietários das empresas por preços absurdamente baixos” (SCHUTTE, 2009, p.16). Como resultado do processo de privatização, a predominância total da propriedade estatal foi substituída pela predominância da propriedade privada, na qual se inclui a participação do capital estrangeiro. (POMERANZ, 2009). Deste modo, Schutte (2009, p. 16) delimita dois grupos entre os novos donos do setor de energia. O primeiro, consiste os antigos altos funcionários (burocratas) da URSS que se apropriaram das propriedades que eles dirigiam no período soviético. Já o segundo grupo, abrange os mafiosos ligados ao mercado clandestino envolvidos em atividades ilícitas, como o câmbio ilegal, na conjuntura das reformas de Mikhail Gorbachev e do final da URSS.

Em relação a tributação durante os governos de Yeltsin, fica evidente a distribuição de poder na nova federação, bem como a política agitada da transição inicial. Os diversos esforços para negociar acordos fiscais especiais para as empresas ocorreram em vários níveis. O lobby não era dirigido simplesmente a um órgão oficial responsável pelas receitas do governo, uma vez que o código tributário poderia ser alterado ou reformulado de várias maneiras e por vários atores. (APPEL, 2008) “Durante a maior parte da década de 1990 estes novos oligarcas estruturaram suas operações de tal forma que reduziram substancialmente os impostos e as taxas que deveriam pagar ao Estado russo”. (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 216)

As empresas petrolíferas elaboraram mecanismos para evadir elevados níveis de impostos na década de 1990, baseando-se em complicados esquemas de transferência de preços. Como os cálculos de impostos eram baseados no comércio e não na produção, as companhias petrolíferas poderiam estabelecer filiais em zonas especiais com baixos impostos na Rússia. Assim, devido as dívidas fiscais neste setor serem especialmente atrozes, exacerbando os déficits orçamentais federais a Comissão de Impostos de Emergência foi criada e dirigiu-se, especialmente, as empresas petrolíferas. Neste ponto, a administração

Yeltsin se tornava cada vez mais voltada para a coleta de impostos do setor energético. Contudo, o lobby do petróleo conseguiu repetidamente convencer seus simpatizantes nos ministérios relevantes ou na legislatura a bloquear a reforma tributária. Assim, durante a maior parte da década de 1990, as elites do setor de energia usaram suas conexões políticas para antecipar e até mesmo reverter a reforma tributária (APPEL, 2008).

O período de Yeltsin, repleto de lutas internas, não realizou políticas efetivas para promover os interesses do Estado ou a produção nacional de petróleo e gás. Durante oito anos, a produção de petróleo continuou a cair. Em 1998, a produção petrolífera correspondia a 60% do que tinha sido no seu auge. Por causa do declínio abrupto, Yeltsin, em um esforço para desencadear nova produção, permitiu empresas estrangeiras, como a BP (British Petroleum) adquirir uma participação em empreendimentos energéticos russos, especialmente porque procurou desenvolver algumas das localizações mais remotas, marcando também a internacionalização do setor. (GOLDMAN, 2008, p. 71)

Putin: do capitalismo oligárquico ao capitalismo de Estado

O desconhecido, até então, agente do serviço de inteligência russo Vladimir Putin assumiu como primeiro-ministro de Boris Yeltsin em 1999 (após a sucessiva queda de chefes de governo), com elevada popularidade devido ao sucesso na direção da campanha da Segunda Guerra da Chechênia. Putin foi eleito presidente da Rússia em 2000. Assumiu um país repleto de problemas, externos e internos – índices sociais baixíssimos, crise financeira, posição marginal no cenário internacional etc. Segundo Pleines (2009), desde o início de seu primeiro mandato presidencial, Putin deixou claro que seu principal objetivo era restabelecer a Rússia como uma potência mundial e que ele via a força econômica como o principal atributo de uma potência mundial moderna. Objetivos ambiciosos para o crescimento macroeconômico da Rússia foram fundamentais para a sua agenda política. Durante sua presidência, as estratégias empregadas para promover o crescimento econômico tornaram-se cada vez mais estatizantes.

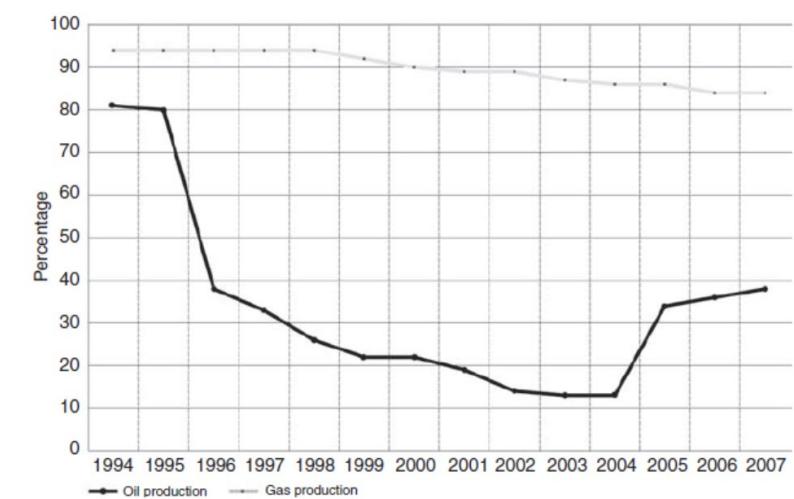
Como já mencionado na seção anterior, o poder oligárquico no Estado russo era imenso, com clara capacidade de interferir na gestão do país para a promoção de seus interesses. Putin, buscando maior centralização do poder, promoveu a concepção de “campeões nacionais” [3] e encarou embates ferrenhos com os oligarcas opositores ao seu regime. Como aponta Djankov (2015), o momento decisivo na reversão do capitalismo oligárquico para o capitalismo de Estado ocorreu quando Mikhail Khodorkovsky, bilionário do setor petrolífero e opositor de Putin, foi preso e acusado de fraude em outubro de 2003. O governo também nacionalizou as ações de sua companhia de petróleo, a Yukos, alegando evasão

3. Campeão nacional
é uma política governamental em que as grandes empresas/corporações são esperadas não só buscar a maximização dos seus lucros, mas também para avançar e defender os interesses da nação.

fiscal, incorporando essa empresa à estatal Rosneft. Este evento, sem dúvida, ampliou o receio dos investidores quanto à segurança da propriedade privada na Rússia. No entanto, impulsionou a centralização do poder nacional pelas mãos do Estado e a popularidade de Putin. Além disso, abriu caminho na próxima década para um rápido aumento da propriedade estatal nos setores de mídia, energia e bancário, com os “campeões nacionais” de propriedade do Estado subindo em outros setores, dominando eventualmente a alta tecnologia, o transporte e a maquinaria pesada.

Por outro lado, como já mencionado, é importante destacar que o maior envolvimento do Estado causou uma crescente insegurança para as empresas privadas de petróleo. Como Pleines alerta, quando o Estado faz grandes reivindicações contra uma empresa, rumores desencadeados pela mídia e investidores começam a circular sobre qual será a próxima empresa a enfrentar uma aquisição hostil por uma empresa estatal. O resultado é que os esforços para aumentar a propriedade do Estado na indústria do petróleo também aumentaram fortemente a insegurança corporativa quanto aos direitos de propriedade. (PLEINES, 2009)

No final do segundo mandato de Putin, a participação das empresas estatais na produção de petróleo subiu para quase 40% (Gráfico 2). A indústria russa de petróleo e gás, neste período, foi dominada por cinco grandes empresas, das quais a Gazprom (com a Gazprom Neft) e a Rosneft são de propriedade estatal, enquanto Lukoil, Surgutneftegaz e Tyumen Oil Company - British Petroleum (TNK-BP), privadas. Além disso, há uma série de pequenas empresas privadas e estatais ativas na indústria de petróleo e gás – produção e prestação de serviços. (PLEINES, 2009)



Em relação às políticas fiscais, o governo Putin conseguiu convencer as empresas privadas e os governos locais de que devem cumprir suas obrigações tributárias. Também implementou uma série de reformas fiscais que permitiram ao Estado, e não aos oligarcas do petróleo russos, capturar muito mais os lucros extraordinários resultantes dos altos preços mundiais do petróleo. Assim, a Rússia foi capaz de pagar antecipadamente a dívida para com o FMI da década de 1990 e a dívida do Clube de Paris da era soviética. As receitas tributárias, naquele período, eram tão abundantes que Putin também criou o Fundo de Reservas/Soberano (para quando as cotações das commodities estivessem em baixa) (APPEL, 2008). Appel descreve o cenário resultante nos seguintes termos:

That said, the reform of the fiscal system accelerated significantly under Vladimir Putin, with the most significant tax reforms, from a budgetary standpoint, occurring on his watch. Several of the reforms that appeared in the second part of the Russian tax code and additional reforms in energy taxes in 2003 and 2004 were politically quite sensitive, as they would substantially affect the division of profits stemming from the oil and gas sector—in particular, the introduction of the mineral extraction tax. [4]

(APPEL, 2008, p.306)

Considerando o extraordinário desenvolvimento do setor energético durante o governo Putin, não é de se estranhar que muitos especialistas deem créditos – basicamente exclusivos – aos altos preços do petróleo à recuperação econômica/fiscal e o vertiginoso crescimento do PIB russo. Ao observarmos os dados do ritmo de crescimento russo e as cotações dos preços do petróleo (Gráfico 3), tal comparação torna-se indutiva – entretanto, reducionista.

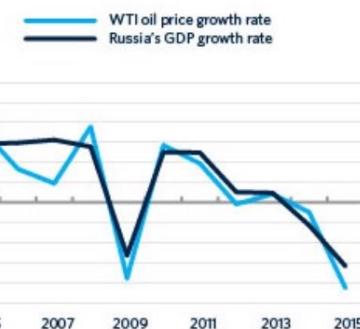


Fig 3. Mudanças perentuais do crescimento do PIB Russo e da cotação do petróleo WTI.
Fonte: MECHVAN (2015)

4. Dito isto, a reforma do sistema fiscal acelerou significativamente sob Vladimir Putin, com as reformas tributárias mais significativas, do ponto de vista orçamentário, ocorrendo em sua supervisão. Várias das reformas introduzidas na segunda parte do código fiscal russo e reformas adicionais nos impostos sobre a energia em 2003 e 2004 foram politicamente muito sensíveis, uma vez que afetariam substancialmente a divisão de lucros decorrente do setor do petróleo e do gás. A introdução do imposto de extração mineral (tradução do autor).

Como bem destaca Appel (2008), não se pode atribuir todos os créditos da recuperação fiscal da Rússia aos altos preços do petróleo. Para esse autor, as reformas fiscais implementadas por Putin merecem um crédito significativo. Afinal, permitiram que o Estado russo capturasse os ganhos obtidos com os altos preços do petróleo, impedindo que os oligarcas do período Yeltsin se apropriassem dos lucros do aumento do preço da energia. Appel escreve:

In 2000, before the reforms took effect, 78 percent of the rents from improved oil and gas sales remained in the hands of the energy exporters, with the government gaining only 22 percent of the 30-billion-dollar windfall. As a result of the 2004 reforms, the state linked the rate of excise taxes to world oil prices, such that if the price of oil rose above \$20 per barrel (up to \$25 per barrel), export duties would rise from 35 percent to 45 percent of the difference between \$20 and the actual price of oil. [5] (APPEL, 2008, p.311)

Ademais, se Putin não tivesse centralizado o poder de Moscou e fortalecido a capacidade do Estado para reformar o regime tributário e coletar receitas abundantes, os oligarcas provavelmente teriam continuado a usar sua influência pessoal e pressão política nos anos 2000 para capturar a maior parte dos super-lucros do petróleo para eles mesmos, como nos períodos de Yeltsin. (APPEL, 2008)

Devido à volatilidade dos preços dos recursos energéticos, assim como para fazer frente aos problemas referentes à supervvalorização cambial conhecida como “doença holandesa”, o Fundo de Estabilização da Federação da Rússia foi criado no final de 2003. Seu objetivo era reduzir o impacto de uma possível diminuição dos preços do petróleo sobre as receitas do orçamento federal da Rússia. Outro fator, também importante, do Fundo é a absorção do excesso de liquidez na economia gerada pelo aumento das receitas de exportação de petróleo (TABATA, 2007). Em 2007, o Fundo passou por modificações e foi desmembrado em dois, como pontua Schutte:

1) Fundo de Reserva, cujo patrimônio deve ser mantido em 10% do PIB. Compreende investimentos em títulos públicos estrangeiros de baixo risco e pode ser utilizado em caso de baixa nos preços internacionais do petróleo e do gás.

2) Fundo Nacional de Bem-Estar: excedente dos recursos do Fundo de Reserva (quando este atinge sua quota de 10% do PIB). As aplicações são efetuadas em ativos de maior risco e maiores retornos. (SCHUTTE, 2009, p.38)

Ainda segundo Schutte (2009), os investimentos de ambos os fundos permanecem no exterior, para evitar o excesso de liquidez no mercado interno. Houve debates a

respeito da oportunidade de se investir parte do Fundo Nacional de Bem-Estar nos mercados financeiros domésticos.

Por fim, no que tange à diversificação da economia e à eliminação dos obstáculos tecnológicos e de infraestrutura, Pomeranz (2009) entende que foram adotadas duas linhas de atuação. Primeiramente, o investimento direto do Estado por intermédio das empresas estatais, em alguns casos em parceria público-privada (doméstica e/ou estrangeira). Em segundo lugar, criação de mecanismos de financiamento para o investimento, a fim de melhorar o clima de investimento no país. Na linha prioritária de atuação se situaram os setores considerados estratégicos, tais como energia, aviação, siderurgia, energia elétrica, transporte, programa espacial e defesa.

Especificamente em relação ao setor energético,

the government wants to encourage domestic downstream business. The top priority is the oil industry, where profit margins for high-quality refined products (mainly fuels) and petrochemical products (plastics, fibers, and synthetic rubbers) are much higher than for crude oil. For the gas industry, on the other hand, the main way to add value is to get closer to foreign end consumers, i.e. to invest in retail distribution businesses abroad. [6] (PLEINES, 2009, p. 79).

Também é importante, apesar de escapar ao escopo temporal deste trabalho, destacar que apesar do grande engajamento russo em busca da diversificação de sua economia, nenhum resultado de grande envergadura saiu do papel até o presente momento, quer seja pelas graves crises de 2009 e 2015, com a consequente inviabilização de investimentos, quer seja devido a arranjos geopolíticos contrários. Deste modo, por ora, a Rússia ainda segue altamente dependente dos hidrocarbonetos.

Considerações Finais

A partir da análise da conjuntura econômica russa – com especial ênfase ao setor energético – após o colapso soviético, e das medidas adotadas por Boris Yeltsin e Vladimir Putin neste processo de transição de uma economia planificada para a de mercado, pode-se constatar as inúmeras diferenças dos dois governos em relação à conjuntura e à percepção político-econômica do Estado russo e de seu setor energético.

O governo Yeltsin implementou um acelerado processo de transição para o capitalismo, através do livre-mercado e da “privatização selvagem” (na realidade,

aproximar-se dos consumidores finais estrangeiros, isto é, investir em negócios de distribuição de varejo no exterior (tradução do autor).

a pilhagem em uma escala colossal) do patrimônio estatal, isto é, público. Para tal, foram realizadas as medidas conhecidas no seu conjunto como terapia do choque. Porém, a euforia inicial pelo progresso capitalista transformou-se em uma tragédia, sem os resultados positivos esperados pela liberalização. A situação da Federação Russa por toda a década 1990 foi desesperadora: a economia era anêmica, o presidente russo era incapaz de governar efetivamente e as instituições financeiras internacionais gozavam de amplos poderes para fazer valer suas propostas, em benefício de interesses externos. O período de Yeltsin, ainda, foi marcado por diversas lutas internas e grande influência das oligarquias constituídas no processo de saqueio e de apropriação privada das empresas estatais legadas pelo período soviético. Em relação ao setor petrolífero, não foram realizadas políticas efetivas para a promoção dos interesses estatais ou da produção nacional de petróleo e gás. Durante seus oito anos de governo, a produção de petróleo caiu vertiginosamente. Em 1998, a produção petrolífera correspondia a 60% do que tinha sido no seu auge.

Já no governo de Vladimir Putin, as autoridades agiram a partir da ciência de que o poder oligárquico no interior do Estado russo era imenso, com clara capacidade de interferir na gestão do país para a promoção dos seus próprios interesses, geralmente às expensas dos interesses nacionais. Putin, buscando maior centralização do poder, promoveu a política das “campeões nacionais” e encarou embates ferrenhos com os oligarcas opositores ao seu regime. Nessa linha, implementou uma série de reformas fiscais que permitiram ao Estado, e não aos oligarcas do petróleo russos, capturar muito mais os lucros extraordinários resultantes dos altos preços mundiais do petróleo. O empoderamento do Estado russo sob Putin e a reafirmação da sua autoridade explica por que uma porção muito maior dos lucros do petróleo foi para os cofres do governo, permitindo ao Estado cumprir suas responsabilidades e se libertar das pressões de credores externos. Outro marco, importante, foi um rápido aumento da propriedade estatal nos setores de mídia, energia e bancário, com os “campeões nacionais” de propriedade do Estado subindo em outros setores, dominando por fim os setores da alta tecnologia, do transporte e da maquinaria pesada. No final do segundo mandato de Putin, a participação das empresas estatais na produção de petróleo subiu para quase 40%.

6. O governo quer incentivar os negócios domésticos de downstream. A principal prioridade é a indústria de petróleo, onde as margens de lucro para produtos refinados de alta qualidade (principalmente combustíveis) e produtos petroquímicos (plásticos, fibras e borrachas sintéticas) são muito maiores do que para o petróleo bruto. Para a indústria do gás, por outro lado, a principal forma de agregar valor é

Referências bibliográficas:

- APPEL, Hillary. Is it Putin or is it oil? Explaining Russia's Fiscal Recovery. Post-Soviet Affairs, 2008, vol. 24, n. 4, p. 301-323.
- BP, BP Statistical Review of World Energy, 2016.
- CARMO, C. A. Rússia e China: Contrastes na Inserção Econômica Internacional In: Cristina Soreanu Pecequilo. (Org.). A Rússia: Desafios Presentes e Futuros. 1ed. Curitiba: Juruá, 2010, v. 1, p. 87-110.
- COHEN, Ariel; ERICSON, Richard. Russia's Economic Crisis and U.S.-Russia Relations: Troubled Times Ahead. Heritage Foundation, Washington Dc, p.1-5, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.heritage.org/node/13986/print-display>>. Acesso em: 13 set. 2017.
- DJANKOV, Simeon. Russia's Economy under Putin: From Crony Capitalism to State Capitalism. Washington, DC. Peterson Institute for International Economics, 2010, vol. 18, n. 15.
- EIA, Country Analysis Brief: Russia, 2016.
- GOLDMAN, M. I.. Putin, power and the new Russia – petrostate. New York: Oxford University Press, 2008.
- HAGE, J. A. A.. A Rússia e sua Reconstrução do Poder Nacional. In: Cristina Soreanu Pecequilo. (Org.). A Rússia: Desafios Presentes e Futuros. 1ed. Curitiba: Juruá, 2010, v. 1, p. 195-214.
- PLEINES, Heiko. Developing Russia's oil and gas industry: what role for the state?. In: Jeronim Perovic, Robert W. Ortung e Andreas Wenger (Org.). Russian Energy Power and Foreign Relations: Implications for conflict and cooperation. London, Routledge, 2009, p. 71-86
- POMERANZ, Lenina. Rússia: A Estratégia Recente de Desenvolvimento Econômico-Social. In: Cardoso, Acioly e Matijascic (Org.) Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas. Brasília, IPEA, 2009.
- SCHUTTE, G. R.. ECONOMIA POLÍTICA DE PETRÓLEO E GÁS: A EXPERIÊNCIA RUSSA. Brasília, IPEA, 2010, texto 1474.
- SÉBILLE-LÓPEZ, Philippe. Geopolíticas do petróleo. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.
- TABATA, Shinichiro. The Russian Stabilization Fund and Its Successor: Implications for Inflation. Eurasian Geography and Economics, 2007, 48, No. 6, p. 699-712.



Arquipélago Carcerário e a Sociedade do Espetáculo: A cultura midiática do medo como agente da promoção de políticas de segurança ostensiva na Pós Metrópole latino-americana

Davi Figueiredo

Resum

A pós metrópole na América Latina e o desenvolvimento territorial urbano sob a ótica da sociedade do espetáculo, na busca de compreender as influências midiáticas na concepção urbanística das cidades no contexto neoliberal, de seus espaços públicos e privados. A cultura do medo como propulsora de um anseio por políticas de segurança que demonstrem força bélica, que estimulam a vigilância e a reclusão e a consequente criminalização da pobreza proveniente de um tipo de atuação no campo da segurança.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Desenvolvimento, Território, Segurança, Medo, Violência, Pós Metrópole, América Latina, Mídia.

O advento da modernidade trouxe consigo aspectos urbanísticos próprios, que moldaram as cidades de modo a ganharem características que desenvolveram o conceito do que conhecemos atualmente como “metrópole”, discutido amplamente por muitos autores de diversas escolas de pensamento a partir do século XX e até mesmo antes disso com os chamados “pré urbanistas”. As transformações advindas do planejamento urbano que moldaram esses territórios modificaram profundamente o espaço geográfico das cidades. (MONTE-MÓR, 2006)

A chegada da modernidade a partir da revolução industrial exportou projetos eucocêntricos de cidade que eram incompatíveis com a dinâmica de crescimento das colônias. Georges-Eugène Haussman, prefeito responsável pelo remodelamento urbano de Paris, desenvolveu o primeiro projeto de plano regulador de uma cidade moderna, que inspirou posteriormente cidades como Buenos Aires, capital argentina e a jovem capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, cidade planejada urbanisticamente responsável por representar os novos ares republicanos da recém constituída república brasileira e que substitui a antiga capital colonial do estado, Ouro Preto. (MONTE-MÓR, 2006)

Mapeiam-se três vertentes de planejamento moderno que influenciaram urbanisticamente o século XX: o progressismo, o culturalismo, e o naturalismo. A vertente mais difundida no Brasil é o progressismo, de Le Corbusier. O período que o progressismo urbanístico do Brasil teve seu apogeu, vai da Era Vargas até o golpe cívico militar de 1964. (MONTE-MÓR, 2006)

A lógica positivista que orientou intelectualmente os proclamadores da República, sugeria uma substituição da vida rural pela urbana, supondo que o progresso trazido pela modernidade levaria a um futuro melhor do que se se mantivessem hábitos de vida vistos à época como arcaicos. Foi então se desenvolvendo um “urbanismo de luxo”, que se preocupava prioritariamente com as questões que envolviam o poder público e a dinâmica industrial, não se atentando às necessidades populacionais. O processo de desenvolvimento urbano se tornou gradativamente subordinado à lógica do mercado, seja nas cidades majoritariamente compostas pelo fluxo de capital proveniente de bens e serviços, ou das cidades onde se predominava um potencial industrial. (LEFEBVRE, 2001; MONTE-MÓR, 2006)

As preocupações com um planejamento urbano de cunho social começam a surgir e a propor projetos que tivessem como enfoque a habitação e o direito à cidade, principalmente sob a influência de Henri Lefebvre. Porém, na prática do contexto latino-americano, durante os regimes militares que ocorreram na região, o projeto

lefebvriano se fazia incompatível com a concentração de poder dos militares, que concebiam a organização do Estado de modo vertical, o que levou que os investimentos se concentrasssem nos centros urbanos, com enfoque em infraestrutura que permitisse intensificar a produção e o consumo. A necessidade de abrangência territorial do mercado consumidor acabou por gerar um processo de urbanização extensiva no subcontinente, formando as regiões metropolitanas das grandes capitais do país e os distritos industriais. (MONTE-MÓR, 2006; SANTOS, 1993)

A partir dos anos de 1960, gradativamente “a cidade da prosperidade, do progresso e do desenvolvimento passou a ser vista como a cidade do capital”. (MONTE-MÓR, 2006, p.15) Essa modificação começou a despertar os estudos de críticos neo marxistas, que vêm o fenômeno da globalização inserido em um contexto capitalista sob a égide de um projeto neoliberal, que retira do poder público várias de suas competências e transfere para a mão da iniciativa privada, causando assim a intensificação das desigualdades econômicas e sociais nas metrópoles. (CASTELLS, 2002; HARVEY, 1980; SOJA, 2000)

O efeito de urbanização extensiva que tomou conta dos espaços citadinos é uma metáfora para indicar que o urbano, é concebido a partir de então como “um substantivo e não apenas como adjetivo de cidade, e que ganhou virtualmente dimensões globais, representando todo o espaço social, ele todo agora equipado com condições urbanas industriais, prenhe das relações de produção capitalistas e (re)politizado a partir da práxis gerada nas centralidades urbanas.” (MONTE-MÓR, 2006, p.17). A dicotomia campo/cidade pós fenômeno do urbanismo extensivo, se tornou mais repleta de nuances, o que não significa que as questões agrárias tenham se solucionadas no país, já que a concentração fundiária ainda persiste como um gerador de desigualdades. A explosão da metrópole sob o seu entorno é fruto dessa urbanização extensiva, e esse fenômeno recebe o nome de “exópolis”:

A cidade, invadida pela indústria, implode sobre sua centralidade e explode na forma de tecido urbano sobre o seu entorno. A fragmentação da metrópole – e a extensão da cidade – e a emergência de subúrbios autônomos... Multipolarização, hibridismo sócio espacial, reificação de diferenças, construção de heterotopias e por vezes surrendentes articulações cidade-campo e cidade-região marcam este discurso e modo de pensar o espaço (pós)metropolitano contemporâneo. (MONTE-MÓR, 2009, p.22)

É necessário compreender que o processo de industrialização tem papel fundamental na distribuição geográfica urbana e nas suas dinâmicas. O modo de

produção pós fordista, que reconfigurou a divisão social do trabalho e o modelo econômico do capitalismo, principalmente a partir da segunda metade do século XX, não rompe com os aspectos modernos advindos do período de ascensão da revolução industrial, no entanto acrescenta novos fatores e gera especificidades que possibilitam o ingresso dos estudos urbanos na era das pós metrópoles. (SOJA, 2000)

Os teóricos do urbanismo industrial tiveram grande contribuição para que possamos compreender o modo como os meios de produção capitalista influenciaram no desenvolvimento geográfico e sócio econômico das metrópoles. Os modus operandis de produção são agentes basilares na formatação dos conglomerados urbanos e nas suas dinâmicas de distribuição demográfica. Contudo as pós metrópoles trouxeram consigo através do que é definido por Soja como “cidade fractal”, um fenômeno que se estabelece na era pós fordista a partir de mudanças proporcionadas por uma nova maneira de se estabelecer a divisão social do trabalho. (Soja, 2000)

Essa fractalização trouxe consigo demandas superestruturais, que extrapolam a correlação do urbanismo com o modo de produção, contudo sem deixar de leva-la em conta. Demandas comunitárias e identitárias ganham maior relevância social e acrescentam à dinâmica urbano industrial questões de âmbito cultural que complexificam a investigação sócio urbanística das pós metrópoles. (SOJA, 2000) A teoria crítica à medida que se debruçou na busca da compreensão dos fenômenos urbanos, também paralelamente investigava os efeitos da comunicação em massa no ethos das metrópoles, através dos estudos da indústria cultural. (ADORNO, 1997)

Não é por acaso que os estudos que envolvem a cultura de massas adotou o termo “indústria” para designar o novo fenômeno imagético que surgia a partir da reproduzibilidade técnica possibilitada pela revolução industrial (BENJAMIN, 2013) através da fotografia, do cinema e posteriormente da televisão, até chegarmos aos dias atuais de era informacional, com os dispositivos inteligentes e plataformas da web, da sociedade em rede e da cultura de convergência. (CASTELLS, 1999; JENKINS, 2015; LÉVY, 2010)

O conceito de urbanização extensiva, mencionado anteriormente, se intensifica a partir do processo de globalização, que vem acompanhado da comunicação em massa, já que através dos meios de comunicação e da sociedade do espetáculo, uniformizam-se em dada medida, as aspirações de consumo e modo de vida das populações que têm acesso a esses adventos tecnológicos a partir dos efeitos persuasivos da publicidade e propaganda, e também pela programação das redes televisivas, do jornalismo à teledramaturgia. (DEBORD, 1991)

A “sociedade do espetáculo” como mediadora entre os “arquipélagos carcerários” e a cultura do medo

1. Jack, o Estripador é o pseudônimo mais conhecido para designar um famoso assassino em série não identificado que atuou na periferia de Whitechapel, distrito de Londres, e arredores em 1888.

2. Francisco de Assis Pereira, que ficou conhecido como o maníaco do parque, é um assassino em série brasileiro. O maníaco do parque estuprou e matou pelo menos seis mulheres e tentou assassinar outras nove em 1998.

3. Presos americanos dão lucro à empresas. Fonte: Folha de S.Paulo, São Paulo, 11 de junho de 2000. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft110620004.htm>. Acesso em: 08/12/2018

O êxodo rural é o grande responsável pela aglomeração urbana pós revolução industrial, com o deslocamento dos trabalhadores rurais principalmente para as fábricas em regime de trabalho assalariado. O fenômeno de urbanização nesse período foi se dando rapidamente, e as políticas públicas de Estado não acompanhavam o ritmo intenso de crescimento populacional nas cidades. Em países subdesenvolvidos do planeta, principalmente, isso ocasionou a “favelização” de suas metrópoles. A ausência de políticas públicas de todo tipo, inclusive de planejamento urbano que conformasse territorialmente essas populações, gerou grave impacto social, trazendo para as cidades uma série de problemas, dentre eles as desigualdades e a violência urbana. (DAVIS, 2015)

Os casos de violência nas metrópoles, de pequenos delitos à crimes hediondos, rapidamente desenvolveram um segmento de imprensa que posteriormente ficou conhecido como: “jornalismo policial”. Mas mesmo fora desse segmento específico, na imprensa de um modo geral, as notícias de crimes que ocorriam nas metrópoles se espalhavam rapidamente e geravam grande comoção popular e traziam altos índices de venda e audiência. Com casos emblemáticos de serial killers, que vão desde Jack “o estripador” [1], na Londres do final do século XIX, ao “maníaco do parque” [2], na São Paulo do final do século XX.

As políticas de recrudescimento contra o uso e venda de entorpecentes ilegais, que ficou também conhecida como “guerra às drogas”, a partir dos anos de 1970 com políticas de segurança implementadas pelo então presidente dos Estados Unidos Richard Nixon e intensificadas posteriormente por Ronald Reagan, e que também foram adotadas na América Latina, povoaram as mentes dos leitores e telespectadores da imprensa com um extenso conteúdo ficcional e jornalístico acerca do tema desde então. A partir dessas políticas promoveu-se um grande aumento do encarceramento em massa nos Estados Unidos, com forte interesse da iniciativa privada que começou a utilizar de mão de obra barata através da contratação de presidiários [3].

Logo fica evidente, que uma cultura do medo se espalha rapidamente pelas cidades, dado o aumento da criminalidade nas metrópoles mas também, pela espetacularização da violência, já que a noção de realidade das sociedades pós indústria cultural, é demasiadamente influenciada pela recepção imagética, desde os conteúdos de ficção até chegar ao segmento jornalístico explicitado. (ADORNO, 1997; BAUMAN, 2008; DEBORD, 1991)

O medo é um dos sentimentos mais primitivos dos seres humanos e por isso amplamente explorado sócio, político e economicamente. Regimes totalitários como o nazi fascismo, por exemplo, gozaram de apoio popular trabalhando o

medo inconsciente das populações que foram submetidas aos seus desígnios e assim buscavam dar legitimidade às suas atrocidades. Em um mundo globalizado submetido à lógica neoliberal, afetos podem ser de grande valia para a obtenção de lucros. Na era informacional pós moderna, é exponenciada a capacidade de afetar sensivelmente através de construções sociais narrativas e imagéticas, determinados dispositivos psíquicos que criam um imaginário coletivo. (BAUMAN, 2008; DEBORD, 1991)

Guy Debord em "Sociedade do Espetáculo" diz que:

A sociedade que modela tudo o que a rodeia edificou a sua técnica espacial para trabalhar a base concreta deste conjunto de tarefas: o seu próprio território. O urbanismo é esta tomada de posse do meio ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver-se logicamente em dominação absoluta, pode e deve agora refazer a totalidade do espaço com o seu próprio cenário... Todas as forças técnicas da economia capitalista devem ser compreendidas como agentes de separação, o urbanismo é o equipamento da sua base geral, que prepara o solo para o seu desenvolvimento; a própria técnica da separação. (DEBORD, 1991, p.110)

O autor indiretamente evoca outro francês que é seu contemporâneo, Henri Lefebvre, e critica um certo tipo de urbanismo excluente. Ao fazê-lo reivindica o direito à cidade. Ambos, tanto Debord como Lefebvre, influenciaram o que veio a ficar conhecido como o maio de 1968 parisiense. (JACQUES, 2003) Debord parte daí que chama de "sociedade do espetáculo", ao apontar o modelo de produção capitalista como responsável por formar tanto um tipo característico de entretenimento midiático, quanto a forma como as metrópoles são planejadas e desenvolvidas urbanisticamente nas democracias liberais modernas.

O conceito de arquipélagos carcerários que Edward Soja trata em um dos seis discursos de seu livro "Pós-Metrópole", dialoga em alguma medida com o que esses autores (Debord e Lefebvre) disseram. Ao passo que o autor foca em mecanismos adotados nas pós metrópoles que caracterizam uma disposição sócio espacial segregacionista, utilizando-se de artifícios, como por exemplo o de policiamento ostensivo, para repelir as ameaças que porventura possam pôr em risco a integridade física e/ou bens pessoais de seus respectivos proprietários.

Adotando as ideias de Foucault, a pós metrópole se representa como uma coleção de cidades carcerárias, um arquipélago de 'recintos normalizados' e espaços fortificados que entrincheiram, tanto voluntaria como involuntariamente, aos indivíduos e as comunidades nas ilhas urbanas visíveis, supervisadas por formas

reestruturadas de poder e autoridade pública e privada. (SOJA, 2000, p.420)

No contexto das pós metrópoles latino americanas, ao que tudo indica fica evidente que uma cultura do medo, associada a uma população midiatisada através da espetacularização da violência, proporciona um desejo por políticas de segurança pública ostensivas. Caso empírico recente foi o alto índice de aprovação da intervenção do exército brasileiro nas favelas cariocas [4]. Podemos nos perguntar em que medida a sensação de segurança advém do perigo real, e até que ponto ela se faz presente dado a essa espetacularização. Aquilo que pode ser chamado como "indústria do medo" lucra montantes bilionários todos os anos através de mão de obra e produtos especializados em segurança. Desde as rondas feitas por segurança privada, os alarmes, cercas, trancas, câmeras, toda infraestrutura dos condomínios fechados, e a legalização do porte de arma pode aumentar ainda mais os lucros desse segmento caso seja aprovada no que diz respeito ao Brasil.

A violência ocasionada pelo tráfico de drogas, que se concentra nas periferias pobres das pós metrópoles latino americanas, criou todo um imaginário acerca da vida do crime. Estereótipos e arquétipos que remetem a violência exclusivamente às comunidades em que a população vive em situação social de risco, fortalecem uma narrativa de criminalização da pobreza. (DA SILVA, 2010) Em que medida o cenário exposto anteriormente, influencia na disposição urbanística das pós metrópoles latino-americanas e em seus complexos arquipélagos carcerários relatados por Edward Soja? Como a sociedade do espetáculo explicitada por Guy Debord, infla uma cultura do medo que proporciona um cenário sócio espacial que conta com uma população que clama por políticas de segurança ostensiva na esperança de viver em territórios pacificados?

Essas perguntas nos levam à tentativa de aplicar uma correlação interdisciplinar de várias vertentes das ciências sociais aplicadas, mas com enfoque principal em autores que trabalham a comunicação social e o planejamento urbano, na tentativa de compreender esses processos e pensar formatos de segurança pública que se distinguem desses que reforçam uma disposição espacial de arquipélago carcerário, na busca de esmiuçar as causas que legitimam para grande parte da população a criminalização da pobreza e assim desmistifica-la, apresentando alternativas distintas de combate ao crime e a redução da violência urbana.

A importância de se buscar novos formatos de segurança pública para as pós metrópoles na América Latina

As cidades latino americanas sofrem com a violência urbana. Isso ocorre com tanta intensidade que até em partes do planeta onde há conflitos de guerra

declarada, como na Síria, por exemplo, os níveis de homicídio não são tão alarmantes. A região é considerada a mais violenta do mundo [5]. O conceito de arquipélago carcerário explicitado por Soja se enquadra bem nesse contexto do subcontinente, dado que os altos índices de violência provocam na população o ímpeto de tentar proteger sua integridade física e seus bens pessoais.

Grandes muros são erguidos, cães de guarda, sistemas eletrônicos de segurança, condomínios fechados da alta classe, rondas de segurança privada nos bairros de classe média, “soldados” do tráfico fazendo o controle do fluxo de entrada e saída de pessoas em comunidades onde as facções criminosas controlam o território. A região em que Soja se debruça para observar esse fenômeno, é a cidade de Los Angeles, que mesmo tendo uma forte ligação com a história do México, ainda assim faz parte de um país desenvolvido, que a distingue das pós metrópoles latino americanas. Seria de grande valia fazer um levantamento de como os arquipélagos carcerários se formam no contexto de nossa região, partindo do exemplo de alguma de nossas cidades, assim com Soja fez com Los Angeles.

Umas das maneiras de fazê-lo é partindo de uma perspectiva comunicacional que se correlacione com a dinâmico espacial, através da relação que dada população estabelece entre as informações que recebe e suas concepções acerca de como deve se conceber a segurança pública para lidar com os conflitos que ocorrem nos grandes centros urbanos no que diz respeito à criminalidade e à violência. O espaço público urbano, fundamental para que se façam exercer os princípios de cidadania nos regimes democráticos, é constituído a partir de valores socialmente construídos. (KURI, 2003) Até que ponto o anseio por uma segurança ostensiva não impede que esses espaços floresçam na pós metrópole latino americana? O encarceramento em massa que é proveniente da criminalização da pobreza, tem feito com que as penitenciárias contem com um contingente cada vez mais numeroso de prisioneiros, e isso tem despertado o interesse da iniciativa privada. O Brasil tem uma das maiores populações carcerárias do planeta, e isso não chega sequer, próximo de solucionar os problemas que enfrentamos de criminalidade nas nossas pós metrópoles, mas pode gerar uma alta margem de lucro para aqueles que desejam investir no sistema penitenciário [6].

O discurso de um policiamento ostensivo tem ganhado força no Brasil e em outras regiões da América Latina, quando por exemplo, os colombianos rejeitaram em plebiscito o acordo de paz que colocava fim ao conflito com as FARC, em 2016, tendo posteriormente eleito um presidente conservador que defende esse modelo de segurança [7]. No caso brasileiro, também foi eleito um novo presidente da República que faz uso de um discurso enérgico de combate à criminalidade através de políticas de segurança ostensiva, tendo dito, inclusive, que não apoiava a intervenção militar das tropas do exército nas favelas do Rio de Janeiro porque defende que o agente de segurança nesses casos, teria de ter salvaguarda em caso

5. Fonte: Instituto Igarapé. Pesquisa publicada em 26/04/2018. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/am%C3%A9rica-latina-%C3%A9-uma-regi%C3%A3o-mais-violenta-do-mundo/a-43555490>
Data de acesso:
09/12/2018

6. SACHETTA, Paula
27 de maio de 2014.
Quanto mais presos,
maior o lucro.
Disponível em <https://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/>
Acesso:
10/12/2018

7. 02 de out. 2016: Em votação apertada, colombianos rejeitam acordo de paz com as FARC. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37532788>.
VASCONCELOS, Jorge, 02 de julho de 2018. Presidente da Colômbia toma posse sob pressão de reduzir produção de drogas.
Disponível em https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/mundo/2018/07/02/interna_mundo,692236/drogas-colombia-ivan-duque.shtml
Acesso:
10/12/2018

de execução de algum suspeito no exercício das funções.

Não é simples falar de segurança pública através de uma perspectiva progressista, todavia faz-se necessário que alternativas distintas à esta que trata da segurança de modo a torna-la um espetáculo que se assemelhe aos filmes hollywoodianos de ação se faça presente, tanto para combater os problemas que envolvem a criminalidade à fundo, quanto para que esse tipo de modelo de segurança não se apresente como um risco que comprometa as liberdades democráticas, afinal de contas, a sociedade do espetáculo que Debord nos fala a respeito, tem uma capacidade poderosa de reconfigurar arquétipos para remodelar o conceito de quem são os mocinhos e os bandidos na vida cotidiana das pós metrópoles.

Referências

- ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. *Comunicação e*, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. *Medo líquido*. Zahar, 2008.
- BENJAMIN, Walter et al. A obra de arte na era de sua reproducibilidade técnica. 2013.
- CASTELLS, Manuel; MAJER, Roneide Venâncio; GERHARDT, Klauss Brandini. *A sociedade em rede*. Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- DA SILVA, Luiz Antonio Machado. "VIOLÊNCIA URBANA", SEGURANÇA PÚBLICA E FAVALAS-O CASO DO RIO DE JANEIRO ATUAL. *Caderno Crh*, v. 23, n. 59, 2010.
- DAVIS, Mike. *Planeta favela*. Boitempo Editorial, 2015.
- DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. Boitempo Editorial, 2015.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espectáculo*. 1991.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Leya, 2014.
- HARVEY, David; SOCIAL, A. *Justiça. a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- JACQUES, Paola Berenstein. Breve histórico da Internacional Situacionista-IS. Arquitextos, São Paulo, ano, v. 3, 2003.
- JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. Aleph, 2015.
- KURI, Patricia Ramírez (Ed.). *Espacio público y reconstrucción de ciudadanía*. Flacso México, MA Porrúa, 2003.
- LEFEBVRE, Henri; FORTUNA, Carlos. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- PIERRE LEVY. *Cibercultura*. Editora 34, 2010.
- MARICATO, Ermínia et al. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, p. 121-192, 2000.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. *Economia regional e urbana: Contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora ufmg, p. 61-85, 2006.
- SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Autêntica, 2016.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. Edusp, 2005.
- SOJA, Edward W. *Postmetrópolis: estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Traficantes de sueños*, 2008.



A ‘Guerra do Rio’ (ou Como a ocupação policial-militar de favelas cariocas foi representada nos mapas do jornal O Globo)

‘War in Rio’ (or How the military occupation in favela was represented in O Globo’s journalistic maps)

Liebert Bernardo Rodrigues Ferreira Pinto*

Resumo

No discurso do jornal *O Globo*, a ocupação policial-militar de favelas foi representada como uma guerra – a ‘Guerra do Rio’ –, assim como os seus mapas sobre o tema. O noticiário sobre a ‘Guerra do Rio’ pode ser identificado como um discurso midiático sobre a violência no qual as alteridades entre ‘favela’ e ‘asfalto’ são reforçadas, através da imagem da favela como território da violência no Rio de Janeiro e dos moradores das áreas favelizadas como o ‘outro’. Considerando que a forma que *O Globo* representou a ocupação policial-militar de favelas através dos seus mapas possui heranças da cartografia jornalística alemã e norte-americana de guerra, vamos interpretar os mapas da ‘Guerra do Rio’ na perspectiva de que são construtores da narrativa de uma guerra contra o ‘outro’. Nessa batalha, o território a ser conquistado é a favela e o território a ser defendido é o ‘asfalto’ assim como os inimigos são os ‘favelados’ e os heróis são as forças policiais e militares. Analisaremos então três mapas que abarcam o período da megaoperação de ocupação policial e militar do Complexo da Penha, Alemão e Vila Cruzeiro, quando os acontecimentos ganharam visibilidade mundial. Reconhecemos que a narrativa construída por esses mapas no discurso do jornal vai da ameaça territorial do Rio de Janeiro até a conquista da favela, quando finalmente chega a ‘pacificação’.

Palavras-chave: mapas jornalísticos; favela; Unidade de Polícia Pacificadora; guerra; discursos sobre o ‘outro’.

Abstract

The favela occupation by military forces in Rio de Janeiro is reported by *O Globo* newspaper as a war and the maps used to illustrate the subject are important to confirm this idea. News about a “War in Rio” could be represented as a media trick to increase contrasts between favela and the city itself, once the favela area is often putted as a violent territory and people who live in there are always considered the “other”. Considering the way that *O Globo* uses the maps has a strong heritage at american and german’s journalistic cartography about war, this intends to analyze the role of the maps to construct a train of line in with the favela is the territory to attack in order to save the city. In this case, the heroes are the police force and people who live at favela are the enemy. Therefore, the article will analyze three different maps used in *O Globo* about a major police operation at Complexo da Penha, Vila Cruzeiro e Complexo do Alemão, when this kind of theme reached international interest. We consider that story built by these maps goes from a territory threat in Rio de Janeiro until it finally achieve the peace.

Keywords: journalistic maps; favela; Peacekeeping Police Units; war; discourses about the Other.

O discurso da guerra

O Dia D da guerra ao tráfico [1]:

Seis blindados do Corpo de Fuzileiros Navais, da Marinha, transportando militares e policiais do Bope, fizeram a diferença ontem em operação policial histórica que retomou, na Vila Cruzeiro, o principal bunker do tráfico no Rio. O comboio foi aplaudido pelas pessoas nas ruas. Numa semelhança simbólica com o desembarque das tropas aliadas na Normandia – que abriu as portas para a derrota da Alemanha nazista –, a ação na cidade foi o Dia D do combate ao tráfico que, desde domingo, realiza ataques em vários locais. (...) Houve intenso tiroteio entre as forças de segurança (cerca de 600 policiais civis, militares e fuzileiros) e traficantes.

Imagens dramáticas como as descritas acima apresentaram ao Brasil e ao mundo a política pública de ocupação policial-militar de áreas favelizadas do Rio de Janeiro [2] – a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Provavelmente a maior parte dos espectadores experimentou a UPP através de representações como essa, que se tornaram um clichê nos discursos midiáticos sobre o tema. No jornal O Globo, meio de comunicação impresso mais influente e de maior circulação no Rio de Janeiro, os conflitos decorrentes da ocupação de favelas por forças do Estado foram frequentemente representados como uma guerra – ‘A Guerra do Rio’, expressão que o jornal utilizou para intitular notícias e cadernos especiais sobre o tema. [3] Por vezes, o jornal se valeu de referências explícitas a guerras do passado ou expressões belicosas para qualificar os eventos noticiados, como em “O Dia D da guerra ao tráfico” [4], onde comparou a ação policial-militar em uma favela ao desembarque das tropas dos Aliados na Normandia, região francesa ocupada pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Nesta mesma matéria, o jornal se refere à favela Vila Cruzeiro como o principal bunker do tráfico. Paradoxalmente, a mesma ação foi comparada pelo jornal à estratégia militar consagrada pelos nazistas, a “guerra-relâmpago”, como mostra a manchete “Tática usada pela polícia na Penha lembrou a ‘Blitzkrieg’” [6]. Enfim, em tantas outras matérias o jornal mobilizou referências textuais e visuais para representar um cenário de guerra, onde o ‘teatro’ de operações era a favela. Dentre as imagens utilizadas nesse discurso de guerra está a cartografia jornalística.

Neste texto não debateremos se os conflitos decorrentes da implantação das UPPs eram uma guerra ou qual tipo de guerra estes seriam. Nos concentraremos no discurso do jornal O Globo, que comunicou os acontecimentos sobre o tema como uma guerra de fato. Consideramos aqui a importância da prática discursiva a partir da perspectiva de Michel Foucault, de onde extraímos que o conhecimento sobre

1. O Globo, Rio de Janeiro, 26 nov. 2010. c. Rio, p.1.

2. A última pesquisa realizada pela Associação Nacional de Jornais, em 2014, coloca o jornal O Globo como o segundo mais lido do Brasil, com média de 333.860 exemplares por mês, atrás apenas da Folha de São Paulo, com média de 351.745 exemplares por mês. Disponível em: < <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/> >. Acesso em: 30 mar. 2016.

3. O antetítulo ‘A Guerra do Rio’ foi usado pela primeira vez na matéria

“O poderio bélico do tráfico” (19 out. 2009. c. Rio, p.8), perdurando até “Morros têm novo dono: os cariocas” (14 nov. 2011. c. Rio, p. 10). Os cadernos especiais com este título foram publicados em 26, 28 e 29 nov. 2010.

4. O Globo, Rio de Janeiro, 26 nov. 2010. c. Rio, p. 1.

5. O Globo, Rio de Janeiro, 26 nov. 2010. c. Especial (‘A Guerra do Rio’), p. 2.

6. Sobre este debate, ver BRITO, VILLAR e BLANK (2013).

as coisas é moldado pelo discurso, que produz e reproduz significados que orientam falas e ações (1997, 1998, 2000). Considerando a grande circulação e prestígio d’O Globo e o poder dos meios de comunicação em massa na formação da opinião pública (CHOMSKY, 1988), entendemos aqui que a forma na qual o jornal descreve a ocupação policial-militar de favelas – como uma guerra – pode exercer influência sobre o território em questão, seja nas práticas ou nos saberes sobre ele.

Para representar os confrontos causados pela instalação das UPPs tal qual uma guerra, O Globo empregou conteúdos textuais e imagéticos nos quais se reconhece uma dramatização espetacular da violência (BRITO, VILLAR e BLANK, 2013, p.220). Diversos mapas do jornal se apresentaram desta forma, como na Figura 1.

A ligação imediata entre violência e favela é recorrente nos grandes veículos de mídia (BRITO, 2013). O discurso midiático sobre a violência, afirma Rondelli (1997), é um espaço de construção de representações dentro do qual se fabrica imagens sobre um ‘outro’ demonizado, em contraponto a uma imagem de ‘ordem’ produzida simultaneamente. Historicamente, os moradores das favelas do Rio de Janeiro têm sido considerados o ‘outro’ no imaginário social (ALVITO e ZALUAR, 1998). Da mesma forma, a favela é considerada o território da violência na cidade (MISSE, 2008; MACHADO DA SILVA, 2010; LEITE, 2014), juízo que “alimenta e justifica a formulação de uma política de segurança pública cujo principal vetor é encontrado na ‘guerra às favelas.’” (LEITE, 2014, p.626). Entendendo que este discurso constrói alteridades, podemos identificar na representação da ‘Guerra do Rio’ uma cidade dividida: de um lado, o inimigo – que abertamente pode ser identificado nos narcotraficantes, mas que de maneira latente pode se estender a qualquer morador da favela, historicamente identificado como um inimigo público potencial pela mídia (BRITO, 2013, p.87) – e, do outro lado, os heróis – as forças policiais e militares. Na questão espacial, um território a ser conquistado – a favela – e outro a ser defendido – o ‘asfalto’ do Rio de Janeiro, ou seja, a cidade dita formal.

Assim sendo, o discurso da ‘Guerra do Rio’ empreendido pelo jornal O Globo reforçou o lugar da favela como o território da violência na cidade, o que legitima para a opinião pública essas operações militares e policiais. Este discurso de guerra do jornal está presente no conteúdo dos seus mapas, que serão aqui entendidos a partir do prisma de uma guerra contra o ‘outro’ – o ‘favelado’ e o seu território.

Os mapas jornalísticos na guerra

Se O Globo representou a ocupação policial-militar de favelas como uma guerra, os mapas deste jornal se apresentaram da mesma maneira, como mostra o mapa da Figura 1. A representação da guerra é recorrente em mapas jornalísticos (MON-MONIER, 1989), assim como o próprio desenvolvimento da cartografia jornalística está ligado ao noticiário de guerra: é fato seguro que foi durante a Segunda Guerra

O passo a passo da missão

Sem disparar um tiro, cerca de três mil homens ocuparam ontem, numa ação que durou duas horas, as favelas da Rocinha, do Vidigal e da Chácara do Céu. Mas os preparativos começaram às 22h de sábado, quando toda a região passou a ser controlada pela Corregedoria da Polícia Militar.

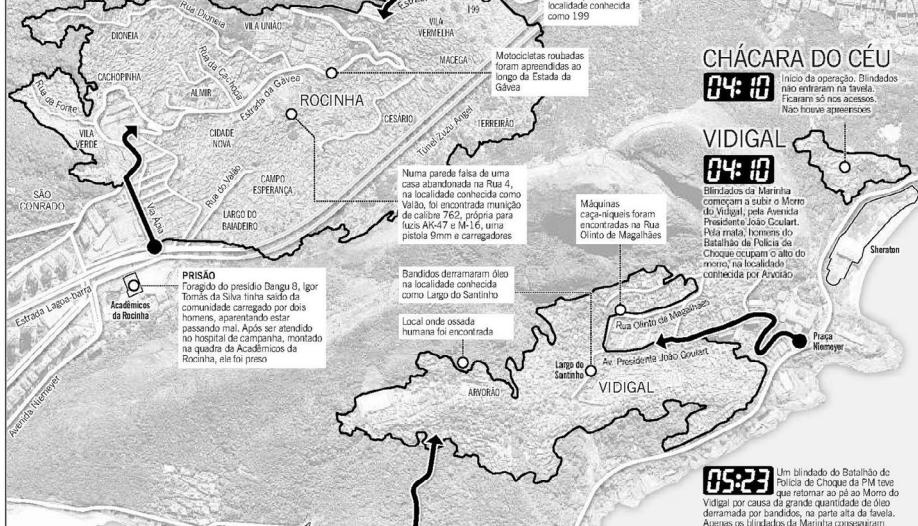
Às 2h30m de domingo, todas as vias de acesso às comunidades foram bloqueadas, só sendo liberadas no inicio da manhã. No primeiro dia de ocupação, 5 homens foram presos. Entre o material apreendido estão 15 fuzis, 75 motos, 1 carro Toyota Hilux e 15 máquinas caça-níqueis

ROCINHA



Fig 1. Mapa do jornal O Globo, intitulado 'O passo a passo da missão'.

Fonte: O passo a passo da missão. O Globo, Rio de Janeiro, 14 nov. 2011. c. Rio, p.13.



EQUIPAMENTOS USADOS

13 BLINDADOS DA MARINHA		3 PIRANHAS IC (blindado sobre rodas)		5 CLAnf (carro lagarta antíbuco)	
5 M-113 A1 (viatura blindada sobre lagarta)	E o carro blindado mais usado no mundo. Foi o primeiro a entrar na Vila Cruzeiro, ano passado. Tinha o maior vantagem em relação ao CLAnf de ser mais compacto e ágil	3 PIRANHAS IC (blindado sobre rodas)	E considerado o melhor blindado nessa categoria: rodas. Desenvolvido pelas Forças Armadas dos Estados Unidos, Canadá e Suíça	5 CLAnf (carro lagarta antíbuco)	Sua função principal é fazer o fuzileiro naval sair do mar em terra firme e entrar com rapidez e segurança em uma ação militar
Fabricação Americana	Peso 12,8 toneladas até 16 toneladas	Fabricação Americana	Peso 21 toneladas até 25 toneladas	Suíça	Peso 18 toneladas
Velocidade 4,8m	Velocidade 7,3m	Velocidade 7,82m	Velocidade 8,1m	Armamento Metralhadora calibre 50	Armamento Metralhadora calibre 50
Arma Metralhadora calibre 50	Arma Metralhadora calibre 50	Arma Metralhadora calibre 50	Arma Metralhadora calibre 50	Arma Metralhadora calibre 50	Arma Metralhadora calibre 50

6 HELICÓPTEROS DA PM		96 VEÍCULOS DA POLÍCIA CIVIL		13 VEÍCULOS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	
3 HELICÓPTEROS DA POLÍCIA CIVIL		15 CARROS DA POLÍCIA FEDERAL		9 CARROS DO CORPO DE BOMBEIROS	
HOMENS	cerca de 3 mil	POLICIAIS MILITARES	1.000	POLICIAIS CIVIS	186
envolvidos na Operação Choque na Paz. A maioria atuou diretamente nas três comunidades ocupadas	inclui 100 agentes da Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), 100 agentes da Batalhão de Polícia de Choque (BPC) e 13 unidades de caças fumegantes	FUZILEIROS NAVAIOS	194	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	46
		APOIO À OPERAÇÃO EM DIVERSOS PONTOS DA CIDADE			
		1,3 mil Ms			
		375 policiais civis			
		150 agentes da Polícia Rodoviária Federal atuando em bloqueios nas principais vias de saída da cidade			
		40 agentes da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Rio)			
		20 guarda municipais			
		37 soldados do Corpo de Bombeiros			

7. O texto em língua estrangeira é: "(...) in order to maximize the psychological effect on the map audience and to make the map a powerful tool of conviction."

Mundial que, pela primeira vez, os mapas ganharam destaque e se tornaram frequentes na imprensa (RISTOW, 1957, MONMONIER, 1989, GREEN, 1999). Dentro do cenário dessa época, os mapas jornalísticos alemães e norte-americanos podem ser considerados "os principais criadores de uma linguagem cartográfica utilizada para representar a guerra na imprensa" (NOVAES, 2010, p.109).

Na cartografia jornalística alemã, os exemplos mais notórios são os mapas da Geopolitik (Figura 2) – a geopolítica do país –, que começaram a circular no período entre guerra na revista Zeitschrift für Geopolitik, na qual o general e geógrafo Karl Haushofer (1869-1946) foi o criador, editor e alicerce teórico. Estes mapas foram utilizados principalmente para defender o expansionismo alemão na imprensa, a partir de argumentos que exploravam uma suposta fragilidade da Alemanha perante as ameaças estrangeiras e o sentimento revanchista contra as nações que venceram o país na Primeira Guerra Mundial (HERB, 1989). Haushofer e seus discípulos buscavam intencionalmente "fazer do mapa uma poderosa ferramenta de convencimento" [7] (HAUSHOFER apud HERB, 1989, p.291 tradução nossa), elaborando para isto padrões rigorosos de design que, através de uma linguagem simplificada, otimizavam os argumentos vantajosos defendidos pelo mapa e omitiam as informações divergentes (HERB, 1989).

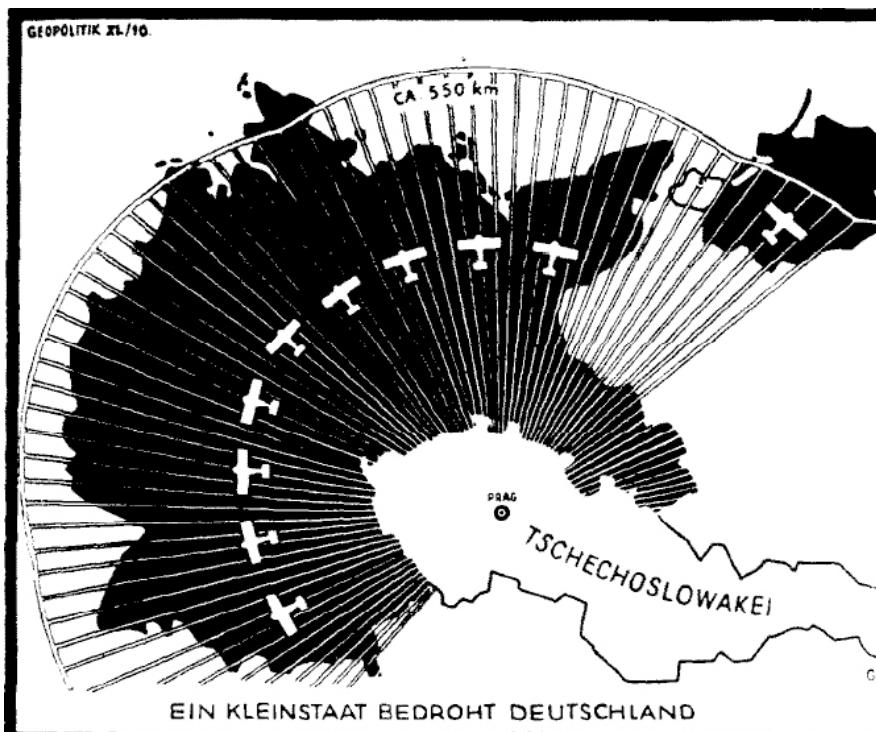


Fig 2. Mapa da Geopolitik, no qual se lê 'um país menor ameaçando a Alemanha'

Fonte: HERB (1989, p.292)

Na cartografia jornalística norte-americana destacam-se os mapas criados por Charles H. Owens [8] e Richard E. Harrison [9], publicados em diversos jornais e revistas dos Estados Unidos com a intenção de convencer a opinião pública da importância da participação do país na Segunda Guerra Mundial (NOVAES, 2010). Para realizar este intento, Charles H. Owens confiava no apelo visual dos seus mapas, que representavam a guerra com riqueza de elementos pictóricos belicosos, trazendo uma narrativa dramática das batalhas inspirada na cultura visual americana da época (COSGROVE e DELL DORA, 2005). No mapa da Figura 3, de autoria de Owens, os aviões de caça, navios de guerra e explosões são elementos de uma “cartografia agressiva, ilustrando as relações estratégicas e batalhas específicas de uma guerra global no espaço de uma página de jornal.” [10] (COSGROVE e DELL DORA, 2005, p. 373, tradução nossa).



Fig 3. Mapa de Charles H. Owens (“North Africa Area Where British, Americans Battle Axis Forces”)

Fonte: Barry Lawrence
Ruderman Antique
Maps Inc.

- **8.** Ver COSGROVE (2005).

9. Ver NOVAES (2013).

10. O texto em língua estrangeira é: “(...) aggressive cartography, illustrating the strategic relations and specific engagements of a global war within the space of a newspaper page.

Fig 3. Mapa de Charles H. Owens (“North Africa Area Where British, Americans Battle Axis Forces”) Fonte: Barry Lawrence Ruderman Antique Maps Inc.

- 11.** Cidadela do Tráfico.
O Globo, Rio de Janeiro,
20 jun. 2010. c. Rio. p.17.

12. Ibid.

13. Invasão de favela
corre o mundo. O Globo,
Rio de Janeiro, 26 nov.
2010. c. Especial ('A
Guerra do Rio'), p. 14.

14. O Globo, Rio de
Janeiro, 23 nov. 2010. c.
Rio. p. 1

- 15/16.** O Globo, Rio de Janeiro, 24 nov. 2010, c. Rio, p.1.

No contexto geopolítico deste período, mais do que o propósito básico de apresentar aos leitores a localização do evento noticiado em uma matéria jornalística, o mapa foi utilizado na imprensa para fins propagandísticos (MONMONIER, 1989; GREEN, 1999; BORIA, 2008) e para mobilizar suporte popular (BORIA, 2008), atuando de forma ‘persuasiva’ e ‘sugestiva’ (RISTOW, 1957; HERB, 1989; COSGROVE e DELL DORA, 2005). Dessa forma, a cartografia esteve presente em diversos discursos midiáticos para legitimar conflitos militares e fazer o público ‘entrar’ no espírito da guerra: não são apenas mapas sobre a guerra, mas mapas de guerra, tanto pela sua aparência quanto pela intenção do uso. Tendo em vista que a supracitada cartografia jornalística alemã e norte-americana continua influenciando os mapas da imprensa até os dias atuais (NOVAES, 2010), acreditamos que essa forma de representar a guerra nos jornais sobrevive nos mapas d’O Globo no discurso da ‘Guerra do Rio’.

A narrativa territorial dos mapas da ‘Guerra do Rio’

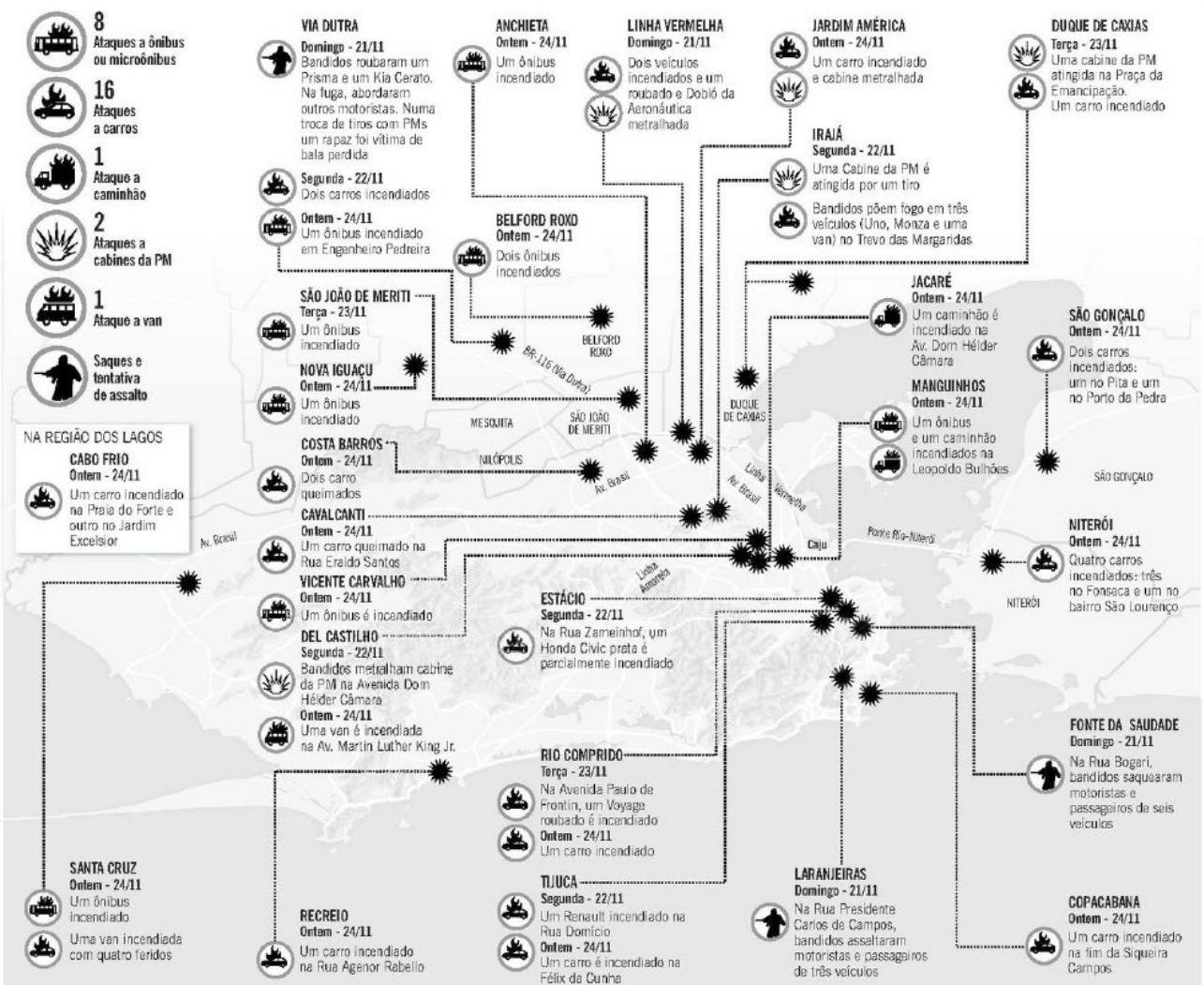
Considerando que a forma que O Globo representou a ocupação policial-militar de favelas através dos seus mapas possui heranças da cartografia jornalística alemã e norte-americana de guerra, vamos interpretar os seguintes mapas na perspectiva de que são construtores da narrativa de uma guerra contra o 'outro'. Nessa batalha, o território a ser conquistado é a favela, ou, nas palavras do próprio jornal, a 'cidade da tráfico' [11] e 'refúgio do crime', [12] e o território a ser defendido é o 'asfalto'. Analisaremos três mapas que abarcam o período da megaoperação de ocupação policial e militar do Complexo da Penha, Alemão e Vila Cruzeiro, auge do noticiário sobre a 'Guerra do Rio', quando os acontecimentos ganharam visibilidade mundial. [13]

O mapa dos ataques (dia 25)

O primeiro mapa a ser analisado – O mapa dos ataques (Figura 4) –, foi publicado no dia 25 de novembro de 2010 no caderno especial “A Guerra do Rio”. No entanto, para entender a narrativa aqui proposta, precisamos voltar ao dia 23 do mesmo mês, na matéria “Após ataques do tráfico, PM retomará ações em favelas” [14]: ela narra uma série de ataques realizados pelo tráfico em diversos pontos da cidade, no qual veículos foram incendiados e cabines de polícia foram metralhadas, sendo estes ataques os mencionados pelo título do mapa em questão. Na matéria, os ataques foram uma resposta orquestrada pelo tráfico ao ‘projeto de pacificação de favelas’ e, por esse motivo, a Polícia Militar intensificou as ações nas favelas. Do dia 23 ao 25, o número de ataques aumentou, e quanto mais os ataques aumentavam, mais o jornal noticiava uma reação maior da polícia, como na matéria “Beltrame: facções se uniram e reação da PM será em dobro” [15], publicada no dia 24. Já no dia 25, na matéria “PM avança para ocupar o bunker do tráfico na Penha” [16], o

jornal noticia que a operação da polícia foi intensificada, atuando em 30 favelas e resultando em 18 mortos. No mesmo caderno, o editorial do jornal se manifesta na seção Opinião, onde o título resume o artigo: Nesta guerra não pode haver recuo. [17] Paralelamente, os ataques creditados ao tráfico continuavam na cidade, e o jornal diz que, através deles, os “criminosos querem fragilizar a política de segu-

O MAPA DOS ATAQUES



17. O Globo, Rio de Janeiro, 25 nov. 2010, c. Opinião, p.6.

18. O mapa dos ataques. O Globo, Rio de Janeiro, 25 nov. 2010, c. Rio, p.19.

19. O texto em língua estrangeira é: “(...) emphasizing supporting features, suppressing contradictory information, and choosing provocative, dramatic symbols.”

rança e amedrontar a população". [18]

A despeito da ‘megaoperação’ policial que ocorria na cidade no mesmo dia, o mapa enfatiza apenas os ataques do tráfico, omitindo as ações policiais. Para representar cada ataque, o mapa apresenta símbolos de veículos em chamas, homens armados com fuzis e explosões. Nos mapas ‘persuasivos’ da Geopolitik, a mensagem era moldada no sentido de “enfatizar características favoráveis, suprimir informações contraditórias e escolher símbolos provocativos e dramáticos” [19].

informações contraditorias e escolher simbólos provocativos e dramáticos [15] (MONMONIER, 1991, p.87, tradução nossa). O mapa da Figura 4 pode ser entendido da mesma forma, já que a omissão das múltiplas ações policiais representa uma cidade totalmente à mercê dos ataques do tráfico. No mapa da Figura 2, da Geopolitik, o argumento sobre a vulnerabilidade territorial da Alemanha do período entre guerras é explorado em uma projeção de ataque aéreo estrangeiro que desconsidera o poder defensivo alemão. No discurso da 'Guerra do Rio', "O mapa dos ataques" mostra a cidade do Rio de Janeiro vulnerável, assediada de maneira alarmante e massiva por forças inimigas. Podemos então interpretar este mapa como um apelo urgente à necessidade de combater este inimigo em seu território – a favela.

Conheça o cenário da batalha de ontem (dia 26)

No dia 26 de novembro de 2010 o jornal noticia a ocupação policial-militar da Vila Cruzeiro e de outras favelas do Complexo da Penha – o ‘Dia D’ da ‘Guerra do Rio’. O Globo deu ampla cobertura aos acontecimentos, que ocuparam as 16 primeiras páginas do jornal em um caderno especial chamado ‘A Guerra do Rio’. Neste caderno, é publicado o mapa “Conheça o cenário da batalha de ontem” (Figura 5).

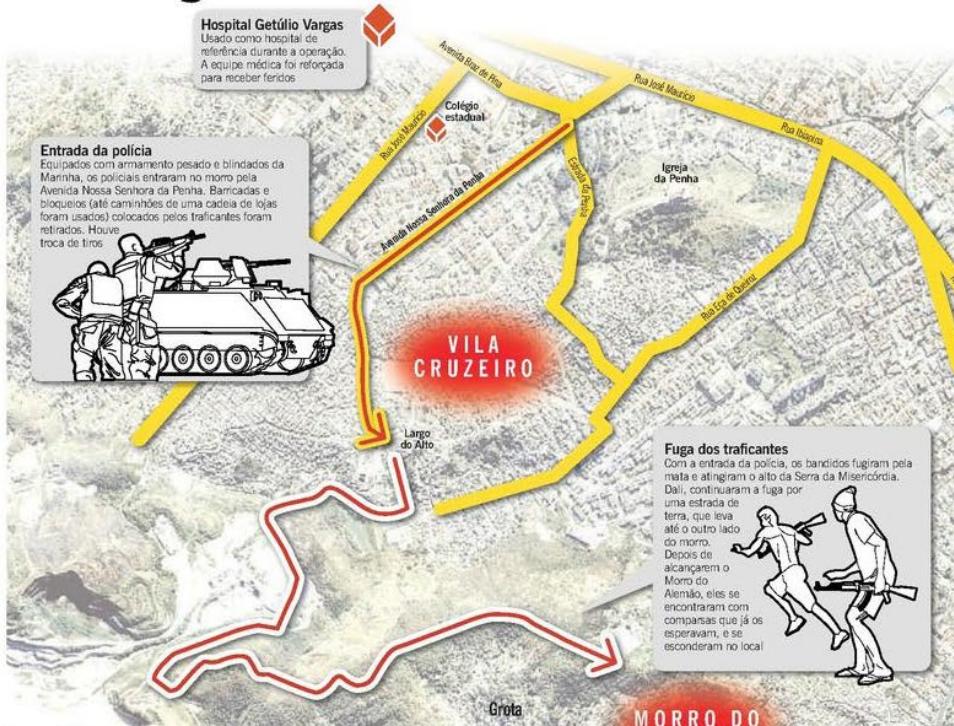
Neste mapa entra em cena a representação do território inimigo e dos heróis dessa narrativa. A cidade do Rio de Janeiro, antes indefesa, não é mais representada como o cenário da guerra, e sim as favelas Vila Cruzeiro, Complexo da Penha e Complexo do Alemão, indicadas com um alvo sobre elas, deixando claro o território que deve ser atacado. Os heróis – a polícia e o exército – e o seu arsenal são representados com riqueza de elementos pictóricos militaristas, à semelhança dos mapas de Charles H. Owens (Figura 3), descritos por COSGROVE e DELL DORA (2005) como uma “cartografia agressiva” e representação visual de uma geografia estereotipada de violência e destruição. As imagens dos ‘heróis’ são as de maior impacto visual no mapa, e nelas reconhecemos uma violência estetizada comumente propagada em discursos jornalísticos sobre a UPP, pautadas por um exibicionismo do poder bélico do Estado que possui ‘efeito de intimidação’ (OLIVEIRA, 2013). Os narcotraficantes são representados em posição de fuga, trajando bermuda e chinelo, conforme o estereótipo de ‘marginal’ partilhado socialmente entre parte do público. O seu arsenal é descrito, sem no entanto alcançar o da polícia em quantidade e variedade. Já os moradores das favelas são representados através

Fig 4. Mapa do jornal O Globo, intitulado ‘O mapa dos ataques’
Fonte: O mapa dos ataques. O Globo, Rio de Janeiro, 25 nov. 2010. c. Rio, p.19.



A GUERRA DO RIO

Conheça o cenário da batalha de ontem



VILA CRUZEIRO

MORADORES
19.511
DOMICÍLIOS
5.593
ÁREA
245.129 m²

HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO
Durante a década de 1940 iniciou-se a demarcação e a venda dos lotes do setor chamado Sítio Nestor. O setor Irmãodez surgiu por invasão em 1960. A Vila Cruzeiro surgiu posteriormente, quando a Rua Sargento Ricardo Filho, existia uma vila com uma cruz no alto do morro, dali o nome Vila Cruzeiro.



Indicadores da região

	Esperança de vida ao nascer	Taxa de alfabetização de adultos	Taxa bruta de frequência escolar	Renda per capita (em R\$ de 2000)	Índice de Longevidade (IDH-L)	Índice de Educação (IDH-E)	Índice de Renda (IDH-R)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH)
COMPLEXO DO ALEMÃO	64,79 anos	89,07%	72,04%	177,31	0,663	0,834	0,637	0,711
PENHA	69,59 anos	95,12%	82,23%	373,05	0,743	0,908	0,761	0,804

AS ARMAS DA POLÍCIA

6 BLINDADO M-113

Blindado de transporte de tropas leves. Pode atingir grande velocidade em estradas de terra ou asfalto. É um dos veículos blindados mais utilizados no mundo. No Iraque, tem sido usado pelos EUA por grupos de patrulha e de engenharia.



4 CFN ANFÍBIO 7A1

Blindado anfíbio, é usado pela Marinha principalmente em operações na costa. Fabricado nos EUA, desenvolve grande velocidade mesmo em terrenos áridos.



5 BLINDADO PIRANHA

Fabricado na Suíça, é considerado blindado leve. Tem proteção especial anti-mina e sistema de reposicionamento de pneus em caso de alvejamento.



1 BLINDADO SK-105 ADAPTADO

Tanque leve de fabricação austriaca, ele foi comprado pelo Brasil para compor o armamento do corpo de fuzileiros navais. Alguns destes veículos – como o usado na operação policial de ontem – foram adaptados para resgate e socorro.

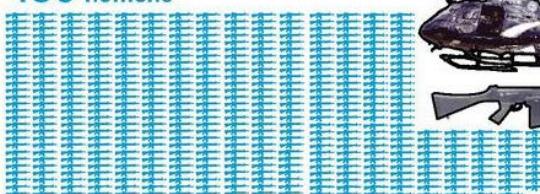


88 FUZILEIROS NAVAIOS

Aproximadamente 88 fuzileiros navais participaram da operação. Eles eram divididos entre os grupos de elite: Batalhão de Operações Especiais (BOPE), Batalhão de Operações de Combate Aeroterrestre (Bocage), Batalhão de Operações de Combate Naval (Bocan) e Batalhão de Operações de Combate Naval (Bocan).

POLÍCIA MILITAR

450 homens



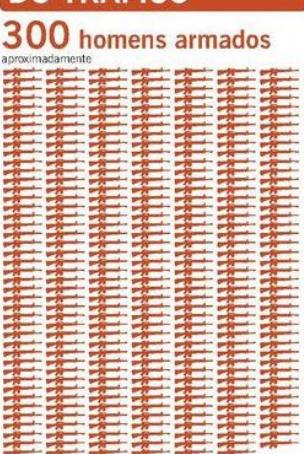
POLÍCIA CIVIL (Core)

60 homens



AS ARMAS DO TRÁFICO

300 homens armados



ARMAS DOS TRAFICANTES



Fig 5. Mapa do jornal O Globo, intitulado 'Conheça o cenário da batalha de ontem' Fonte: O Globo, Rio de Janeiro, 26 nov. 2010 c. Especial ('A guerra do Rio'), p.8 - 9.

de números estatísticos, o que, somado à característica dos mapas de favorecer a noção do espaço socialmente vazio (HARLEY, 2009), torna ainda mais invisível a sua presença no território.

Na edição deste 'Dia D', o jornal noticia que o número de ataques na cidade diminuiu por conta da invasão da favela [20]. O mapa da Figura 5 passa imagem de que a favela é o espaço da 'Guerra do Rio', o 'cenário da batalha', reforçando a alteridade territorial entre o 'asfalto' e a 'favela' e os seus respectivos papéis nessa guerra.

Como foi a conquista do Complexo do Alemão (dia 29)

O Globo noticia no dia 27 de novembro de 2010 o início da ocupação do Complexo do Alemão – considerada pelo jornal como a "Batalha do Alemão" [21] – e a diminuição do número de ataques de 44 para 9 em 24h [22]. No dia 28: "Bandidos não aceitam ultimato e polícia decide invadir Alemão hoje" [23]. No dia 29, a capa do jornal celebra a ocupação do Complexo do Alemão, na manchete "O Rio mostrou que é possível - Cidade comemora a libertação do Alemão e a maior vitória contra o tráfico" [24]. Finalmente, na edição desse dia, é publicado o último mapa desta narrativa, intitulado Como foi a conquista do Complexo do Alemão (Figura 6), ocupando duas páginas do caderno especial "A Guerra do Rio".

Este mapa possui a mesma profusão de elementos pictóricos bélicos da Figura 5. No entanto, o seu design se identifica com o do mapa de Charles H. Owens da Figura 3, que apresenta características semelhantes à dinâmica das histórias em quadrinhos americanas [25] (COSGROVE e DELL DORA, 2005): em ambos os mapas existem pequenas narrativas ilustradas da ação militar. No caso do mapa de Owens, é descrita a batalha entre aviões de caça e navios de guerra no teatro de guerra do Mediterrâneo durante a Segunda Guerra Mundial. Já o mapa da 'Guerra do Rio' descreve a operação das forças policiais-militares em um cenário estereotipado de favela em corte vertical, no qual se detalha uma troca de tiros, a utilização estratégica de tanques e helicópteros de guerra, a prisão de um narcotraficante e o hasteamento das bandeiras do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro no alto do morro. Ao mesmo tempo, a movimentação das tropas policiais-militares no território do Complexo do Alemão é aqui mostrada através de setas, símbolo habitualmente usado para representar ataque e agressão em mapas jornalísticos 'persuasivos' (HERB, 1989; MONMONIER, 1991).

O poder esmagador da polícia se torna mais claro nesse mapa: o arsenal do tráfico nem sequer é representado, assim como os narcotraficantes agora são pequenas silhuetas batendo em retirada. Além do efeito de intimidação através da superioridade das forças policiais-militares sobre a favela, já mostrado no mapa da Figura 5, a descrição minuciosa das estratégias da operação que o mapa traz representa

20. UPPs reduzem ataques na Zona Sul do Rio. O Globo, Rio de Janeiro, 26 nov. 2010, c. Especial ('A Guerra do Rio'), p. 16.

21. Intenso tiroteio entre Exército e tráfico abre Batalha do Alemão. O Globo, Rio de Janeiro, 27 nov. 2010, c. Rio, p.1.

22. Ataques diminuem de 44 para 9 em 24 horas. O Globo, Rio de Janeiro, 27 nov. 2010, c. Rio, p. 23.

23. O Globo, Rio de Janeiro, 28 nov. 2010, c. Rio, p.1.

24. O Globo, Rio de Janeiro, 29 nov. 2010, c. Rio, p.1.

25. Cosgrove e Dell Dora (2005) definiram os mapas deste tipo como "war-comic action-image".



Fig 6. Mapa do jornal O Globo, intitulado 'Como foi a conquista do Complexo do Alemão' Fonte: O Globo, Rio de Janeiro, 29 nov. 2010. c. Especial ('A guerra do Rio'), p.10 - 11.

26. O Globo, Rio de Janeiro, 29 nov. 2010, c. Especial ('A Guerra do Rio'), p.4.

também uma superioridade organizacional, intelectual e tecnológica na conquista do território da favela, o que é ressaltado também na matéria "Vitória de estratégia e inteligência" [26]. A conquista territorial é considerada fácil em matérias como "Ocupação em apenas uma hora" [27]. Neste ponto, os ataques do tráfico no 'asfalto' já estão em segundo plano, aparecendo somente na página 18 – "Estado registra apenas 7 ataques" [28]. Desta forma, na narrativa da 'Guerra do Rio', o último mapa representa uma conquista territorial esmagadora da favela: o narcotráfico, que no mapa da Figura 4 ameaçou gravemente a cidade do Rio de Janeiro, agora é um inimigo ridicularizado diante do poderio colossal do Estado, como mostra a matéria "A maior das facções é humilhada" [29], onde especialistas avaliam que "a imagem de criminosos vencidos é um alerta para outras quadrilhas". Em contraste com esta imagem do derrotado, está o vencedor, o conquistador, cujo poder é exibido para ser temido: através das forças policiais e militares, o Estado é representado como uma força exuberante e ao mesmo tempo implacável. O mapa é uma imagem da violência faustosa ostentada e monopolizada pelo Estado, e glorificada pelo discurso do O Globo.

O território inimigo é enfim conquistado de maneira heroica e irresistível: finalmen-

te O Rio é nosso [30] – título da matéria na qual artistas, formadores de opinião e leitores do O Globo fazem depoimentos “para demonstrar solidariedade à polícia com mensagens de otimismo e esperança”. Agora, nesse dia 29 pós-conquista do Alemão, o clima é festivo e ensolarado, assim como na matéria “E o Rio de Janeiro continua lindo” [31], na qual, mostrando fotos de famílias na Praia de Ipanema e na Lagoa Rodrigo de Freitas, afirma que “aliviados e mais seguros, cariocas retomam a rotina e, enfim, aproveitam a cidade”.

Depois da ‘guerra’, a ‘paz’

Concluída a narrativa dos três mapas escolhidos, reconhecemos que ela vai da ameaça territorial do Rio de Janeiro até a conquista da favela, quando finalmente chega a ‘pacificação’. Esta dá nome ao programa da UPP e andou de mãos dadas com a guerra no discurso do jornal O Globo, no qual a tensão entre guerra e paz foi constante. No noticiário do jornal, geralmente o efeito imediato das ocupações de favelas foi a chegada da paz, o que é simbolizado na manchete “A senhora liberdade abriu as asas sobre nós” [32], na qual a fotografia de um grupo de policiais com fuzis é sobreposta por uma pomba branca após a ocupação policial-militar do Complexo do Alemão. Terminada a conquista das favelas com maior visibilidade no Rio de Janeiro e a subsequente implantação de UPPs, acaba o discurso da ‘Guerra do Rio’, seguido pelo discurso da ‘Pacificação’, repleto de títulos de matérias tais como ‘Após a Pacificação’ [33], ‘Rumos da Pacificação’ [34] e ‘Depois da Pacificação’ [35].

No discurso da ‘Pacificação’, a paz é onipresente, mesmo no caso do sequestro, tortura e assassinato de Amarildo [36] e em outros casos de violência praticada por policiais da UPP contra moradores da favela, como intimidações, agressões físicas, proibição de festas e manifestações, toque de recolher, revistas humilhantes, assédio sexual, invasões domiciliares, roubos, etc. (TEIXEIRA, 2010, 2011, FERRAZ, 2012, BRITO, 2013, OLIVEIRA, 2013). No discurso da ‘Pacificação’, estes casos são apenas um obstáculo, um “acidente de percurso” do programa da UPP, não deixando de ser paz. O título ‘A guerra do Rio’ começou a ser usado no jornal quando este considerou que a violência havia ultrapassado os limites da favela, invadindo o ‘asfalto’. No discurso da ‘Pacificação’, a violência contida apenas no território da favela é considerada paz.

Considerações finais - O mapa da ‘Guerra do Rio’ e o ‘outro’

Os mapas da ‘Guerra do Rio’ reforçaram a alteridade geográfica entre ‘asfalto’ e ‘favela’, assim como na representação do ‘oriente’ pelo ‘ocidente’, segundo Edward Said (1990), o dominante construiu a imagem do dominado. Esses mapas retrataram a narrativa da conquista do território do ‘outro’ do ponto de vista de um discur-

27. O Globo, Rio de Janeiro, 29 nov. 2010, c. Especial (‘A Guerra do Rio’), p.3.

28. O Globo, Rio de Janeiro, 29 nov. 2010, c. Especial (‘A Guerra do Rio’), p.18.

29. O Globo, Rio de Janeiro, 29 nov. 2010, c. Especial (‘A Guerra do Rio’), p.17.

30. O Globo, Rio de Janeiro, 29 nov. 2010, c. Especial (‘A Guerra do Rio’), p.20.

31. O Globo, Rio de Janeiro, 29 nov. 2010, c. Rio, p.12.

32. O Globo, Rio de Janeiro, 29 nov. 2010, c. Especial (‘A Guerra do Rio’), p.1.

33. Estado fará bairro em área de refinaria. O Globo, Rio de Janeiro, 15 out. 2012, c. Rio, p.1.

34. PM ocupa favelas para última UPP da Zona Sul. O Globo, Rio de Janeiro, 30 abr. 2013, c. Rio, p.1.

35. A redenção do Dois Irmãos. O Globo, Rio de Janeiro, 24 ago. 2013, c. Rio, p.10.

36. Amarildo Dias de Souza, ex-morador da Rocinha, morto por policiais da UPP em 2013.

so midiático dominante, que promoveu o encontro entre o ‘eu’ e o ‘outro’ através da espetacularização da violência. No discurso midiático sobre a violência, o encontro com o ‘outro’ “é somente o consumo de sua imagem – algo posto para o ver, para ser exibido, por ser exótico, pitoresco, alienado, monstruoso, brutal ou anômalo. Um ‘outro’ que habita as regiões da marginalidade, da enfermidade, da pobreza e da morte.” (RONDELLI, 1997, p.158-159)

No entanto, o ‘outro’ não foi o personagem principal em nenhum desses mapas da ‘Guerra do Rio’, e sim o conquistador, as forças policiais e militares do Estado, em uma exposição sem disfarce do seu poder intimidador e opressivo. Isto difere de outras representações de alteridade na história da cartografia, como nos mapas europeus da época da colonização da América, que representaram certos povos indígenas do continente americano através da imagem do ‘canibal’. Segundo Joaquín Barriendos (2011), esta descrição ‘monstruosa’ dos índios nos mapas dos conquistadores europeus ajudou a construir uma alteridade cartográfica que identificava o território ‘bárbaro’ e a ‘civilização’, o que era um fator legitimador para o massacre de indígenas. Em oposição, nos mapas da ‘Guerra do Rio’, o território ‘bárbaro’ – a favela – é identificado através da presença ostensiva dos conquistadores.

Referências

- ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba. Um Século de Favela. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- BARREIRA, Marcos; BOTELHO, Maurílio Lima: O Exército nas ruas: da Operação Rio à ocupação do Complexo do Alemão. Notas para uma reconstituição da exceção urbana. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de (orgs.). Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BARRIENDOS, Joaquín. La colonialidad del ver - Hacia un nuevo diálogo visual interepistémico. Nómadas, Bogotá, Universidad Central Bogotá, v. 35, p. 13-29, 2011.
- BORIA, Edoardo. Geopolitical Maps: A Sketch History of a Neglected Trend in Cartography. *Geopolitics*, v. 13, p.278 - 308, 2008.
- BRITO, Felipe. Considerações sobre a regulação armada de territórios cariocas. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de (orgs.). Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BRITO, Felipe; VILLAR, André; BLANK, Javier. Será guerra?. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de (orgs.). Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- CHOMSKY, Noam. Manufacturing Consent. New York: Pantheon Books, 1988.
- COSGROVE, Denis; DELL DORA, Veronica. Mapping Global War: Los Angeles, the Pacific, and Charles Owens's Pictorial Cartography. *Annal of Association of American Geographers*, v. 95, n. 2, p.373- 90, 2005.
- FERRAZ, Sonia. Desordem/Ordem na cidade, políticas de segurança e violência. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; EGLER, Tamara Tania Cohen; SÁNCHEZ, Fernanda (orgs.). Política governamental e ação social no espaço. 1.ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 167-174, 2012.
- FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- _____. A Ordem do Discurso. (Trad. Laura de Almeida Sampaio) São Paulo: Loyola, 1998.
- _____. As Palavras e as Coisas. (Trad. Salma Tannus Muchai) São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GREEN, David. Journalistic Cartography: Good or Bad? A Debatable Point. *The Cartographic Journal*, v. 36, n. 2, p. 141-153, 1999.
- HARLEY, John Brian. Mapas, saber e poder. *Confins*. v. 5. 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index5724.html>>. Acesso em: 02 mar. 2015.
- HERB, Henrik. Persuasive Cartography in Geopolitik and National Socialism. *Political Geography Quarterly*, v.8, n.3, p. 289-303, 1989.
- LEITE, Márcia Pereira. Entre a 'guerra' e a 'paz': Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 7, p. 625-642, 2014.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. 'Violência urbana', segurança pública e favelas - o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, maio/ago. 2010
- MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, set./dez. 2008
- MONMONIER, Mark. Maps with the news: the development of American journalistic cartography. Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- _____. How to lie with maps. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- NOVAES, André Reyes. Fronteiras Mapeadas - Geografia Imaginativa das Fronteiras Sul-Americanas na Cartografia da Imprensa Brasileira. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- _____. Geopolítica e Imprensa: Richard Edes Harrison e o Papel dos Mapas Midiáticos na História da Geopolítica. *Revista Geonorte*, v. 7, p. 131-146, 2013.
- OLIVEIRA, Pedro Rocha de. Golpes de vista. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de (orgs.). Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- RISTOW, Walter. Journalistic Cartography. *Surveying and Mapping*, v. 17, n. 4, p.369 - 390, 1957.
- RONDELLI, Elizabeth. Mídia e violência: ação testemunhal, práticas discursivas, sentidos sociais e alteridade. *Comunicação e Política*, n.3. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, p.141-160, 1997.

SAID, Edward. Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

TEIXEIRA, Eduardo. A 'doutrina da pacificação'. Passa Palavra, 2011. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2011/01/34214>>. Acesso em: 02/03/2014

TEIXEIRA, Eduardo. Unidades de Polícia Pacificadora: O que são, a que anseios respondem e quais desafios colocam aos ativismos urbanos? (1ª parte). Passa Palavra, 2010. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2010/06/25554>>. Acesso em: 26/02/2014

***Liebert Bernardo Rodrigues Ferreira Pinto** é mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF).



Reprodução humana na gestão populacional: útero e biopolítica

Human Reproduction in Population Management: Uterus and Biopolitics

Letícia Gonçalves*

Resumo

Este trabalho é parte da pesquisa de doutorado que tem como objeto moralidades, aborto e justiça no Brasil. A análise dos argumentos mobilizados na disputa pela legislação concernente ao aborto indica que, além dos já clássicos embates morais envolvendo os princípios de autonomia e inviolabilidade da vida, a gestão demográfica e suas implicações biopolíticas são centrais nas questões envolvendo reprodução humana. Neste texto serão apresentados e discutidos alguns dos principais elementos postos em debate, os quais são muitas vezes ocultados pelo modo polemista e espetacularizado com que a questão do aborto é tratada no país.

Palavras chave: Reprodução Humana; Gestão populacional; Biopolítica.

Abstract

This work is part of the doctoral research that has as object morality, abortion and justice in Brazil. An analysis of the arguments mobilized in the disputes about abortion legislation indicates that, in addition to the moral struggles surrounding the principles of autonomy and inviolability of life, demographic management and its biopolitical implications are central to issues involving human reproduction. In this text some of the main elements will be presented and discussed, which are often hidden by the spectacular and controversial way in which abortion is treated in the country.

Keywords: Human Reproduction; Population management; Biopolitics.

Introdução

A reprodução humana e suas dimensões biopolíticas têm motivado inúmeras discussões e embates no mundo desde o século XVIII, com destaque para o pensamento do economista inglês Thomas Malthus, que defendia o controle da natalidade como meio para evitar um colapso entre a capacidade de produção de alimentos, limitada, e o crescimento populacional, ilimitado^[1]. Entretanto, é no século XX, com a teoria neomalthusiana, voltada para o crescimento demográfico de países periféricos e pautada, a princípio, em soluções antinatalistas, que tais questões chegam na África, Ásia e Américas. Além dos especialistas em demografia, estas questões estiveram, historicamente no Brasil, pautadas por movimentos nacionalistas-religiosos e movimentos feministas. Ambos concordando que o controle populacional imperialista deveria ser enfrentado, tendo os primeiros mantido o enfoque, ainda que enviesado por fundamentalismos religiosos, e os segundo secundarizado, de alguma maneira, sobretudo após as conferências mundiais de população e mulheres^[2]. De todo modo, trata-se de um aspecto de primeiro interesse para o povo, que oscila entre a concepção de que a reprodução seja um assunto de âmbito privado, ou seja, cujo cálculo deva ser individual e, a heteronomia dos engenhosos manejos envolvendo o tamanho de uma população.

O cruzamento de aspectos envolvendo a estética da sexualidade, recursos naturais, força de trabalho e, mais recentemente, uma noção forjada no capitalismo globalizador (Fraser, 2015), de saúde global, complexifica qualquer possibilidade satisfatória de compreensão da questão populacional. Sobretudo se considerarmos as contraditórias estratégias em jogo ao longo dos períodos históricos. Entretanto, é notória a centralidade com que o corpo das mulheres, mais precisamente o útero, se torna alvo das mais variadas intervenções “globais”.

Desde o início dos anos de 1920 alguns padrões têm se apresentado na intergência internacional em políticas de reprodução, com incidências demográficas. As primeiras iniciativas destinavam-se, principalmente, à contracepção irreversível. Os casos de esterilização compulsória em países da América Latina, cujo caso do Peru é emblemático, Ásia e África, revelam caráter eugenico incontestável. Um exemplo nos Estados Unidos, país também populoso, for a esterilização, entre 1920 e 1950, de aproximadamente vinte mil pessoas em abrigos e hospitais públicos, a partir de uma lei que autorizava tal ato considerando pessoas com “transtornos mentais” (Stern, 2016).

Posteriormente o enfoque recaiu sobre métodos reversíveis com a criação da pílula contraceptiva em 1961 e a criação do Dispositivo Intra Uterino (DIU), com expressivo empenho para sua disseminação no continente asiático desde o final dos anos de 1960, por John Rockefeller III, via financiamento direto aos governos nacionais.

1. O economista
escreveu, em 1798, o livro *Ensaio sobre o princípio da população*, inspirando políticas de delimitação de um tamanho populacional ótimo, tendo se tornado um marco para as teorias demográficas. É importante destacar que a noção de controle da natalidade aparece vinculada a um controle das condutas, destacadamente da população pobre, envolvendo adiamento dos casamentos e abstinência sexual.

2. Sobre este
assunto consultar as importantes contribuições de Sônia Correa: CORREA, Sônia. “Saúde reprodutiva”, gênero e sexualidade: legitimação e novas interrogações. In: GIFFIN, Karen; COSTA Sarah Hawker (orgs.). Rio de Janeiro: Fiocruz, p.39-49, 1999. – Correa, Sonia and Germain, Adrienne and Petchesky, Rosalind, Thinking Beyond Icpd+10: Where Should Our Movement

Be Going? Reproductive Health Matters, Vol. 13, No. 25, 2005.

É mais recentemente que a problemática se apresenta com destaque pela via dos polemistas e espetacularizados debates sobre aborto. Ao mesmo tempo que a questão do direito à realização do aborto de modo seguro é condição indispensável para a dignidade das mulheres e homens transexuais, as disputas em torno de sua legislação acabam por cumprir uma função de ocultamento das questões envolvendo a gestão capitalista da reprodução humana mundial, a partir de intervenções supranacionais mais ou menos veladas.

Neste texto proponho apresentar e discutir alguns dos principais argumentos recolocados em disputa, envolvendo a gestão populacional e a nomeação denunciada, por parte de movimentos contrários à legalização do aborto no Brasil, de estratégias imperialistas que desrespeitam a soberania dos estados-nação. Para este fim serão tomadas falas extraídas de audiências públicas realizadas entre 2015 e 2016 no Senado Federal, em razão da Sugestão Legislativa número 15, de 2014 (SUG 15/2014), que dispõe sobre a legalização do aborto, até a 12ª semana de gestação, pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A retomada e discussão deste argumento, adotado como carro-chefe de em proposições que envolvem retrocessos na garantia de direitos para as mulheres no Brasil, intenciona expandir sua análise e contribuir para sua problematização, enfrentamento, divulgação e mobilização ampla e popular.

A questão populacional no debate público sobre o aborto no Brasil

As políticas públicas de saúde das mulheres no Brasil, organizadas desde a Reforma Carlos Chagas, em 1920, foram marcadas, de largada, por concepções significativamente ambíguas no que se refere ao cuidado em saúde e a exploração da capacidade reprodutiva e produtiva das mulheres, envolvendo toda a tarefa de cuidado não remunerado.

A crítica à redução das mulheres à maternidade é consenso e foi exaustivamente discutida no âmbito do movimento sanitário em sua confluência com os movimentos feministas. Entretanto, foi tomado como um problema datado e já superado, pelo menos desde o final dos anos de 1980, compreensão que não se sustenta ao se analisar as políticas públicas específicas (Gonçalves, 2013). Nos anos 1960, com o surgimento dos primeiros programas de “planejamento familiar”, alguns dissensos se apresentavam na compreensão da gestão da população nos territórios da América Latina e sua relação com as políticas de saúde pública, tais como: a) o de que o controle da natalidade era crucial para evitar um fenômeno nomeado de “explosão populacional”, e suas implicações; b) a defesa de que a centralidade deveria ser o atendimento às demandas das mulheres de autonomia sobre a própria sexualidade e reprodução; c) que se tratava de intervenções imperialistas de controle populacional, desrespeitando a soberania dos Estados-nação. (FELITTI,

2009).

Os movimentos e teóricas feministas foram, historicamente, fundamentais para discussão destas questões. Entretanto há uma confluência atual em concentrar esforços no enfrentamento às forças religiosas no Brasil, especialmente a partir da crescente ofensiva de igrejas pentecostais, aos nomeados direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (Católicas pelo direito de decidir, 2011; Vital e Lopes, 2012; Biroli, 2014). Trata-se de uma compreensão que centraliza a aliança do neoliberalismo com pautas fundamentalistas, aspecto de relevância indiscutível, mas que descarta a dimensão biopolítica do capitalismo neoliberal, aliada às pautas progressistas, ponto lacunar nas discussões.

São, de fato, grupos e instituições com viés religioso, incluindo denominações católicas, pentecostais e neo pentecostais, que têm mantido a questão da gestão global da população no centro do debate. Um exemplo representativo é o Projeto de Lei 5069/2013, de autoria do então Deputado Federal Eduardo Cunha (PMDB/RJ), cuja ementa indica a tipificação, como crime contra a vida, o anúncio mercadológico de meio abortivo. Na justificativa do projeto consta que: “A legalização do aborto vem sendo imposta a todo o mundo por organizações internacionais inspiradas por uma ideologia neo-maltusiana de controle populacional, e financiadas por fundações norte-americanas ligadas a interesses super-capitalistas” (Projeto de Lei 5069, 2013, p.1). Do mesmo modo, em trabalho de mapeamento e análise de argumentos utilizados por participantes das cinco audiências públicas, para discussão da SUG 15/2014, realizadas entre 2014 e 2016, no Senado Federal, foi verificado recorrente utilização, pelo grupo contrário à SUG, do mesmo argumento adotado por Eduardo Cunha[3], conforme segue descrito.

Dentre os argumentos clássicos que defendem a sacralidade da vida, ou em sua versão laica, a inviolabilidade da vida desde a concepção, algumas falas das audiências se destacaram no sentido de explicitar o financiamento de instituições e fundações norte-americanas na realização do aborto no Brasil e na luta pela sua legalização. Dentre as porta-vozes desta leitura estiveram a dentista Isabela Mantovani, na primeira audiência, e Fernanda Takitani, representando o Observatório Interamericano de Biopolítica [4], na segunda audiência. As falas são convergentes, tendo sido, no caso da segunda, o foco das argumentações, portanto será aqui adotada como representativa. Na terceira audiência, o grupo contou também com a presença da economista e cientista política Viviane Petinelli e Silva para discussão da questão demográfica e na quarta audiência o grupo favorável à SUG teve a presença do demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, para explícita contestação à fala de Viviane.

Fernanda Takitani anunciou que trataria a questão do aborto como ferramenta de

3. Uma análise mais abrangente dos argumentos consta no artigo: Gonçalves, L. Dias, M.C. O debate sobre aborto no Brasil: bioética, biopolítica e a Perspectiva dos Funcionamentos como horizonte de justiça. Revista Metaxy, v.1, n.2, UFRJ, 2017.

4. Instituição que se apresenta como “organização de cidadão livres, conscientes e ativos dedicada à defesa da dignidade e dos direitos da pessoa humana”, atuando, dentre outras frentes, pela criminalização do aborto. Site: biopolitica.com.br.

controle populacional. Sua apresentação traçou um percurso histórico cujo marco foi a criação, na década de 1950, nos Estados Unidos, do Conselho Populacional (Population Council), por John Rockefeller III, que contou desde o início com apoio da Fundação Ford. De acordo com a expositora, uma das primeiras ações do Conselho foi formar pesquisadores no campo da demografia, como a finalidade de caracterizar o crescimento populacional, especialmente em seu modo “descontrolado” nos países nomeados como de terceiro mundo, como um problema em termos de uma “explosão demográfica”. Além desta frente, John Rockefeller teria passado a influenciar ações do governo norte-americano, o que teria culminado na aprovação do relatório Kissinger no final dos anos de 1960 e na atuação da USAID (United States Agency for International Development) em países considerados populosos, disseminando a prática do aborto. O embate entre as duas perspectivas gira em torno da pertinência da demografia ser ação nas discussões sobre a legislação do aborto.

Fernanda Takitani prosseguiu dizendo que, contudo, em 1976, o governo dos Estados Unidos aprovou a Emenda Helms, proibindo o uso de dinheiro das agências americanas para financiamento internacional de aborto, momento em que, como substituta, foi criada a organização IPAS (International Pregnancy Advisory Services), para prosseguimento do trabalho idealizado anteriormente. Afirma que o objetivo de redução populacional nos países eleitos como foco, dentre eles o Brasil, foi atingido em cerca de 40%, o que fez com que a estratégia fosse alterada nos anos de 1970 para uma ênfase sociológica, de mudança de comportamentos. Fernanda Takitani narra que a mudança teve no Brasil a colaboração central das Fundações Ford e MacArthur e de inúmeros movimentos feministas. Seria um momento de alteração semântica, que substitui, por exemplo, expressões como “controle populacional ou reprodutivo” por “direitos ou autonomia reprodutiva”. A fala de Fernanda Takitani fortalece o desencadeamento argumentativo de que: A) existe uma preocupação global com o controle do crescimento populacional, especialmente em países de “terceiro mundo”; B) fundações e organismos norte americanos vinculados às maiores organizações capitalistas do mundo financiam, desde meados do século XX, ações de redução da população nestes países, com foco em movimentos feministas; C) é preciso romper com estas estratégias intervencionistas, proibindo o aborto no Brasil. O grupo contrário à SUG defendeu que trata-se de uma questão de soberania nacional frente a um franco processo de genocídio de populações tidas como periféricas.

Insistindo na demografia como um aspecto relevante para a discussão do aborto, o grupo contrário à SUG, contou com uma apresentação “técnica” da economista e cientista política, Viviane Petinelli, que teve como argumento central a defesa de que a legalização do aborto traria consequências sócio-econômicas para o Brasil.

A participante defendeu que o país vive atualmente um bônus demográfico, uma vez que 81% da população encontra-se em idade ativa/produtiva, tendo uma razão de dependência considerada pequena, devido à redução da taxa de mortalidade, natalidade e migração. Embora inclua a redução de natalidade como fator favorável, defende que a legalização do aborto aumenta o número de abortos, o que reduziria a natalidade além do cálculo necessário e impactaria diretamente nesta “janela de oportunidade”, que envolve força produtiva disponível. Este cenário, caso mantido, significaria, a partir de 2030, o início de um período de desenvolvimento sustentável para o país. No conjunto, o desencadeamento de ideias infere que, diante dos interesses internacionais de redução da população brasileira, é a não alteração de qualquer fator o deseável para o país.

Já o demógrafo José Eustáquio Alves Diniz, presente na quarta audiência e representante do grupo favorável à SUG, iniciou sua apresentação dizendo que a construiu juntamente com o demógrafo George Martine, referência do campo no Brasil. José Eustáquio afirmou que o Brasil vive um fenômeno importante de transição demográfica, especialmente em decorrência da redução da mortalidade. De acordo com ele, trata-se de um fenômeno mundial comum, em que a mortalidade cai primeiro e a natalidade começa a cair depois de um longo período. Argumentou que a leitura de que haveria um crescimento “desenfreado” populacional não se aplica, pois a tendência é que as duas taxas se estabilizem. Segundo o mesmo, desde o quinquénio 1960-1965, em que ocorreu o maior crescimento populacional no Brasil, em torno de 3% ao ano, a taxa tem sido decrescente. Cita, sem criticar ou ponderar, estudos e projeções da ONU, que identificam que o Brasil vive as melhores condições demográficas da sua história, incluindo o aumento da expectativa de vida. Há concordância quanto ao cenário atual de bônus demográfico, ou seja, baixa razão de dependência, que favorece o desenvolvimento do país.

Argumentou por fim, que não teve na história do Brasil explosão demográfica e também não há risco de implosão demográfica, que poderia implicar em falta de mão de obra. Sobre o último elemento, demonstra que, embora tenha crescido a taxa da população ativa, o número de empregos continua estagnado, com subutilização de mão de obra. Defende que: “O Brasil não precisa controlar e nem aumentar a fecundidade, mas sim aproveitar melhor a sua força de trabalho, principalmente dos jovens, além de reduzir a mortalidade por causa externas, especialmente dos homens.” (José Eustáquio Alves Diniz, SUG 15/2014, ano). Embora o argumento utilizado pelo grupo contrário à SUG tenha localizado a questão da população imposta por capitalistas globais e tenha resgatado fatos históricos públicos, a lacuna da incorporação de atores globais atuais e novas mecanismos de gerência heterônoma da dinâmica reprodutiva enfraquece os posicionamentos. O conjunto argumentativo, que desconsidera a agenda de relevantes movimentos feministas brasileiros e seus compromissos com demandas históricas

das mulheres, os identificando diretamente com imperialistas controlistas de natalidade, também não é suficiente para um cenário mais complexo. Entretanto, é a relação direta do desencadeamento dos argumentos com a defesa de criminalização do aborto, o aspecto que mais desqualifica a posição do grupo. Reconhecer que o controle populacional está no centro de interesse do Império, e que há interesses diversos aos dos direitos das mulheres, não tem como consequência lógica que o aborto deva ser criminalizado no Brasil. Quanto às falas técnicas em torno da demografia, um aspecto é relevante, a marginalidade da ampla participação das mulheres na discussão e planejamento das políticas populacionais, uma vez que seus efeitos incidem diretamente na vida destas. A seguir serão aprofundadas algumas noções relevantes para pensar o surgimento da população como uma questão para a governabilidade.

Do “problema populacional” para o “problema do útero”

Michel Foucault, em seu curso *O Nascimento da Biopolítica*, ministrado no Collège de France, entre 1978 e 1979, discute o liberalismo e neoliberalismo Alemão e norte-americano engendrando um novo modo de racionalização do governo como exercício de soberania política. Esta nova racionalidade será tratada em termos de uma biopolítica, que intenciona designar práticas políticas que surgiram no século XIX e que tem como foco os indivíduos em conjunto, ou seja, a própria população. Considerando a necessidade da liberdade para o liberalismo, Foucault (2008) proporá que o modo de governar também tenha se ocupado da organização desta liberdade, estabelecendo coerções apoiadas nas ameaças/riscos, momento em que nasce o central “problema da segurança”. O próprio sistema cria então, um jogo entre liberdade e segurança, como pólos que opõem o indivíduo ao coletivo. Se concordarmos com a leitura do autor, podemos considerar que a população é incorporada como um problema político, que envolve a gestão dos riscos individuais em nome de uma suposta defesa da sociedade, criando também a questão da segurança global. A biopolítica assim, não mira mais somente na disciplina do corpo-individual, mas se volta para práticas de controle da massa global, intencionando efeitos de homogeneização e controle.

Leitores de Foucault, Hardt e Negri (2010) propõem a noção de Império para caracterizar uma nova forma de soberania econômica global em que há ausência de fronteiras no exercício do seu poder. Se na noção de biopolítica as ramificações do biopoder, embora pulverizadas, tem o Estado como centro, no Império temos: (1) ausência de fronteiras territoriais fixas e delimitadas por Estados-nação, ou seja, não há mais um mapa dividido territorialmente, o mundo passa agora a ser o grande território “globalizado”; (2) ausência de um centro territorial de poder, embora possamos localizar os Estados Unidos como um país com posição privilegiada na lógica do Império; (3) a composição a partir de diversos organismos nacionais

e supranacionais, importante diferenciação em relação ao Imperialismo. No livro Império os autores defendem uma não localização e fixação rígida do poder, mas o surgimento de complexas redes intra e supranacionais, tese que recebeu inúmeras críticas envolvendo especialmente a hipótese de declínio dos Estados nacionais de forma uniforme e a própria noção de globalização capitalista, como aglutinação do poder. Nestes aspectos, as leituras disputam as noções de Império e Imperialismo e as possibilidades de coexistência^[5].

O que é relevante para a discussão deste texto, e que Hardt e Negri colaboraram, é a inclusão de organismos globais e capitalistas “filantropos”^[6] na gestão da população mundial. No Império o argumento da contenção dos riscos individuais em nome da segurança global pode ser apresentado em termos positivos, como em nome da paz. Ainda que mantenha seu caráter de expansão capitalista pautado no território, envolvendo a detenção das riquezas naturais de países expropriados por economias hegemônicas, e na exploração da força de trabalho da população destes países, amplia para a colonização de toda a vida social. É neste sentido que o Império se alinha a pautas progressistas, negligenciadas por diversos governos e significativamente importantes, como é o caso do aborto no Brasil. Organismos tais como ONU e UNESCO surgem como pretensos apoios a países de economias periféricas, no entanto também contribuindo para seu enfraquecimento e dependência, impedindo seu estabelecimento como Estado soberano. Do mesmo modo que vemos surgir uma lógica de capitalismo filantropo, envolvendo milionários controversos e pautas progressistas, dentre os quais Bill Gates e George Soros. Foucault, mais do que Hardt e Negri, avançou na consideração da sexualidade como ponto crucial de conexão do corpo com a questão da população, o que coloca, para fim de controle populacional, as mulheres, ou mais precisamente os úteros, como centro de preocupação do Império. É dessa maneira que a reprodução humana, ou mais precisamente, o útero ascende também como problema global.

Em livro de 1969, organizado por Bernard Berelson e chamado “População: a crise que desafia o mundo” fica evidente o discurso sobre a população caracterizada como um problema. A publicação conta com introdução de John Rockefeller III, fundador do Population Council e da Rockefeller Foundation, instituições ocupadas com o “problema da população mundial”. Já naquela época, Rockefeller afirma: “Na atualidade, não existe problema mais importante para o bem-estar da humanidade do que a limitação do crescimento das populações”. E ainda: “na maioria das nações do mundo em desenvolvimento, o crescimento da população consome a maior parte do crescimento econômico e, assim, condena o povo a uma miséria constante.” (ROCKEFELLER, 1969, p. 11). O livro apresenta estratégias altamente intervencionistas em países da Ásia, com cobertura também de parte das Américas. Alguns dos países mais populosos do mundo constam na lista, como Índia, Paquistão, China, Japão e Estados Unidos. Rockefeller fala de relações com governos de vários des-

5. Para acesso às críticas consultar:
Boron, Atilio 2002
Imperio & Imperialismo.
Una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri (Buenos Aires: CLACSO) e Petras, James. “Imperio con imperialismo”. Estudios Latinoamericanos, nueva época, año VIII, número 16, 2001.

6. Sobre esse tema ver:
ALESINA, A., & DOLLAR, D. Who gives foreign aid to whom and why? Journal of Economic Growth, 2000, 5(1), 33-63. STEINER-KHAMSI, Gita. Donor Logic in the Era of Gates, Buffett, and Soros. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Gita_Steiner-Khamsi/publication/251450961_Donor_Logic_in_the_Era_of_Gates_Buffett_and_Soros/

tes países e ações independentes destes, uma vez que defende a gravidade mundial do crescimento populacional desgovernado. Em um trecho ele afirma que:

O meu trabalho com o Population Council convenceu-me, mais do que nunca, que o problema é tão importante quanto qualquer outro com que se defronte atualmente a humanidade, inclusive o problema da paz. A longo prazo, uma paz verdadeira e duradoura não será possível sem um crescimento populacional estabilizado.

(ROCKEFELLER, 1969, p.14).

Além de argumentos em torno da garantia da segurança, paz e qualidade de vida mundial, Rockefeller defende que a maior parte da população deseja controlar a própria reprodução, chegando a mencionar como um direito e conquista das mulheres. Na sequência agentes de governos de diversos países, tais como os citados, especialmente vinculados às políticas de saúde, fazem relatos sobre a implementação de políticas de “planejamento familiar” em cada território, tendo como carro-chefe das estratégias o sucesso com a disseminação do uso do DIU (Dispositivo Intra Uterino). Os autores de cada capítulo relatam imensos esforços, em uma espécie de Operações Psicológicas, de convencimento em massa dos benefícios relacionados ao controle da reprodução humana. As estratégias contam com os governos locais e com recursos financeiros do Population Council, como cita, por exemplo, Lien Ping Chow, sobre a província de Formosa, na China: “O Population Council fornece dólares para compras que tenham que ser feitas no exterior para os itens fora do alcance das verbas locais, e também para a maior parte das pesquisas.” (p.48).

Os impressionantes registros históricos relatados indicam um movimento importante de preocupação com a questão demográfica que já vinha sendo sinalizada academicamente, conforme relata Martine (2005), desde os anos de 1940. Nos anos de 1950 o interesse se acentuou, segundo o demógrafo, com a percepção de que havia uma espécie de “explosão demográfica” nos países tidos como pobres. No mesmo ano de publicação do livro, 1969, foi criado o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), organismo da ONU responsável por questões populacionais. Há defesas, por exemplo, por parte de George Martine (2005) de que o caráter neolmalthusiano e controlista que marca o início das políticas de planejamento familiar no Brasil foi modificado no decorrer do percurso histórico, tendo a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, que aconteceu em 1994 no Cairo, um marco neste sentido. A preocupação global com a “questão populacional” e seus atravessamentos na gestão reprodutivas teriam desaparecido? Minha hipótese é que não, o que a torna aspecto relevante para a implementação de justiça para as mulheres e para um projeto de soberania nacional.

A preocupação com deliberações sobre os aspectos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil e América Latina intensificou diferentes estratégias políticas conforme as épocas, desde o incentivo massivo à implantação do DIU, semelhante ao que aconteceu na Ásia, à esterilização forçada, e, mais recentemente, a gestão do aborto. É central, portanto, considerar a questão do aborto pelo seu caráter eminentemente biopolítico, aliado à pauta da demografia. Considerando especialmente que é preciso levar em conta o colonialismo que marca a particularidade histórica brasileira e as necessidades materiais das mulheres envolvendo estes campos, sexual e reprodutivo. Retomando o percurso temos os seguintes elementos: a população como uma categoria que ascende à preocupação social, econômica e política; a incorporação da pauta por organismos e instituições internacionais, parte delas criadas e mantidas por expressivos capitalistas globais; a chancela da segurança e paz global como possibilidade de justificativa de intervenções em âmbitos globais; a produção de dominações não só econômicas, mas também culturais; a central afetação nos corpos e vida das mulheres.

Nancy Fraser (2015) produz uma leitura que aproxima a segunda onda do feminismo, e seu processo de evolução, com uma nova lógica do capitalismo neoliberal, questionando suas convergências. Sua análise parte da compreensão de um importante movimento do feminismo estadunidense de ampliação da noção de justiça como distribuição, para sua expansão em torno do reconhecimento de injustiças no tocante às dimensões de gênero. A expansão da noção de justiça, nos termos da autora, substituiu uma proposta de justiça economicista apenas, para uma compreensão tridimensional, incluindo economia, política e cultura. Entretanto, a proposta de ampliação pode ter representado substituição do foco da justiça.

A hipótese que a autora coloca, com cautela, é de que o neoliberalismo mudou a lógica de funcionamento do feminismo. Enquanto, no que nomeia “capitalismo organizado pelo Estado” (FRASER, 2015, p.246), o ideal do salário familiar se pautava, a partir da lógica da família burguesa cisheterossexual, no trabalho assalariado apenas dos homens, com a encampada luta pelo acesso ao mercado de trabalho pelo feminismo, no capitalismo neoliberal, as mulheres entraram em massa nos precários mercados de trabalho. Este fenômeno é lido pela autora como uma falsa promessa de emancipação e justiça para as mulheres pelo capitalismo, uma vez que produziria um salto na garantia de igualdade entre os gêneros. Ao que a autora afirma: “Por mais inquietante que possa parecer, estou sugerindo que a segunda onda do feminismo tem involuntariamente fornecido um ingrediente-chave do novo espírito do neoliberalismo.”^[8] (FRASER, 2015, p.246).

Aproximando dos elementos que a noção de Império nos fornece, Fraser (2015)

8. Matos (2010), em crítica ao texto de Fraser, defende que os feminismos latino-americanos não podem ser lidos conforme proposto por Fraser, uma vez que: “a força do Sul global surgiu exatamente a partir daí: da sua negação, sua reação e oposição aos avanços do neoliberalismo.” (MATOS, 2010, p.74).

incluir o surgimento e proliferação de ONGs feministas, que, nos melhores casos, pode ter contribuído para atender lacunas negligenciadas pelos Estados, mas que tiveram papel crucial na despolitização de grupos locais e na colaboração com o neoliberalismo, não de transformação do Estado, mas no seu enfraquecimento, mercantilizando e reduzindo despesas de sua responsabilidade para com a população. Inserido em um modelo de racionalidade instituído pela globalização, sobretudo influenciado pelas intervenções das Nações Unidas e suas grandes conferências internacionais, parte relevante do feminismo, marcadamente, privilegiou as políticas de reconhecimento em detrimento das de distribuição, com apoio expressivo de imperialistas globais. Assim, a tentativa de ampliação do escopo de justiça pode ter sido reduzida na era neoliberal, na leitura de Fraser. O que a autora propõe com sua crítica é um estranhamento, por parte dos feminismos, às promessas do capitalismo neoliberal e seus diversos atores imperialistas, ou seja, uma atenta leitura das contradições históricas. Tal movimento, como crítica ao modo de produção e reprodução deste sistema econômico que se organiza também a partir das estruturas de gênero, raça e sexualidade, poderia significar a retomada de um projeto tridimensional de justiça. A teoria de justiça tridimensional de Nancy Fraser (2015), acrescenta às duas dimensões anteriormente já propostas pela autora, de redistribuição socioeconômica e reconhecimento cultural ou jurídico, a paridade de participação, ou seja o político, em um sentido específico e constitutivo. O último elemento sintetiza a própria concepção de justiça de Fraser, uma vez que interpreta radicalmente o princípio democrático de igual valor moral na participação de todos como iguais na vida social. Na perspectiva da autora, superar a injustiça implicaria em desmantelar obstáculos que impedem muitas pessoas de participarem como agentes na interação social.

A gestão populacional não pode ser lida desvinculada da eugenia que marca processos de colonialidade na América Latina e que nunca deixou de ser constitutiva destes territórios. A eugenia foi, dentre outras categorizações, um movimento, com pretensões científicas, de uso de teorias sobre hereditariedade e suas aplicações no controle da reprodução humana (Stepan, 2005). Embora o sentido mais evidente que tenha sido extraído relate à eugenia principalmente a definições sobre quais pessoas, e com quais características, deveria nascer, o cerne da ação eugênica teve sempre como foco quais sujeitos podem e devem ou não se reproduzir. A eugenia visa a reprodução e não os nascimentos, ou seja é um projeto que tem em vista a gestão reprodutiva.

Embora as questões reprodutivas sejam tratadas pelas pessoas, geralmente, em termos de cálculos individuais e não coletivos, não há consenso sobre estas serem ou não uma questão de âmbito privado. Neste sentido, há um complexo aparato,

público e privado, que se ocupa dos diversos elementos inerentes às populações, incluindo medições, previsões e subsídio para a produção de políticas públicas, como é o caso, no Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

(IBGE). A existência de inúmeros mecanismos e de políticas interventivas, ainda que com caráter educativo, como reflete as experiências com grupos de planejamento familiar no âmbito da Atenção Básica à Saúde, indica que há certo consenso em torno da relevância da gestão demográfica. Sendo assim, parece haver uma lacuna no debate público com as mulheres, alvos de tais iniciativas, sobre o cruzamento de uma dinâmica individual, que se dá, objetivamente, em corpos interseccionalmente marcados, com suas implicações coletivas. Com isto sugiro que as mulheres não só decidam sobre pactuar ou não com tais aspectos, mas que componham, maciçamente, seus debates e deliberações.

Iniciativas do Império, que variam conforme as épocas e seus interesses, ao não se comprometerem com demandas das mulheres no Brasil, comprometem a implementação de justiça. Temos no Brasil altas taxas de realização de aborto e ainda assim a recusa do Estado em compreender o fenômeno pela ótica da justiça, especialmente pela sua relevante instrumentalização por forças fundamentalistas, o que facilita a atuação externa de capitalistas globais. Este fator compromete a implementação de justiça para as mulheres e está implicado com os processos de desestabilização da democracia brasileira e sua soberania nacional. Neste sentido, o compromisso com a justiça implicaria reconhecer a legitimidade singular da escolha pelo aborto, considerando que para algumas mulheres sua realização será necessária para manutenção da integridade de seus “funcionamentos básicos”^[9] (DIAS, 2015, 2016).

Conclusões

A definição das mulheres brasileiras pobres, negras e índias, se deu, em termos históricos, a partir de adjetivações pejorativas como bárbaras e com comportamentos sexuais desviantes, sendo apresentado como necessário para o desenvolvimento civilizatório o controle da sexualidade. Desde o início da colonização no Brasil, com atores e forças diferenciadas no decorrer das épocas, é possível notar estratégias de coerção sobre a sexualidade da maior parte das mulheres, sobretudo tendo em vista a dimensão do risco da reprodução e a suposta ameaça de “bomba demográfica”. Temos com a teoria de Malthus de regulação da natalidade pela via do controle dos comportamentos, com as atualizações neomalthusianas que miram a população pobre com as ações eugênicas e colonizadoras e com o modo como os fundamentalistas também focam o controle da sexualidade, por fim, a negação de reconhecimento da capacidade de agência das mulheres.

9. A Perspectiva dos Funcionamentos é uma perspectiva de justiça criada pela filósofa Maria Clara Dias e propõe uma concepção moral mais abrangente ao caracterizar os mais diversos agentes como sistemas funcionais, retirando a centralidade da caracterização moral da racionalidade ou outro atributo de teorias clássicas. Dialoga, porém critica concepções liberais de justiça, tais como as propostas por Rawls, Dworkin, Sem e Nussbaum.

O “problema” que ascende com a questão populacional oculta sua localização precisa nos úteros. Quando o grupo contrário a SUG critica, em tom de denúncia, as ações do Império atuando no Brasil, o faz adotando posição semelhante de negar às mulheres a capacidade e o direito de deliberação sobre a própria sexualidade e reprodução, bem como de participação pública legítima neste debate. Do mesmo modo ao apontarem os movimentos feministas como agentes ingênuos de interesses estrangeiros, anulam a capacidade de agência das mulheres e todo o histórico de lutas na defesa de vida digna para todas. Limitar a ação destes dispositivos coercitivos seria possível apenas com a legalização do aborto, em que o Estado garantiria a escolha e o acesso, retirando a governabilidade de outros atores sociais.

É possível concordar com o argumento de Nancy Fraser de que parte da luta feminista, ao priorizar às reivindicações por reconhecimento, possa ter negligenciado a crítica ao modo pelo qual o sistema capitalista incorpora, especialmente em tempos de crise, as contradições em sua reprodução sistêmica. Entretanto, a leitura sobre processos tão complexos não pode ser universalizada sob risco de genocídio epistemológico, especialmente em relação aos feminismos decoloniais. Estes, por sua vez, têm feito frente aos processos colonizatórios (Paredes, 2008) entendidos como condição central para a garantia de soberania nacional, sem a qual é difícil pensar em outros níveis de agência. Acrescento que o enfrentamento de tais estruturas não apresenta por si projeto amplo de justiça. É preciso incorporar o reconhecimento da instrumentalização biopolítica das questões envolvendo reprodução humana e a consideração desta pauta em um projeto de soberania nacional.

Referências

- ALESINA, A., & DOLLAR, D. Who gives foreign aid to whom and why? *Journal of Economic Growth*, 2000, 5(1), 33-63. STEINER-KHAMSI, Gita. Donor Logic in the Era of Gates, Buffett, and Soros. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Gita_Steiner-Khamsi/publication/251450961_Donor_Logic_in_the_Era_of_Gates_Buffett_and_Soros/links/55e840d708ae21d099c16db4/Donor-Logic-in-the-Era-of-Gates-Buffett-and-Soros.pdf?origin=publication_detail
- BERELSON, Bernard. (Organizador). População a crise que desafia o mundo. Editora cultrix, São Paulo, 1969.
- Correa, Sonia and Germain, Adrienne and Petchesky, Rosalind. Thinking Beyond Icpd+10: Where Should Our Movement Be Going? Reproductive Health Matters, Vol. 13, No. 25, 2005. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=912666>.
- CORREA, Sônia. "Saúde reprodutiva", gênero e sexualidade: legitimação e novas interrogações. In: GIFFIN, Karen; COSTA Sarah Hawker (orgs.). Rio de Janeiro: Fiocruz, p.39-49, 1999.
- DIAS, Maria Clara. Sobre nós: expandindo as fronteiras da moralidade. Rio de Janeiro: Pirlampo, 2016. 178p.
- DIAS, Maria Clara. A perspectiva dos funcionamentos: por uma abordagem moral mais inclusiva. Rio de Janeiro: Pirlampo, 2015. 228p.
- FELITTI, Karina. Derechos reproductivos y políticas demográficas en América Latina. Íconos. Revista de Ciencias Sociales. Num. 35, Quito, septiembre 2009, pp. 55-66.
- FRASER, Nancy. Fortunas del feminismo. Traficantes de sueños. Madrid, 2015.
- FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GONÇALVES, Letícia; DIAS, M.C. O debate sobre aborto no Brasil: bioética, biopolítica e a Perspectiva dos Funcionamentos como horizonte de justiça. *Revista Metaxy*, v.1, n.2, UFRJ, 2017.
- GONÇALVES, Letícia. Etnografando práticas de saúde da mulher em Belo horizonte: um olhar sobre os atravessamentos biopolíticos e de gênero. Dissertação, PUC Minas, Belo Horizonte, 2013.
- HARD, Michael; NEGRI, Antonio. Império. 2010.
- KOBAYASHI, Elisabete; FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição da. Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 22, jul./dez. 2009, p. 314-351.
- MARTINE, George. O papel dos organismos internacionais na evolução dos estudos populacionais no Brasil: notas preliminares. *Revista brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 257-275, jul./dez. 2005.
- MATOS, Marlise. O movimento e a teoria feminista em sua nova onda: entre encontros e confrontos, seria possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jul. 2010.
- PAREDES, J. Hilando Fino Desde el Feminismo Comunitário. 2008-2010. <https://sjlatinoamerica.files.wordpress.com/2013/06/paredes-julieta-hilando-fino-desde-el-feminismo-comunitario.pdf>
- STEPAN, Nancy Leys. A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. 224p.
- STER, Alexandra Minna. Eugenics, sterilization, and historical memory in the United States. *Revista Hist Cienc Saude Manguinhos*, v.23, 2016.

***Letícia Gonçalves** é psicóloga e mestre em psicologia pela PUC Minas. Doutoranda em bioética, ética aplicada e saúde coletiva pela UFRJ, Fiocruz, UERJ e UFF.

indi
scip
lina
r

Plataforma Cartografias do Rio Doce

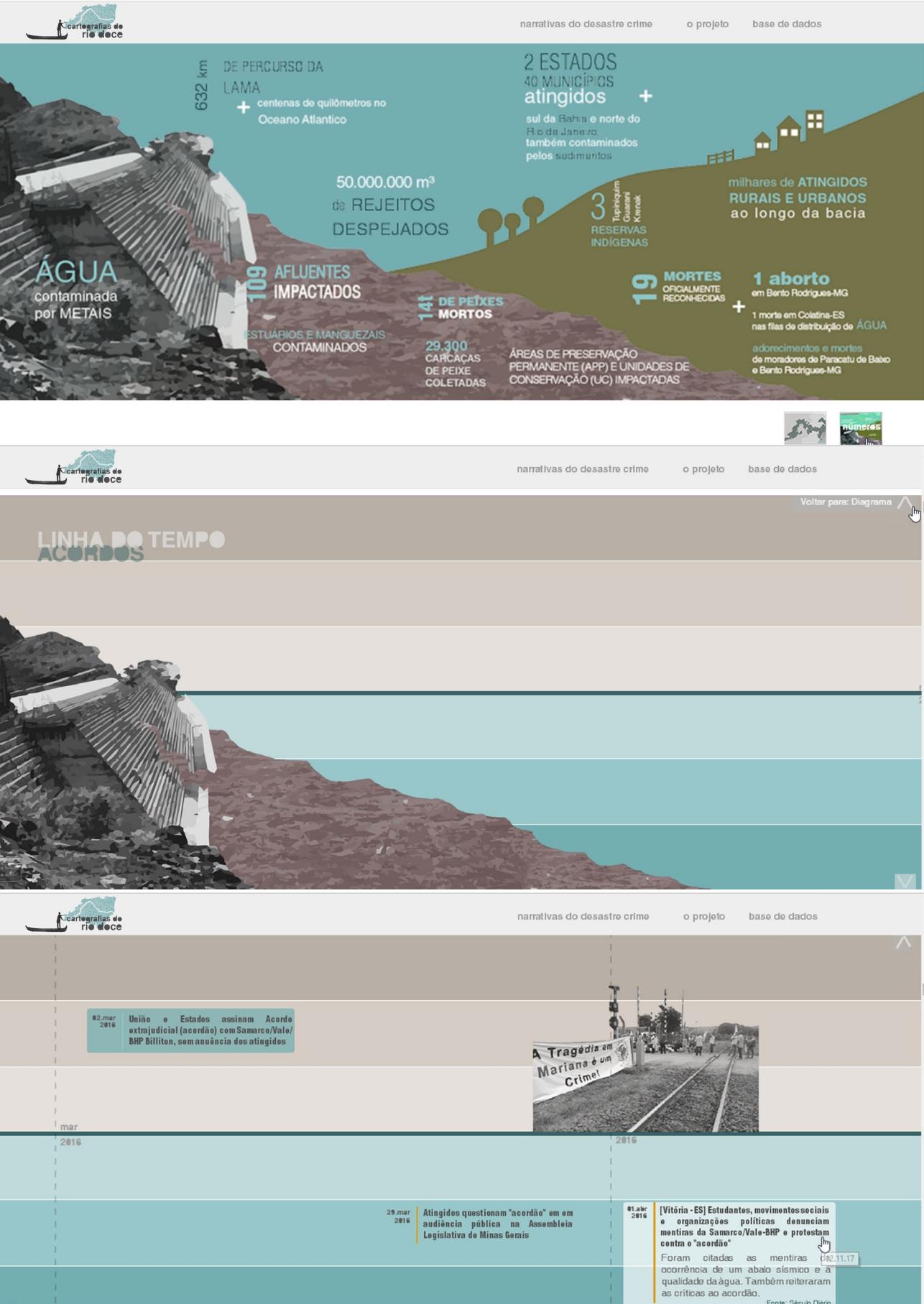
A Plataforma Cartografias do Rio Doce é uma iniciativa que emergiu da necessidade de acompanhar os inúmeros desdobramentos judiciais, institucionais e de resistência do desastre-crime da Samarco, Vale e BHP Billiton, deflagrado pelo rompimento da Barragem de Fundão, em novembro de 2015.

O desastre-crime trouxe à tona uma gama variada de embates, pelo controle do território e da informação, pela centralidade nos espaços de decisão, pela narrativa e pelos números que mensuram sua proporção. De forma assimétrica, as empresas assumem posição de protagonismo nos veículos de massa, nas negociações e de acesso privilegiado a informações e documentos sigilosos, contrastando com o lugar subalterno relegado aos atingidos que sofrem a expropriação de seus territórios, direitos e histórias.

A plataforma tem como intenção questionar dados, informações e narrativas que se contrapõem ao domínio corporativo, constituindo-se, portanto, uma ação contra-hegemônica de produção de novas narrativas a partir de uma perspectiva da universidade junto aos movimentos e atingidos.

O ponto de partida deste trabalho foi a compilação dos acontecimentos e documentos em linha do tempo, iniciada de forma colaborativa com o grupo de trabalho vinculado ao Programa Participa. Expandindo tais esforços, a plataforma tem como proposta a sistematização de conteúdo em mapas, textos, linha do tempo e diagramas a fim de propiciar uma leitura facilitada e sistêmica do desastre-crime, bem como, visibilizar a problemática.

A ideia é que a ferramenta possa ser atualizada com material produzido nas atividades de pesquisa, ensino e extensão, e também se abrir a contribuições de parceiros.



TTAC
Termo de Transação e Ajustamento de Conduta

O que é um termo de Ajustamento de Conduta?

Os Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) são considerados um instrumento de prevenção e "solução" **extrajudicial** de conflitos interpessoais ou de grupos. Em geral são propostos por órgãos públicos com um violador ou potencial violador de um **direito transindividual**.

Os TACs estipulam exigências a serem cumpridas pelo compromissado, relegando a segundo plano a culpabilidade do causador do dano. Em muitos casos, os TACs exercem um papel "garantidor" da renovação e/ou prorrogação de licenças ambientais.

**Quem assinou o
TTAC?**

O Acordo foi assinado entre duas partes

- O Estado
 - Empresas poluidoras

Ausências

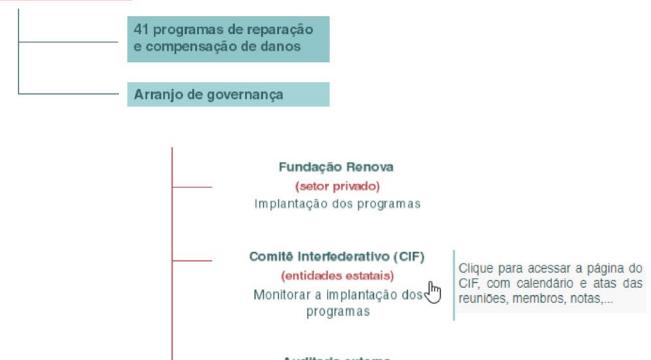
- ## - Atingidos

O TTAC (Acordão)

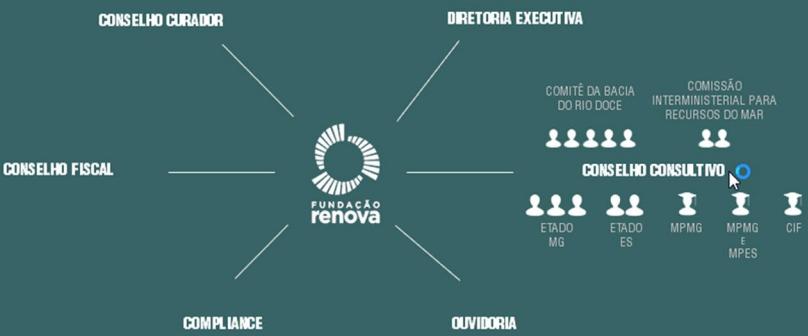
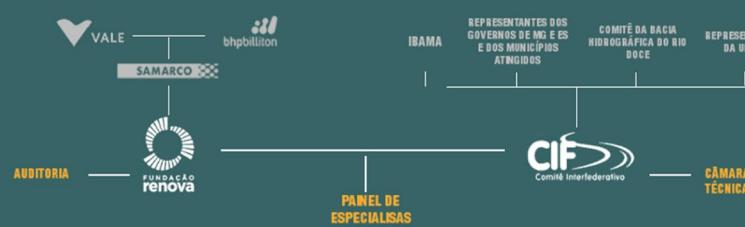
TTAC (03/02/20)

Governo Federal e Estaduais (MG e ES) e Empresas

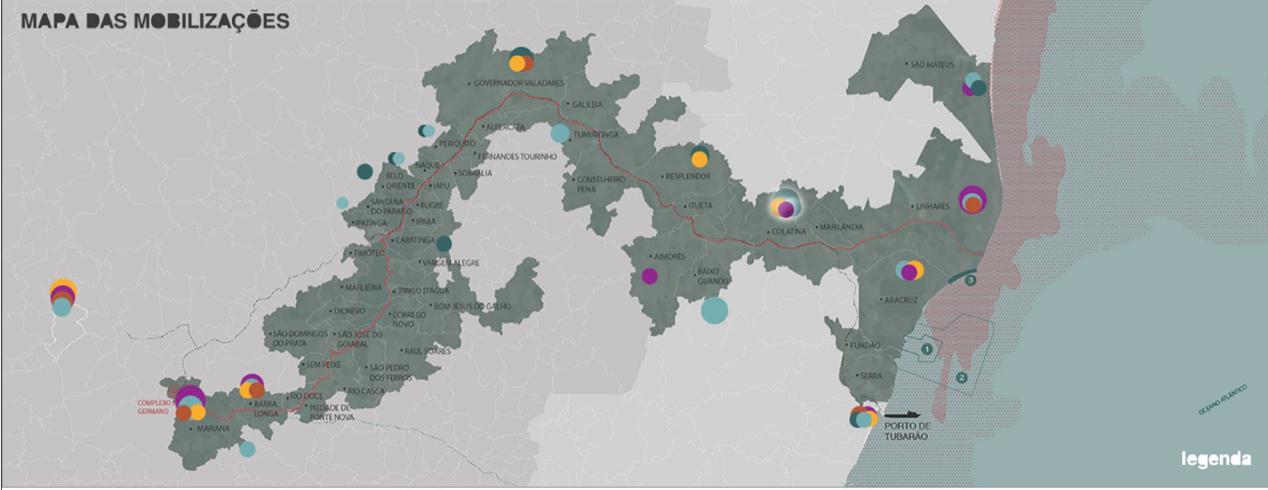
Situação: Suspensa



Arranjo e governança instituído pelo TTAC



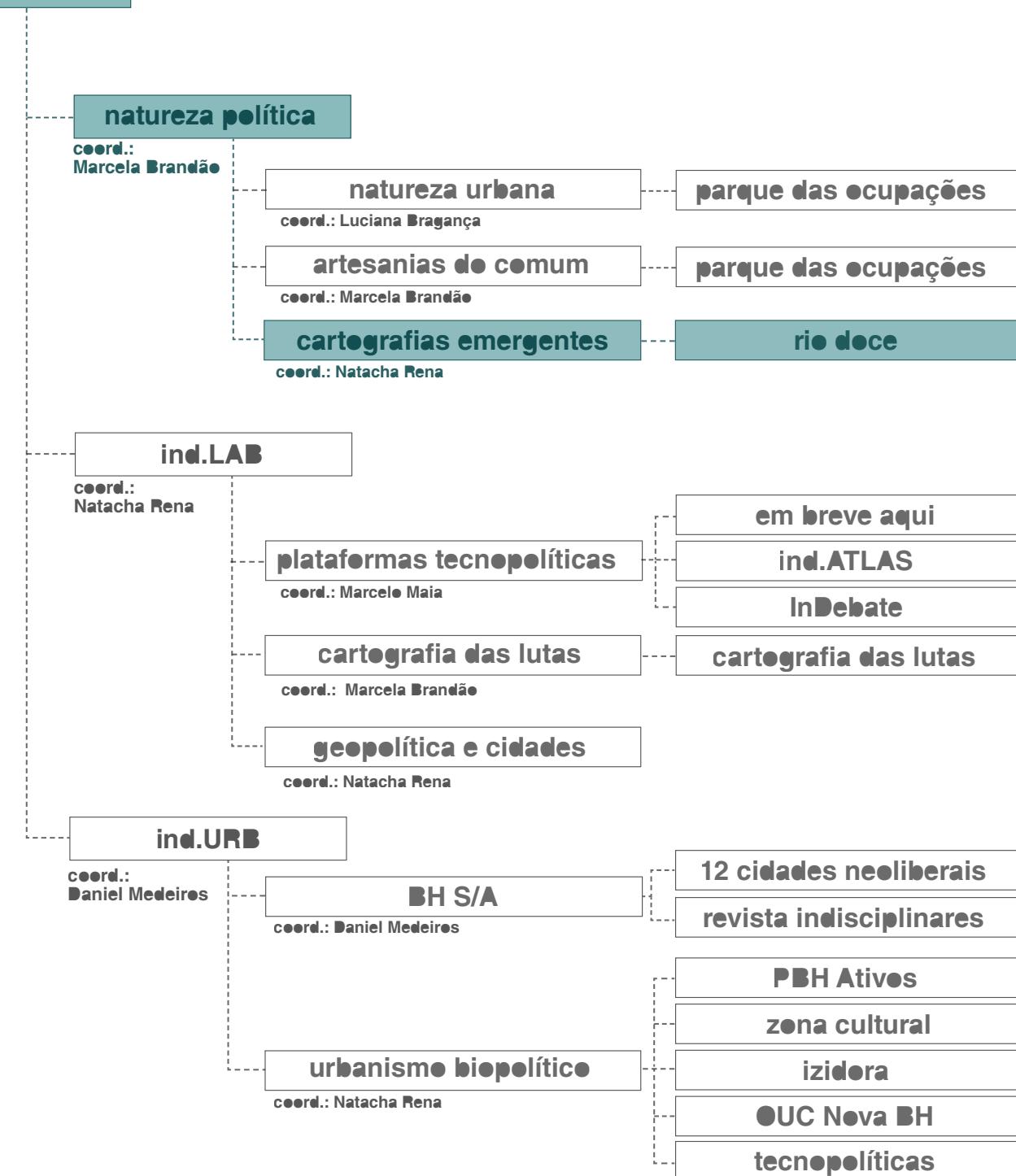
MAPA DAS MOBILIZAÇÕES



**grupo de pesquisa
INDISCIPLINAR**

líder: Natacha Rena
vice líder: Marcela Maia

+ **prog. de extensão**



Ficha Técnica:

A Plataforma Cartografias do Rio Doce é um trabalho desenvolvido pela Frente de Ação que carrega o mesmo nome, vinculada ao projeto de extensão Cartografias Emergentes, coordenado pela professora Natacha Rena vinculado ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar. Além das atividades de extensão, a frente entrelaça investigação e extensão, através da pesquisa de mestrado e de doutorado da arquiteta Paula Guimarães (NPGAU-UFMG). Também relaciona-se à atividade de ensino, a partir das disciplinas UNI009 – Cartografias Emergentes, aberta a toda universidade, bem como a disciplina “Cartografias Emergentes do Rio Doce: comunicação junto aos atingidos e atingidas de Barra Longa” contemplada pelo edital 07/2018 PROEX- UFMG de fomento a formação em extensão.

O projeto está vinculado ao programa extensionista Natureza Política, coordenado pela professora Marcela Silviano Brandão, bem como ao projeto Participa UFMG Mariana-Rio Doce, uma ação da pró-reitoria de extensão coordenada pela professora Claudia Mayorga.

Coordenação do projeto de extensão Cartografias Emergentes: Natacha Rena

Concepção visual: Paula Guimarães e Raul Lemos dos Santos

Programação: Raul Lemos dos Santos

Produção de conteúdo: Artur Freixedas Colito, Felipe Motta Hardy, Paula Guimarães, Raul Lemos dos Santos

Banco de dados inicial produzido pelo Grupo de trabalho do ParticipaUFMG: Ananda Martins, Cláudia Orduz, Letícia Barreto, Luana Carola e Paula Guimarães

Apoio Institucional: PROEX UFMG, Programa Participa UFMG Rio Doce-Mariana, EA UFMG, Grupo de Pesquisa Indisciplinar.

Estrangeirização: a dimensão geopolítica, imperial e neoliberal do Golpe que eclodiu em 2016 no Brasil

Natacha Rena, Maira Ramirez, Danilo Barbosa e Henrique Porto*

Resumo

Este artigo é fruto de uma investigação realizada pelos membros do Projeto de Pesquisa Geopolítica e Territórios para a Conferência “A dimensão Geopolítica do Golpe: produção de narrativas e processos imediatos de desnacionalização/estrangeirização”, parte da disciplina “O Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado: Perspectivas jurídicas, filosóficas, políticas e históricas”, coordenada pelo professor Thomas Bustamante da Universidade Federal de Minas Gerais, durante o segundo semestre do ano de 2018. O material produzido para a Conferência continha uma análise geopolítica do Golpe sofrido pelo Brasil e consolidado no formato de Impeachment da Presidenta Dilma em 2016. Parte dessa produção foi sistematizada e registrada neste texto. A principal base na qual este estudo se apoia é o entendimento de que o Brasil é um território em disputa por diferentes agentes internacionais que influenciaram diretamente na construção do Golpe. Blocos geopolíticos hegemônicos atuam desestabilizando os poderes nacionais de países periféricos e desrespeitando sua soberania, com a finalidade de acumulação de riquezas por elites globais dentro de uma lógica neoliberal. Entende-se que, para que seja possível o desenvolvimento de uma análise geopolítica desta profundidade, alguns conceitos-base devem ser abordados a fim de elucidar hipóteses construídas pelo grupo. Assim, a primeira parte de ambos os trabalhos é formada por uma espécie de glossário destinado a um debate teórico sobre os termos Geopolítica, Globalização, Neoliberalismo, Império, Imperialismo e Eurásia. Após tal abordagem e elucidação, parte-se para a segunda etapa do processo que conta com a construção de 13 hipóteses sobre o que os autores entendem por Golpe internacional, divididas em seis categorias temáticas: Geopolítica, Corrupção, Financeirização, Política Social, Crise da representação/anti-política, Estrangeirização. Tais hipóteses foram elaboradas tendo como princípio a fala da Presidenta Dilma na aula inaugural da Conferência aqui tratada, da qual foram destacados os elementos vinculados à temática da geopolítica e do neoliberalismo. Trechos desta fala foram transcritos e estão registrados neste artigo vinculados à hipótese correspondente. Vale ressaltar que, durante a exposição realizada na Conferência, as 13 hipóteses foram abordadas e quatro delas foram selecionadas para serem abordadas neste material, por serem consideradas fundamentais para a compreensão de um Golpe internacional. São elas: HIPÓTESE 01: O Golpe é para interromper a disputa do Brasil pela hegemonia na geopolítica mundial; HIPÓTESE 06: O Golpe é financeiro; e hipóteses 12 e 13 de forma condensada, formando a HIPÓTESE 12/13: O Golpe é para estrangeirizar/privatizar os recursos naturais, empresas estatais e também (estrangeirizar) empresas privadas. (ficou confuso essa opção, sugiro: “e HIPÓTESES 12 e 13, tratadas em conjunto: O Golpe é para estrangeirizar / privatizar os recursos naturais, empresas estatais e, também, estrangeirizar empresas privadas”.

Palavras-chave: Geopolítica. Globalização. Império e Imperialismo. Neoliberalismo. Golpe no Brasil em 2016

Abstract

This article is a result of an investigation made by the members of the Research Project “Geopolítica e Territórios” for the lecture “A dimensão Geopolítica do Golpe: produção de narrativas e processos imediatos de desnacionalização/estrangeirização”, part of the subject “O Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado: Perspectivas jurídicas, filosóficas, políticas e históricas”, coordinated by professor Thomas Bustamante, from Universidade Federal de Minas Gerais, during the second semester of the year of 2018. The material produced for the lecture had a geopolitical analysis of the Coup suffered in Brazil and consolidated in the form of an Impeachment of President Dilma Rousseff in 2016. Part of this production was organized and registered in this text. The main basis in which this study stands is the understanding that Brazil is a territory in dispute by many different international agents that had direct influence in the construction of the Coup. Geopolitical hegemonic blocs act weakening the national powers of peripheral countries disrespecting their sovereignty, with the purpose of accumulating riches by global elites within a neoliberal logic. It is understood that, for the development of a geopolitical analysis of this depth, some key concepts have to be addressed in order to elucidate the hypotheses constructed by the group. Thus, the first part of both works is formed by some kind of glossary destined for a theoretical debate concerning the terms Geopolitics, Globalization, Neoliberalism, Empire, Imperialism and Eurasia. After such approach and elucidation, the text heads to the second stage of the process that rely on the construction of 13 hypotheses about what is understood as an international Coup divided in six theme categories: Geopolitics, Corruption, Financerization, Social Politics, Representational Crisis/anti-politics, Foreignization. Such hypotheses were elaborated having as a principle the speech of President Dilma in the inaugural lecture of the Conference here addressed, from which the elements linked to the themes of geopolitics and neoliberalism were highlighted. Parts of this speech were transcribed and are registered in this article linked to the corresponding hypotheses. It is worth to emphasize that during the exposition made in the conference the 13 hypotheses were addressed, however four of them were selected to be addressed in this material, for being considered fundamental for the comprehension of an international Coup. Them being: HYPOTHESIS 01: The Coup is to interrupt the dispute of Brazil for the hegemony in global geopolitics; HYPOTHESIS 06: The Coup is financial; and hypotheses 12 and 13 that were condensed, forming HYPOTHESIS 12/13: The Coup is to foreignize/privatize the natural resources, state-owned companies and also (foreignize) private companies.

Keywords: Geopolitics, Globalization. Empire and Imperialism. Neoliberalism. Coup in Brazil in 2016.

Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los. Daí o interesse de retomar a noção de espaço banal, isto é, o território de todos, frequentemente contido nos limites do trabalho de todos; e de contrapor essa noção à noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns. Contrapõem-se, assim, o território todo e algumas de suas partes, ou pontos, isto é, as redes. Mas, quem produz, quem comanda, quem disciplina, quem normatiza, quem impõe uma racionalidade às redes é o Mundo. Esse mundo é o do mercado universal e dos governos mundiais. O FMI, o Banco Mundial, o GATT, as organizações internacionais, as Universidades mundiais, as Fundações que estimulam com dinheiro forte a pesquisa fazem parte do governo mundial que pretendem implantar, dando fundamento à globalização perversa e aos ataques que hoje se fazem, na prática e na ideologia, ao Estado Territorial.

Quando se fala em mundo, está se falando, sobretudo, em mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive da natureza; mercado das idéias, inclusive da ciência e da informação; mercado político. Justamente, a versão política dessa globalização perversa é a democracia de mercado. O neoliberalismo é o outro braço dessa globalização perversa, e ambos esses braços – democracia de mercado e neoliberalismo – são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contiguidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartido. Se essa convivência conhece uma regulação exterior, esta se combina com formas nacionais e locais de regulação. O conflito entre essas normas deve, hoje, ser um dado fundamental da análise geográfica. Antes do enfraquecimento atual do Estado Territorial, a escala da técnica e a escala da política se confundiam. Hoje essas duas escalas se distinguem e distanciam-se. Por isso mesmo, as grandes contradições do nosso tempo passam pelo uso do território.

Na democracia de mercado, o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoísticas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), as verticalidades, enquanto as horizontalidades, hoje enfraquecidas, são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores.

A arena da oposição entre o mercado – que singulariza – e a sociedade civil – que generaliza – é o território, em suas diversas dimensões e escalas.

(SANTOS, 2005, p. 142 - 143).

Introdução

Este texto é resultado da preparação de material para compor a Conferência “A dimensão Geopolítica do Golpe: produção de narrativas e processos imediatos de desnacionalização/estrangeirização” como parte da disciplina - “O Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado: Perspectivas jurídicas, filosóficas, políticas e históricas” - composta por 30 conferências de professores da UFMG, além da e aula inaugural da Presidenta Dilma. Esta disciplina, coordenada pelo professor Thomas Bustamante, aconteceu na UFMG durante o segundo semestre letivo de 2018.

Para construção da Conferência, num primeiro momento, desenvolvemos uma espécie de glossário com conceitos fundamentais para a compreensão do aspecto geopolítico do Golpe de 2016 no Brasil, trazendo breves descrições sobre termos como: geopolítica e globalização, Império, Imperialismo e Neoliberalismo. Num segundo momento, sistematizamos uma metodologia específica para organização do conteúdo da Conferência: (i) transcrição de partes da Conferência de Abertura proferida pela presidente Dilma Rousseff, sobretudo questões que envolvem soberania nacional, financeirização e estrangeirização/desnacionalização; (ii) fichamento do conteúdo em um documento de texto e em seguida, (iii) realização de grifos nos trechos com cores para separar em categorias criadas na organização temática. A partir daí, preparamos uma tabela contendo dados que ilustrassem as falas da Presidenta, utilizando categorias temáticas supracitadas em uma primeira coluna, trechos da fala da Presidenta Dilma em uma segunda coluna e dados complementares que pudessem nos auxiliar com a comprovação de algumas de nossas hipóteses sobre o Golpe de 2016 extraídos de diversos artigos, matérias e livros em outras colunas.

Depois da sistematização deste material de pesquisa, construímos os slides para a segunda parte da Conferência utilizando a seguinte sequência lógica para cada uma das 13 hipóteses sobre o Golpe internacional levantadas: hipótese; trecho da fala da aula inaugural da Presidenta Dilma; prints de notícias; citações de outros autores; mapas, infográficos, tabelas, usando a marcação lateral com a tag da cor de cada categoria temática - Geopolítica, Corrupção, Financeirização, Política Social, Crise da representação/anti-política, Estrangeirização.

As 13 hipóteses que envolvem a realização do Golpe, que consideramos internacional, são:

Geopolítica

HIPÓTESE 01: O Golpe é para interromper a disputa do Brasil pela hegemonia na geopolítica mundial;
 HIPÓTESE 02: O Golpe é para derrubar a hegemonia dos governos de esquerda na

América latina com Brasil protagonista;

HIPÓTESE 03: O Golpe é para reduzir a influência da China/Eurásia nos mercados emergentes;

HIPÓTESE 04: O Golpe é para diminuir a competitividade das empresas brasileiras nos mercados internacionais;

Corrupção

HIPÓTESE 05: O Golpe é operacionalizado via judiciário/Lava-Jato;

Financeirização

HIPÓTESE 06: O Golpe é financeiro;

Política Social

HIPÓTESE 07: O Golpe é para desmontar as políticas sociais - Saúde;

HIPÓTESE 08: O Golpe é para desmontar as políticas sociais - Educação;

HIPÓTESE 09: O Golpe é para desmontar as políticas sociais - Trabalho;

HIPÓTESE 10: O Golpe é para desmontar as políticas sociais - Previdência;

Crise Política

HIPÓTESE 11: O Golpe é operado via desmonte do sistema democrático;

Estrangeirização

HIPÓTESE 12: O Golpe é para estrangeirizar/privatizar nossos recursos naturais;

HIPÓTESE 13: O Golpe é para estrangeirizar/privatizar nossas empresas estatais e também estrangeirizar as privadas.

Neste artigo, decidimos abordar apenas 4 das 13 hipóteses levantadas. Iremos tratar apenas das HIPÓTESE 01, 06, 12 e 13, pois as consideramos fundamentais para compreensão dos processos de um Golpe tipicamente internacional realizado por blocos geopolíticos hegemônicos que atuam desestabilizando os poderes nacionais de países periféricos para realizar maior acumulação de renda e riqueza (por elites globais) dentro de uma lógica neoliberal, ou seja, em estágio avançado do capitalismo mundial.

Análise de Conjuntura Geopolítica

Em termos gerais, acredita-se que o Golpe de Estado, consolidado sob a máscara de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, foi realizado por meio de articulações internacionais, das quais pode-se apontar, como finalidade principal, a estrangeirização, tanto de recursos naturais, quanto de empresas brasileiras, sejam elas públicas ou privadas [1]. Para que seja possível elucidar esse processo, é preciso evidenciar cinco percepções tomadas como pressupostos para a investigação recém-iniciada: (i) O neoliberalismo é uma razão do mundo desde o ciclo de globalização pós Segunda Guerra Mundial, atingindo todo o planeta e adotando características singulares em cada país ou bloco político-econômico-social que atravessa; (ii) o Imperialismo com moldes de fortalecimento de Estados-nacionais se enfraqueceu perdendo poder entre os anos 1970 e 2016 e o Império Transnacio-

nal Global se expandiu (envolvendo elites globais configuradas em redes empresariais, financeiras, monarquias, meios de comunicação, principalmente via grupos envolvidos com União Europeia e com os Estados Unidos da América); (iii) a partir do Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia) e das eleições de Trump para presidente dos EUA em 2016, houve uma continuidade desta reação conservadora aos processos de globalização neoliberal também em toda Europa, assim como o avanço paralelo da consolidação do bloco Eurasiático (Rússia, China, Irã, Turquia, Síria, etc.) colocando em evidência um certo declínio da hegemonia do Império Transnacional Global e um retorno forte de um discurso conservador em defesa do Estado-nação com características racistas e nativistas (EUA, Itália, Áustria, até mesmo na Holanda); (iv) o avanço do Imperialismo Americano (com Trump no comando), que tem características ao mesmo tempo neoconservadoras e neoliberais, ressurge para disputar com o Império Transnacional Global (que possui características progressista para pautas como raça e gênero, e/ou liberdades individuais) e com o bloco Eurasiático (com destaque principalmente para o avanço econômico da China sobre a economia mundial); (v) o Golpe no Brasil em 2016 é importante para a aplicação deste país em um hiper neoliberalismo, com traços neoconservadores e fortes tendências à estrangeirização das riquezas nacionais, dentro de um processo de globalização perversa e desigual, na qual apenas os países hegemônicos, que comandam o processo de internacionalização, acumularão riquezas e renda, espoliando grupos que configuram países periféricos, em desenvolvimento ou emergentes.

Apoiando a investigação sobre estes cinco pressupostos, faz-se necessário compreender alguns conceitos centrais com a finalidade de adentrar questões relativas à percepção de que o Golpe é parte de uma articulação internacional inerente a conflitos geopolíticos globais. São eles: geopolítica; globalização; neoliberalismo; Imperialismo, Império (no ocidente), no Eurásia (oriental).

Geopolítica e Globalização

O conceito geopolítica foi cunhado por Johan Rudolf Kjellén, cientista político, no ano de 1899. No primeiro momento tratava-se de uma articulação entre os termos geografia e política, entretanto, com o passar do tempo, geopolítica deixou de ser considerado como uma simples contração e passou a ser tomado por alguns autores como ação do Estado no espaço ou como algo que diz respeito às disputas complexas de poder no contexto mundial.

Bertha Becker (2005) aponta que a geopolítica sempre foi caracterizada pela presença de pressão de diferentes tipos. Ou seja, a geopolítica trata “de um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico.” (BECKER, 2005, p.71). Em um primeiro momento o epicentro desta disputa era o Estado, por

ser entendido como o principal detentor do poder, posteriormente, houve uma extensão do debate para a esfera territorial. Este deslocamento fez com que o conceito passasse a ser cunhado em relação à possibilidade de intervir na tomada de decisão dos Estados sobre os territórios. Neste sentido, ocorre o que pode-se denominar por coerção velada, ou seja, pressões de todo tipo para influir nestas decisões. Estas pressões são aplicadas por redes “desenvolvidas nos países ricos, nos centros do poder, onde o avanço tecnológico é maior e a circulação planetária permite que se selezionem territórios para investimentos, seleção que depende também das potencialidades dos próprios territórios”. (BECKER, 2005, p. 71).

Milton Santos, em 1993, já tratava da caracterização do intenso processo de globalização do espaço geográfico via instantaneidade da informação globalizada, antecipando um debate geopolítico envolvendo o que o autor chama de rede global atuando no enfraquecimento do Estado Territorial através de uma mundialização de “todos os indivíduos e de todos os lugares”:

A instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, torna possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos e cria, entre lugares e acontecimentos, uma relação unitária na escala do mundo. E, como já não é possível medir a mais-valia, esta, tornada mundial pelo viés da produção e unificada por intermédio do sistema bancário, constitui o motor primeiro. E aí que se situa a base da mundialização de todos os indivíduos e de todos os lugares. O mundo oferece as possibilidades, e o lugar oferece as ocasiões. Não se trata aqui de um ‘Exército de reserva de lugares’, senão da produção racionalizada de um espaço, no qual cada fração do território é chamada a revestir características específicas em função dos atores hegemônicos, cuja eficácia depende doravante de uma produtividade espacial, fruto de um ordenamento intencional e específico. (SANTOS, 1993 apud 2005, p. 146-147).

A imbricação entre os conceitos geopolítica e globalização são, portanto, desde os anos 90 principalmente, uma questão fundamental para a compreensão dos sistemas-mundo no qual os blocos hegemônicos mundiais disputam os processos de acumulação capitalista entre si.

O ciclo de globalização contemporânea teria se iniciado na segunda metade do século XX e conduzido à crescente integração das economias e sociedades, principalmente no que tange à produção de mercadoria e serviços, ao mercado financeiro e à difusão de informações (uso de novas tecnologias de informação e processamentos de dados). Articulada ao neoliberalismo, a globalização provoca um modelo hegemônico do capitalismo que envolve novas relações entre centro e

periferia, modifica a função do Estado interna e externamente, garantindo assim, a expansão do capital financeiro transnacional.

De acordo com Bauman, já em 1999, a globalização é “uma palavra na moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros. (...) Todas as palavras da moda têm o mesmo destino: quanto mais experiência pretendem citar, mais opacas se tornam”. (BAUMAN, 1999, p.7).

O autor alerta para o fato de que o uso de conceitos como globalização e universalização, criaram expectativa da produção de uma nova ordem em escala global que suprima o que anteriormente era representado pelo símbolo do Estado. “O significado de ‘Estado’ era precisamente o de um agente que reivindicava o direito legítimo e se gabava dos recursos suficientes para estabelecer e impor as regras e normas que ditavam o rumo dos negócios num certo território.” (BAUMAN, 1999, p.68). Entretanto, em um mundo globalizado e neoliberal, o papel do Estado tem sido constantemente modificado e adaptado à lógica fluida e desprovida de fronteiras. Há uma redistribuição mundial de soberania, poder e liberdade, alcançada com o desenvolvimento tecnológico e com a transformação da relação com o tempo. Frente à essa composição pode-se perceber a forma como, inerente aos processos de globalização, encontram-se privilégios e carência, riqueza e pobreza, recursos e impotência, liberdade e restrição.

Em 2005, Boaventura de Souza Santos afirmava que é com um consenso neoliberal que são gestadas as principais características da globalização contemporânea. Segundo Santos, “o período actual é já designado por pós-Consenso de Washington. No entanto, foi esse consenso que nos trouxe até aqui e é por isso sua a paternidade das características hoje dominantes da globalização.” (SANTOS, 2005, p.27). Immanuel Wallerstein (2003) já anunciava alguns impasses da globalização em seu texto Geopolítica, política de classe e a atual desordem mundial, publicado no livro coordenado por Theotonio dos Santos - Os impasses da globalização. Hege-monia e contra-hegemônica -:

Quanto ao aspecto da luta de classes mundial, o enfraquecimento dos movimentos anti-sistêmicos (tanto dos velhos quanto dos novos) permitiu que as forças da ordem mundial lançassem uma contra-ofensiva de alguma considerável magnitude. Esta contra-ofensiva tomou a forma, antes de mais nada, da chegada ao poder dos regimes neoliberais (de fato, furiosamente conservadores) na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos (Tatcher e Reagan); do chamado Consenso de Washington, que enterrou o ideal do desenvolvimentismo e o substituiu pelo ideal da ‘globalização’; do

vigoroso crescimento do papel e da atividade do FMI (Fundo Monetário Internacional), do Banco Mundial e da recém-chegada OMC (Organização Mundial do Comércio) - todos eles buscando tolher a capacidade dos Estados das zonas periféricas de interferir no livre fluxo de produtos e sobretudo de capital.

Esta ofensiva mundial tinha três objetivos principais: rebaixar o nível dos salários em todo o mundo; restaurar a exteriorização dos custos de produção, acabando com os sérios impedimentos aos abusos ecológicos; reduzir os níveis tributários mundiais, diminuindo em parte ou totalmente os suprimentos estatais para o bem-estar. Em primeiro lugar, esta ofensiva parecia espetacularmente bem-sucedida, e o slogan tina (there is no alternative) da Sra. Thatcher parecia ter alcançado a vitória. Mas, de fato, quase no final dos anos 1990, esta ofensiva tinha chegado a seus limites políticos.

As desvalorizações monetárias do final dos anos de 1990 na Ásia Oriental e no Sudeste, na Rússia e no Brasil levaram imediatamente ao poder Roh Moo-hyun na Coréia do Sul, Megawati Sukarnoputri na Indonésia, Vladimir Putin na Rússia e Luís Inácio (Lula) da Silva no Brasil. Nenhum destes líderes estava concertado exatamente com as expectativas do Consenso de Washington.

(WALLERSTEIN, 2003, p.18-19).

Como lembra Amin (2018), em entrevista para o Instituto Tricontinental pouco antes de sua morte, a globalização é muito mais antiga do que costuma-se observar. De acordo com o autor, trata-se de um importante aspecto do capitalismo que o acompanha há anos, tendo em vista que já a colonização era um tipo de globalização. A globalização conhecida como bipolar, instaurada com o fim da Segunda Guerra Mundial, seria caracterizada, por ele, muito mais como uma espécie de Globalização Negociada, ou seja, governos e povos da URSS, dos EUA, assim como da Ásia e da África, negociaram uma ordem mundial baseada em uma estrutura multipolar.

Segundo Amin (2018), esta estrutura negociada teve diversos desdobramentos, principalmente para a URSS que, além de se dividir em quinze repúblicas, teve parte delas integradas à União Europeia e compõe a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN). Diferente do que aponta o senso comum das mídias hegemônicas, a derrota do comunismo não significou uma vitória da social democracia, já que o segundo grupo se tornou social liberal, ou seja, se rendeu à ideia de irreversibilidade do capitalismo, aceitando a implantação de democracias de baixa intensidade ofuscando o que se tinha por política de classes. “Isso significa que tanto os antigos conservadores quanto os antigos socialdemocratas estão agora

em aliança com o Capital Monopolista Global." (AMIM, 2018).

Seguindo este raciocínio de que a geopolítica contemporânea engloba um processo crescente de globalização desigual, por vezes negociada entre países periféricos emergentes e países centrais hegemônicos, entende-se que o neoliberalismo tem sido o modus operandi desenvolvido pelas elites globais dos países centrais para criar uma racionalidade e um conjunto de estratégias para conduzir os fluxos do capital contemporâneo no ocidente ocupando o Estado e alinhando políticas econômicas e sociais de acordo com seus interesses. As sociais democracias ocidentais, mesmo quando com perfil declarado de esquerda ou progressista, levaram à cabo múltiplos procedimentos neoliberais de reforma do Estado para atender às demandas de acumulação do sistema financeiro mundial até o atual momento, conduzindo o sistema de controle, exploração e acumulação de renda e riqueza pelas elites mundiais ocidentais ao esgotamento, o que induziu a uma resposta neoconservadora por parte de grande parte das elites locais, muitas vezes com apoio popular (vide a votação pelo Brexit na Inglaterra, por Trump nos EUA e por Bolsonaro no Brasil).

Neoliberalismo

TINA ou “There is no alternative”, foi assim que o processo de neoliberalização se consagrou como um slogan de Margareth Thatcher, Primeira-Ministra do Reino Unido entre 1979 e 1990. Esse termo significava que não haveria alternativa para os processos sociais, políticos e econômicos no mundo que fosse diferente do conjunto de regras do mercado. Tal lógica, praticamente totalitária, apontava (e aponta) para a ausência de alternativas democráticas, nas quais a sociedade poderia decidir os futuros das políticas em seus países.

Do governo Thatcher surgiram os principais postulados que compuseram a cartilha neoliberal como o desmantelamento das políticas sociais envolvidas numa lógica de bem-estar-social keynesiana, incluindo saúde e educação públicas. Dentro deste pacote neoliberal, também estavam presentes a política de implementação da privatização generalizada, incluindo bancos públicos. Junto de Thatcher, outros políticos adotaram também esta lógica neoliberal para governar, é o caso do presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan. Os dois chefes de Estado difundiram as políticas neoliberais assim como as diretrizes econômicas consideradas como “a única alternativa” à crise do capital dos anos 70 que se estendia aos 80 e 90.

O neoliberalismo é, para Laval e Dardot (2009), uma nova razão do mundo, para Harvey (2012), uma hegemonia discursiva incorporada ao cotidiano, para Hardt e Negri (2001, 2005, 2009), um aparelho Imperial de desterritorialização que incorpora o mundo inteiro. De fato estes autores avançam no debate que lança o neoliber-

ralismo para fora do simples entendimento de que ele seria apenas um estágio avançado do liberalismo, que recusa a presença do Estado como limite ao capital. O mais interessante talvez seja que, para todos eles, além dos processos de tomada do Estado pelo mercado, da privatização dos bens públicos, de precarização das leis trabalhistas, de políticas econômicas de austeridade, o neoliberalismo é um modo de atuação do Estado-capital na construção de novas subjetividades. Estas subjetividades estariam atravessadas pela noção de empreendedorismo individual e competitividade em diversos níveis da vida, incentivando assim, a competição por uma melhor posição econômica e social, induzindo o mundo inteiro a um comportamento empresarial e corporativo, seja como modelo de gestão governamental, seja como modo de vida cotidiana. Trata-se da produção de uma nova subjetividade, de uma subjetivação contábil e financeira que é um modo de subjetivação do capitalismo contemporâneo.

Segundo Harvey (2012), o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe o bem-estar humano como mais bem promovido quando se libera as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livre mercado e livre comércio. Assim, neste contexto, o papel do Estado tem sido o de criar e manter uma estrutura institucional apropriada a essas práticas neoliberais. Para o autor, o neoliberalismo tem se tornado hegemônico nos discursos e passou a afetar modos de viver e pensar:

O processo de neoliberalização, no entanto, envolveu muita destruição criativa, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração. (HARVEY, 2012, p.12-13)

Novos blocos de poder mundial: entre Imperialismo Neoconservador, Império Transnacional, e Eurásia

Praticamente 10 anos antes de Dardot e Laval publicarem A nova razão do mundo, Hardt e Negri (2001) em Império já apontavam o sistema neoliberal atuando numa lógica imperial. Para os autores, o Império, diferente do Imperialismo (apoiado no sistema Estado-nação), não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas, pois seria um aparelho de descentralização e desterritorialização global “que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão, já que o Império administra entidades hí-

bridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras" (HARDT; NEGRI, 2001, p.12-15). O Império atua em um registro de produção material e imaterial diferente do capitalismo fordista, no qual a mais-valia que era prioritariamente explorada via força de trabalho nas fábricas, atualmente se dá via capital em expansão dirigindo a exploração para todo o território metropolitano, dentro e, principalmente, fora das fábricas. A exploração capitalista atual passa pela captura dos desejos e, neste sentido, todo um sistema simbólico abduz a subjetividade e torna os indivíduos trabalhadores e consumidores obedientes, dentro de um sistema capitalista tipicamente financeiro.

Hardt e Negri (2001) consideram o Império como "uma nova ordem global, uma nova lógica e estrutura de comando, uma nova forma de supremacia" (HARDT; NEGRI, 2001, p. 11), em que, num processo intenso de globalização, os Estados-Nação se veem cada vez com menos poder de regular fluxos de produção e troca. Elucida-se, portanto, as subjetividades que animam esta realidade social, e os processos de biopolítica em que o poder do Império atinge a produção da própria vida social, "na qual o econômico, o político e o cultural cada vez mais se sobrepõem e se completam um ao outro". (HARDT; NEGRI, 2001, p. 13).

Diferentemente do que ocorre no Império, os Estados-Nação, no Imperialismo, representariam o centro absoluto, ou seja, seriam responsáveis pela administração do território e de suas riquezas. Além de contar com um território bem definido e protegido, estes Estados controlam outros territórios extra fronteiriços onde exploram recursos naturais e humanos, já que sua economia é baseada neste sistema de exploração e acumulação. Entretanto, com o avanço do Império transnacional, os Estados-Nação passaram a ocupar função secundária: sua capacidade administrativa e amplitude foram retraídas, sendo apenas (no caso das nações centrais) agentes do poder imperial, que operam em nome da consolidação dos "consensos" (dentro e fora de seus territórios) estabelecidos por instituições de caráter supranacional." (HARDT; NEGRI, 2001, p.14).

A centralidade do poder pós-moderno é direcionada para os territórios onde o paradigma imperial é estabelecido em sua forma íntegra. Grupos de poder vinculados às nações hegemônicas no mundo ocidental, europeias e norte americanas, reunidas em organizações como a ONU e a OTAN, concentram a maioria das chamadas "cidades globais", que funcionam como centro de controle de toda economia imperial e também, como polo da produção biopolítica mundial, ou seja, atuam também produzindo subjetividade em escala global. Isso porque, de acordo com Hardt e Negri (2001), os fluxos comerciais, populacionais e informacionais no Império, que compõe a rede do capital internacional, enfraqueceram as fronteiras dos Estados-Nação, de forma que a base da economia do Império acontece devido à atuação de grandes grupos do capital transnacional nos mercados das nações

globalizadas. Esses grupos operam favorecidos pela diminuição do controle dos Estados-Nação sobre seus mercados e, muitas vezes, em parceria com os próprios Estados-Nação, implementando novas regulamentações que propiciem contratos e empreendimentos que reforçam resoluções geopolíticas vantajosas para os grupos econômicos e de poder das elites globais.

A partir da leitura da obra de Hardt e Negri, Pelbart (2003) afirma que o Império, ao contrário do imperialismo, não obedece a fronteiras. Ele engloba o espaço, domina o tempo ao se apresentar como eterno e definitivo e, principalmente, penetra na subjetividade, na inteligência, produzindo desejos. Se os Estados-Nação visavam o domínio sobre um território e a reprodução de riquezas, essa nova ordem globalizada é universal e visa a produção e a reprodução da própria vida em si. Se antes o poder soberano era mantido sobre uma sociedade disciplinar, o novo sistema exerce o biopoder sobre uma sociedade de controle [2].

2. Segundo Pelbart (2003), o biopoder está ligado à mudança fundamental na relação entre poder e vida. Na concepção de Foucault, o biopoder se interessa pela vida, pela produção, reprodução, pelo controle e ordenamento de forças. A ele competem duas estratégias principais: a disciplina (que adestra o corpo e dociliza o indivíduo para otimizar suas forças) e a biopolítica (que entende o homem como espécie e tenta gerir sua vida coletivamente).

Entretanto, para além da análise de Hardt e Negri - feita em um momento de forte pulsão do neoliberalismo e consolidação de um paradigma pós-guerra fria - observam-se atualmente alguns atravessamentos. Considerando principalmente o contexto provocado pela crise financeira mundial de 2008, hoje é possível observar uma configuração geopolítica diversificada. Da mesma forma que a crise de acumulação do final da década de 1990 provocou algumas anomalias geopolíticas em relação ao ideal de globalização neoliberal, após quase uma década de reestruturação, a crise de 2008 retoma uma reconfiguração radical do ambiente geopolítico com o crescimento do poderia militar russo e da economia chinesa em escala global. Esta análise permite compreender como, a partir de um certo esgotamento do sistema de acumulação flexível, alguns países de industrialização tardia assumem protagonismo geopolítico por meio de uma atuação política-econômica-militar vinculada a valores e padrões remetentes a um Estado-nação fortalecido, ainda que adaptado ao ambiente financeiro e às práticas políticas neoliberais. Além disso, essa crise acentua também um processo de fortalecimento de grupos conservadores, nos países centrais do capitalismo - até então, ocupados por uma lógica imperial, interessados na retomada de uma atuação imperialista, como forma de resposta à crise econômica e social perpetrada em suas sociedades. Nesse sentido, aponta-se a reemergência de uma prática imperialista por parte dos Estados-Nação situados no centro de um capitalismo imperial. Além disso, destaca-se também a articulação de um terceiro bloco de poder pouco debatido em análises políticas no Brasil, abordado por alguns jornalistas e pensadores contemporâneos, dos quais pode-se citar Pepe Escobar (2016) e Andrew Korybko (2018): a Eurásia. Hibridando uma tradição político-militar histórica e remanescente de períodos de imperialismo a um crescimento econômico fervoroso, impulsionado pela transferência do centro de produção material para o oriente, ambos os autores apontam a emergência de um novo grupo protagonista na geo-

política mundial a partir do fortalecimento do Estado como é o caso do bloco que une China e Rússia, com evidentes articulações políticas, militares e econômicas feitas em torno do continente eurasíatico. O exemplo da formação de uma “Nova Rota da Seda” por meio do projeto “One Belt One Road”, envolvendo também o Irã, a Síria e a Turquia, podem configurar um eixo geopolítico em atuais condições de disputar com os outros dois grandes blocos ocidentais: tanto o Império Transnacional Progressista quanto com o Imperialismo Nacionalista Neoconservador aos moldes trumpista. Neste sentido, como parte do desafio de análise geopolítica em desenvolvimento, iniciamos um esboço experimental de um quadro comparativo sobre as principais características destes três grupos supracitados (FIG. 3) a fim de facilitar a compreensão destas relações geopolíticas que compõem as reconfiguradas redes de poder globais, atentando para suas semelhanças e divergências. Faz-se necessário entender que há, geopoliticamente, atritos e aproximações entre tais conjuntos em situações, relações e interesses distintos, de modo que o Golpe agenciado sobre o Brasil está diretamente ligado à disputa travada por esses grupos.

A partir desta análise, é possível indicar uma participação do Brasil neste ciclo que experimentou a contra-hegemonia na geopolítica mundial atuando junto ao Mercosul e à formação dos BRICS. Tendo tido um expressivo desenvolvimento no período dos governos petistas (entre 2003-2016), o Brasil fez parte de diversas movimentações internacionais chaves nesse momento de reconfiguração de forças mundiais. Entretanto, como resposta ou consequência à disputa supracitada, observa-se hoje a retração de boa parte daquilo que se estabeleceu como uma condição para o desenvolvimento nacional nesse período pós Golpe. Tendo uma maior vulnerabilidade geopolítica e uma tradição de subordinação internacional, o Brasil foi alvo de um movimento internacional perverso que hoje nos coloca em situação indefinida frente ao ambiente geopolítico global. Com o fim de uma política de desenvolvimento e defesa da soberania, instaura-se agora, desde o governo golpista de Temer, um estado de anomia, em que os recursos, os mercados, os territórios, e demais ativos brasileiros são postos, com mais evidência, em disputa por estes três grandes grupos preponderantes mundialmente.

Neste sentido, observa-se que existe uma conexão entre as lógicas geopolíticas, territoriais e de poder que envolvem processos estratégicos e hegemônicos de globalização por meio da ocupação do Estado pela lógica empresarial via neoliberalismo, assim como constituições de redes de poder globais que podem ser denominadas como Império, com intenção clara de desestabilização dos Estados-Nacionais ou de qualquer lógica que envolva a soberania nacional. A produção de subjetividade em escala global, promovida, principalmente, pelos novos meios técnico-científicos informacionais, acelera enormemente a globalização, gerando intensos processos de subjetivação via arte, cultura, mídias variadas como redes

Tabela 1. Quadro que configura a hipótese de diferenciação dos três principais blocos de poder mundiais na atualidade:
Imperialismo
Nacionalista
Neoconservador (no ocidente), Império
Transnacional
Progressista (no ocidente) e Eurásia
(parte da Europa e Ásia).
Fonte: Pesquisa
Geopolítica e
Territórios/Grupo
Indisciplinar UFMG.

	OCIDENTE	ORIENTE
Blocos de poder em disputa global	Imperialismo Nacionalista Neoconservador	Império Transnacional Progressista
Características	Neoconservadorismo Resistência ao capitalismo do Império Global Transnacional Aposta no Estado-nação forte e no nacionalismo Anti-globalização	Neoliberalismo Progressista Envolvendo Redes transnacionais. Esta rede é configurada por: famílias - Rockefellers, etc.; reinados, ex: Príncipe da Holanda; grupos capitalistas como petroleiras, ex: Exxon, BP, Shell, etc.; bancos: Banco da Inglaterra, FED, Banco Mundial, JP Morgan; mídias: Times, New York Times, The Economist, CNN, etc.; empresas de tecnologia “Vale do Silício” (Nasdaq em geral); Universidades (Harvard, MIT, Oxford, etc.); circuitos culturais, museus, etc. Aposta na multipolaridade e na integração mundial em rede com enfraquecimento do Estado-nação; globalização perversa
Exemplos de políticos, países e redes	Trump/ EUA Le Penn/ França Orban/ Hungria Salvini/ Itália Bolsonaro no Brasil (com a diferença que é um falso nacionalismo pró EUA comandado pelo grupo neoconservador aliado a Trump) The Movement (Rede coordenada por Steve Bannon com sede em Bruxelas)	União Européia com alguns grupos americanos Bush, Clintons, Obamas/ Estados Unidos Trudeau/ Canadá Macron/ França Famílias Reais: inglesa, holandesa, espanhola, etc. Otancentristas/ Atlanticistas (ex: OTAN, Clube de Bilderberg, Clube de Roma, Comissão Trilateral)

sociais (Facebook, Whatsapp, Twitter, etc) aproveitando-se do enfraquecimento gradual das fronteiras fixas e do poder do Estado, assim como da potência da fluidez das informações em escala global.

O Golpe é internacional e tem como principal característica a Desnacionalização

A seguir o artigo apresenta as 4 hipóteses selecionadas para aprofundamento, parte do conjunto de 13 hipóteses elencadas na introdução do trabalho.

HIPÓTESE 01: O Golpe é para interromper a disputa do Brasil pela hegemonia na geopolítica mundial

Aqui a gente tem de perguntar: por que é que foi dado o Golpe? O Golpe foi dado, por vários motivos, (...) mas a grande questão é que tinha de enquadrar o Brasil econômica, social e geopoliticamente. O Brasil era a sétima economia, às vezes a gente chegava a sexta, variava, mas nós éramos isso. Esse país que era a sexta ou a sétima economia nadava contra a corrente. (Dilma, Aula Inaugural Disciplina, 2018, minuto 1:19 - 1:20)

Elemento recorrente nos pronunciamentos da presidente Dilma, a colocação do Brasil no cenário internacional durante os governos petistas é matéria de destaque para qualquer análise geopolítica da contemporaneidade, sobretudo quando se trata do Golpe. O protagonismo assumido pelo Brasil em escala global ao longo da última década e o icônico momento em que Barack Obama declarou publicamente que o presidente Lula era “o cara” tem uma razão geopolítica de ser.

A política externa “ativa e ativa”, como classificou o ex-Ministro de Relações Exteriores Celso Amorim, colocou o Brasil em uma posição de grande articulador internacional, assumindo papel decisivo em diversos acordos. Partindo dos princípios e objetivos de um mundo menos assimétrico e mais multipolar, de uma lógica de desenvolvimento das economias periféricas e do fortalecimento das relações Sul-Sul, a diplomacia brasileira se colocou com altivez e independência nos fóruns internacionais, conquistando espaços tais como o Grupo dos 20 (G20) [3] com representação dos chefes de Estado, cuja articulação contou com marcante presença brasileira; a formação de blocos como os BRICS [4]; a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC); e a União de Nações Sul-americanas (UNASUL), além de decisivas participações em fóruns econômicos, climáticos, sociais, etc. Esse novo posicionamento do país tem uma grave importância geopolítica: a medida que confere ao Brasil autonomia comercial e política perante o mundo, amplia as condições para seu desenvolvimento. Nesse sentido, serão abordados adiante alguns acordos e formulações decorrentes.

3. Grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo e a União Europeia.

4. BRICS é o acrônimo para Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Juntos, estes países formam um grupo de cooperação política e econômica.

5. Mais informações. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-almericanas>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

América Latina: CELAC, UNASUL e Mercosul

A importância da América Latina afinal é o nosso espaço geopolítico, econômico, social (...). E isso significou - não só o Mercosul porque o Mercosul já existia. Mas significou a Unasul e a CELAC. A Unasul e a CELAC tinham um problema sério, por que significavam os latino americanos entre si, e não a OEA (...) a OEA congrega, além de nós, os Canadenses e os EUA. A CELAC não, a CELAC é América do Sul, América Central e o Caribe e o México. E tinha um objetivo, construir uma política Latinoamericana, construir um processo em que nós pensássemos a América Latina, não só como espaço de cooperação econômico (...), mas como espaço de uma política econômica de desenvolvimento comum. Não gostaram muito disso não. (Dilma, Aula Inaugural Disciplina, 2018, minuto 1:27 - 1:29)

Como mencionado, as relações Sul-Sul foram um eixo orientador para a política externa brasileira no período de governo federal petista. Nesse sentido, a América Latina - como nosso “espaço geopolítico” - tem um papel fundamental, considerando-se o Mercosul, fortalecido neste processo, e a criação da UNASUL e da CELAC. Os dois últimos são locais de cooperação política, sendo a UNASUL composta por países da América do Sul, enquanto a CELAC conta também com a presença dos países caribenhos e da América Central. Tendo atuado como principal articuladora desses dois blocos, a diplomacia brasileira inicia um projeto de posicionamento unitário dos países latino-americanos no cenário político internacional, em oposição a uma lógica de “arquipélago” [5], em que cada país dialoga com o restante do mundo individualmente. Esse processo ocorre paralelamente ao fortalecimento do Mercosul, bloco econômico que visa fomentar as relações comerciais no continente, em oposição a acordos como a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), elaborada a partir de uma tradição econômica de dependência das nações latino-americanas em relação aos EUA.

A partir desse processo, o Brasil passa a fortalecer sua posição como grande exportador de produtos manufaturados e serviços para o continente, fomentando a indústria nacional e a geração de renda. A participação brasileira nas exportações de manufaturados para o mundo cresceu de 0,64%, em 2003, para 1,32%, em 2014, enquanto as importações de produtos industrializados caíram de 0,68% para 0,59%, no mesmo período (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.69). A colocação do Brasil como nação progressivamente industrializada, assim como a formação de solidez e independência econômica (a partir de processos como a acumulação de reservas cambiais) nos conferiram um novo posicionamento perante o mundo e uma condição inédita de desenvolvimento que, no período foi representada por

uma taxa de crescimento superior a média do comércio internacional (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.67).

BRICS

Além disso, vocês vão lembrar dos BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (...), os BRICS foram muito importantes, por quê? Porque os BRICS eram o reconhecimento de que havia uma nova correlação de forças no mundo, e que não era possível o G7, o G7 que incluía só os países desenvolvidos, e que os BRICS faria uma política para os países populoso, de todos os 5 continentes.

(Dilma, Aula Inaugural Disciplina, 2018, minuto 1:29 - 1:31)

Neste mesmo contexto, outro acontecimento central no desenvolvimento da política externa brasileira, e crucial para o entendimento da conjuntura geopolítica do Golpe, é a constituição dos BRICS. A formação do bloco ocorre em meados de 2006 a partir de reuniões informais entre os chanceleres dos quatro países (inicialmente, apenas Brasil, Rússia, China e Índia participaram das negociações) e, pouco a pouco, encaminha-se para sua consolidação. A realização de encontros oficiais - cuja coordenação fora de responsabilidade do Brasil a partir de 2007 - formaliza o que era apenas um agrupamento do mercado financeiro para designar economias emergentes como um bloco multilateral de cooperação política e econômica entre cinco dos países mais populoso e economicamente proeminentes no mundo [6]. O bloco surge então com os objetivos de se estabelecer uma coordenação política internacional (posicionamento no âmbito do multilateralismo), cooperação econômico-financeira e cooperação multissetorial entre os países, no sentido de se constituir diálogos, políticas e mecanismos voltados para o desenvolvimento e um novo posicionamento dos países emergentes frente ao cenário geopolítico e econômico global. Com a adesão da África do Sul (como S) aos BRICS, o bloco passa a corresponder a 40% da população mundial e cerca de 25% da superfície do planeta, além de representar a junção de cinco grandes economias que, no momento, obtinham ritmos de crescimento expressivos, sobretudo, apostando no fortalecimento de suas cadeias produtivas e no fomento ao consumo de suas grandes populações, tudo isso operado a partir de mecanismos de distribuição de renda e a consolidação de uma grande classe média com padrões de vida progressivamente melhores (MANCE, 2018).

Em pouco tempo, a partir da realização de encontros anuais de delegações dos cinco países a fim de empreender negociações e debater temas comuns, os BRICS conquistaram grande relevância geopolítica. Destaca-se a participação incisiva do grupo em órgãos como o G20 e a Assembleia Geral das Nações Unidas em defesa de um mundo multipolar, dentre outras questões como a reforma das

6. Informações
disponíveis na página web do Itamaraty dedicada aos BRICS.
Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/>> . Acesso em: 11/12/2018.

7. Informações
disponíveis na página web do Itamaraty.
Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/novo-banco-de-desenvolvimento>> .
Acesso em: 11/12/2018.

8. O Petro-Yuan é um sistema de moeda para negociações de petróleo que utiliza a moeda chinesa como base, em detrimento do dólar.
Mais informações:
<https://www;brasil247.com/pt/247/mundo/349458/China-lan%C3%A7a-petro-yuan-e-amea%C3%A7a-hegemonia-do-d%C3%B3lar.htm>

9. Mais informações:
<https://thediplomat.com/2015/04/a-fiber-optic-silk-road/>

Nações Unidas e do Fundo Monetário Internacional. Entretanto, os principais resultados do agrupamento dizem respeito à cooperação econômico-financeira, representada por dois grandes instrumentos instituídos na IV cúpula do BRICS, realizada em Fortaleza no ano de 2014. Na ocasião, foram criados o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) - também conhecido como "Banco dos BRICS" - e o Acordo Contingente de Reservas (ACR). O NBD, primeiro banco multilateral criado desde a Conferência de Bretton Woods, tendo funcionamento similar ao Banco Mundial [7], é voltado para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em países emergentes, e contou com um capital subscrito inicial de US\$ 50 bilhões. Enquanto isso, o ACR consiste de um acordo em que os cinco países comprometem-se a disponibilizar reservas cambiais para apoio mútuo em situações de flutuação nos balanços de pagamentos, ou seja, representa uma "blindagem" frente às crises da economia mundial, contando com um aporte inicial de US\$ 100 bilhões.

Dessa forma, estes dois grandes acordos econômico-financeiros entre os países BRICS, subscritos a uma postura soberana assumida por eles frente a economia mundial, têm o papel de desenhar progressivamente um novo cenário baseado na condição para o desenvolvimento a partir das sólidas e crescentes economias de países periféricos, colocado em oposição à lógica perpetrada pela crise econômica mundial de 2008 que vigorava dentre os países desenvolvidos ocidentais. Nesse sentido, algumas iniciativas incipientes merecem destaque, como as sucessivas tentativas destes países (principalmente Rússia e China) de realizar transações comerciais internacionais em moedas alternativas ao Dólar, apostando no chamado sistema "Petro-Yuan" [8], e também, no que se refere a tecnologia, como o "BRI-CS Cable". O BRICS Cable é um projeto em construção, anunciado em 2012, que consiste na ligação entre os cinco países por cabos de fibra ótica, com o intuito de viabilizar a comunicação e circulação de dados entre as nações sem a necessidade de se utilizar cabeamento norte americano [9].

Assim, a medida que fortalece-se um projeto contra-hegemônico na geopolítica mundial, crescem também as tentativas de freá-lo. Frente a um galopante aumento da cooperação Sino-Russa em termos econômicos, políticos e militares, observam-se também as insistentes tentativas de interromper esse processo a partir de disputas comerciais, manobras políticas ou mesmo a iminência de conflitos armados em áreas de interesses divergentes. Percebe-se um notável protagonismo imperialista nacionalista e nativista dos EUA de Trump nesse processo, que atualmente recebe grande destaque midiático por conta de sua declarada guerra comercial à China, mas também há de se destacar o papel das grandes empresas representantes do capital transnacional Imperial, principalmente contando com países membros da União Europeia, que em diversas ocasiões figuram represálias políticas e econômicas à ameaçadora influência russa sobre seus mercados e

territórios.

Nesse contexto, entendendo os BRICS como um espaço de instrumentalização dessa cooperação em que fortalecem-se também nações menos poderosas na geopolítica mundial, porém com grande potencial de crescimento - sobretudo Brasil e Índia - operam-se insistentes ataques ao bloco. Para o jornalista e analista geopolítico brasileiro - que vive entre Paris e Moscou - Pepe Escobar, os BRICS se tornam uma “sigla amaldiçoada no eixo Casa Branca-Wall Street” por razões tais como a tentativa de “realizar comércio e negócios em suas próprias moedas, evitando o dólar norte-americano; a criação do banco de desenvolvimento dos BRICS; a declarada intenção de aumentar a integração na Eurásia” (ESCOBAR, 2016), dentre outras mencionadas anteriormente. Nesse sentido, para Escobar, além das fortes investidas operadas diretamente nas fronteiras de Rússia e China e a pressão comercial sobre esses dois atores, para os membros mais frágeis dos BRICS, aplicam-se estratégias mais sutis de desestabilização política e econômica, o que leva o autor a acreditar que o Brasil é alvo de uma “Guerra Híbrida”.

O conceito de Guerra Híbrida aparece, além da análise de Escobar, em diversos textos que tratam dos novos “manuais” de condutas militares utilizados no século XXI - sobretudo sob influência de inteligência norte-americana - que figuraram boa parte das revoluções/trocas de regime recentes no mundo, operadas, muitas vezes, a partir de manifestações da sociedade civil. Utiliza-se aqui a conceituação feita pelo analista político russo Andrew Korybko, em seu livro “Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes”, traduzido em 2018 pela editora expressão Popular (KORYBKO, 2018). Para o autor, a Guerra Híbrida é o modelo que conjuga uma “Revolução Colorida” e uma “Guerra Não-Convencional”. A chamada Revolução Colorida é entendida como a emergência de grandes manifestações de uma sociedade civil insuflada e convocada via internet, que protesta por pautas genéricas como “democracia, liberdade e combate à corrupção”. Por Guerra Não Convencional, define-se a interferência direta de forças políticas sobre uma estrutura de poder de um Estado, de maneira amplamente assimétrica. No livro - publicado pela primeira vez em 2015 - o autor destaca a aplicação desta técnica em conflitos como o da Síria e o da Ucrânia, relacionando-a à inteligência militar norte-americana em aplicação direta em territórios em disputa e/ou fronteiriços em relação à Rússia.

Escobar explora o conceito de Guerra Híbrida para explicar a instabilidade política e econômica provocada no Brasil. Para o autor, a técnica foi utilizada para se realizar um Golpe “soft”, sem a necessidade de violência ou fomento às células de terrorismo urbano, como na Ucrânia. Assim, o que se buscava era “intensificação da propaganda; e a preparação psicológica da população para a rebelião” (ESCOBAR, 2016), estratégias desenvolvidas em diversas frentes. Por um lado, a criação de um estado de incerteza e insegurança institucional, através de denúncias de

10. A denúncia de espionagem fora feita por Edward Snowden através do portal WikiLeaks, em meados de 2013. Além disso, o portal denunciou também (em 2009) o chamado “Projeto PONTES”, que consistiu em um programa de treinamento de juízes brasileiros e latino americanos, realizado no Rio de Janeiro por parte da CIA, para a capacitação no combate a “Crimes financeiros e terrorismo”. Mais informações:
<https://www.bbc.com/portuguese/>

corrupção de uma suposta “célula criminosa” dentro da Petrobras que, como se fez saber após as denúncias de Edward Snowden [10], estava sob espionagem da NSA (Agência de Segurança Nacional dos EUA). Por outro lado, o fomento a grupos da sociedade civil (na lógica das revoluções coloridas), pelo financiamento de movimentos, pela articulação midiática e parlamentar, para criar dentre uma “classe média não engajada” um descontentamento crescente com seus governantes. Assim, é a partir destes instrumentos que Escobar descreve a criação de uma “infra-estrutura social para a mudança de regime” (ESCOBAR, 2016).

HIPÓTESE 06: O Golpe é financeiro

(...) uma coisa é como era na época do Fernando Henrique, outra quando o Lula assumiu: a nossa dívida era denominada em Dólar, portanto nós não tínhamos controle dela. O quê nós fizemos desde o dia em que o Lula assumiu até o dia em que eu saí? Nós transformamos a nossa dívida em Real. Dívida em Real quem controla? Nós! (Dilma, Aula Inaugural Disciplina, 2018, minuto 1:18 - 1:19)

Mas tinha uma coisa que incomodava muito. O Brasil tinha três bancos públicos grandes. Um (...) dos maiores, bancos comerciais - empatava com os privados grandes - que era o Banco do Brasil. Até por que durante a crise de 2008, o Banco do Brasil avançou muito, por que os bancos são anticrise, então o banco do brasil tinha avançado. O maior banco imobiliário, a Caixa. E um banco de investimento, que eles tão corroendo e tirano do funding dele que era (...) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, era um pouco maior que o Banco Mundial. Três Bancos. (Dilma, Aula Inaugural Disciplina, 2018, minuto 1:24).

Outra questão explorada nessa análise (e que se relaciona muito com a hipótese anterior), é a dimensão financeira do Golpe. Dois elementos aparecem com protagonismo nas colocações da presidente Dilma nesse sentido: a dívida pública e os bancos públicos.

Implicando-se diretamente com a questão geopolítica, a dívida pública fora um elemento de importância central nos governos Lula e Dilma. Como mencionado, a partir de 2003, os governos petistas adotaram medidas econômicas no sentido de zerar a dívida externa, que em 2002 representava 32,7% do PIB, além de ser denominada em Dólar (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.68). Com isso, o Brasil se desvincula da subordinação às exigências do FMI (do qual se tornou credor), e converte toda a sua dívida em Real, conferindo maior controle e soberania frente ao ambiente financeiro internacional.

O segundo elemento que está diretamente relacionado com o desenvolvimento ob-

tido no período, diz respeito ao papel dos bancos públicos. Muito do que se passou no Brasil nas últimas décadas no que se refere a uma melhora das condições de vida da população, a modernização da infra-estrutura nacional e a ampliação do acesso a diversos serviços e bens de consumo deve-se a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (CEF). De um lado, o BNDES teve um papel fundamental como banco de investimento produtivo, aquecendo a indústria nacional, fomentando o desenvolvimento da infra-estrutura e gerando renda e empregos. No período, os desembolsos do banco saltaram de R\$ 35,2 bilhões, em 2003, para R\$ 190 bilhões, em 2014 (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.78), tendo uma participação decisiva na viabilização de programas como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e o Minha Casa Minha Vida, e acumulando um volume de financiamentos superior ao Banco Mundial. Essa atuação do banco fora fundamental para uma rápida recuperação do país frente a crise mundial de 2008, incentivando o setor produtivo nacional e a movimentação do mercado interno de maneira anticíclica.

Em outra frente, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal desempenharam um papel decisivo, sobretudo com relação ao crédito disponível. Como bancos de varejo, Caixa e Banco do Brasil atuaram na disponibilização ampla de crédito consignado para a população, na ampliação e popularização dos serviços bancários, na redução das taxas de juros e spreads bancários em momentos decisivos para a economia do país, sem falar no financiamento direto e disponibilização de crédito em programas sociais, como o Minha Casa Minha Vida e o Pronaf. No período, o crédito total na economia foi de 25% do PIB, em 2002, para 54,5%, em 2015 (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.78).

Essa atuação dos bancos públicos como garantidores da seguridade social, do desenvolvimento e da ampliação do acesso a diversos bens e serviços se tornou uma verdadeira afronta às práticas tradicionais de mercado. A redução das taxas de juros, por exemplo, foi vista com maus olhos pelo setor financeiro que perderia rentabilidade em seus investimentos. Hoje, portanto, após o Golpe de 2016, encaixinha-se um desmonte e perda de protagonismo dos bancos públicos, evidenciados pela redução nos volumes de investimento, e mesmo pelos ataques políticos constantes a essas instituições, com investigações e denúncias de corrupção e ameaças de privatização no novo governo [11].

HIPÓTESE 13: O Golpe é para estrangeirizar/privatizar nossos recursos naturais, nossas empresas estatais e também estrangeirizar as privadas.

(...) o quê que pode fazer a cadeia de petróleo e gás? Gerar emprego de ultra qualidade. Extrair petróleo (...) a cinco mil metros da lâmina d'água, com alta temperatura, alta pressão significa alta

11. Lembrando que a construção das 13 hipóteses sobre o golpe parte da fala da presidente Dilma na aula inaugural do curso que, como método de escrita adotado, dispara comentários e criam as hipóteses, sabe-se que muitos pontos sobre o golpe financeiro não estão abordados neste texto.

tecnologia, significa produto de alta tecnologia, e tudo era pra ser feito aqui, era possível ser feito aqui. Então essa é a segunda etapa do Golpe. (...) Além de acabar e vender partes do pré-sal, etc etc, como agora hoje estavam discutindo a cessão onerosa. São quase 350 bilhões de dólares, é quase isso. (Dilma, Aula Inaugural Disciplina, 2018, minuto 1:51 - 1:57)

Além disso, a venda dos blocos do pré-sal! Venda da Embraer! A Embraer concorre em jato médio com a Boeing, em vez da gente fortalecer a Embraer a gente entrega pra Boeing!! Isso é o maior crime cometido. (Dilma, Aula Inaugural Disciplina, 2018, minuto 1:50)

Passados, então, dois anos do Impeachment, alguns efeitos do Golpe ficam evidentes. Tanto naquilo que se refere a um desmonte das bases de desenvolvimento nacional, mencionadas nas hipóteses anteriores, quanto a uma investida direta em direção a expropriação do patrimônio nacional. Assim, o interesse estrangeiro passa a se manifestar diretamente em vários aspectos. O primeiro deles diz respeito àquilo que representa talvez o maior ativo de interesse geopolítico: o petróleo.

Durante os governos do PT, a descoberta de reservas de petróleo na camada do pré-sal aconteceu como grande marco para a exploração de recursos naturais no país. A partir disso, desenvolveu-se um sistema de exploração, baseado no protagonismo da Petrobras, no qual seria utilizada a dimensão estratégica deste recurso para promover o desenvolvimento de diversos setores produtivos, além de financiar a melhoria de serviços públicos como saúde e educação. Destaca-se a elaboração do regime de partilha, com a exigência de uma participação mínima de 30% da estatal brasileira em todos os consórcios de exploração do pré-sal, as exigências de conteúdo local para os fornecimentos e serviços relacionados à cadeia de petróleo e gás, e a aprovação, no governo Dilma, da lei que determina a destinação de 100% dos royalties do pré-sal para os orçamentos da educação e da saúde.

Desde de 2016, várias iniciativas foram tomadas na gestão da Petrobras e da exploração de petróleo como um todo no país (sobretudo do pré-sal) no sentido de se limitar a predominância estatal e flexibilizar os parâmetros em busca de maior “variedade e competição”. No governo Temer, grande destaque foi dado à alteração na política de preços realizada pela gestão de Pedro Parente na Petrobras que, dentre outros fatores, motivou a greve dos caminhoneiros em 2018. Além disso, boa parte daquilo que compôs a base do sistema de exploração instituído nos governos Lula e Dilma foi alvo de muitos debates e alterações substanciais. Destacam-se o fim da exigência de conteúdo local na cadeia de petróleo e gás,

as discussões em torno do fim da exigência de 30% de participação da Petrobras nos consórcios, os debates pela alteração do modelo de partilha, a realização de inúmeros leilões de partilha e concessão, com participação diminuta da empresa brasileira, além da intenção clara e manifesta de membros do governo eleito pela privatização da Petrobras.

Nesse sentido, os leilões de partilha do pré-sal (em que são escolhidos os consórcios para exploração de determinada área) representam muito bem a evolução da participação estrangeira como parte resultante do Golpe de 2016. Desde o início da exploração do pré-sal, várias empresas estrangeiras compuseram os consórcios vencedores, tendo sempre participação expressiva da Petrobras. Até 2016, era pos-

Fonte:

Leilão do pré-sal: vitória das estrangeiras e derrota da Petrobras

Foto: Reprodução: G1

O apetite das empresas internacionais mostra que era desnecessário o incentivo tributário aprovado por Temer

Total: 100% disponibilizadas

Consórcios liderados por Exxon e Shell levam maiores áreas de leilão do pré-sal

Governo arrecada R\$ 6,8 bilhões por quatro áreas vendidas

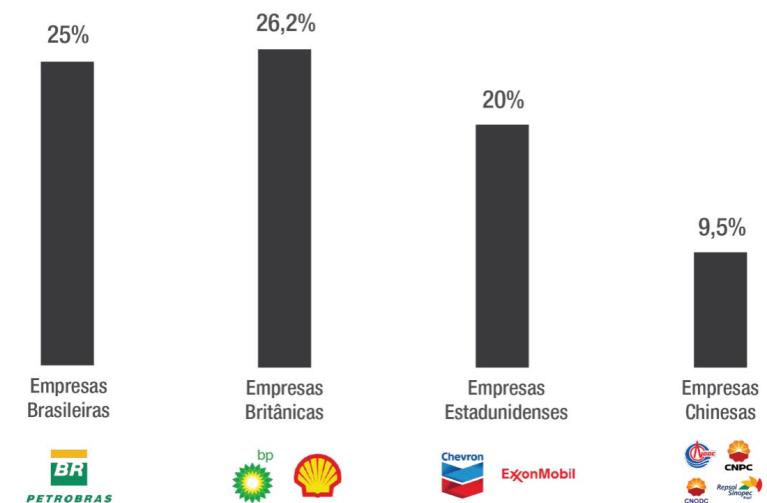


Fig 1. Manchetes de Carta Capital e Folha de São Paulo sobre os últimos leilões do pré-sal.
Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/leilao-do-pre-sal-vitoria-das-estrangeiras-e-derrota-da-petrobras>>. Acesso em: 16/11/2018.
Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/consorcios-liderados-por-exxon-e-shell-levam-maiores-areas-de-leilao-do-pre-sal.shtml>>. Acesso em: 16/11/2018.

Fig 2. Gráfico e mapa elaborado pelos autores contendo percentagem adquirida das reservas leiloadas nas últimas 5 rodadas do pré-sal
Fonte: ANP/Carta Capital. Mais Informações:
<https://www.cartacapital.com.br/economia/leilao-do-pre-sal-vitoria-das-estrangeiras-e-derrota-da-petrobras>



sível verificar empresas chinesas, americanas, europeias, sempre acompanhadas da estatal brasileira na composição dos consórcios. Entretanto, com a mudança de regime, o que se verifica é a progressiva perda de relevância da Petrobras nesses leilões e um crescimento da participação estrangeira, sobretudo de empresas norte-americanas e europeias.

Além do petróleo e da Petrobras, é importante também mencionar as diversas declarações de membros do novo governo (Temer e atualmente Bolsonaro) que apontam uma intenção em privatizar uma série de empresas estatais, dentre elas a Eletrobrás. A empresa pode ser considerada estratégica, uma vez que atua no controle de um recurso fundamental para o desenvolvimento - a energia - e que, associa-se também à gestão das águas, por fazer parte do controle das barragens de usinas hidroelétricas.

Outro ponto de destaque nas declarações da presidente Dilma é a situação da Embraer. A empresa - privada desde a década de 1990, é hoje a terceira maior de seu setor (atrás apenas de Airbus e Boeing) e uma das maiores exportadoras e mais importantes empresas brasileiras. A União conta, desde sua privatização, com a chamada Golden Share, ou ação de classe especial (assim como em relação à mineradora Vale), que consiste em uma participação acionária que condiciona ao governo brasileiro o poder de influir em decisões estratégicas da empresa. Tal condição é de suma importância, uma vez que a Embraer é responsável, não só por uma produção de altíssima tecnologia, com grande inserção nos mercados internacionais, capacidade de geração de empregos para mão de obra qualificada e desenvolvimento de tecnologia de ponta, mas também, por boa parte do desenvolvimento da tecnologia de defesa nacional. A Embraer é responsável, por exemplo, pela produção do cargueiro militar KC-390, recém desenvolvido, e apontado como potencial competidor do Hercules, da estadunidense Lockheed Martin, que hoje domina o mercado. As Forças Armadas Brasileiras já encomendaram 28 unidades

do cargueiro brasileiro. Além disso, a Embraer participa, junto à empresa sueca Saab, da produção dos caças Gripen, que compõem a frota da aeronáutica brasileira, e também de projetos fundamentais para a soberania militar e territorial, como o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) [12].

Contudo, após uma série de negociações iniciadas em dezembro de 2017, a Embraer anunciou no dia 17 de dezembro de 2018 a aprovação de um joint venture para a área de aviação comercial com a norte-americana Boeing [13]. O acordo determina que a empresa americana terá 80% da participação na joint venture, frente a 20% da Embraer, passíveis de negociações futuras para compra por parte da primeira. O acordo depende ainda da aprovação do governo federal que, por deter uma golden share, pode vetar a decisão. Entretanto, tanto Temer, quanto o recém eleito Bolsonaro, se mostraram favoráveis às negociações. Com isso, a Boeing passa ter controle sobre o setor de aviação comercial da Embraer, que corresponde à maior parte dos lucros e exportações da empresa atualmente. Além disso, apesar de o acordo não incluir o setor da empresa destinado à defesa, firmou-se também uma segunda joint venture para a participação da Boeing nas vendas do KC-390. Apesar de permanecer independente, a divisão de defesa da Embraer sofre com o acordo por perder potencial de inovação e pesquisa estando agora desvinculada da divisão comercial, que abrange os maiores montantes da empresa.

Além da Embraer, devem-se destacar outras empresas privadas nacionais de caráter estratégico que sofreram com o Golpe de 2016. Muitas empresas brasileiras, sobretudo no ramo da construção civil, tiveram um expressivo crescimento nacional e internacional nos governos petistas. Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, e mesmo o frigorífico JBS, tornaram-se grandes empresas com competitividade mundial. Muitas vezes com apoio do BNDES, essas empresas empreenderam no exterior, abrindo as portas dos mercados internacionais para o Brasil, e fizeram parte também das grandes obras de infra-estrutura em território nacional, do aquecimento da economia e da geração massiva de empregos. Durante o processo jurídico-midiático em que se situa o Golpe de 2016, boa parte dessas empresas perderam expressivamente seus valores de mercado e fecharam inúmeros postos de trabalho e empreendimentos após serem envolvidas em operações e investigações da polícia federal.

Processos como os descritos acima vêm ocorrendo de maneira sistemática no Brasil pós 2016. Seja no que diz respeito à exploração de recursos naturais, à produção de tecnologia, à produção de infraestrutura, etc, é flagrante como vêm-se desestruturando as bases de desenvolvimento nacional por meio da estrangeirização. No período que se configura agora, será necessário acompanhar cada vez mais processos como esses, que tendem à intensificação.

12. Mais informações:

<<https://br.sputniknews.com/>>

13. Mais informações:

<https://outraspalavras.net/outrasmidias/dossie-adeus-a-embraer/?fbclid=IwAR04U7cBBDqmxqTfDR_CtREhtEC7LPieDyVdpu_Xb38la1FYB6bPfYxl-U>

Neste momento, início de 2019, ainda não existem dados concretos levantados para calcularmos o nível de estrangeirização das riquezas e empresas brasileiras mas, vê-se necessário ampliar esta investigação observando com mais afínco, em um banco de dados com informações precisas, como este amplo processo de neoliberalização acomplam-se ao procedimento de estrangeirização através de uma disputa global entre os blocos de poder. Compreender melhor o que ocorria, em termos comerciais no sentido ampliado do termo, que incluiria concessões de territórios para exploração mineral, por exemplo, antes do Golpe de 2016 e depois. Como a hipótese aqui é que há 3 grandes blocos em disputa geopolítica e o Brasil tem sido afetado diretamente por esta disputa, seria necessário compreender como: a China vinha expandindo seu campo de comercialização no Brasil e na América Latina velozmente e o que ocorreu pós Golpe de 2016; como os EUA e a UE ampliam compra de empresas ou substituem as empresas brasileiras por concorrentes de seus países.

Considerações finais

Ainda em processo, a pesquisa desenvolvida pelo projeto Geopolítica e Territórios, que deu origem à aula proferida na Conferência “A dimensão Geopolítica do Golpe: produção de narrativas e processos imediatos de desnacionalização/estrangeirização”, parte de uma visão geopolítica para iniciar um processo de compreensão sobre como e porquê aconteceu o Golpe no Brasil, consolidado sob a forma de Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2016. Compreende-se que o mundo está imerso em uma lógica de globalização, pautada por uma razão neoliberal, que atinge os países de maneiras e intensidades distintas. O desenvolvimento destes processos (globalização e neoliberalização, assim como estrangeirização) está diretamente relacionado à interesses geopolíticos de grupos de países hegemônicos que disputam entre si sua implementação e formato, visando benefícios próprios. Resumindo, acredita-se que neste momento histórico mundial há três principais blocos travando tal disputa: o Império Transnacional Progressista, o Imperialismo Norte-Americano Neoconservador Nativista - ambos no ocidente - e a Eurásia - no oriente - que, como supracitado, possuem características próprias e atuam de maneira particular neste embate.

Milton Santos em 1993 já se perguntava pelo que caracterizaria naquele momento de globalização o espaço geográfico:

De fato, os eventos são, hoje, dotados de uma simultaneidade que se distingue das simultaneidades precedentes pelo fato de ser movida por um único conjunto motor, a mais-valia em nível mundial, que é, em última análise, responsável direta ou indireta pela forma como os eventos se dão sobre os diversos territórios. Essa

unificação se dá em grande parte através do nexo financeiro e conduz a uma reformulação do espaço à escala mundial. (SANTOS, 2005, p. 124)

Vinculadas aos conceitos abordados anteriormente, acredita-se em três razões centrais que levaram ao Golpe no Brasil, cuja principal finalidade era a estrangeirização de bens naturais e empresas nacionais (estatais ou privadas): (i) há um grande interesse mundial nos recursos nacionais, intensificado com a descoberta do pré-sal; (ii) o Brasil, pós 2003, passou a disputar hegemonia mundial; (iii) por meio principalmente do governo Dilma, com destaque para a criação dos BRICS, observou-se uma aproximação deste país com o bloco euroasiático.

Que o território brasileiro é rico em recursos naturais, é de conhecimento praticamente geral, fato que torna o país alvo de uma constante disputa internacional pela exploração de tais bens. Entretanto é preciso compreender que, mais que o desejo pela extração das riquezas naturais (ampliado devido à descoberta do pré-sal), o novo espaço (geopolítico e econômico) assumido pelo Brasil ao longo do século XXI, que o rendeu o sétimo lugar entre as potências econômicas mundiais, aumentou sua visibilidade e, consequentemente, o reposicionou ante a disputa mundial. Este novo posicionamento fez com que o Brasil passasse a simbolizar dois elementos geopolíticos principais: por um lado o país representava uma ameaça às outras potências, tendo em vista seu rápido e intenso crescimento, por outro, apresentava-se como alvo de cobiça mundial, através do anseio por estrangeirizações. Cobiça essa estendida para além dos bens naturais, alcançando também as empresas nacionais estatais e privadas. Estrangeirizar recursos e empresas representa, então, uma saída para os dois problemas, pois, além de direcionar os lucros aos países hegemônicos, atua como um agente de enfraquecimento político e econômico do Brasil. Trata-se de um ataque direto à sua soberania.

Por fim, observa-se que, principalmente durante o governo da Presidenta Dilma, o diálogo como bloco euroasiático se intensificou significativamente. A ampliação dos BRICS e a criação do NBD foram ações centrais dentre muitas outras relacionadas ao desenvolvimento de tecnologia própria e de canais de comunicação entre os países, que levaram à respostas diretas dos outros blocos em disputa e, consequentemente, ao Golpe. De acordo com a visão de Korybko (2018), a Eurásia representa o centro da disputa geopolítica mundial e, como indica Escobar (2016), a ofensiva ao Brasil por meio de uma Guerra Híbrida “soft” simboliza um ataque aos BRICS estabelecido, primeiramente, sobre os países mais frágeis da sigla. Diante deste quadro, vale realçar um ponto fundamental: o rápido crescimento do Brasil, somado às alianças estabelecidas pelo país, deveria ter vindo acompanhado por um fortalecimento de sua soberania e bases de defesa, de forma a reduzir sua fragilidade frente às investidas internacionais. Tanto a leitura de Escobar (2016)

quanto a de Korybko (2018), apontam para a escolha de alvos “secundários” como uma forma de “ataque indireto” de acordo com sua vulnerabilidade. José Luis Fiori (2014), em seu livro História, estratégia e desenvolvimento para uma geopolítica do capitalismo, já apontava para os riscos do avanço geopolítico do Brasil:

No século XX, o Brasil deu um passo enorme e sofreu uma transformação profunda e irreversível dos pontos de vista econômico, sociológico e político. No início do século, era um país agrário, com um Estado fraco e fragmentado, e com poderes econômico e militar muito inferiores aos da Argentina. Hoje, na segunda década do século XXI, o Brasil é o país mais industrializado da América Latina e a sétima maior economia do mundo; possui um Estado centralizado e democrático, uma sociedade altamente urbanizada - ainda que desigual - e é o principal player internacional do continente sul-americano. Além disso, é um dos países do mundo com maior potencial de crescimento pela frente se levarmos em conta seu território, sua população e sua dotação de recursos estratégicos, sobretudo se for capaz de combinar seu potencial exportador de commodities com a expansão sustentada do seu próprio parque industrial e tecnológico. Tudo isso são fatos e conquistas inquestionáveis, mas esses fatos e conquistas colocaram o Brasil frente a um novo elenco de desafios internacionais, e hoje, em particular, o país está enfrentando uma disjuntiva extremamente complexa.” (FIORI, 2014, p. 275)

Observa-se que Golpe sofrido pelo Brasil dentro do contexto geopolítico globalizado e neoliberal faz parte de articulações supranacionais realizadas por elites globais que, ao controlar o fluxo de capital no ocidente, tendem a ocupar os Estados-nação, buscando formas de atuação alinhadas a seus interesses políticos, econômicos e sociais. É perceptível que no ocidente até as sociais democracias progressistas, com discursos à esquerda, levam este modelo neoliberal à diante, mesmo que em diferentes intensidades, atendendo às demandas de acumulação e controle (poder) do sistema financeiro mundial. Frente a isso, tem-se observado, em diferentes partes do oeste planetário, reações neoconservadoras que visam um fortalecimento dos Estados-nação como potência contrária ao novo modelo de soberania global caracterizado pelo Império Transnacional, a exemplo do Brexit na Inglaterra, de Trump nos EUA e dos Coletes Amarelos na França. Em relação ao último grupo, têm ocorrido intensas manifestações na capital francesa que articulam membros da extrema esquerda aos de ultradireita atuando em contraponto às políticas neoliberais de Emmanuel Macron, forte títere do Império Transnacional.

O caso do Brasil, por sua vez, apresenta-se complexo. O presidente eleito Jair Bolsonaro pode ser considerado um óbvio representante do grupo dos neoconservadores, alinhado a Trump, à Orban ou a Salvini, tendo Steve Bannon como mediador e articulista deste bloco neocon mundial agora representado pelo The Moviment (com sede em Bruxelas). Entretanto seu posicionamento nacionalista

contraditório, por meio do qual se faz evidente uma sujeição ao governo norte americano, indica fortes vínculos coloniais e imperialistas aos moldes antigos, diferentemente do que se observa nos demais casos mundiais. Mas há que se notar também um alinhamento estabelecido entre o governo Bolsonaro e o que pode ser chamado de grupo ultra neoliberal que se faz cada dia mais claro por meio da escolha do Ministro da Economia Paulo Guedes. Guedes estudou na Universidade de Chicago, cujo nome de grande destaque era Milton Friedman, conhecido como pai intelectual dos Chicago Boys. No período, o futuro Ministro estabeleceu laços com estudantes chilenos que, posteriormente, desempenharam papéis relevantes na ditadura de Augusto Pinochet. No começo dos anos 1980, Guedes trabalhou no Departamento de Economia da Universidade do Chile e, junto aos Chicago Boys e a Pinochet, participou da implementação do que se entende como um dos primeiros exemplos no mundo de extremismo neoliberal. Portanto, o governo Bolsonaro vem apresentando tanto a vertente neoconservadora com discurso nacionalista, como uma vertente neoliberal ligada ao capital do Império Transnacional financeiro em geral, mas progressista nos costumes.

Por fim, em termos de disputa ideológica e geopolítica, é preciso indagar acerca do papel da esquerda neste processo. Qual é o espaço de atuação esperado das esquerdas de diferentes países frente esta crescente onda neoconservadora? Esta pergunta pode ser considerada uma das chaves para se pensar a abordada disputa. São muito comuns alianças da esquerda com o bloco globalista do Império Transnacional em defesa de pautas progressistas, entretanto outras associações vêm sendo estabelecidas, como no caso francês, quando a esquerda tem se articulado à ultra direita contra o neoliberalismo. Tendo em vista estas variáveis, deixa-se, aqui, um questionamento no que tange possíveis passos da esquerda, principalmente em termos de Brasil. Frente ao governo neoconservador que aí está, quais devem ser as estratégias e articulações do que entende-se por resistência? Sabe-se que a corriqueira associação da esquerda às elites globais neoliberais (Império) é um caminho contraditório, tal qual o que se dá quando aliada aos neoconservadores (Imperialismo), por outro lado entende-se os riscos e potencialidades de um posicionamento pró Eurásia. Desta forma, é necessário que os pensadores e militantes da esquerda associados aos processos de globalização comandados pelo grupo neoliberal progressista, ou associados a grupos em defesa da soberania nacional ao molde do bolivarianismo, desenvolvam mais análises geopolíticas que permitam uma compreensão ampliada desta situação global e que possa nos munir de informações mais concretas fora da lógica binária direita x esquerda ou imperialismo americano x progressismo global.

Referências

- ASSMAN, H. A trilateral. Nova fase do capitalismo mundial. Editora Vozes: Petrópolis. 1979.
- BANDEIRA, Moniz. A desordem mundial. O espetro da total dominação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1999.
- BECKER, B.. Geopolítica da Amazônia. in: ESTUDOS AVANÇADOS 19 (53), 2005. Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP proferida pela autora em 27 de abril de 2004.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ESCOBAR, Pepe. O Brasil no epicentro da guerra híbrida. Jornal de Todos os Brasis. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://jornalgn.com.br/noticia/o-brasil-no-epicentro-da-guerra-hibrida-por-pepe-escobar>>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- FIORI, José Luís. História, estratégia e desenvolvimento. Para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARVEY, D. O neoliberalismo. História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. Globalização e sua alternativa: uma entrevista com Samir Amin. Tricontinental Cadernos Políticos, n.1, 2018.
- KORYBKO, Andrew. Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes. 1.ed., São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MANCE, Euclides. O Golpe – Brics, Dólar e Petróleo. Passo Fundo: IFIBE, 2018.
- MERCADANTE, Aloízio; ZERO, Marcelo. Um Legado Para o Futuro: governos do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018. 160 p. v. 23g. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/14zYq1ZugiH8H05qPRK5e4QzUMSIkf_BX>. Acesso em: 07 maio 2018.
- PELBART, Peter. Vida capital. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 2003.
- ROUSSEF, Dilma, Aula Inaugural Disciplina “O Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado: Perspectivas jurídicas, filosóficas, políticas e históricas”, 2018.
- SANTOS, Boaventura. A Globalização e as Ciências Sociais. 2a Edição, São Paulo: Organizador, 2002.
- SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2005
- WALLERSTEIN, I. Geopolítica, política de classe e a atual desordem mundial. in: DOS SANTOS, Theotonio (coord.); MARTINS; C.E., SÁ, Fernando; BRUCKMANN, Mônica. Os impasses da globalização. Rio de Janeiro: Edições Loyola. 2003.

***Natacha Rena** é Doutora e Professora Assistente da Escola de Arquitetura da UFMG. Líder do Grupo de Pesquisa Indisciplinar. Coordenadora do Programa de Extensão IndLab e dos Projetos de Extensão: Geopolítica e Cidades, Cartografias Emergentes e Plataforma Urbanismo Biopolítico. Editora da Revista Indisciplinar. Participa da Pesquisa Territórios Populares coordenada pelo LabCidade USP e da Pesquisa Geopolítica e Territórios. Editora-chefe da revista de extensão da UFMG - Interfaces -. Participa do Comitê Gestor do CELA - Centro de Estudos Latino-Americanos da DRI - Diretoria de Relações Internacionais da UFMG.

Henrique Porto é graduando no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Bolsista no projeto de pesquisa “Geopolítica e Territórios” e no programa de extensão “IndLab”, ambos vinculados ao “Grupo de Pesquisa Indisciplinar” (UFMG).

Maíra Ramirez é arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal de São João del Rei e mestrandona Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora no “Grupo de Pesquisa Indisciplinar” (UFMG), no “Grupo de Pesquisa Pedagogias do Espaço” (UFSJ) e nos projetos de pesquisa “Geopolítica e Territórios” e “Territórios Populares”, coordenado pelo LabCidade USP. Participa do Programa de Extensão IndLab e dos projetos de extensão “Cartografia das lutas territoriais” “Geopolítica e Cidades”.

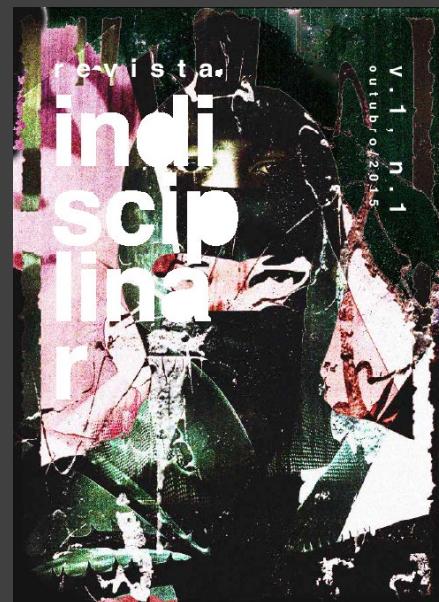
Danilo Caporalli é arquiteto e urbanista formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrandona Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador no “Grupo de Pesquisa Indisciplinar” (UFMG) e no projeto de pesquisa “Geopolítica e Territórios”. Participa do Programa de Extensão IndLab e do projeto de extensão “Geopolítica e Cidades”.

revista indisciplinar

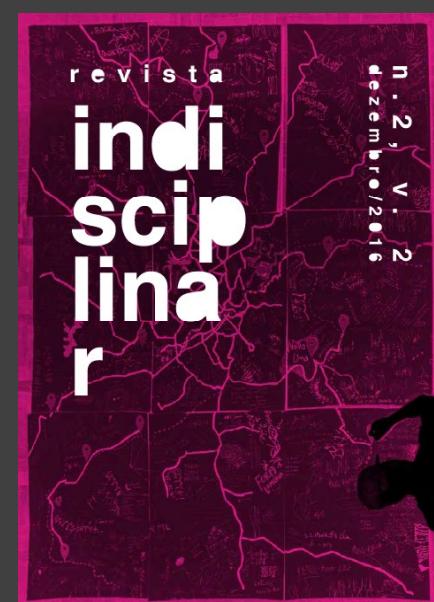
blog.indisciplinar.com/sobre-a-revista/

O foco central da revista recai no pensamento das produções políticas, econômicas e linguísticas contemporâneas do espaço urbano. Nesse sentido, buscamos um olhar tanto capaz de articular as possibilidades de produção de singularidades e diferença na cidade, quanto articular críticas heterogêneas dos processos de ocupação e construção de lógicas voltadas para a expropriação do comum no espaço urbano.

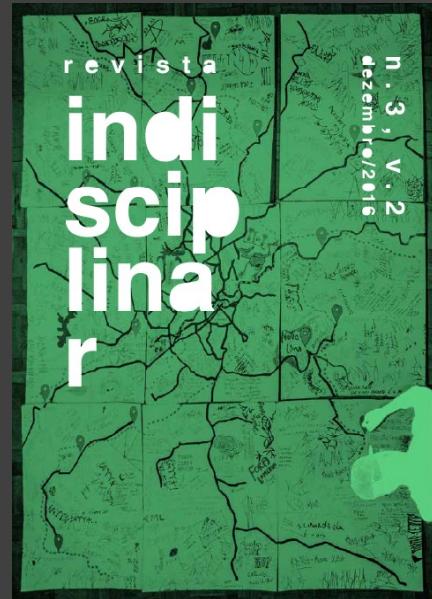
Leia
Compartilhe
Publique



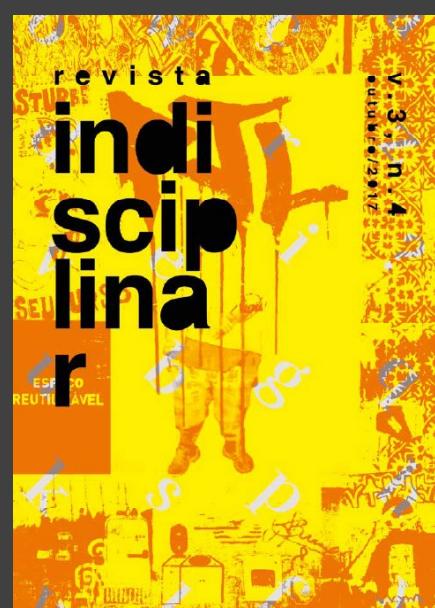
Nº 1, v. 1, 2015
Tema: Indisciplina



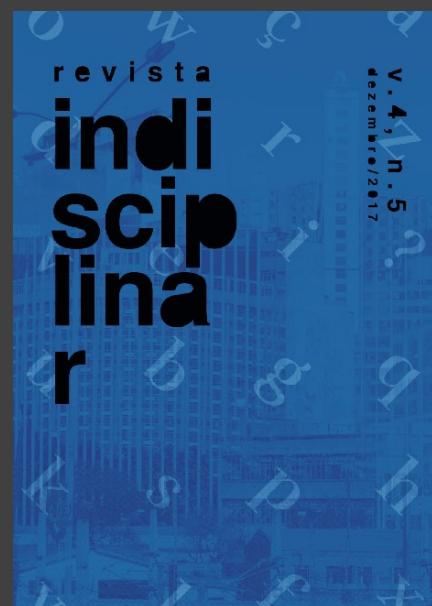
Nº 2, v. 2, 2016
Tema: Cartografia



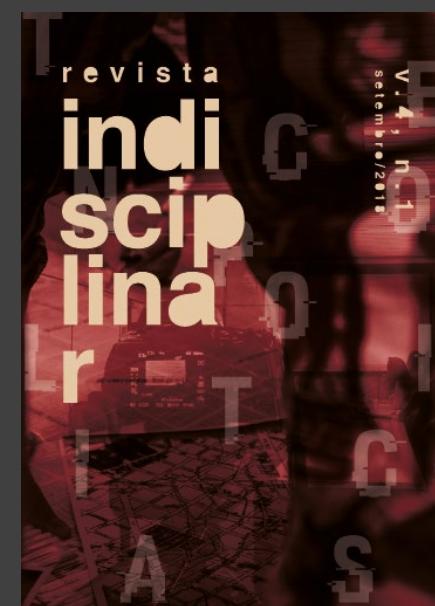
Nº 3, v. 2, 2016
Tema: Cartografia



Nº 4, v. 3, 2017
Tema: Artivismo



Nº 5, v. 4, 2017
Tema: Financeirização



V.4, n°1, 2018
Tema: Tecnopolíticas

a

z

?

q

h

X

c,

r

i

g

p

f

w

t

e

b

s

l

o

d

V

u

k

y

